

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

A “ODISSEIA DO SER SOCIAL”:
O mundo do trabalho nas produções científicas no Serviço Social
brasileiro

Reginaldo Pereira França Junior

Florianópolis/SC
2018

REGINALDO PEREIRA FRANÇA JUNIOR

A “ODISSEIA DO SER SOCIAL”:

O mundo do trabalho nas produções científicas no Serviço Social brasileiro

Tese de doutorado apresentada à Banca Examinadora do Curso de Pós-Graduação em Serviço Social (Nível Doutorado) da Universidade Federal de Santa Catarina – Linha de Pesquisa “Questão Social, Trabalho e Emancipação Humana”. Área de concentração Serviço Social, Direitos Humanos e Questão Social.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Lara

Florianópolis/SC
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Junior , Reginaldo Pereira França

A "ODISSÉIA DO SER SOCIAL : O mundo do trabalho
nas produções científicas no Serviço Social brasileiro
/ Reginaldo Pereira França Junior ; orientador,
Ricardo Lara , 2018.

357 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós
Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2018.

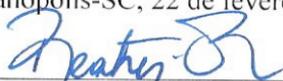
Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Trabalho . 3. Fundamentos
ontológicos. 4. Produção de conhecimento . 5. Serviço
Social . I. Lara , Ricardo . II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação
em Serviço Social. III. Título.

Reginaldo Pereira França Junior
A “ODISSEIA DO SER SOCIAL”: O mundo do trabalho nas
produções científicas no Serviço Social brasileiro

Esta tese foi julgada adequada para obtenção do Título de “Doutor em Serviço Social”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis-SC, 22 de fevereiro de 2018.



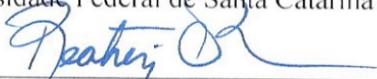
Prof.ª Beatriz Augusto de Paiva, Dr.ª
Coordenadora do curso

Banca examinadora:

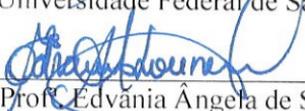


Prof. Ricardo Lara, Dr.
Orientador

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)



Prof.ª Beatriz Augusto de Paiva, Dr.ª
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)



Prof.ª Edvânia Ângela de Souza Lourenço, Dr.ª
Universidade Estadual Paulista – FCHS – Franca (UNESP)



Prof.ª Vânia Maria Manfro, Dr.ª
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

À minha mãe, Teresinha Vieira,
fonte inexcedível de amor, resistência e perseverança.

À Lucia Barroco e João Antônio Rodrigues (*in memoriam*) que
me apresentaram o pensamento de Lukács, aos quais tributo as
páginas a seguir.

Aos trabalhadores, cuja luta se coloque, sempre, em direção a
uma liberdade substantiva. O mundo é nosso e cabe a nós a
tarefa de reivindicá-lo!

AGRADECIMENTOS

Sempre ouvi dizer nos corredores das universidades nos quais convivo desde 2004 que a produção de uma tese é algo solitário, que, por vezes, é sofrido, mas revela, a partir das suas mais íntimas entranhas, a possibilidade de emergência de novas sínteses, quer ela intelectuais, quer humanas. É verdade.

A produção desta tese tem algo de singular, mas um singular que se universaliza, na medida em que todos aqueles que estiveram próximos também colaboraram para sua construção, mesmo aqueles que apesar de distantes nunca, jamais, deixaram de manifestar seu apreço, carinho, respeito e incentivo para que este, digamos, fim chegasse.

Agradeço, em primeiro lugar, à minha mãe Teresinha (Tetê), que às portas de tornar-se uma setentona esbanja beleza, mas, sobretudo, carrega uma sabedoria desta vida que, dada por esta própria, lhe cobre de licença para olhar o mundo de cima e reconhecer a estrada percorrida e mais ainda de manter-se com resistência, inteligência e sagacidade. Uma mulher que escreveu sua história, mesmo que ainda não tenha a escrito como queria, mas escreveu e continua escrevendo o futuro. Amo você, mãe.

Ao meu irmão, João Henrique, moço simples, que desde os 12 anos labuta como trabalhador neste mundo tão desigual. Esta tese, meu irmão, é uma síntese da nossa luta e da nossa história em direção a um mundo no qual possamos todos viver nossa humanidade substantiva.

Ao meu pai, Nadim, outro homem simples, que mesmo distante fisicamente não deixou de externar seu amor, carinho e respeito por mim.

Agradeço à minha irmã Lorena pelo sorriso fácil e abraço carinhoso. Mesmo que ainda estejamos longe fisicamente, a sua presença é constante.

Aos meus tios e tias, primos e primas, fonte de carinho, amor e alegria. À minha prima Iolanda, a quem o carinho e amor ensinaram a chamar de avó e por quem guardo todo carinho e respeito de um primo, que não é primo, e sim neto no mais íntimo amor.

Aos meus amigos das terras uberabenses, guerreiros da vida, fonte inesgotável de carinho, amor, preocupação e incentivo. Mariana, Eder, Valquíria, Marcelo, Rosângela, Rosimar, Aragão, Leticia, Sofia, Lorena... são tantos amores. Meu mais sincero obrigado!

Aos amigos do Sanatório Espírita de Uberaba, instituição onde tive a felicidade de trabalhar por 15 anos e aprendi a inteireza da humanidade. André, Edlamar, Luci, Ana, Marcela, Haerton, Cido, Marcio, Sonia, Eurípedes, Valter, Carlos, Sirlei, Vicentina, Nega, Creuza, Analice, Chico, Marli, Célia Assis..... Tantos amigos, a quem agradeço mais uma vez o incentivo, lá em 2003, de cursar Serviço Social.

Às amigas de perto Luana, Taciana e Laiene, que se colocaram como o suporte afetivo mais que necessário em tantas fases da minha vida pessoal e profissional. Sem vocês não estaria onde estou. Todas as conquistas passam pelas palavras, gestos de carinho, incentivo e amor incondicional de vocês. Nem preciso dizer que amo vocês. É pressuposto!

Os amigos conquistados em Florianópolis, em especial à Vanessa, Ciça, Juliana, Dani e Edivane! Para não perder o costume... Ah! Salve o dia 22/11/2012! Vocês foram o melhor encontro humano nas terras frias do Sul deste país. Vocês representam a maior inteireza humana, a riqueza mais profunda em tempos tão duros. Mesmo muito distantes, nossos corações se ligam, porque há amor e desejo de revolução! Amo vocês!

À amiga Rosemeire, que desde a época do mestrado na PUC-SP se afigura como suporte afetivo indispensável nestas estradas da vida!

Ao Rafael pelo companheirismo, diálogo e afeto nos anos do mestrado e do doutorado. Você foi fundamental neste processo e meu coração é eternamente grato pelas experiências vividas e sentidas ao longo dos cinco anos que caminhamos juntos! Obrigado!

Agradeço aos amigos e companheiros de trabalho e vida do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sousa, pela beleza do diálogo, do posicionamento político firme, dos abraços e afagos. Vocês são do tamanho do mundo. Meu coração é grato pelo carinho, amizade, respeito e cumplicidade! Clariça, Tati, André, Juliana, Larissa, Palloma, Gláucia, Suamy, Cibelly, Cibebe... vocês refrescam a aridez do sertão!

Meus queridos amigos do carinhoso e movimentado grupo UFCGay, sessão Sousa! Anderson Isaac, Doniêgo, Fernandinha, Rafael, Vanessa, Thiago e Larissa. Quanta alegria e carinho dedicados a este professor que se tornou amigo! Vocês são nossa esperança no futuro! Sinto um amor enorme por vocês!

Aos meus alunos do curso de Serviço Social da UFCG pela oportunidade do diálogo constante! Toda esperança brota da juventude!

Um agradecimento especial ao meu irmão Cardoso. Você foi um presente na minha vida, que contagia com seu sorriso aberto, sua alegria. Sua força e perseverança foram necessárias para que eu conseguisse passar por um ano muito difícil. Nego, é tanto carinho e afeto que não é possível expressá-los aqui. Por mais risos, ligações telefônicas intermináveis risadas nas redes sociais! Que possamos sentir mais o calor do abraço um do outro, pois “amigo é casa que se faz aos poucos e com paciência para durar pra sempre”! Você é alegria na vida dos seus! Te amo!

Ao José Oscar pelo suporte afetivo, diálogo, cuidado, carinho no ano de 2017! Você e o Cardosinho foram fundamentais neste processo de vida e de tese! Meus mais sinceros agradecimentos, demonstração de carinho e amor por você, negão! Amo você.

Ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina pela oportunidade do diálogo. Agradeço o corpo docente pelo cuidado e respeito cotidianos.

À CAPES pelo incentivo financeiro nos primeiros anos do doutorado.

Às queridas professoras Ana Maria Cartaxo e Vania Manfroi pelo aceite em participar desta banca e oferecer, com muita dedicação, elementos para reflexão em nossos estudos. À Edvânia Ângela, companheira desde os tempos da minha graduação, minha profunda admiração e agradecimento por estar, mais uma vez, em uma banca de defesa! Ao companheiro Jaime por aceitar a suplência desta banca!

Ao povo do sertão da Paraíba! Sertanejos que me ensinam a beleza da resistência e da força! Povo simples, mas detentores de uma humanidade quente como o sol destas paragens! “O sertanejo é, antes de tudo, um forte”.

Agradeço ao Ricardo Lara por aceitar orientar esta empreitada, muito embora o resultado desta tese não tenha sido o que planejamos no início dos nossos estudos! Seus conhecimentos foram instigantes e decisivos para o meu trajeto intelectual. Muito obrigado por tudo!

Por fim agradeço aos trabalhadores, que me possibilitaram os estudos em uma universidade pública de qualidade. A universidade pública brasileira é nosso patrimônio e mais do que nunca precisa ser defendida e protegida. Sigamos na luta, mesmo que haja temeridades.

RESUMO

Esta tese tem como objetivo analisar e compreender a produção científica sobre a categoria trabalho presente nas revistas especializadas do Serviço Social, buscando desvelar a apropriação deste debate pela profissão. Busca, ainda, elucidar a contribuição do pensamento de György Lukács para a compreensão do trabalho como forma originária do ser social, bem como a importância do debate sobre o mundo do trabalho, particularizando-o no âmbito da produção de conhecimento no e para o Serviço Social brasileiro. Por fim, almeja analisar e compreender como o debate sobre o trabalho se situa na profissão, a partir de sua inscrição como trabalho especializado na divisão sociotécnica, tendo em vista sua condição de assalariamento. A fonte empírica da pesquisa baseou-se nas produções científicas de assistentes sociais e demais intelectuais das áreas afins, publicadas nas Revistas Serviço Social & Sociedade, Revista Katálysis e Revista Ser Social, compreendendo um recorte temporal entre os anos de 2007 a 2014. Estruturada em treze Eixos Temáticos, a pesquisa demonstra a diversidade das produções presentes nas revistas, evidenciando importante traço teórico-metodológico na produção de conhecimento sobre o tema na e para a profissão. Tal dedicação, nos últimos trinta e cinco anos, tem revelado a maturidade intelectual em pesquisar, tematizar, debater e refletir sobre a categoria trabalho, buscando compreender o particular e complexo desenvolvimento do humano-genérico, que, refinado, alçou patamares qualitativos e, por excelência, atingiu a constituição de um ser cada vez mais social. Além dos fundamentos filosóficos presentes nas produções, a pesquisa registrou a presença da discussão sobre largo processo de apropriação da força de trabalho humana pelo capital, bem como a expressão do antagonismo de classes presentes na relação capital-trabalho. Esta força de trabalho segue sustentando as relações sociais de produção, face à impossibilidade do capital se auto realizar, tendo no trabalho as suas formas de realização. Indissociável a este processo, consta, nesta tese, a presença do debate sobre a acumulação flexível, que nos últimos 30 anos vem derruindo os sentidos do trabalho, numa perspectiva de total subsunção às suas determinações. Por fim, localizam-se, nesta pesquisa, as particularidades do trabalho profissional diante das determinações do capitalismo, em vista de sua condição de profissão especializada, reprodução esta que não demoveu sua capacidade ético-política de compromisso de classe, expresso em um reconhecível devir ético.

Palavras-chave: Trabalho. Fundamentos ontológicos. Produção de conhecimento. Serviço Social.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze and understand the scientific production on the category of work present in the specialized journals of Social Service, seeking to unveil the appropriation of this debate by profession. It also seeks to elucidate the contribution of the thought of György Lukács to the understanding of work as an original form of social being, as well as the importance of the debate on the world of work, particularizing it in the scope of knowledge production in and for Social Work Brazilian. Finally, it aims to analyze and understand how the debate about work is situated in the profession, from its inscription as a specialized work in the social and technical division of labor, considering its status as wage labor. The empirical source of the research was based on the scientific productions of social workers and other intellectuals from related areas, published in the *Revista Serviço Social & Sociedade*, *Revista Katálisis* and *Revista Ser Social*, comprising a temporal cut between the years 2007 and 2014. Structured in thirteen Thematic Axes, the research demonstrates the diversity of the productions present in the magazines, evidencing an important theoretical-methodological trait in the production of knowledge about the theme in and for the profession. This dedication in the last thirty-five years has revealed the intellectual maturity of researching, thematizing, debating and reflecting on the category of work, seeking to understand the particular and complex development of the human-generic, that refined, raised qualitative levels and, reached the constitution of an increasingly social being. Besides the philosophical foundations present in the productions, the research registered the presence of the discussion about the broad process of appropriation of the human labor force by capital, as well as the expression of the antagonism of classes present in the capital-labor relation. This labor force continues to sustain the social relations of production, in view of the impossibility of capital to self-actualize, having at work its forms of realization. The debate on flexible accumulation, which in the last 30 years has been destroying the meanings of work, has been indissociable from this process, with a view to total subsumption of its determinations. Finally, we find in this research the particularities of professional work in the face of the determinations of capitalism, in view of its condition of specialized profession, inscribed in the socio-technical division of labor, a reproduction that did not detract from its ethical-political capacity for class commitment, expressed in a recognizable ethical turn.

Keywords: Work. Ontological foundations. Production of knowledge.
Social Work.

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1: Relação de ensaios e pesquisas publicadas nas revistas Serviço Social & Sociedade, Revista Ser Social e Revista Katálysis, no período de 2007 a 2014 sobre economia solidária e autogestão de empresas. (autoria própria)..... 79
- Tabela 2: Relação de ensaios e pesquisas publicadas nas Revistas Serviço Social & Sociedade, Revista Ser Social e Revista Katálysis, no período de 2007 a 2014 sobre determinações da reestruturação produtiva no mundo do trabalho. (autoria própria)..... 94
- Tabela 3: Relação de ensaios e pesquisas publicadas nas Revistas Serviço Social & Sociedade, Revista Ser Social e Revista Katálysis, no período de 2007 a 2014 sobre seguridade Social, proteção social e trabalho profissional. (autoria própria).
.....120
- Tabela 4: Relação de ensaios e pesquisas publicadas nas revistas Revistas Serviço Social & Sociedade, Revista Ser Social e Revista Katálysis, no período de 2007 a 2014 sobre fiscalização do trabalho profissional. (autoria própria) 174
- Tabela 5: Relação de ensaios e pesquisas publicadas nas revistas Revistas Serviço Social & Sociedade, Revista Ser Social e Revista Katálysis, no período de 2007 a 2014 sobre área sociojurídica, poder judiciário, trabalho profissional. (autoria própria) 186
- Tabela 6: Relação de ensaios e pesquisas publicadas nas revistas Revistas Serviço Social & Sociedade, Revista Ser Social e Revista Katálysis, no período de 2007 a 2014 sobre questão social, pobreza, trabalho profissional. (autoria própria)200
- Tabela 7: Relação de ensaios e pesquisas publicadas nas revistas Revistas Serviço Social & Sociedade, Revista Ser Social e Revista Katálysis, no período de 2007 a 2014 sobre educação e formação profissional. (autoria própria)216

Tabela 8: Relação de ensaios e pesquisas publicadas nas revistas *Revistas Serviço Social & Sociedade*, *Revista Ser Social* e *Revista Katálysis*, no período de 2007 a 2014 sobre políticas de emprego e renda e qualificação profissional. (autoria própria) 236

Tabela 9: Relação de ensaios e pesquisas publicadas nas revistas *Revistas Serviço Social & Sociedade*, *Revista Ser Social* e *Revista Katálysis*, no período de 2007 a 2014 sobre movimentos sociais e sindicalismo. (autoria própria) 244

Tabela 10: Relação de ensaios e pesquisas publicadas nas revistas *Revistas Serviço Social & Sociedade*, *Revista Ser Social* e *Revista Katálysis*, no período de 2007 a 2014 sobre saúde do trabalhador e trabalhadora. (autoria própria) 254

Tabela 11: Relação de ensaios e pesquisas publicadas nas revistas *Revistas Serviço Social & Sociedade*, *Revista Ser Social* e *Revista Katálysis*, no período de 2007 a 2014 sobre divisão sexual do trabalho. (autoria própria) 271

Tabela 12: Relação de ensaios e pesquisas publicadas nas revistas *Revistas Serviço Social & Sociedade*, *Revista Ser Social* e *Revista Katálysis*, no período de 2007 a 2014 sobre trabalho e questão agrária. (autoria própria) 284

Tabela 13: Relação de ensaios e pesquisas publicadas nas revistas *Revistas Serviço Social & Sociedade*, *Revista Ser Social* e *Revista Katálysis*, no período de 2007 a 2014 sobre trabalho infantil. (autoria própria) 291

LISTA DE ABREVIATURAS

ABEPSS: Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABONG: Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
C. Contábeis: Ciências Contábeis
C. Sociais: Ciências Sociais
CadÚnico: Cadastro Único
CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPS: Centro de Atenção Psicossocial
CBO: Classificação Brasileira de Ocupações
CEBAS: Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social
CEREST: Centro de Referência em Saúde do Trabalhador
CF: Constituição Federal
CFESS: Conselho Federal de Serviço Social
CMAS: Conselho Municipal de Assistência Social
COFI: Comissão de Orientação e Fiscalização
Cofins: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
COSAT: Comissão de Saúde e Ambiente de Trabalho
CPT: Comissão Pastoral da Terra
CRAS: Centro De Referência De Assistência Social
CREAS: Centro De Referência Especializado Em Assistência Social
CRESS: Conselho Regional de Serviço Social
DRU: Desvinculação das Receitas da União
EaD: Ensino a Distância
ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente
ENESSO: Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
ES: Espírito Santo
ESF: Estratégia Saúde da Família
FHC: Fernando Henrique Cardoso
FIES: Financiamento Estudantil
FMI: Fundo Monetário Internacional
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS: Instituto Nacional de Seguridade Social
IPTU: Imposto Predial e Território Urbano
ISS: Imposto Sobre Serviços
LER: Lesão por Esforço Repetitivo
LGBTT: Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros
MDS: Ministério do Desenvolvimento Social
MNCR: Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis
MTE: Ministério do Trabalho e Emprego

NOB-RH: Norma Operacional Básica De Recursos Humanos
OIT: Organização Internacional do Trabalho
ONG: Organização não Governamental
PAS: Política de Assistência Social
PBF: Programa Bolsa Família
PEC: Projeto de Emenda Constitucional
PETI: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB: Produto Interno Bruto
PIS: Programa de Integração Social
PNAS: Política Nacional de Assistência Social
PNF: Política Nacional de Fiscalização
PNH: Política Nacional de Humanização
PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF: Programa Nacional da Agricultura Familiar
PROUNI: Programa Universidade para Todos
PSF: Programa Saúde da Família
PT: Partido dos Trabalhadores
RENAST: Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador
Rev: Revista
RH: Recursos Humanos
RJ: Rio de Janeiro
RS: Rio Grande do Sul
S. Social: Serviço Social.
SE: Sudeste
SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa
SEMESP: Sindicato das Mantenedoras do Ensino Superior
Sindifranca: Sindicato da Indústria de Calçados de Franca
ST: Saúde do trabalhador
SUAS: Sistema Único De Assistência Social
SUS: Sistema Único de Saúde
TJSP: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
TRHSS: Tabela Referencial de Honorários do Serviço Social
UERJ: Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UNESP: Universidade do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
I - O TRABALHO COMO FORMA ORIGINÁRIA DA PRÁXIS SOCIAL	31
1.1 Os fundamentos filosóficos do trabalho em Lukács.....	31
1.2 - A exploração da força de trabalho nos marcos do capitalismo	54
II - A CATEGORIA TRABALHO NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO	71
2.1 – OS EIXOS TEMÁTICOS E A CATEGORIA TRABALHO EM DEBATE	71
2.1.1 – Economia solidária, cooperativismo e autogestão.....	75
2.1.2 - Trabalho e acumulação flexível	91
2.1.3 - Seguridade Social, proteção social e trabalho profissional	118
2.1.4 – Fiscalização do trabalho profissional	171
2.1.5 -Área sociojurídica, Poder Judiciário, trabalho profissional	183
2.1.6 - Questão social, pobreza, trabalho profissional.....	219
2.1.7 - Educação e formação profissional	213
2.1.8 - Políticas de emprego e renda e qualificação profissional	233
2.1.9 – Movimentos Sociais e sindicalismo	241
2.1.10 - Saúde do trabalhador e da trabalhadora	251
2.1.11 - Divisão Sexual do Trabalho.....	268
2.1.12 - Trabalho e questão agrária	281
2.1.13 - Trabalho infantil.....	288
2.2 – O mundo do trabalho nas produções do Serviço Social: uma síntese necessária	296
III -CONSIDERAÇÕES FINAIS	317
REFERÊNCIAS	345

INTRODUÇÃO

Só quando o trabalho for efetiva e completamente dominado pela humanidade e, portanto, só quando ele tiver em si a possibilidade de ser ‘não apenas meio de vida’, mas ‘o primeiro carecimento da vida’, só quando a humanidade tiver superado qualquer caráter coercitivo em sua própria autoprodução, só então terá sido aberto o caminho social da atividade humana como fim autônomo (LUKÁCS, 1978, p. 16).

A presente tese de doutorado¹ partiu da necessidade de aprofundar o debate sobre as categorias marxistas, com vistas à compreensão das determinações das relações sociais de produção e, sobretudo, no âmbito da profissão, situando-a acerca das discussões sobre o mundo do trabalho e sua incontestável mediação com as origens do ser social, a partir da validade das reflexões do filósofo húngaro marxista György Lukács. A necessidade em perquirir este objeto partiu, principalmente, do fato de que, durante os estudos do mestrado, muitas lacunas tornaram-se evidentes, particularmente diante da nossa fragilidade frente ao debate sobre a concepção do trabalho a partir da arquitetura do pensamento de Lukács, em tempos de uma decadência ideológica, que programada revela a fragilidade/superficialidade perante os temas candentes do nosso tempo,

¹ O título desta tese busca fidelidade ao entendimento da inegável reflexão da letra lukacsiana sobre as três esferas indispensáveis à emergência do ser social, configurando-se como uma verdadeira, complexa e acidentada *odisseia* do homem rumo a níveis complexos de um refinamento social experimentado ao longo da história humana e que tem no trabalho, no desenvolvimento da sociedade e, conseqüentemente, na linguagem as bases que fundaram o ser social. Trata-se de termo cunhado pelo professor Celso Frederico, a quem tributamos o referido uso.

que sugerem um “grosseiro viés [...] que anda a permear certas afirmações que têm livre curso entre assistentes sociais (e não só)” (NETTO, 2010, p. 72), relegando, muitas vezes, a categoria trabalho e sua produção científica a meros esquemas explicativos, atomizados, fragmentados e superficiais, advogando, ainda, uma suposta *superação* da sociedade do trabalho.

Nesta tese de doutorado, consta como nosso objetivo central a investigação e elucidação na direção de analisar a produção científica sobre a categoria trabalho presente nas revistas especializadas do Serviço Social, buscando desvelar a apropriação deste debate pela profissão, sobretudo nos últimos 35 anos, momento em que o amadurecimento teórico-político do Serviço Social ganha especial relevo. Objetivamos, ainda, compreender as importantes contribuições do pensamento de Lukács para o entendimento do trabalho como forma originária do ser social, bem como a relevância do debate sobre tal categoria no âmbito da produção de conhecimento no e para o Serviço Social brasileiro e, por fim, buscamos refletir como o debate sobre o trabalho se coloca para a profissão, tendo em vista sua inscrição como trabalho especializado na divisão sociotécnica do trabalho, a partir da sua condição de assalariamento determinada pelo capital.

Buscando sustentar e corresponder à necessária crítica sobre o mundo do trabalho na sociedade capitalista, emerge como indispensável a utilização de um arcabouço teórico crítico, que é considerado elemento essencial para a compreensão da totalidade da vida social, uma vez que a teoria consiste na “[...] reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa” (NETTO, 2009, p.7). Ainda se fundando nas reflexões do autor, a teoria está inscrita numa esfera de (re) produção “[...] que constitui propriamente o conhecimento teórico”, revelando a necessidade de fidelidade do sujeito (pesquisador) ao objeto de estudo (IDEM, 2009).

Fundado na perspectiva de compreensão da dinâmica da sociabilidade burguesa, o pesquisador, necessariamente, precisa iniciar a investigação que tenha como ponto de partida o cerne da questão ora estudada, como forma de buscar sua raiz e apreender a sua essência e, assim, conhecer, nos dizeres de (NETTO, 2009, p. 7), “[...] a estrutura e a dinâmica do objeto”. Com esta reflexão, o pesquisador tem melhores condições de afastar-se dos perigos e descaminhos da aparência imediata das falsas consciências que deturpa e obscurece o real, requerendo um distanciamento seguro das formas *epifenômicas*,

preocupando-se, assim, com a sua essência, seu desvelamento e uma objetivação ética centrada na superação da sociedade de classes.

A sustentação oferecida pelo materialismo histórico-dialético situa o marco teórico-político e sua mediação em um contexto muito mais amplo, concebido sob a perspectiva de totalidade, pois, para (MARX, 2012), a relação entre teoria e sujeito possibilita essa apreensão em suas nuances, refletindo, criticando-o e revisando-o sistematicamente. Estas reflexões têm como ponto de partida a totalidade da vida social, sendo indissociável compreender as mediações que lhe impõem como necessárias, evidenciando o terreno em que se move e reproduz a sociabilidade burguesa na atualidade. Para (NETTO, 1983), apoiando-se em Lukács, as formas de investigação, após a segunda metade do século XX, necessitaram colocar na ordem do dia as exigências de estudos que compreendam a concretude da vida dominada pelo capitalismo, tendo em vista as profundas determinações operadas pelas relações sociais de produção em todas as esferas da vida.

Assim a opção pelo método de Marx nesta tese indica, indubitavelmente, uma determinada referência teórico-metodológica e ética - sem desconsiderar as incongruências analíticas que ainda se fazem presentes em nossas análises -, por não se tratar de uma forma de estudo inacabada. Tomando as contradições operantes diante das relações sociais, ergue-se um edifício categorial, em que

a direção desse caminho está contida, com evidência indubitável, na totalidade da visão de mundo traçada pelos clássicos do marxismo, particularmente porque os resultados existentes ruzem a nossa frente como o ponto de chegada do caminho a trilhar. Portanto, ainda que não imediatamente, ainda que não como algo visível à primeira vista, está claramente demarcado pelo método do materialismo dialético qual o caminho a percorrer – e como fazê-lo – caso se queira transpor para o conceito a realidade objetiva em sua verdadeira objetividade e captar, em sua verdade, a essência de um território específico da vida (LUKÁCS, 1982, p.11).

Compreendendo que a base material insta os homens diante da satisfação das necessidades, produz e reproduz tipos de relações sociais e engendra concepções ideológicas que, concebidas como uma capacidade teleológica, são determinadas pelo movimento das relações

sociais que, capturadas pela sociabilidade capitalista, são entendidas como as “[...] expressões das relações e atividades reais do homem estabelecidas no processo de produção de sua existência social” (LARA, 2008, p. 221).

Como consequência de nossa opção teórico-política, posto que este tipo de pesquisa acredita na relação entre pesquisador e o que ele se propõe a pesquisar, o que possibilita uma construção fundada na busca pelo conhecimento do real a partir da base material, justificando que facilita compreender e classificar processos dinâmicos e, sobretudo, analisá-los à luz da razão crítica, afirmando, assim, que o método de pesquisa adotado “[...] propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, [e] visa alcançar a essência do objeto”. (NETTO, 2009, p. 08).

Na direção de compreender e desvendar o objeto de estudo desta tese de doutorado, realizamos uma análise das produções científicas tendo como objeto central o debate sobre a categoria trabalho, a partir dos artigos científicos publicados nas Revistas especializadas do Serviço Social brasileiro, com enfoque nas Revistas Serviço Social & Sociedade, Revista Ser Social e Revista Katálysis, no período compreendido entre os anos de 2007 a 2014², momento pelo qual buscamos analisar a objetividade da produção científica nas revistas elencadas, sem a pretensão de determinar um estudo comparativo ou dedutivo. A pesquisa fundou-se na busca pela compreensão do debate em torno da categoria trabalho, a partir da produção de profissionais do Serviço Social ou das áreas afins, na direção de compor um quadro analítico destas reflexões e, ao tecer as reflexões, seguimos mediando com as particularidades do Serviço Social e do trabalho profissional do assistente social.

Com relação à escolha das revistas, devemos registrar que se trata de importantes instrumentos de acesso ao conhecimento produzido no âmbito do Serviço Social brasileiro, bem como reflexões dos temas mais particulares da profissão, com um reconhecível registro de importantes contribuições das ciências sociais em suas publicações, sobretudo no

²Cabe-nos a advertência que a Revista Serviço Social & Sociedade, maior e mais importante publicação científica do Serviço Social, teve um recorte temporal diferenciado, pelo fato de que a SS&S apenas se lança no formato *online* a partir do ano de 2010, sendo este o recorte temporal definido nesta pesquisa. Apenas a SS&S teve sua temporalização entre 2010 a 2014.

aprofundamento do debate crítico sobre a teoria social de Marx. Cabe destacar que tais periódicos circunscvem em notórias e consolidadas posições teórico-políticas e possuem grande alcance e visibilidade pública, com importante alcance junto aos profissionais e estudiosos da área.

A despeito das revistas a serem analisadas, trata-se de uma escolha previamente definida, tendo como marco de referência, mas não exclusivamente, as revistas selecionadas na pesquisa de (LARA, 2008), o que a configura como uma escolha intencional e não probabilística, o que não impede o pesquisador de incorporar outros materiais ou até mesmo excluir os existentes, visando atender aos objetivos da pesquisa, determinado pelo seu próprio movimento por ela empreendido. Ao delimitar o objeto desta tese, buscamos, numa tentativa de dar continuidade aos estudos³ de (LARA, 2008), colaborar para a identificação de possíveis continuidades e rupturas presentes nas produções científicas nas revistas ao longo do período estudado.

Seguindo o percurso metodológico por nós adotado, reinscrevemos nossas análises, tendo como recorte temporal os anos entre 2007 a 2014, período no qual, ao final, tivemos uma amplitude cronológica sobre a produção científica acerca do mundo do trabalho presente nas revistas da profissão, o que possibilitou uma melhor compreensão das categorias que sustentam o debate, buscando desvelá-las, a partir do que já fora analisado por (LARA, 2008), presente nas reflexões teórico-políticas produzidas - na condição de conhecimento científico - pelos assistentes sociais e demais intelectuais das áreas que se afinam teórica e politicamente com a profissão.

Cabe reforçar que não se trata de um estudo comparativo, hipotético-dedutivo e tampouco centrado como uma continuidade, com base nas produções anteriores. Mesmo que pese uma referência de base em produção anterior, esta tese segue caminhos próprios, sendo que as dúvidas aglutinaram seus objetivos e possibilitaram o empreendimento de um movimento particular, cujo movimento deu vida aos Eixos Temáticos aqui apresentados.

³Pesquisa originária de tese de doutorado, que pesquisou, por meio do uso de um “quadro sinóptico”, a produção dos assistentes sociais entre os anos de 1996 a 2006.

Para consecução desta pesquisa, realizamos uma *pré-análise* dos artigos presentes nas revistas acima descritas, entendendo que este procedimento se colocou como necessário, visando oportunizar ao pesquisador determinado grau de liberdade para eliminar, substituir ou até mesmo introduzir novos elementos, na direção de contribuir para uma melhor compreensão do objeto de estudo.

Tal procedimento foi composto de três fases necessárias, a saber:

a) a primeira precedeu de uma leitura preliminar, com vistas a identificar os possíveis artigos, evidenciados por uma seleção prévia, compondo essa primeira fase a análise dos materiais a partir de uma leitura prévia dos resumos e de todas as introduções, bem como uma seleção a partir das palavras-chave correspondentes ao debate sobre a categoria trabalho, relação capital-trabalho, questão social, trabalho profissional, processo de trabalho e afins; b) após a leitura preliminar, recorremos à “escolha dos documentos”, os quais já definimos a partir de uma localização dos materiais que atenderam ao recorte determinado pela pesquisa e, por fim, uma leitura exaustiva dos materiais, situando a partir de uma classificação temática, que possibilitou a definição em eixos, dada à diversidade dos artigos com os quais deparamos no decorrer da pesquisa.

Nos primeiros contatos com os materiais para análise, defrontamos com uma produção geral de 469 artigos/ensaios publicados nas revistas selecionadas, sendo que cada revista comportou a seguinte quantidade de artigos: Revista Serviço Social & Sociedade com 159 artigos; Revista Katálysis contendo 179 artigos e a Revista Ser Social com 131 artigos publicados. Deste universo de artigos, no decorrer das leituras analíticas a fim de selecionar os artigos, deparamos com um total de 72 artigos, cujas temáticas relacionavam-se com a discussão sobre o mundo do trabalho, compreendendo toda sua complexidade e diversidade temática, correspondendo a 15,35% do universo do total dos documentos selecionados nas etapas preliminares. A partir desta seleção de artigos, cuja temática se vincula ao objetivo desta tese, a construção de um quadro analítico de classificação dos materiais para análise foi possibilitada, constituindo como um momento de organização temática, em torno dos temas que nos foram apresentados pelas revistas no processo de sua seleção e classificação. Respeitando o movimento empreendido pela própria pesquisa, optamos por criar um quadro sobre os artigos, a fim de facilitar a localização do material analisado e possibilitar a organização dos artigos e suas consequentes análises.

Importante destacar que esta classificação temática que chamamos de Eixos Temáticos se constituiu a partir do próprio

movimento da pesquisa, em que a amplitude e diversidade de temas relacionados ao mundo do trabalho produzido pelos autores se constituíram em elemento-chave na organização e classificação dos eixos. Necessário indicar que a diversidade de temas ensejou um cuidado maior na organização dos eixos, tendo em vista que não se trata apenas de uma classificação semântica descritiva, que poderia encerrar o objetivo do Eixo no próprio enunciado; pelo contrário, a classificação dos materiais seguiu as operantes da própria pesquisa, impondo-nos a sua classificação para análise e apresentação, mantendo o máximo de rigor possível na aglutinação dos artigos, a fim de não criar nenhuma cisão ou mesmo descaracterização dos resultados da pesquisa.

Diante deste movimento analítico e de classificação, destacamos que o debate sobre o mundo do trabalho nas produções científicas do Serviço Social nas revistas analisadas possibilitou treze Eixos Temáticos, assim distribuídos: 1) Economia solidária, cooperativismo e autogestão; 2) Trabalho e acumulação flexível; 3) Seguridade Social, proteção social e trabalho profissional; 4) Fiscalização do trabalho profissional; 5) Área sociojurídica, poder judiciário e trabalho profissional; 6) Questão social, pobreza e trabalho profissional; 7) Educação e formação profissional; 8) Políticas de emprego /renda e qualificação profissional; 9) Movimentos sociais e sindicalismo; 10) Saúde do trabalhador e da trabalhadora; 11) Divisão sexual do trabalho; 12) Trabalho e questão agrária e, por fim, Eixo Temático 13) Trabalho infantil.

Desta forma, os Eixos Temáticos identificados e assim organizados abarcaram as mais variadas expressões temáticas presentes nos materiais analisados, tendo em vista a heterogeneidade do debate sobre a categoria trabalho presente nas Revistas analisadas. Embora em alguns Eixos não haja a presença da categoria trabalho em seu enunciado, é necessário destacar que os artigos que o compõem relacionam-se direta ou indiretamente com temáticas sobre o mundo do trabalho ou a ele vinculadas, justificando, assim, sua organização. Tendo os Eixos Temáticos como expressão do movimento da própria pesquisa, definimos, por uma questão meramente organizativa, a separação desta tese em três capítulos, respeitando o movimento nela empreendido, buscando evitar o seccionamento ou fragmentação dos resultados da pesquisa, possibilitando uma organização estrutural compatível com o método por nós escolhido, objetivando uma melhor compreensão da dinâmica da tese.

Deste modo, esta tese, organizada em três capítulos, tem no Capítulo I, intitulado *“O trabalho como forma originária da práxis*

social”, o objetivo de elucidar, a partir do referencial oferecido pelas reflexões de Lukács, o significado ontológico do trabalho, este entendido como forma originária da práxis social, em que pesam as suas contribuições em torno dos fundamentos filosóficos que sustentam tais reflexões.

Neste capítulo, dedicamo-nos nossas reflexões acerca do edifício categorial marxiano-lukacsiano frente ao debate sobre o mundo do trabalho, objetivando oferecer as bases categoriais para explicitar as mediações realizáveis no âmbito das esferas constitutivas que vão oferecer as condições de emergência de um novo tipo de ser, que, refinado, alça patamares mais qualitativos e possibilita a origem de um ser ontologicamente considerado: o ser social.

Sustenta as reflexões do Capítulo I a necessária compreensão sobre a estruturação do capitalismo em torno da apropriação e expropriação da força de trabalho humana, de modo que possibilita a refutação dos anúncios prematuros da morte da sociedade do trabalho, ao passo que carrega uma validade cada vez mais latente, em vista dos processos operados pelo capital em torno de uma relação dualizada e conflituosa, que ao mesmo tempo nega o trabalho, mas que a ele recorre para sua (re) produção diante da totalidade da vida.

No capítulo II, denominado “*O mundo do trabalho nas produções científicas do Serviço Social brasileiro*”, dedicamo-nos extensamente às análises dos artigos publicados nas Revistas ora elencadas nesta tese, buscando compreender a objetividade da produção de assistentes sociais e demais intelectuais acerca do mundo do trabalho, considerando a existência e presença de diversas posições teóricas e políticas que, mesmo conflitantes, operam a possibilidade do diálogo em torno do mundo do trabalho. Importante destacar que a presença de correntes teóricas dos mais variados matizes funda-se na perspectiva da pluralidade de ideias presentes na profissão e no escopo das revistas, mas não removem a necessidade da crítica sobre seus fundamentos, crítica está presente nos artigos destinados ao debate sobre os fundamentos, considerando as bases oferecidas pelas reflexões da ontologia marxiana e lukacsiana.

Neste capítulo, entendido como radicular para a estruturação desta tese, recorremos, frente às reflexões dos artigos, ao pensamento lukacsiano em torno do trabalho como forma originária do ser social, bem como sua condição de produtor de valor, sem desconsiderar os fundamentos teórico-políticos que sustentam esta tese de doutorado, numa perspectiva de conhecer a objetividade desta produção científica

em torno do debate sobre o mundo do trabalho presente nas produções do Serviço Social brasileiro.

No capítulo III, destinamos as reflexões relacionadas às Considerações Finais, capítulo pelo qual buscamos compreender as particularidades do Serviço Social diante da formação e do trabalho profissional, sem evidenciar qualquer exegética sobre a emergência da profissão, apenas situando o quadro de desvelamento desta profissão no cenário do desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo e sua correspondência imediata com o mundo do trabalho.

Tal capítulo se coloca frente às dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas presentes na profissão, considerando as determinações desta profissão na divisão social e técnica do trabalho, a partir de sua condição de assalariamento, ou seja, de trabalhador que vende sua força de trabalho e que (re) produz a existência material e espiritual na condição de classe social.

Neste capítulo dedicamo-nos às reflexões éticas ontologicamente consideradas que se colocam diante da recusa evidente de uma ética utilitarista renitente nas profissões e na vida social, destacando os fundamentos éticos como uma adesão de valores ideopolíticos de compromisso com as demandas e bandeiras de luta da classe trabalhadora, entendendo a necessária objetivação das abstrações éticas e metodológicas hauridas na teoria social de Marx.

Media-se ao conjunto teórico-crítico haurido na fonte marxiana - mesmo que ainda travejada de inúmeros problemas metodológicos- um devir ético-político profissional que expressa a adesão de um coletivo profissional frente às demandas da classe trabalhadora, a partir de uma objetivação no cotidiano do seu trabalho profissional, ainda que este reproduza as limitações do cotidiano reificador patrocinado pelo capital (NETTO, 1999,), (BARROCO, 2008).

Neste mesmo capítulo, no subitem, detemo-nos diante das reflexões finais desta tese de doutoramento, considerando a magnitude do tema e as limitações operantes na atual quadra histórica e da própria tese, recorreremos às reflexões marxianas e, sobretudo, lukacsianas, num caminho de síntese que busca compreender e mediar a estrutura do pensamento lukacsiano e deste, como as reflexões dos resultados da pesquisa empreendida.

Neste capítulo, dedicamo-nos ao estabelecimento das mediações entre a objetividade da produção teórica sobre o mundo do trabalho e está com as particularidades do Serviço Social brasileiro, que, nas últimas décadas, dedicou-se a compreender as relações sociais de produção sobre a égide do capitalismo, a partir de um arcabouço

teórico-metodológico consolidado na perspectiva crítica, de raiz marxiana. Evitando-se encerrar as discussões em um *fim em si mesmo*, as linhas que seguem as reflexões sobre algumas considerações não encerram a grandeza do debate sobre o mundo do trabalho e sua relação com o Serviço Social, entendido este último como expressão inequívoca das relações sociais de produção do capital, inscrito na reprodução e no seio da contradição que engendra e determina o capitalismo.

I - O TRABALHO COMO FORMA ORIGINÁRIA DA PRÁXIS SOCIAL

1.1 OS FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DO TRABALHO EM LUKÁCS

As *exéquias* do trabalho prematuramente defendidas pelos ideólogos neoliberais, com clara sustentação pós-moderna, frente às crises cíclicas do capital, sobretudo, a partir do programático eixo político-econômico liberalizante da era Reagan-Thatcher, nos conturbados anos 1980, que empurrou para os anos 1990 uma onda liberal que solapou (intencionalmente) os Estados-Nacionais periféricos, num desmonte irrefreável do aparelho estatal, sobretudo diante das políticas sociais, atingindo a classe trabalhadora e o trabalho diretamente.

Malfadado o funeral do mundo do trabalho propugnado pelos neoliberais, que, diante de uma incontestável refutação às teses marxianas do valor-trabalho, esta como uma das chaves heurísticas para compreensão da dinâmica complexa do capitalismo em tempos agudos, reacendeu, se é que esteve um dia em fogo morto, a intensificação do debate sobre o trabalho, retomando as categorias⁴ indispensáveis para o entendimento do trabalho como produtor de valor em uma quadra histórica profundamente determinada por incontáveis tentativas de impingir uma marginalidade sobre a teoria do valor trabalho.

Tendo a teoria do valor trabalho marxista como ponto de partida para compreensão sobre o mundo do trabalho, tomamos como referência os esforços teórico-metodológicos e ético-políticos presentes na vultuosa e derradeira obra de György Lukács, que, no esforço para fazer “renascer o marxismo”, empreendeu um cuidadoso estudo sobre as origens do ser social, tendo o trabalho enquanto forma originária da práxis social.

Nesta direção, as reflexões operadas a partir de tal categoria necessitam ser compreendidas, estabelecendo as mediações necessárias,

⁴ Em relação às categorias, afirma Lukács apud (EÖRSI, 1986, p. 85) que elas são formas de ser, o que jamais remove, a partir do método marxiano, sua legalidade diante da historicidade, registrando o autor que “ não é que a história se desenvolva no interior do sistema das categorias, mas, ao contrário, a história é a transformação do sistema das categorias”.

a partir de um método que se estabeleça diante da concretude da base material da vida, entendida ontologicamente como ponto de partida de toda sociabilidade humana, no sentido de compreender, como ressalta Netto (2004, p. 157), uma [...] análise radicalmente crítica da gênese, do desenvolvimento, da consolidação e dos vetores de crises da sociedade burguesa e da ordem capitalista”.

Inerente à opção de um método capaz de compreender a dinâmica societal fundada e profundamente determinada pelas complexas relações sociais de produção capitalistas, entendidas estas como pedra angular, tendo no trabalho sua sustentação enquanto sistema social; mesmo que mediado pelo método marxiano, há que se considerar a presença da retórica conservadora, de cariz pós-moderno que, aos mais incautos, reserva deturpações profundas ao pensamento marxiano, o que pode levar, invariavelmente, a um ecletismo profundamente vulgarizado, travestido de *pluralidade*.

Em relação ao ecletismo e a suas formas mistificadoras da realidade, adverte-nos (LUKÁCS, 1979, p. 61) que

A forma científica na qual se manifesta este espírito da pequeno-burguesia capitalista é o ecletismo, a tentativa de erigir como ‘método’ científico o ‘por uma parte... e por outra’, tão caro ao pequeno-burguês, de negar as contradições da vida ou - o que é a mesma coisa - de contrapor entre si, de uma maneira superficial, rígida e carente de mediações, determinações contraditórias.

Os embustes promovidos por um tipo de ciência descompromissada com o mundo dos homens reatualizam e reforçam reproduções de variadas ordens, quer sejam materiais (tão essencial para o capital) quer sejam de caráter ideológico, que também funcionais ao modelo vigente forcejam a superficialização dos conteúdos que determinam a totalidade social, bem como representações ideológicas igualmente superficiais e desprovidas de compromisso com a realidade.

Visando desviar os equívocos presentes na insistente retórica pós-moderna presente nas ciências e na universidade moderna, tomaremos a reflexão sobre o trabalho a partir do debate presente na tradição marxista, a qual é reconhecida como uma categoria profundamente apropriada pela determinabilidade das relações sociais de produção tipicamente burguesa, sendo que tomado nesta direção o capital é uma

“[...] potência econômica da sociedade burguesa que tudo domina”. (MARX, 2011, p. 60), o que demonstra *in nuce* a indispensabilidade do trabalho diante da reprodução sociometabólica do capital como base da manutenção de seu constante processo de valorização.

Ainda que profundamente determinado pelas relações sociais de produção tipicamente capitalistas, o trabalho autoconstruído historicamente possibilita ao homem a realização das mediações e atividades mais essenciais que lhe possibilitam dirigir-se rumo à construção de elementos indispensáveis ao seu reconhecimento como ser social, sendo que “[...] a sociabilidade, a consciência, a universalidade e a liberdade” (BARROCO, 2005, p.116), situam-se como uma atividade autocriativa, universal, que possibilita o estabelecimento das bases rumo ao refinamento social mais elevado, bem como o latente desenvolvimento das potencialidades dirigidas ao humano-genérico.

Enquanto atividade que imputa ao humano-genérico um refinamento social cada vez mais elevado, é necessário entender que o trabalho, na condição de atividade indispensável à emergência do ser social, requer o distanciamento entre a imediatividade latente dos instintos, pois objetiva, por meio da natureza, uma determinada transformação almejada, profundamente mediatizada pela satisfação das necessidades humanas, e, conseqüentemente, em direção à sua humanização. Este distanciamento remete o humano-genérico na direção do conteúdo ontológico do qual o trabalho é legatário, demonstra, incontestemente, ser uma categoria fundante para a emergência de um novo tipo de ser, mais refinado, dotado de sentidos, ainda que esta significação ontológica seja profundamente cooptada, alterada e determinada pelas relações sociais de produção, o trabalho resguarda a fundação deste novo tipo de ser, o social.

Tomadas como referência as categorias fundadas e presentes no materialismo histórico-dialético e este método como ponto de partida, podemos retomar (LUKÁCS, 2012, p. 286) e afirmar que

O trabalho dá lugar a uma dupla transformação. Por um lado, o próprio ser humano que trabalha é transformado por seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, sua natureza, desenvolve as potências que nela se encontram latentes.

Determinado como uma processualidade coexistente e ontologicamente considerada diante da relação entre humano-genérico e natureza, o trabalho é uma potência social posta em constante e irrefreável movimento, rumo à satisfação das necessidades sociais, quer elas individuais e/ou coletivas, situado por Lukács, sustentado em Marx, como um processo genético de incontáveis interações humanas com sua matéria e que invariavelmente se encontra baseado na substância social, *in nuce*, na natureza.

Compreendido como a primeira forma de objetividade, poder-se-ia afirmar que não há homem sem natureza, porém é factível o reconhecimento da existência da natureza sem homem, conforme já aludido por (LUKÁCS, 2013), e, deste modo, esta natureza não consiste numa “entidade” onírica, fundada numa imaterialidade idealizada, tão logo deificada ou mesmo subjetivada⁵. Esta natureza para Lukács é insuprimível, compreendida como um terreno prenhe de legalidades próprias, mesmo que mediante a emergência do ser social esta natureza não altera seu estatuto, mesmo que diante do contínuo afastamento das barreiras naturais realizado pelos homens a partir do trabalho sua legalidade permanece intocada.

É na natureza, situada na concretude da vida, que mediada pelo trabalho e pelas capacidades humano-genéricas frente a um continuado e sistemático processo de pores teleológicos, que tal natureza se impõe ao homem, diante de um constante e necessário afastamento das barreiras naturais, bem como oferece respostas aos carecimentos humanos, figurando-se, nas palavras de Lukács, numa via de mão dupla ao tornar-se núcleo fundante para a satisfação das necessidades do humano-genérico e terreno concreto e insuprimível para o desenvolvimento da sua autotransformação, centrado em uma socialização cada vez mais pura, ou seja, refinada, em direção a um novo tipo de ser, mais social.(TERTULIAN, 1990)

Tomado neste sentido, para Marx,

O trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu

⁵Cabe situar as inúmeras teodiceias criadas a partir da necessidade de situar a natureza e a história a um finalismo, sob o domínio de imagens criadas pelo homem. Para maiores reflexões, ver FREDERICO, Celso. Marx; Lukács: A arte na perspectiva ontológica. Ed. UFRN, 2005.

metabolismo com a natureza. [...] Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural, o seu objetivo (MARX, 2006, p. 211).

Deste modo, o trabalho, além de constituir-se como uma atividade ontologicamente considerada para o ser social, pois lhe confere estatuto de humanidade, diferenciando-o dos demais animais existentes na natureza, tributa a este ser social determinado lugar diante da transformação da natureza bruta e, por consequência, a sua imediata e inegável transformação enquanto ser social, diante de um processo determinado por pores teleológicos. Neste sentido, “[...] só é lícito falar do ser social quando se compreende que a sua gênese, o seu distinguir-se da sua própria base e o seu processo de tornar-se algo autônomo se baseiam no trabalho, isto é, na continuada realização de posições teleológicas” (LUKÁCS, 1981, p. 11).

Ao situar a relação metabólica homem-natureza, não poder-se-ia considerá-la como uma fracionada e acidentada justaposição entre ela e a sociedade, pois, considerando natureza, trabalho, meio e fim, mediados pela produção, estes desembocam no processo de trabalho, dirigindo a um determinado fim, que, por constituição, possibilita a emergência de um determinado produto, possibilitando a existência da mundaneidade social. Dito isso, recusa-se a compreensão justaposta desta relação, situando que a síntese desta nova esfera social, originária no trabalho, revela a existência inequívoca de uma objetivação, legatária de determinações a partir de uma totalidade social que, contraditória e heterogênea, coloca em movimento teleologia e causalidade, considerando a inequívoca e constante existência de uma natureza,

porém com traços profundos de mutação na esfera da consciência humana.

Diante da transformação das bases da natureza, o trabalho somente pode ser considerado como atividade consciente a partir das formas de projeção no campo das ideias, dirigidas à satisfação de necessidades sociais, mas se afigura como teleologia ao passo que leva a cabo sua objetivação, pois não é lícito falar em teleologia sem causalidade, categorias estas concebidas como chaves heurísticas para compreensão da vida social. (TERTULIAN, s/a).

Neste sentido, teleologia e causalidade

[...] não são, como apareciam nas análises gnosiológicas ou lógicas, princípios mutuamente excludentes no desdobramento do processo, do ser-aí do ser-assim das coisas, mas, ao contrário, princípios mutuamente heterogêneos, que, no entanto, apesar da sua contraditoriedade, somente em comum, numa coexistência dinâmica indissociável, podem constituir o fundamento ontológico de determinados complexos dinâmicos, complexos que só no campo do ser social são ontologicamente possíveis, cuja ação nessa coexistência dinâmica constitui característica principal desse grau do ser (LUKÁCS, 2013, p. 89).

Lukács, recorrendo a Marx, afirma que, além da função de sociabilização por meio do trabalho, o homem, ao projetar finalidades, constrói, na esfera da consciência, determinada forma que será objetivada no concreto, sendo este produto objetivado como resultado de sua prévia ideação, situada como uma construção mental antecipada nesta mesma consciência que, impulsionada por determinada intelecção, nervos e músculos, tendo instrumentos que mediam esse processo, materializa-se a partir de um intercâmbio ontologicamente considerado entre homem-natureza, possibilitando a concreção dessa abstração. Neste sentido, a teleologia para (LUKÁCS, 1981, p. 8) “deve ser compreendida como uma categoria posta [e] guiada através da consciência ao estabelecer um fim”, consciência dirigida a determinado fim possível e realizável apenas no contexto da práxis humana, ou seja, instante este em que as formas impostas pelo concreto são dirigidas às esferas abstratas antecipadas no campo da consciência, estabelecendo nexos causais e objetivando.

Para o pensador húngaro, o trabalho para realizar-se pressupõe um reflexo correto, ou seja, um reconhecimento correto e válido sobre a matéria que será transformada, mediada por alternativas de escolhas diante dos meios mais adequados a corresponder-lhe as necessidades imediatas. A teoria do reflexo sustentada por Lukács refere-se às escolhas conscientes dos meios e instrumentos que fornecem ao humano-genérico a "... utilidade ou não de um reflexo determinado. A realização da "verdade" contida no reflexo depende dos fins escolhidos pelo homem" (FREDERICO, 2005, p. 125). É certo que o espelhamento da realidade se coloca como mecanismo indispensável que possibilita ao homem o distanciamento, ou como quer Lukács, uma dissociação entre homem e o seu ambiente, o que vai manifestar-se diretamente na confrontação entre sujeito e objeto.

Lukács (2013, p. 66) afirma que "no espelhamento da realidade a reprodução se destaca da realidade reproduzida, coagulando-se numa "realidade" própria na consciência" ao passo que, nesta consciência, este reflexo é apenas uma reprodução, destacando que dela deriva uma nova forma de objetividade, mas que não produz uma realidade, pois, assim pensada, perderia seu estatuto ontológico, advertindo que tal reprodução não é idêntica diante daquilo que reproduz, "pelo contrário, no plano ontológico, o ser social se subdivide em dois momentos heterogêneos, que do ponto de vista do ser não só estão diante um do outro como heterogêneos..." (LUKÁCS, 2013, p.66), revelando uma factível dualidade, que se opõe: o ser social e seu espelhamento na consciência.

Como expressão inequívoca de uma processualidade determinada na ambiência de uma complexidade muito ampla, tal interação entre opostos não anula as capacidades de objetivação do ser social, pelo contrário, pois ela vai irrigar as mediações indispensáveis diante dos pores teleológicos que, na condição de causalidade posta, demonstram a estatura do trabalho para o ser social.

O espelhamento, para Lukács, ao se fundar em uma peculiar contradição, tendo em vista que tal espelhamento da realidade não se figura como um *não ser*, por ser apenas um reflexo (mas não menos importante), mas se torna indispensável na mediação de causalidades, é, ao mesmo tempo, elemento que conduz a emergência de novas objetividades frente ao ser social, advertindo que este espelhamento da realidade, mesmo não sendo um *ser* em síntese, não carrega nenhum tipo de existência espectral, ou seja, de um dado gnosiológico, e sim de estatuto ontológico (LUKÁCS, 2013).

Assim, no âmbito da teleologia ou prévia ideação, Marx estabelece uma relação entre as formas inconscientes de uma

determinada ação de animais da natureza, como a abelha e a aranha, por exemplo, inferindo que sua atividade se inscreve naturalmente diante de um processo consuetudinariamente instintivo, donde as protoformas contidas em determinada ação diferem substancialmente do trabalho humano, sendo este último consciente, em que se projetam finalidades. A emblemática comparação de Marx demonstra a diferencialidade entre os animais, estes sem consciência dos atos, ou seja, destituídos de prévia ideação, e do ser social, refinado, constituído por pores teleológicos incessantes em direção ao afastamento das barreiras naturais, tendo o trabalho como forma originária de sua realização.

Tomado nesta direção, Lukács acentua a diferencialidade entre o ser social e demais animais da natureza, sobretudo aqueles considerados mais desenvolvidos, afirmando que “... parece um fato inegável, todavia, ela se mantém sempre como um pálido momento parcial subordinado ao seu processo de reprodução biologicamente fundado e que se desenvolve segundo as leis da biologia” (LUKÁCS, 2013, p. 62), o pensador húngaro vai tributar a esfera da reprodução biológica destes animais considerados mais desenvolvidos um epifenômeno do ser orgânico, a serviço de uma determinada existência igualmente biológica, figurando-se de modo estagnado, onde o mutismo impera, por não haver nenhum tipo de movimento que se imponha como teleologia e causalidade.

Assim sendo, a prévia ideação ou teleologia configura-se como uma categoria exclusiva do humano-genérico que, estabelecendo-se no campo das ideias e dirigindo-se à objetivação, valendo-se de determinados meios, ontologicamente considerados indispensáveis, transforma a teleologia em causalidade posta, o que, para Lukács, trata-se de uma indispensabilidade presente na relação entre humano-genérico e natureza, tendo o trabalho como elemento mediador, sustentado pela capacidade humana em reconhecer as propriedades e os princípios presentes na legalidade da natureza. O ser social “[...] ao apreender os nexos da malha causal, ao assumi-los na consciência por meio da reprodução ideal, o homem torna-se capaz de transformar a matéria natural, produzindo, deste modo, um objeto apto a satisfazer suas necessidades e carências” (FORTES, 2016, p. 50).

Nesta direção,

O momento ideal, ao objetivar-se, transmuta em causalidade posta. A transformação da teleologia em causalidade não anula ou elimina a teleologia. No processo, há uma qualificação, e teleologia e

causalidade continuam ontologicamente heterogêneas. (LUKÁCS, 2013, p. 52).

À primeira vista dos leitores mais desavisados ou mesmo daqueles que se colocam como detratores do pensamento lukacsiano, pode parecer estranha a insistência em se referir à natureza, porém o que Lukács, a partir de Marx, vai insistir é que a relação entre homem e natureza é uma condição *sine qua non*, havendo uma relação de coexistência entre as esferas constitutivas, sendo que não é lícito pensar no humano-genérico como sujeito atomizado, descolado da materialidade da vida, e é, na natureza, como base eminentemente ontológica de sua constituição, mediada pelas posições teleológicas impulsionadas pelo trabalho, que este novo tipo de ser desenvolve-se e põe em constante movimento suas capacidades latentes.

Compreendendo a natureza como base ontológica da vida, é lícito entender que a arquitetura lukacsiana refuta as velhas ontologias religiosas que explicam a existência da materialidade da vida a partir de conteúdos idealizados, recusando toda esta *suposta legalidade* nela contida, deturpando a compreensão da relação desta com o mundo concreto. Assim, a vida somente pode ser considerada como tal tendo como ponto de partida a esfera inorgânica, consubstanciada pelo incessante intercâmbio genético do homem – mediado pelo trabalho-enquanto ser natural, com a natureza, e esse intercâmbio possibilita que este se ancore enquanto esfera ontológica particular no interior da totalidade do ser em geral, ou seja, essa processualidade afiança e tributa a emergência de um ser mais complexo, mais desenvolvido e qualitativamente novo: o ser social (LUKÁCS, 2012).

Na Ontologia do Ser Social, Lukács, tendo como chave heurística o método em Marx, indica os recursos metodológicos indispensáveis à compreensão do ser social e sua relação imediata com as mais diversas esferas da vida, evidenciando, por meio da sua concepção radicalmente compromissada com os fundamentos histórico-humanos, inscrevendo-se, a partir da concretude da vida e dos elementos históricos que ontologicamente a compõem e a determinam, fundado numa necessidade crítica de compreensão das determinações das relações sociais do capitalismo e suas formas de manipulação ideológica.

O humanismo de Lukács contrapõe-se de maneira vigorosa às tendências idealistas, teológicas e, sobretudo, a seus apologetas, que, descompromissados com a realidade e com o homem, forjam e (re)produzem as mais variadas formas de estranhamento. Porém é necessário destacar nesta tese que o estranhamento não emerge e

tampouco se refere apenas às questões de fundo místico ou cósmico, apenas, pois trata-se de um fenômeno “[...] exclusivamente histórico-social, que emerge em certos picos do desenvolvimento em curso, assumindo a partir daí formas historicamente sempre diferentes, cada vez mais marcantes” (LUKÁCS, 2013, p. 577), o que nos indica que a processualidade histórica, profundamente tensionada e determinada pelo descompasso entre o desenvolvimento social e o econômico, revela, à luz da ontologia, as mais variadas nuances do estranhamento diante das esferas sociais.

Notório destacar que as esferas constitutivas deste ser social não se limitam apenas às bases inorgânicas, mesmo que elas se situem como base ontologicamente considerada para sustentar, mediado por outras categorias, a emergência deste novo ser, mais desenvolvido, mais refinado. Para Lukács, não há possibilidade da existência das bases orgânicas sem aquelas determinadas pelas primeiras, as inorgânicas, pois não há possibilidade de inversão das prioridades ontológicas nelas contidas, ou seja, as matérias orgânicas (plantas, solo, nutrientes etc.) não podem prescindir dos elementos inorgânicos que as engendram, naturalmente (LUKÁCS, 2013).

Tais esferas se constituem como um complexo determinado, posto em constante movimento, o que situa o humano-genérico como um complexo de complexos, tendo como base o avanço do processo de desenvolvimento das formações sociais (qualitativamente mais complexas), tendo em vista que “[...] quanto maior a variedade de relações sociais que ela (sociedade) contenha, maior será a articulação das vidas individuais com a história coletiva” (LESSA; TONET, 2008, p. 76), o que não anula sua prioridade, pelo contrário, afiança, mediada, com outras categoriais mais complexas e superiores, a emergência deste novo tipo de ser.

Então,

[...] a constituição biológica constitui a prioridade ontológica, o pressuposto insuperável para a existência do ser social, o desenvolvimento desta forma do ser possui como momento preponderante as categorias que lhes são peculiares, aquelas categorias que determinam a *diferença específica* com as formas do ser imediatamente anteriores (FORTES, 2013, p.50).

Nesta direção, o trabalho necessita ser apreendido a partir da sua base genética e social, tendo em vista seu caráter coletivo, pois as

necessidades de outros sujeitos permitem que o trabalho apresente uma determinada finalidade social, o que nos impele de reconhecer as particularidades do trabalho, entre elas, os pores teleológicos primários, - que se situam no bojo de um particular tipo de desenvolvimento social, sendo este último restrito às esferas econômicas -, dirigidos diante da satisfação das necessidades sociais presentes, como forma de subsistência do ser social, inaugurando, assim, o processo em direção à realização do valor de uso. Importante advertir que o trabalho determinado nesta esfera de desenvolvimento social não o impõe diante de um determinismo frente à economia; essa esfera econômica segue, invariavelmente, “[...] acrescida de níveis mais complexos que irão compor a sociedade (...)” (FREDERICO, 2005, p. 133).

A realização dos pores teleológicos somente se constitui como possibilidade imanente a partir do acesso às cadeias causais que lhes engendram e dão movimento, sendo que esta causalidade se afigura como terreno que se precede de uma determinada projeção finalística. Compreendidas nesta direção, as bases causais seguem ilimitadas, diante de uma infinidade imanente, posto que a chamada consciência ponente, ou seja, que projeta finalidades segue adstrito a determinados horizontes essencialmente objetiváveis (TERTULIAN, s/a).

Tomando-a por teleológica, como uma célula que compõe a emergência da vida social, na medida em que se atribui a ela inúmeras mediações, entre elas, o trabalho, Lukács vai deslindando a relação entre natureza e sociedade, afirmando que a primeira segue dominada por uma causalidade espontânea, imanente, e a segunda se coloca frente a constantes posicionamentos finalísticos, conscientes, diante de alternativas de escolhas postas à sua decisão de valoração, situando-se frente a uma incontestável e indissolúvel relação causal-finalística, o que permite dar legalidade e efetividade do [...] caráter de irredutibilidade do mundo dos valores”, como produto da consciente que impõe à causalidade posta profundamente mediada por projeções finalísticas. Assim, somente [...] podemos falar racionalmente do ser social quando concebemos que a sua gênese, o seu distinguir-se, a sua própria base e seu tornar autônomo baseiam-se no trabalho, isto é, na contínua realização de pores teleológicos” (LUKÁCS, 2013, p. 52).

A imbricação entre teleologia e causalidade inscreve-se, para Lukács, como uma latente expressão de uma teleologia primária, ou seja, ontologicamente considerada, indispensável para impulsionar o homem rumo a um novo tipo de ser, qualitativamente diferente das formas anteriores, e, estabelecidas as mediações indispensáveis neste intercâmbio homem-natureza, frente à satisfação de necessidades

crescentes, bem como diante das necessidades econômicas. Mas, para nosso pensador, ocorre, no conjunto desta complexidade, determinadas posições que saltam da base material da vida e fixam-se diante de pores que modelam comportamentos, o que (LUKÁCS, 2013) vai denominar pores teleológicos secundários.

Diferentemente dos pores teleológicos primários, baseados na relação direta e inequívoca com a natureza, os pores teleológicos secundários dão origem a um momento pelo qual o processo se inverte e a práxis humano-social se inscreve como algo qualitativamente novo, no sentido de que essa práxis humana se situe como uma forma superior, soerguendo-se cristalizada de mediações, no sentido de provocar determinados graus de influências frente aos comportamentos humanos, isto é, profundamente direcionada à consciência dos homens.

Os pores teleológicos secundários inscrevem-se de modo latente e mais evidente frente ao campo das ideologias, ao realizar uma práxis social dirigida a influenciar outros seres sociais e conduzi-los a responderem mediante alternativas postas. Afirma o pensador húngaro que se trata de uma “[...] tentativa de induzir outra pessoa (ou grupo de pessoas) a realizar, por sua parte, pores teleológicos concretos (LUKÁCS, 2013, p. 83).

Diante do momento em que o ser social se dirige frente ao estabelecimento de uma relação necessariamente consciente e histórica com outros seres sociais, no sentido de objetivar um determinado trabalho – constituído no campo das consciências -, possibilita que o por teleológico secundário transponha as características mais simples e imediatas do trabalho na direção da constituição de uma processualidade que incide diretamente sob as condutas humanas, objetivando projetar a consciência humana e impulsionar ações prático-concretas.

Tomando sua essência, os pores teleológicos secundários, mediatizados e potencializados pelo trabalho, remetem o ser social rumo à práxis social, sendo esta práxis entendida como um campo preñado de possibilidades de transformação. Com relação à práxis social, (LUKÁCS, 1978, p. 05) é esclarecedor ao afirmar que o

[...] homem torna-se um ser que dá respostas precisamente na medida em que – paralelamente ao desenvolvimento social e em proporção crescente – ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los; e quando, em sua resposta ao carecimento que a provoca, funda e

enriquece a própria atividade com tais mediações, frequentemente bastante articuladas.

Tendo-a como base genética frente às projeções mentais cada vez mais aperfeiçoadas deste ser social, é considerável que, na mesma medida de aperfeiçoamento, sua *práxis humana* segue cada vez mais *social*, visto que, para atingir esse nível qualitativamente novo diante da práxis, supõe o desenvolvimento ulterior da universalidade, da consciência, da liberdade e da sociabilidade, visto que, para Lukács, sem elas não é possível ascender a uma práxis social eminentemente emancipatória.

Não há uma determinada regularidade ou linearidade diante deste processo, ao passo que este se constitui de modo muito particular, levando em consideração determinados tipos de desenvolvimento, - considerando os tipos de classes sociais, estratos sociais desiguais, por exemplo - a depender da esfera social na qual a processualidade se inscreve, visto que, a partir das determinações das totalidades sociais, cada vez mais ricas e complexas, figuram-se diante de inúmeras mediações entre os indivíduos e o gênero humano. Registra a letra lukacsiana que a totalidade “[...] é a respectiva sociedade como complexo contraditório que, na *práxis humana*, constitui o objeto e simultaneamente a única base real da sua ação”. (LUKÁCS, 2013, p. 466), inscrevendo, assim, a totalidade como uma base real da sua ação, o que indica que qualquer elemento que a interdite, faz com seu conteúdo ontológico seja alterado.

Considerando as determinadas formas e complexificações originadas destas práxis, categorizada por (ANTUNES, 2001) como *ações interativas*, acabam assumindo uma supremacia diante dos níveis inferiores, “[...] de tal modo que as mudanças ulteriores do sujeito, por mais importantes que sejam, certamente são produtos de estágios mais evoluídos, superiores de um ponto de vista social, e, no entanto, têm seu fundamento ontológico na forma originária do simples trabalho” (LUKÁCS, s/a, p. 41). Assim, tais ações interativas continuam permanentemente como elemento constituinte da base da existência daqueles seres mais complexos, aqui entendendo os seres sociais mais refinados, como Lukács alude com precisão.

A práxis humana, entendidas as determinações e mediações diante do trabalho, pressupõe a realização de objetivações concretas dirigidas a condições para a materialização de um determinado projeto ou produto real, afiançando ao trabalho, e este como uma práxis, os pilares ontologicamente considerados da gênese da liberdade, para

Lukács entendida não como uma abstração, cuja valoração impõe igualmente condição ao ser social, pelo contrário a liberdade se inscreve como uma capacidade posta pelo e no trabalho dos homens diante da base material que os erige e os determina.

O trabalho, como medida da emergência da liberdade, é condição *sine qua non* para o desenvolvimento das suas forças liberadoras, posto que ele se coloca diante do domínio pelos seres humanos, das restrições impostas pelas barreiras naturais e sua consequente superação, mediando potências possibilitadoras do autorreconhecimento da sua condição de ser social, afirma seu lugar como sujeito individual e coletivo, que responde, imediatamente, a carências e cria novas necessidades cada vez mais sociais.

A existência do trabalho como capacidade dirigida à liberdade não pode ser compreendida como uma categoria descolada do real e das mediações que a enriquecem, pois, pensando deste modo, trabalho e liberdade tornam-se valores puramente abstratos. A afirmação do trabalho como capacidade livre requer precisá-la como uma atividade criadora, consciente, diante da superação da sua restrição simplista como atividade puramente de sobrevivência ou, como quer (BARROCO, 2010), de “exploração e dominação entre os homens”.

Aqui falamos de uma capacidade essencialmente livre, projetada a partir de uma determinada ação superadora dos limites que tentam impingir à relação trabalho-liberdade contornos simplistas e profundamente mecanizados, destituindo-se de sua significação humanizadora. Trata-se de uma ação liberadora universal, posta rumo à criação de um sujeito realmente livre, capaz de usufruir toda a potência e riqueza humanas.

Ao situar liberdade, falamos de alternativas de escolhas possíveis frente a possibilidades fundadas diante do tempo histórico de uma determinada base material da qual o ser social se (re)produz, levando-se em conta padrões ético-morais individuais e/ou coletivos que o influenciam, mediado com outras categoriais que o enriquecem.

Assim,

[...] se nas decisões alternativas do trabalho está contido o “fenômeno originário” da liberdade, isso ocorre porque ela põe em marcha os primeiros atos, nos quais aquelas surgem através das objetivações; que, portanto, por seu ser, são algo diferente de meras transformações espontâneas de um existente ser-outro, que, por

isso, podem se tornar veículo para o surgimento de algo realmente novo, de algo que não só modifica objetivamente o ser social, mas transforma a mudança no objeto de um pôr humano voluntário (LUKÁCS, 2013, p. 374).

Mediante uma determinada ação liberadora dos elementos que impulsionam a liberdade, aqui falamos de uma liberdade substantiva, real, dirigida ao pleno exercício da grandeza humana, é necessário destacar que tais mediações se colocam diante de uma posição de devir ético, que supõe a adesão de valores igualmente ratificados frente a um tipo liberdade que, superados seus limites restritos dados na esfera de um cotidiano reificado, profundamente dominado, se coloque diante da universalidade humano-genérica.

Entendida como uma expressão latente da práxis, a ética para Lukács ultrapassa os limites de um *dever-ser* na direção de situar-se como uma ação muito mais universal, calcada nos domínios do *vir a ser*, de modo que se configura essa ética universal a partir de uma teleologia que se inscreve a partir de tipos de decisões que derivam ações práticas, dirigidas à superação daqueles elementos que obstaculizam a criação de necessidades e potencialidades eminentemente livres (LUKÁCS, 2013).

Esta capacidade ética não se coloca como uma abstração apenas, ou metafísica, como advogam os herdeiros do kantismo, pois ela segue mediatizada pelas esferas constitutivas da totalidade social, considerando a concretude da vida, e superada esta compreensão abstrata rumo a uma objetivação que lhe confira concretude diante de uma legalidade que, mediada pelo trabalho, ancorada em valores universais, possibilite a emergência de uma atividade livre, criativa, consciente, afirmada por (Marx 1971, p.101) como uma capacidade direcionada à [...] despojar os fins externos de seu caráter de pura necessidade natural para estabelecê-lo como fins que o indivíduo fixa a si mesmo, de maneira que se torne a realização e objetivação do sujeito, ou seja, liberdade real, cuja atividade é precisamente o trabalho”.

Sustentado pelas reflexões marxiano-lukacsianas, para nós não é nenhuma novidade que é por meio do trabalho que o homem se refina e dirige-se rumo a uma genericidade que lhe conferirá uma diferenciação dos outros animais da natureza, almejado à condição de um ser qualitativamente novo, cujas mediações postas pelas bases que lhe engendram oferecem as formas originárias de emergência deste novo tipo de ser, o que (FREDERICO, 2005), Lukács, vai designar como uma verdadeira *odisseia do ser social* em direção à constituição deste ser

dotado de consciência, ou seja, socialmente refinado. Para melhor compreender esse processo em direção à sociabilização no contexto do trabalho e este último por sua vez ontologicamente mediado pelas esferas constitutivas da vida, faz-se necessário destacar o salto ontológico como momento único, exclusivo e decisivo no desenvolvimento deste *ser social*.

Nas reflexões de (LUKÁCS, 1979), o salto ontológico se coloca diante de dois momentos, sendo que, no primeiro, este salto se manifesta a partir do desenvolvimento das formas de linguagem, das formas de consciência e pelo trabalho, colocando o homem na direção do *ser-em-si* do gênero humano, mediando o indivíduo ao gênero, entendido numa dimensão que transita, a partir de vários nexos causais, entre o ser particular e o universal. Tais manifestações (formas de consciência, linguagem e trabalho), a partir das mediações consideradas com as esferas inorgânicas e orgânicas, impõem ao homem seguir em direção à superação do estado de mutismo, que, presente nos animais desprovidos de consciência, promove um efetivo distanciamento das formas ulteriores presentes no desenvolvimento humano e social, evidenciado, assim, uma ruptura de tal paralisia em direção à generidade *para-si*. Esta ruptura, para (LUKÁCS, 2013), ratifica que, ao passo que mais avançada a sociedade se torna, mais suas determinações operantes se tornam enriquecidas, *multímodas*, nuançadas, ainda que muito determinadas por velhas contradições diante das etapas do desenvolvimento.

Posto diante à ruptura de tal paralisia, Lukács esclarece que, frente a este movimento operado por inúmeras cadeias causais,

Aqui se mostra um novo traço essencial da generidade não mais-muda frente àquela muda. Esta última está fundada biologicamente, por isso age imediatamente, sem necessidade de uma consciência mediadora. A generidade humana supera desde o início essa imediaticidade, por isso necessita sempre de atos mediadores conscientes, para em geral poder funcionar. Essa separação do novo ser da objetividade natural se apresenta desde o início. Mesmo o mais insignificante instrumento, produto etc. do trabalho, desde logo possui um ser essencialmente social. [...] No próprio homem, o salto – mediado pelo trabalho e pela linguagem – para além da generidade muda

(apenas biológica) não é mais reversível (LUKÁCS, 2010, p. 115).

A processualidade contida neste primeiro salto, a partir da linguagem, das formas de consciência e pelo trabalho, é situada por (FREDERICO, 2005, p. 126) como a formação do “[...] ser social e os dois polos que o integram: o indivíduo e a sociedade”, o que determina, se considerado ontologicamente, que a existência destes polos seguem uma determinabilidade que, profundamente encadeada de legalidades, preenche de incongruências, descontínuismos e antagonismos, revela o primado da totalidade da vida social e sua dinâmica dialética.

Acerca das três esferas constitutivas e indispensáveis à emergência do ser social, Lukács é elucidativo ao afirmar que este desenvolvimento operado diante das esferas mais básicas de constituição do ser humano representa uma processualidade marcada por uma determinada escalada socioevolutiva, a qual tem na esfera inorgânica as bases de emergência e ao mesmo tempo ruptura, rumo às esferas orgânicas, estas últimas sustentadoras deste novo ser.

Uma leitura rápida e desavisada imporia a este movimento uma suposta linearidade histórica, como uma sucessão de fatos epifenômicos e justapostos, ao tentar validar a riqueza desta processualidade descolada da práxis originada no trabalho e do desenvolvimento do ser humano como respostas deste às carências postas na mundaneidade. A passagem entre a esfera inorgânica e orgânica rumo à social é preenchida de legalidades em que a ruptura segue enriquecida dos conteúdos que carrega, sendo que cada esfera desenvolve frente à relativa autonomia diante das outras legalidades específicas, que lhe confere diferencialidade das demais.

O segundo momento que compreende um salto ontológico se constitui pelo insistente e contínuo processo de reconciliação entre as particularidades do indivíduo e as determinações presentes diante do gênero humano, rumo à superação dos descompassos e incongruências que se lhe apresentam como inegáveis e indispensáveis formas constituintes. (LUKÁCS, 1979), vai asseverar que essa reconciliação ao longo da história como a pré-história da sociedade humana, isto é, do gênero humano.

Neste sentido (LUKÁCS, 2013, p. 426) afirma que

Tal pré-história, a história do vir-a-ser do homem, do fazer-se expressão adequada do gênero humano por parte da sociedade, somente poderá

acabar quando os dois pólos do ser social, indivíduo humano e sociedade, cessarem de atuar espontaneamente de modo antagônico um sobre o outro: quando a reprodução da sociedade promover o ser-do-homem, quando o indivíduo na sua individualidade realizar-se conscientemente como membro do gênero humano. Este será o segundo grande salto no desdobramento do ser social, o salto genérico em-si ao genérico para-si, o início da verdadeira história da humanidade, na qual a – insuprimível – contraditoriedade interna ao genérico, aquela entre o indivíduo e a totalidade social, cessa de ter um caráter antagônico.

Referindo-se sobre o indivíduo e a sociedade como “polos”, Lukács os centra, tendo como base um desenvolvimento muito particular, evidentemente marcado por contradições, *descompassos* e por profundos tensionamentos, o que lhes confere um particular e efetivo movimento. Neste conjunto, busca-se refletir sobre o constante processo de (re)produção da vida social como elemento que “conduz à individuação do sujeito e à socialização crescente da sociedade” (FREDERICO, 2005, p. 126), o que nos leva imediatamente a compreender, frente ao campo das (re)produções, que tal incessante superação destes *descompassos* presentes e indispensáveis remete, necessariamente, à esfera de um profundo esvaziamento particular (compreendida aqui a esfera que se presta à alienação e esta entendida como positividade) rumo, segundo (HELLER, 2002, p. 88, grifo da autora), ao “... *processo de elevação acima da particularidade* [situado como o] *processo de síntese a partir do qual se realiza o indivíduo*”.

Ao suspenderem os antagonismos presentes e inerentes a estes polos, emerge a possibilidade do *homem-em-si* romper com o ser determinado e reproduzido frente à sociedade capitalista, rumo à constituição de um *homem para-si*, ascendido à genericidade humana, da qual a suspensão de um cotidiano dado à reificação, momento pelo qual esse humano-genérico libera suas potências latentes, até então limitadas às esferas de uma reprodução acrítica, restrita e *monocausal*, rumo ao que MARKUS (1974, apud BARROCO, 2010) chama de autoconsciência, ou seja, uma autotranscendência de caráter prático do ser social em relação aos limites impostos encontrados na natureza em relação ao ser individual. Ontologicamente considerada, esta processualidade apenas se opera diante da práxis humana,

profundamente enriquecida por uma *démarche* prenhe de necessidades que, antes como um ente ideal, objetiva-se e se coloca como causalidade posta em suas mais complexas mediações.

Assim, considera-se que o salto ontológico impõe-se como uma

[...] mudança qualitativa e estrutural do ser, na qual a fase inicial contém certamente em si determinadas premissas e possibilidades das fases sucessivas e superiores, mas estas não podem se desenvolver daquelas a partir de uma simples e retilínea continuidade. (LUKÁCS, 1979, p. 95).

A compressão do salto ontológico centrado a partir da transmutação dos elementos pré-humanos para a atualidade do estágio mais refinado que fornece as bases de constituição do ser social, entendido este último ser como uma expressão da genericidade humana, não se coloca como uma processualidade destituída de legalidades e profundas mediações que a forjam, bem como não seria lícito ou mesmo metodologicamente válido situá-lo como um acontecimento *unímodo*, sustentado por uma vontade exclusivamente subjetiva deste ser que rumo a níveis mais elevados de socialização, sendo sua essência radicada na ruptura com as continuidades chamadas de normais por Lukács, contrapondo os equívocos presentes na compreensão de um suposto “nascimento repentino ou gradual” diante da historicidade desta nova forma de ser (LUKÁCS, 1979).

O salto ontológico para Lukács se situa no bojo das determinações da concretude da base material presente e irrigada pela vida social, o que pressupõe o reconhecimento das relações sociais de produção, entendida aí a presença da cessação (desigual e contraditória) dos estados progressos que, ontologicamente considerados, engendram e circunscrevem legalidades próprias (LARA, 2008). Compreendidas deste modo, as “[...] formas de objetividade do ser social se desenvolvem à medida que surge e se explicita a práxis social, a partir do ser natural, tornando-se cada vez mais claramente sociais” (LUKÁCS, 1979, p.17).

O salto não é, de modo algum, anulado ou negado pela lentidão que constitui esse momento particular do homem, bem como diante de suas “inúmeras formas intermediárias”, pois é diante da teleologia e suas objetivações postas em movimento que se engendra uma transformação das formas ulteriores daquele ser, para um ser *para-si*, “[...] e, portanto,

implica a superação tendencial das formas e dos conteúdos sociais mais puros, mais específicos” (LUKÁCS, 1979, p.17).

Anota Lukács que “o homem é em si um ser complexo, no sentido biológico; mas como complexo humano não pode ser decomposto”, não havendo, para nosso pensador, possibilidade de atomização do ser social, continuando sua afirmação, ao passo que “... se quero compreender os fenômenos sociais, devo considerar a sociedade, desde o princípio, como um *complexo de complexos*” (ABENDROTH; HOLZ; KOFLER, 1969, p. 16).

Tais conteúdos sociais mais puros circunscrevem-se diante das inúmeras contradições que se operam na estreita relação entre sujeito/sociedade, concebidas aqui as determinações sociais operadas pelas relações sociais vigentes, considerando a presença do que Lukács chamou de complexos de complexos, tendo como célula originária processos anteriores que vão irrigar as esferas constitutivas da totalidade social pela qual emerge e conseqüentemente se (re)produz. Tomado nesta direção eminentemente ontológica, Lukács vai afiançar que o “velho” oferece uma das chaves heurísticas para entendimento do ponto de partida desse “novo” que emerge, esclarecendo que nesta

[...] coisa nova pode haver fenômenos de caráter transitório que não conduzirão jamais ao nascimento, à consolidação, ao autoconstituir-se do novo grau de ser, se não houver forças pertencentes ao novo grau de ser que, - nas insuprimíveis - interações com aquelas pertencentes ao velho não desenvolvam o papel de momento predominante. (LUKÁCS, 1981, p. 229-30).

Isso nos remete a entender todo o edifício categorial do pensamento de Lukács em direção à supressão das formas *determinadoras* das relações sociais de produção atuais, o que possibilita compreender que a transição ou o salto dessa sociabilidade para um novo tipo de sociedade necessita, segundo Lukács, ser portador de uma nova universalização, que precisa se afirmar, tendo em consideração que tais “fenômenos transitórios” ou as forças pertencentes ao novo ser se desenvolvam; sem isso, não há possibilidade alguma deste novo emergir, residindo aqui, elementos do debate sobre a ética.

O debate sobre as formas de ascensão ao humano-genérico em direção ao reino da liberdade seria melhor tratado pelo filósofo húngaro

na sua Ética, mas, interrompido pelo ciclo natural da vida, Lukács não consegue materializar uma construção intelectual completa de uma teoria rumo à genericidade humana, distinguindo a genericidade do *ser-em-si* do *ser-para-si*, ou seja, uma ética radicalmente humana, momento propício pelo qual nosso pensador “[...] deveria desenvolver esta problemática”, (TERTULIAN, 1990, p. s/p), o que não remove de forma alguma da *Ontologia do Ser Social* seu importante lugar no cenário da luta pelo renascimento do marxismo⁶.

Lukács, em sua derradeira entrevista, registra que a *Ontologia* suplantou a Ética, pois, para ele, trata-se de uma obra pela qual se busca compreender a estrutura da realidade social, não a concebendo de forma pulverizada (Lukács apud (EÖRSI, 1986). Em sua *Ontologia*, nosso filósofo já aponta a centralidade da ética na formação da consciência humano-genérica, que, mediada diretamente com o trabalho,

[...] nela, a superação da particularidade do homem singular adquire uma tendência unitária, a saber, a incidência da exigência ética no centro da individualidade do homem atuante, sua escolha entre os preceitos que, na sociedade, forçosamente vão se tornando antagônico-antinômicos (LUKÁCS, 2013, p. 351).

Concebido como um ser que responde, o homem tem nas alternativas de escolhas as formas essenciais para julgar os valores para ele necessários e que, decorrente do seu lugar na concretude da vida, vai determinar as escolhas das respostas mais indispensáveis à sua

⁶ “Para Lukács, o renascimento do marxismo, tendo como base de análise o profundo endurecimento do marxismo burocrático de Estado amplamente difundido pela vulgata stalinista, não passa sem críticas ao nosso autor, que, por sinal, pagou um alto preço por sua posição ideopolítica no Partido Comunista e entres os marxistas, não deixando de afirmar que “Tanto para a teoria quanto para a prática dos comunistas, o que está na ordem do dia é a existência de uma assimilação crítica, por parte do marxismo, daquilo que aconteceu de novo após a morte de Lênin, isto é, das transformações estruturais e das tendências de desenvolvimento da vida social que se definiram nas últimas décadas” (NETTO, 1983, p. 74).

(re)produção. Claro que essas escolhas seguem influenciadas pelos pores teleológicos secundários como um campo prenhe de ideologia, porém, como as formas de desenvolvimento econômico não são dirigidas a uma finalidade específica, por não serem portadoras de uma teleologia, acirra-se, deste modo, seu antagonismo com o desenvolvimento humano.

Ainda com relação aos pores teleológicos secundários, é necessário compreender que o desenvolvimento das forças produtivas e o acirramento das relações sociais de produção em direção a níveis mais elevados de concentração da riqueza socialmente produzida operaram uma profunda alteração na composição do capital, na sua relação com o trabalho, criando uma crescente passagem da mais-valia absoluta em direção à mais-valia relativa (MARX, 2013).

Esse processo impacta sobremaneira o trabalho e os trabalhadores na contemporaneidade, sobretudo, em tempos em que a dinâmica de automatização do processo produtivo esgarçou ainda mais a conflituosa relação do homem com o objeto por ele produzido como resultado do seu trabalho. Diante do crescente direcionamento das forças produtivas rumo à automatização do processo produtivo, (FREDERICO, 2005, p. 137-8) afirma que com isso se criou “[...] uma nova divisão do trabalho, que produz um contingente de especialistas em dirimir os conflitos sociais”, que pode se substabelecer na direção da ocultação da realidade, na direção da reificação do cotidiano, com rebatimentos incontestes no processo de individuação, que tem como expressão máxima o individualismo burguês, que forja tipos de indivíduos, como uma “[...] síntese máxima da produção social” (CHASIN, 2001).

No plano imediato, a presença de variantes e determinadas formas frente ao cotidiano se estabelecem, a partir da compreensão de que este mesmo cotidiano é terreno fértil à reificação, mesmo que centrado numa insuprimibilidade ontologicamente considerada, estas formas sobre o cotidiano prescrevem um evidente obscurecimento do “realmente essencial no plano ontológico”, o que põe, segundo Lukács (2013), uma relação imediata deste obscurecimento no plano ontológico, o que leva a um reducionismo do real, sendo que, para tanto, ele se funda em deduções profundamente enraizadas, que “[...] remetem o ser humano a uma compreensão *solipsista* da realidade, ou seja, fundada em deduções alienadas” (FRANÇA JUNIOR; LARA, 2015, p. 23).

Para Lukács é necessário dirigir a práxis humana no sentido da contestação e suplantação da imediatividade presente na cotidianidade, no sentido de situar essa práxis diante de inúmeras possibilidades postas, visando à apreensão de um lídimo *ser-em-si*, ontologicamente

considerando que os “[...] meios de domínio intelectual do ser sejam submetidos a uma permanente consideração crítica” (LUKÁCS, 2013, p. 37).

Diante da superação dos limites que impõem ao ser social determinações e limites externos à sua expansão como um ser social realmente existente, potente e autoconstruído, ou seja, o que Lukács anuncia como a consagração de uma genericidade humana, coloca-se uma práxis social construída socialmente, frente à mutualidade entre os homens, concebida como um processo pelo qual a cooperação se firma como uma atividade geradora de liberdade.

Tal momento não pode ser idealizado ou subjetivado, apenas, tendo em vista que é pelo trabalho que se coloca em movimento o incontestável processo entre teleologia e causalidade, que determina, conforme acentua Lukács, uma causalidade posta. A existência inequívoca entre a cooperação humana diante das dimensões liberadoras pelo trabalho não se constitui de modo autômato, pois este movimento posto necessita colar-se frente a inúmeras mediações, entre elas a consideração de uma racionalidade crítica, diante de uma operante dialética, que nega suas bases constitutivas, dando origem, ressalvadas as devidas mediações ontologicamente consideradas, a um novo tipo de ser. Deste modo, esta cooperação

[...] não é obra de um indivíduo, mas da cooperação entre os homens; só se objetiva socialmente, de modo determinado; responde a necessidades sócio-históricas, produz formas de interação humana como a linguagem, as representações e os costumes que compõem a cultura (BARROCO, 2005, p. 26-7).

É impossível situar o trabalho como uma categoria “autônoma” diante das demais, bem como já expusemos demasiadamente em momentos anteriores, tendo em vista que se trata de uma atividade fundante do ser social, que possibilita, considerando o movimento posto pela teleologia e causalidade, no tempo do uso de meios necessários, mediar o homem às esferas constitutivas da vida e da sociedade; tal processualidade ontologicamente considerada segue profundamente determinada e capturada pelas relações sociais de produção, mas não perdeu sua significação social para o ser. Na conflituosa relação entre o capital e o trabalho, relação esta que vem, segundo (TEIXEIRA, 2008, p. 125), situar o capitalismo sob a égide de “Uma forma social de

integração mediada pelas coisas que, por assim ser, transforma os homens em objetos e as coisas, que são objetos, em sujeitos das relações sociais”, o que impõe a necessária reflexão do alargamento do processo de apropriação da força do trabalho humano pelas relações sociais de produção que, ainda atual, revela o esvaziamento dos sentidos do ser social.

1.2 - A EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NOS MARCOS DO CAPITALISMO

A necessária reflexão e interpretação acerca do mundo do trabalho e de suas implicações diante da concretude da vida não permitem, a considerar a premência do método marxiano, a elaboração de nenhum tipo de concessão que avenge a possibilidade de descolar sua capacidade ético-humanizadora de homens e mulheres diante da mundaneidade social, visto que tais concessões reduziram tal categoria a esquematismos, destituindo sua capacidade ontológica. Por tal condição, o debate sobre o trabalho revela a existência de polêmicas que, desafiando o rigor do método, buscam imputar a tal categoria reducionismos que, por posição ideológica, tentam forçar uma pretensa *nova* concepção de trabalho.

Diante de tal polêmica, profundamente catalisada pelas ciências sociais, resultam conclusões contraditórias, muitas delas *otimistas*, que, no presente momento, demonstram, realmente, um otimismo exagerado em razão da crise estrutural do capital em escala global, que, para analistas e estudiosos, considera mais profunda e desastrosa a grande depressão provocada pela quebra da bolsa de valores americana, em 1929.

Ainda que as opiniões mais pessimistas, com base no cenário atual, permitam-nos considerar que todas as previsões dos ideólogos do capital não eram, ao passo de considerar seus efeitos deletérios, tão pessimistas quanto imaginaram, pois, apesar de punir severamente a classe trabalhadora, a crise estrutural atual, forçada nos idos dos anos 1970, avolumada pela crise *subprime* (HARVEY, 2011) na passagem de 2007 para 2008, agora atinge também diretamente o capital transnacional, que, globalizado, arrasta os reflexos da crise dos países centrais para os periféricos evidenciando um rastro expressivo no encolhimento de ativos e, principalmente, atingindo o coração do

capitalismo financeiro, os bancos e pulverizando o valor de outros ativos financeiros (FRANÇA JUNIOR; RODRIGUES, 2010).

A referência da crise atual demarca, de modo *sui generis*, suas bases na grave crise dos anos 1970, que, causando profundas mutações no capitalismo, vai oferecer condições de compreender o cenário das variadas crises cíclicas do capital, sobretudo, o resultado das formulações e soluções econômicas do capital na crise atual, da qual os custos sociais destinam-se à classe trabalhadora.

A partir dos anos de 1970, o processo de produção taylorista-fordista começou a experimentar um agudo e profundo processo de crise, em face de não mais conseguir atender aos interesses cada vez mais ampliados da acumulação do capital, como experimentado nos anos gloriosos. Diante deste mesmo processo de esgotamento frente à taxa tendencial de queda dos lucros, emergem *novas-velhas* formas de organização do trabalho e de sua “gestão”, bem como a incontestante incorporação de novas tecnologias, apontando para uma fase de introdução acelerada de profundos investimentos (tecnológico e ideológico) do trabalho morto em profunda e clara substituição ao trabalho vivo. Neste sentido, ao buscar novas formas de potencialização das taxas de lucros já em franca queda, o capitalismo intenta *eliminar* sua mais profunda e latente contradição: a conflituosa e antagônica relação entre capital-trabalho. Para tanto, a engenharia capitalista, abandonando a rigidez do modelo fordista, aponta a adoção do modelo toyotista de produção, inaugurando um momento particular do capitalismo ao afirmar a presença da acumulação flexível, eufemisticamente chamada de *reestruturação produtiva*.

Mesmo diante de uma imperiosa necessidade do capital em despojar-se do trabalho diante de processos produtivos que *impõem* a morte do trabalho vivo, a acumulação flexível do pós-1970 não conseguiu seu intento na totalidade, poiso capital ainda mantém profundos laços de dependência com o trabalho para sua constante realização e reprodução, quer seja o uso desse trabalho nas esferas da exploração da força de trabalho humana via produção, quer pela via da esfera do consumo, como forma de materializar o ciclo de circulação das mercadorias produzidas por este mesmo trabalhador. A acumulação flexível não conseguiu despossuir-se do trabalho, no entanto suas novas formas de gestão aprofundaram substancialmente a crise da relação entre capital e trabalho, expressa na agudização das condições da realização desta atividade essencial ao ser social e ao capital.

No trato da questão social, aqui entendida como uma expressiva relação entre capital e trabalho, a acumulação flexível acentuou a

elevação das taxas de desemprego, como fator decorrente de uma crise estrutural do capital, tradicionalmente tributado seu custo social ao trabalho, remodelou o sistema de produção, acentuando um contínuo processo de intensificação do trabalho social, traduzindo-se, a partir de um crescimento exponencial dos trabalhos parciais, subcontratados (terceirização e quarteirização), a presença de trabalhos temporários, informais e, no limite da existência do trabalho formal, a presença de um trabalho altamente precarizado, mal remunerado, solapado em seus direitos sociais ao máximo e insalubre (física e mentalmente).

A presença de uma divisão social e técnica do trabalho que, atendendo ao ritmo imposto pela acumulação produtiva, modelou e operacionalizou a completa subordinação estrutural do mundo do trabalho às diretrizes da complexa engenharia capitalista, possibilitando uma compreensão de todos os mais variados mecanismos de gestão, controle, submissão e exploração do trabalho e da força de trabalho, num claro movimento que acompanha o desenvolvimento capitalista.

A explicação da dinâmica do capitalismo está na sua finalidade essencial decorrente de uma valoração *ética* diante de uma profunda e aguda expansão constante dos “valores de troca”, consubstanciado desde as mais primárias, essenciais e mais íntimas necessidades dos seres sociais até as mais variadas atividades de (re)produção, espirituais e materiais, a que devem subordinar as determinações operadas pela sua lógica em sua dominação de todas as formas de relações sociais.

Sob a égide do capitalismo, frente ao signo do neoliberalismo, ocorre um aprofundamento da lógica que promove exponencialmente um distanciamento dicotômico entre uma produção diretamente voltada para o atendimento das necessidades sociais humanas e a produção centrada em uma constante valorização do capital, processo pelo qual

Quanto mais aumentam a competição e a concorrência inter-capitais, mais nefastas são suas consequências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e em si não passa de um modo e um meio dinâmico de mediação reprodutiva, devoradora e dominadora, articulada com um conjunto historicamente específico de estruturas e suas práticas sociais institucionalmente incrustadas e protegidas. É um sistema claramente identificável de mediações que, na forma adequadamente desenvolvida, subordina

rigorosamente todas as funções de reprodução social – das relações de gênero e família até a produção material e a criação das obras de arte – à exigência absoluta de sua própria expansão, ou seja: de sua própria expansão constante e de sua reprodução expandida como um sistema de mediação sociometabólico (ANTUNES, 2003, p. 26).

Diante de um momento histórico em que pesa a presença de um capitalismo em que as fronteiras dos estados nacionais não se figuram como impeditivo do seu alargamento enquanto relação social de produção dominante, o capitalismo mundializado (CHESNAIS, 1996) imputou ao ser social e ao trabalho o incremento de inúmeras transformações, centradas na inovação tecnológica, na gestão da força do trabalho, numa profunda ascensão ideológica de domínio e individualidade, cuja matriz encontra suas raízes numa acumulação flexível cada vez mais intensificada.

Nesta direção, este largo processo de profundas alterações nas relações sociais de produção, numa clara direção que, estruturadas as concepções ideológicas e havendo reordenação na esfera da produção, vai desembocar diante de alterações destrutivas ao mundo do trabalho em sua relação com o capital e, claro, nos próprios sentidos do trabalho para o ser social (CHESNAIS, 1996).

O capital como portador de um processo predatório e autofágico impõe ao mundo do trabalho uma profunda escalada em que a reorganização em torno dos processos produtivos torna-se pedra de toque, reatualizando a velha exploração da força de trabalho, repondo, na atualidade, novos contornos desta exploração, reestabelecendo, a partir de novas bases, o conflito entre capital e trabalho.

Para Antunes (2003, p. 30), “após um longo período de acumulação de capitais, que ocorreu durante o apogeu do fordismo e da fase keynesiana, o capitalismo, a partir do início dos anos 70, começou a dar sinais de um quadro crítico”. A expressiva queda da taxa tendencial de lucro, associado ao esgotamento do padrão rígido de acumulação centrado no modelo taylorista/fordista de produção, mediado por uma hipertrofia da esfera financeira, provocou a presença de uma gigantesca concentração de capitais, além da presença da crise do *welfare state* nos países centrais e o crescente volume e incremento acentuado sob o signo da desestatização do bem público acarretando a conformação da reestruturação produtiva sob *novas* bases.

Com a crise dos anos 1970, a organização capitalista se coloca diante de uma necessidade sociometabólica de corresponder a novos padrões de acumulação, em que se busca superar o modelo rígido do fordismo coadunado com o taylorismo, inaugurando uma fase em que o capitalismo passa por uma profunda reestruturação, em que se pese a presença massiva da tecnologia, centrada na informática e microeletrônica, abrindo caminhos para a era digital (ANTUNES, 2010), bem como a presença de uma desconcentração da produção, donde ocorre uma pulverização das ilhas produtivas, concorrendo para o estabelecimento em países periféricos, cujas economias são profundamente dependentes, proposta pela qual o capitalismo encontra força de trabalho abundante, desregulamentada e barata.

Abandonando paulatinamente a produção massiva, cujos estoques se estabeleciam abarrotados de produtos, há uma mudança em que o modelo Toyota de produção ganha destaque, afirmando a existência das ilhas ou células de produção, sustentado por uma estrutura enxuta, dotada de custos diretos e indiretos cada vez mais baixos. Tal abandono não ocorre de modo que se evidencie uma ruptura neste processo, pois é factível reconhecer modelos híbridos que convivem com os modelos de produção ainda centrados na linha de produção, mas cuja esfera de produção segue altamente tecnicizada e muito bem gerenciada, resguardadas as determinações na esfera de produção e uma profunda mutação no aspecto de domínio ideológico.

Segundo Teixeira (TEIXEIRA, 1996, p. 214) a acumulação flexível se coloca como um processo que

[...] se faz acompanhar de novas tecnologias, que permitem uma produção flexível capaz de satisfazer as novas exigências do mercado e, assim, criar condições para que a oferta de bens e serviços possa acompanhar as mudanças de hábitos no consumo. Se, antes, no chamado modelo de acumulação fordista, as empresas produziam sem se preocupar com a demanda de mercado, a partir de então, as mercadorias não são mais produzidas para em seguida serem lançadas no mercado. Desde então, as empresas procuram planificar a venda de suas mercadorias, de tal modo que elas possam ser vendidas no momento em que são produzidas. Para tanto, as empresas procuram reestruturar a sua organização produtiva. Em lugar de grandes corporações

produzindo desde a matéria-prima até o produto final, em vez desta estrutura verticalizada, com suas imensas redes burocráticas e com enormes custos de administração de pessoal, busca-se uma estrutura mais enxuta, mais flexível, capaz de responder aos movimentos de mudanças na composição da demanda [...].

O modelo de produção fundado na empresa flexibilizada atende a determinações impostas pelo próprio modelo, ativando uma constante busca de incorporação de seus valores ideológicos e operacionais diante da classe trabalhadora, impondo a adesão de um projeto de classe que se antagoniza com seu devir ético, evidenciando o reforço ideológico neoliberal, diante da apropriação de discursos e ações que coadunam com a empresa flexível, donde homens e mulheres adaptam-se à polivalência, crença na livre negociação entre patrões e empregados, fragilização do conteúdo de classe, tudo isso em torno de uma produção cada vez mais socializada e um usufruto cada vez mais privado.

Símbolo de um modelo de concentração das forças de produção e da riqueza em declínio, a chamada longa onda expansiva, para (MANDEL, 1985, p.76) “Elas representam realidades históricas, segmentos da história global do modo de produção capitalista que possuem umas quebras claramente distintivas. Por essa mesma razão são de duração irregular”, entendendo a crítica da economia marxista que estas ondas expansivas são resultantes de processos que, considerada uma clivagem econômico-ambiental endógeno-exógena, como afirma Mandel, demonstram as determinações socioeconômicas diante da correlação das forças de projetos de classe diametralmente opostos, irrigados pela própria “concorrência intercapitalista”, o que vai oferecer a compreensão das determinações de um processo prehe de determinações.

Para Mandel (1985), o capitalismo tributa os despojos da transição da onda expansiva acumulada na metade do século XX para a contemporaneidade, em que pesa seu profundo e agudo mecanismo de reorganização de toda a esfera de produção transferida, na condição de custos sociais, ao mundo do trabalho e à periferia da economia dependente, mediando as *benesses* de um Estado profundamente capturado e legalizador do modelo flexível, potencializado, por meio da exploração de uma força de trabalho excedente e ofertada ao capital em grande volume e diversidade, haja vista as especializações do trabalho coletivo, solapando o mundo do trabalho, o que leva a produzir altas de

taxas de lucratividade. Neste diapasão, por contradição que lhe é inerente, concorre para a generalização do desemprego estrutural, na presença da desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais e trabalhistas, na banalização da vida humana.

Diante das inequívocas e insistentes tentativas de subordinação do trabalho humano às determinações operadas pela lógica do capital, registra-se a presença de uma contradição (inerente e engendrada pelo próprio capitalismo), ao passo que o trabalho

Enquanto capacidade que põe em movimento suas potências, buscando satisfazer suas necessidades coletivas, o trabalho na sociedade capitalista antagoniza-se pela inversão no processo, de maneira em que o homem se torna um objeto para a (re) produção do capitalismo, e à mercadoria por ele produzida é atribuída um valor fantasmagórico, que ultrapassa o seu valor imediato de objeto, tornando-lhe o sujeito que sustenta as relações sociais de produção (FRANÇA JUNIOR; LARA, 2015, p. 23).

Diante das determinações contidas no processo de reprodução sociometabólica do capitalismo, registra-se que todos os frutos do trabalho humano se seguem determinados por inúmeras mediações, tornando-se profundamente sociais, visto que, a partir das necessidades determinadas pelo coletivo de seres sociais, estabelecem-se os *laços sociais* indispensáveis entre os sujeitos sociais, posto que estes emergem profundamente mediatizados pelos objetos por eles produzidos.

Neste sentido, as mercadorias produzidas que enlaçam os seres sociais diante de uma produção coletivizada seguem determinadas de valores, evidenciando uma superação do seu valor de uso, cristalizando-se diante de uma esfera do valor de troca, fazendo com que tal mercadoria adquira uma obscura significação financeira, que não determina, sob hipótese alguma, a verdadeira substância social (valor real mensurável) que tal mercadoria é detentora, pois ela segue profunda e exclusivamente determinada pela grandeza do tempo de trabalho humano necessário ali empregado (MARX, 2013).

O negócio capitalista, como ente organizador dos processos produtivos e do próprio trabalho, vai assentar as bases da posse dos meios e da força de trabalho humana, evidenciando a junção de todas as tarefas executadas em um único ambiente, o capital passa a supervisionar, controlar e determinar todas as etapas do processo

produtivo, além das variadas formas das determinações sobre o produto do trabalho humano, bem como a “captura da subjetividade do trabalhador” (LOURENÇO, 2009). A fábrica, baseada no emprego de máquinas e tecnologias, consubstancia-se como uma particular e operante relação social, centrada na condição de uma categoria essencialmente econômica, como registra (LUKÁCS, 2013, p. 362).

Sob tais circunstâncias, os frutos do trabalho humano passam a ter significados completamente distintos, diferentes para aqueles que o produzem (compreendendo esse fruto do seu trabalho como um objeto estranho que foi objetivado por sua práxis) e para aqueles que o detêm (atribuição de valor material e simbólico — fetiche —) e a apropriação do excedente da força de trabalho, convertido em apropriação de lucro originário do excedente de trabalho extraído do trabalhador. Produzindo de forma cada vez mais acentuada e organizada, a organização capitalista vai determinar, a partir da sua expansão e consolidação, as formas de regulação da vida social, reconfigurando e determinando com claros contornos ideológicos as relações sociais nos campos objetivo e subjetivo, influenciando os modos de ser e existir dos seres sociais diante da vida cotidiana. Evidencia-se, no capitalismo, a captura e reorganização diante das formas e padrões de consumo, da cultura, na política, no direito, na arte, nas ciências etc., evidenciando uma composição ideológica funcional à sua reprodução material. Deste modo, a vida social se reordena profundamente sob os ditames da regulação social do capital, inscrevendo os objetos produzidos pela força de trabalho humana (mercadorias) como *sujeito* e o homem como *objeto*, evidenciando um factível processo de inversão das prioridades ontológicas do processo.

Outra característica da divisão social do trabalho é a organização dos trabalhadores na fábrica, que passa a ser coletiva dependente e parcelada, fazendo com que, ao final da tarefa, os trabalhadores não reconheçam aquilo que foi produzido por meio das suas objetivações. O homem não reconhece mais o objeto por ele objetivado. A despeito do resultado do seu trabalho, (MARX, 2012, p. 97) acentua que nas leis da economia política:

Quanto mais o operário produz menos tem para consumir; em que quanto mais valores cria, tanto mais desvalorizado e indigno se torna, em que quanto mais formado o seu produto mais deformado o operário, em que quanto mais civilizado seu objeto tanto mais bárbaro o operário, em que quanto mais poderoso o trabalho tanto mais impotente o operário, em que

quanto mais pleno de espírito o trabalho tanto mais sem espírito e servo da natureza se torna operário.

Diante da fragmentação do trabalho humano estabelecido operacional e ideologicamente para uma reprodução sociometabólica cada vez mais ampliada do capital, além das formas institucionalizadas de apropriar-se do excedente do trabalho humano (mais-valia), as formas fetichizadas dadas ao estranhamento apresentam-se diante de níveis de intensidade levados ao extremo, decompondo parcial ou totalmente o reconhecimento dos resultados objetivos e subjetivos do trabalho humano ao final do processo de produção.

Levada a cabo pela engenharia capitalista, a mercadoria pelo homem produzida já não possui sentido ontológico algum para o sujeito, pois se inscreve numa processualidade determinada e operada pela lógica da apropriação privada e, conseqüentemente, do excedente produzido pela força de trabalho humana, evidenciando uma completa cisão entre o homem e seu trabalho objetivado, o que leva, invariavelmente, à criação de uma relação profundamente estranhada. Parafraseando o filósofo alemão, sob a regência do capital e suas relações sociais, ocorre um profundo alargamento entre a *concha e o caracol*, o que indica o exponencial processo de afastamento entre as potências presentes nos sentidos do trabalho e sua relação direta com os meios de trabalho (que no capitalismo não o pertencem) e o resultado objetivado (FRANÇA JUNIOR; LARA, 2015).

Profundamente determinado sob a lógica da apropriação privada da força de trabalho, da sujeição do excedente sob domínio dos detentores dos meios de produção e da cisão do homem e dos produtos do seu trabalho, circunscreve-se um processo de alienação, decorrente de determinações objetivas, do processo de trabalho, mas, reside, também, na proposta ideológica do grande capital, na evidente manipulação da vida social, dos costumes, da cultura e, claro, dos *sentidos do trabalho*.

Para Lukács, tal manipulação da vida social se consubstancia sob a ordenança da mercadoria e da propriedade privada, com a necessidade do capital em impor uma oferta massiva e constante de bens e produtos aos sujeitos singulares, demonstrando as contradições operantes de uma interdependência sociometabólica, inscrevendo o ser social ao mesmo tempo como *produtor e consumidor*, processo pelo qual o capitalismo universaliza toda sua produção, transmutando, assim, em um tipo de “poder que solapa toda vida privada” (LUKÁCS, 2013, p. 337).

A mercadoria entendida como a *célula econômica da sociedade burguesa* carrega em seu cerne conteúdos cada vez mais sociais, ou no termo lukacsiano, refinados, na medida em que a mercadoria ganha destaque no processo constante de (re)produção capitalista, toldando os pilares que a (re)produzem e conseqüentemente sustentando o edifício da lucratividade do capital. Para Marx, o processo de obscurecimento da essência da mercadoria somente pode ser desmistificado e derruído ao compreender que “(...) somente no interior de sua troca os produtos do trabalho (mercadoria) adquirem uma objetividade de valor socialmente igual, separada de sua objetividade de uso (...)” (MARX, 2013, p. 148).

Assim, ao situar-se apenas como valor de uso (útil apenas ao seu produtor), ela não se determina como tal, pois o valor não se assenta em propriedades tidas como *naturais*, visto que, frente ao desenvolvimento da sociabilidade do trabalho, aumenta exponencialmente a existência de valores de uso, que servem imediatamente frente a processos que se medeiam com as necessidades de outros sujeitos. Ela se efetiva no campo da troca, o que lhe confere estatuto de mercadoria, o que denota uma forma cada vez mais social, mais refinada (MARX, 2013). O valor de uso para (LUKÁCS, 2013, p. 108) “[...] não é simples resultado de atos subjetivos, valorativos, mas, ao contrário, estes se limitam a tornar consciente a utilidade objetiva do valor de uso” e continua sua afirmação no sentido de que tal movimento é “[...] a constituição objetiva do valor de uso que demonstra a correção ou incorreção deles e não o inverso”.

Assim, ao desvendar o mistério – da qual é portadora – entranhando na mercadoria, o pensador alemão afirma que não é o dinheiro que vai atribuir valor à mercadoria, pois o que determina o seu valor é o tempo necessário de trabalho empregado para sua objetivação “[...] e assim, serem, por si mesmas, comensuráveis entre si, que elas podem medir conjuntamente seus valores na mesma mercadoria específica e, desse modo, convertê-la em medida conjunta de valor” (MARX, 2013, p. 169).

Essa monetarização das mercadorias necessita ser compreendida no cenário da emergência e do desenvolvimento da divisão social do trabalho, sendo que tal processo segue profundamente mediado pela apropriação crescente do trabalho humano, que no contexto da divisão social do trabalho passa a ser convertido em força de trabalho. Necessário destacar que para Marx a existência da mercadoria não é *onimoda* ou mesmo autóctone, pois assim pensada registraríamos, erroneamente, que a mercadoria se coloca como uma prioridade ontológica, detentora de um valor, o que, de fato, não se torna possível,

visto que na esfera da circulação o dinheiro converte-se em mercadorias vendáveis, esta última acrescida de valores, entre eles, registra-se, decisivamente, o trabalho, diante da fórmula da circulação D-M-D assinalada por Marx.

Esclarece-nos o pensador alemão que

[...] ao transformar dinheiro em mercadorias, que servem de matérias para criação de novos produtos ou como fatores do processo de trabalho, ao incorporar f
orça viva de trabalho à sua objetividade morta, o capitalista transforma valor – o trabalho passado, objetivado, morto – em capital, em valor que se autovvaloriza, um monstro vivo que se põe a “trabalhar” como se seu corpo estivesse possuído de amor (MARX, 2013, p. 271).

Neste sentido, é importante destacar que o dinheiro assinala uma particular relação social tipicamente capitalista, diante de níveis mais elevados do desenvolvimento das relações sociais de produção, que no capitalismo vai proporcionar a mediação entre a permutabilidade das mercadorias, escondendo as cadeias causais do real valor que esta carrega, sendo este real valor assentado na posse dos meios de produção (instrumentos) e na apropriação da força de trabalho excedente não paga diante do processo de trabalho, demonstrando as particularidades éticas, econômicas, culturais e ideológicas calcadas no seccionamento do trabalho humano pela divisão social do trabalho.

Deste modo, anota Rubin (1987, p. 97), que:

O trabalho enquanto fenômeno social só pode expressar-se no ‘valor’. O caráter específico da teoria de Marx sobre o valor-trabalho consiste no fato de que Marx não baseia sua teoria nas propriedades do valor, isto é, nos atos de igualação e avaliação de coisas, mas nas propriedades do trabalho na economia mercantil, isto é, na análise da estrutura e relações de produção do trabalho [...] Partindo da atividade de trabalho das pessoas, Marx mostrou que numa economia mercantil esta atividade assume inevitavelmente a forma valor dos produtos do trabalho.

Marx afirma que o capital e a divisão social do trabalho ao apropriar-se da força de trabalho invariavelmente o situam e o remetem à condição de uma mercadoria inscrita no processo de troca entre capitalistas e trabalhadores. Para além do valor de uso atribuído à mercadoria, neste processo, o homem emprega suas forças físicas e espirituais na objetivação de um determinado objeto, ocorrendo neste processo uma transferência de valores, inscrevendo-se como uma “substância formadora de valor” que demonstra, *in nuce*, a quantidade de tempo de trabalho nele contida, revelando que é “[...] apenas a quantidade de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso que determina a grandeza de seu valor” (MARX, 2013, p. 117). Entendido no profundo processo de apropriação da força de trabalho, o capitalismo desfigurou a relação entre homem e trabalho, causando-lhe um característico processo de estranhamento entre o produto do seu trabalho e aquilo que foi previamente constituído em sua consciência.

Deste modo,

Primeiro, que o trabalho é externo ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sabe bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito. O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. [...] (MARX, 2004, p. 82-3).

Com a emergência e consolidação da sociedade capitalista e sua estrutura posta a favor da exploração da força de trabalho humana, ocorre, além da expropriação do trabalho excedente do homem, como um dado concreto e aqui entendendo o resultado concreto de suas objetivações, mas também se funda em uma programática ideologicamente constituída, em que sua dimensão subjetiva torna-se parte desta posse, em que pese a presença da posse da subjetividade, convertendo seu trabalho em uma insistente práxis negativa, visto que tais formas de objetivação no capital não lhe proporcionam as condições necessárias de colocar em movimento todas as potências que nele se

encontram latentes, tornando-se uma atividade para satisfação das necessidades de subsistência.

E, continua nosso pensador:

[...] finalmente, a externalidade do trabalho aparece para o trabalhador como se [o trabalho] não fosse seu próprio, mas de um outro, como se [o trabalho] não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro. Assim, como religião e autoatividade de fantasia humana, do cérebro e do coração humanos, atuam independentemente do indivíduo e sobre ele, isto é, como atividade estranha, divina ou diabólica, assim também a atividade do trabalhador não é a sua autoatividade. Ela pertence a outro, é a perda de si mesmo (MARX, 2004, p. 82-3).

Centrado na discrepante contraditoriedade da sociedade do capital, enquanto atividade indispensável ao humano-genérico, o trabalho figura-se numa peculiar condição que, imposta pelas relações sociais de produção, o situa em um dilema contraditório bastante particular: na condição de categoria fundante do ser social, cujo movimento teleologia-causalidade coloca em movimento suas capacidades, no sentido de corresponder a determinadas necessidades sociais. Embora se coloque como práxis social, o trabalho na sociedade capitalista antagoniza-se pela inversão no processo, de maneira que o homem e sua força de trabalho tornam-se objeto para a (re) produção do capitalismo e à mercadoria por ele produzida é atribuída um valor que não revela sua substância social, ultrapassando o seu valor imediato de objeto, invertendo a relação, assumindo esse objeto produzido como um sujeito que determina e sustenta as relações sociais de produção, ocultando a essência de seu verdadeiro conteúdo (MARX, 2002a).

Diante de um processo contraditório em que se registra uma completa inversão das prioridades ontológicas presentes, as determinações presentes no estranhamento, aqui recorreremos ao termo da letra alemã conferida na Ontologia (*Entfremdung*), erige-se como uma relação de mutualidade com o capital e suas mais variadas formas de produção e reprodução, posto que, para além da completa subsunção e priorização da mercadoria em relação ao ser social, o estranhamento *dilacera* toda e qualquer capacidade de reconhecimento de seu trabalho objetivado. Mesmo situado nessa relação estranhamento do objeto

criado por meio do trabalho objetivado, é necessário destacar que ainda sim a (...) objetivação expressa imediata e materialmente o ser-para-si na existência material das objetivações; dali por diante, ela passa a fazer parte do modo imediato de sua constituição material (...) (LUKÁCS, 2013, p. 583).

O trabalho objetivado do homem se coloca como um processo que revela uma relação dualizada, contraditória por essência, pelo qual evidencia a existência de um polo em que a “pobreza e o esvaziamento do trabalhador” são considerados pela contínua apropriação da sua riqueza (sua força de trabalho), despossuindo objetiva e subjetivamente esse ser social e, na mesma medida de expropriação, funda-se no outro polo a riqueza e o poder do capital que, detendo os meios de produção e extraíndo mais trabalho do homem, fundam-se numa relação que se antagoniza diante de projetos éticos distintos, carregando conteúdos e determinações que se tornam, segundo (FREDERICO, 2005, p. 131), “[...] uma potência social, estranha e hostil, que escapa do trabalhador e se volta contra ele para dominá-lo”.

Nesse diapasão, a objetivação é entendida como processo contínuo de humanização e sociabilização do ser social por meio do afastamento dos obstáculos naturais que o detêm, porém, como ato essencialmente humano, a objetivação constitui-se, simultaneamente, em uma ação liberadora das potências postas no campo das ideias, como um ato de alienação. Aqui, Lukács aponta a alienação como uma ação de retorno do objetivado, sobre os sujeitos da ação, o que a situa num sentido positivo, situando-a como um “[...] processo enriquecedor através do qual se realiza a ampliação da individuação dos homens e a socialização do gênero” (FREDERICO, 2005, p. 131). Expliquemos, pois, essa *aparente contradição*.

Essa liberação do ser social por meio do trabalho implica reconhecer os limites determinados pelas relações sociais de produção, sobretudo com a intensificação da divisão social do trabalho, sob a regência do capital, no qual a dominação do homem pelo objeto criado por ele mesmo possui mediações a elementos de ordem objetiva/subjetiva, na direção do amplo processo de empobrecimento do homem na medida em que mais riqueza ele produz, demonstrando que ocorre uma “(...) *valorização* do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens” (MARX, 2003, p. 111).

O filósofo húngaro compreende a sociabilidade a partir da historicidade e esse mundo circunscreve-se como um complexo social que emerge como resultado da objetivação destes homens na busca

constante por respostas, figurando essa práxis objetiva como fundamento do ser social; é essa ação de retorno do objetivado sobre o sujeito individual e, conseqüentemente, sobre a socialização do gênero que reside seu dado positivo, ou seja, o devir dos homens afirma-se por meio do duplo movimento da objetivação/alienação, considerando-o assim, - tendo por base o desenvolvimento e afirmação da divisão social do trabalho - como uma categoria determinante para a formação do *ser-em-si* do gênero humano, do qual o homem fica adstrito à sua condição particular e que tal processo somente pode-se “[...] referir a uma média economicamente condicionada, que o seu predomínio jamais apagará totalmente as diferenças individuais nesse tocante...” (LUKÁCS, 2013, p. 583).

Já a alienação é legatária de um valor inverso, pois retroage sobre os sujeitos sociais com uma possibilidade evidente, considerada como um momento para-si “[...] da autoconsciência do gênero humano e da existência do indivíduo como uma personalidade não mais particular” (FREDERICO, 2005, p. 132).

Nas reflexões lukacsianas, a processualidade contida nesse duplo movimento remete o sujeito individual à socialização e a uma premência ontológica em contrair determinada “humanidade” aqui entendida como uma generidade posta em movimento pelas objetivações. Já a alienação emerge na direção um *momento subjetivo da objetivação* - mesmo que diante a todos os tipos de inferências no campo da concreção-, que, considerado ontologicamente, permite ao indivíduo o pleno desenvolvimento das individualidades (LUKÁCS, 2013).

Nas considerações de (FREDERICO, 1997), é nesta esfera no processo de diferenciação entre objetivação e alienação que Lukács aponta a problemática do comportamento dos sujeitos, em que se destaca a profunda clivagem entre o indivíduo que se inscreve na dinâmica da vida social como mero reprodutor, processo que lhe é demasiadamente “hostil”, e a premente necessidade de apresentar-se de forma livre a potência da sua personalidade; sendo que esta última somente pode emergir e perecer no campo “histórico-social” concreto e, assim, o seu pleno desenvolvimento “[...] também depende de muitas maneiras da formação superior de cada uma das capacidades” (LUKÁCS, 2013, p. 588).

Assim, essa processualidade *positiva* estabelece mediações *sui generis* com a negatividade deste, indicando o objetivado, a partir da sua ação de retorno sobre o sujeito particular, exercendo um papel negativo, caracterizada pelas mais variadas formas de obstaculização do homem

rumo à generidade humana (LESSA, 2012). Neste contexto, emerge o estranhamento enquanto uma negatividade posta.

II A CATEGORIA TRABALHO NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

2.1 – OS EIXOS TEMÁTICOS E A CATEGORIA TRABALHO EM DEBATE

O Serviço Social nos últimos anos tem se dedicado aos estudos sobre o trabalho, quer seja na sua dimensão mais universal ou nas particularidades do trabalho profissional, considerando que tal categoria não se situa em posições inferiores frente à dinâmica das relações sociais de produção, bem como a partir da compreensão da profissão sobre a categoria trabalho, o que não remove a preocupação do coletivo profissional em tematizar e perpassar pela razão crítica os fundamentos que lhe sustentam, sobretudo diante da direção ética que lhe afiança o compromisso com a classe trabalhadora e, conseqüentemente, a posição em favor de um mundo radicalmente ético e humano.

Síntese desta aproximação com o debate sobre o trabalho tributa-se ao movimento iniciado na passagem dos anos 1960/1970, coadunando com uma apreciação irrevogável de uma dimensão ético-humana, consubstanciada com fundamentos teórico-metodológicos calcados pela razão crítica, sobretudo a partir da tradição marxiana⁷, traz à luz uma preocupação do coletivo profissional frente ao que se convencionou chamar de “questão social”, elucidando, neste contexto, bases constitutivas da compreensão sobre o mundo do trabalho em sua relação direta e inequívoca diante da questão social e está, diante da luta de classes, como contestação da crescente apropriação da força de trabalho.

O alcance de uma determinada maturidade teórico-política nas sínteses de produções científicas analisadas demonstra a urgência e necessidade do debate em tempos de agudização da vida social, tendo em vista que emergem e reatualizam tendências teóricas e não menos ideológicas, que insistem em reduzir ou, como querem seus apologetas, tributar um sepultamento da categoria trabalho, objetivando tentativas

⁷ Não é objeto desta tese de doutoramento a apreciação do debate sobre o Movimento de Reconceituação e os problemas teóricos e éticos decorrentes da contaminação do Marxismo no Serviço Social, apesar de compreendermos a importância deste processo equivocado, que redundou na definição avessa de um marxismo sem Marx, conforme registra (NETTO, 1999).

de obscurecer o alargamento da apropriação da força de trabalho frente ao crescente processo de extração de mais-valia em tempos de uma barbárie crescente, rumo à recomposição de uma inegável tendencial queda das taxas de lucro.

Fundado na preocupação da profissão em compreender e debater o trabalho nas produções científicas da profissão, conforme já aludido na introdução desta tese, registramos a seguir os eixos temáticos que, gerados pelo próprio movimento da pesquisa, revelam as particularidades, bem como uma expressiva e diversa produção sobre o mundo do trabalho.

Evidente que se torna inescapável, pela natureza do estudo, realizar uma reflexão das posições teóricas ou políticas dos autores que se apresentem nos artigos ora publicados nas revistas, mesmo não se tratando do objeto central, tendo em vista que na maioria das produções observamos isso como resultado de pesquisas anteriores, quer sejam de produções de dissertações, teses ou mesmo pesquisas aplicadas e/ou teóricas, ou seja, figuram-se, na maioria, como extratos de pesquisas já consolidadas ou em andamento. O tratamento analítico preocupa-se em oferecer a compreensão do debate presente nas revistas especializadas ora elencadas nos objetivos desta tese, bem como o registro da presença de importantes contribuições de autores/pesquisadores de outras áreas do conhecimento presente nelas.

Cabe-nos salientar que registramos e compreendemos a heterogeneidade expressa nos artigos analisados, quer sejam de fundo teórico-político, quer metodológico, os quais, mesmo não sendo nosso objeto, não passariam despercebidos pelo crivo da razão crítica fornecida pelas reflexões lukacsianas diante das reflexões em torno da categoria trabalho e desta enquanto possibilidade autoconstrutora do ser social, considerada as mediações essenciais. Importa destacar que a presença de tal heterogeneidade não remove a relevância do debate, considerando a presença da fecundidade diante de um debate sério e compromissado, em que há a presença de uma pluralidade de ideias, porém registra-se, ao mesmo tempo, uma insistente tendência relativizadora, ideologizada e descompromissada com uma produção de conhecimento *ad hominem*, revelando traços peculiares de uma insistente retórica eclética, que desvaloriza e deforma a compreensão do mundo do trabalho a partir da razão crítico-ontológica e, conseqüentemente, submetendo, à revelia de uma prioridade ontológica, o mundo dos homens a uma compreensão atomizada e igualmente esvaziada.

Demarcando a importância em distinguir as diferencialidades entre pluralismo e ecletismo, registra (NETTO, 2007, p. 6-7) que:

a elaboração e a afirmação (ou, se se quiser, a construção e a consolidação) de um projeto profissional deve dar-se com a nítida consciência de que o pluralismo é um elemento factual da vida social e da própria profissão, que deve ser respeitado. Mas este respeito, que não deve ser confundido com uma tolerância liberal para com o ecletismo, não pode inibir a luta de ideias. Pelo contrário, o verdadeiro debate de ideias só pode ter como terreno adequado o pluralismo que, por sua vez, supõe também o respeito às hegemonias legitimamente conquistadas.

Neste sentido, observa-se nas produções uma constante transição entre a sustentação de um debate sério, sólido e plural, bem como é possível localizar traços importantes de debates teóricos centrados num ecletismo que remove categorias importantes de análise, fragilizando as reflexões, impondo aos autores e leitores constantes armadilhas, que deformam a compreensão sobre a categoria e, conseqüentemente, a mundaneidade social, forjando uma retórica “científica”, cuja égide está substanciada em valores nitidamente destituídos de uma compreensão de classe, com clara direção de uma valoração ética e ideológica sustentada nos princípios das formas de se fazer *ciência* nos marcos da universidade burguesa (MÉSZÁROS, 2006).

Na contraposição de uma insistente vertente centrada na agenda pós-moderna, que advoga o ecletismo, registra-se nas análises a presença importante e considerável de produções teóricas fundadas em um debate coerente, crítico, em que pesa a justeza das análises marxianas sobre o mundo do trabalho, sustentada por um arcabouço teórico-metodológico e de um devir ético profundamente comprometido com os valores essencialmente emancipatórios, bem como é observável a presença inegável de um debate que na atualidade torna-se central e do qual os marxistas pouco se apropriam ou mesmo compreendem: a vitalidade da teoria do valor-trabalho. Trata-se, aí, de um embate teórico que coloca como tarefa do pensamento crítico situar-se frente aos dilemas e problemas da sociabilidade, no sentido de uma ciência radicalmente comprometida com a humanidade, não bastando

problematizá-la apenas, mas sim transformá-la, como já registrara Marx, nas Teses dirigidas à Feuerbach.

Necessário destacar que as análises a seguir contam com publicações de teóricos dos mais variados campos de atuação, tendo em vista que as revistas analisadas não restringem a colaboração da publicação de artigos, ensaios e resultados de pesquisas das áreas afins, demonstrando a possibilidade do diálogo com produções que se afina com a direção teórico-metodológica e ético-política do Serviço Social, posição está presente no escopo das revistas analisadas. A presença de autores de outras áreas promove um debate que irriga a profissão, bem como baliza as reflexões sobre a vida social, oportunizando aos assistentes sociais e demais sujeitos o acesso aos conhecimentos científicos por estes produzidos.

Entendendo a processualidade identificada nas análises das revistas, passamos à apresentação dos artigos, sendo que se faz necessário advertir nosso leitor que o movimento empreendido na pesquisa não se coloca de forma atomizada, que prescreve um *modus operandi* metodológico que prioriza e conduz a formatação dos seus resultados que o submetem a uma deformada e incipiente prioridade do instrumental como meio conformador dos resultados, a qual comumente se observa nas produções de conhecimento notadamente centradas nos metodologismos.

Neste sentido, ao entender a validade teórica e política presente no método materialista dialético diante das análises ora realizadas nesta tese, tomamo-lo como referência, tendo em vista que reconhecemos a premência de um método que “... propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, [e] visa alcançar a essência do objeto” (NETTO, 2009, p. 8), o que propiciou empreender uma pesquisa que priorizou o movimento do real diante de uma constante articulação com as demais categorias, o que possibilitou e justificou a emergência dos Eixos Temáticos.

Tomando as elaborações do método marxiano como ponto de partida, constituímos esta pesquisa a partir da construção de treze Eixos Temáticos, sustentados por uma *análise temática*, consistindo em uma categorização qualitativa que prescindiu de uma pré-análise, seguida de uma exploração e, conseqüentemente, de um tratamento analítico.

A partir deste universo identificado nas pré-análises das referidas publicações, passamos a realização de uma exploração, que, consistindo na exposição do tipo de artigo, bem como seus objetivos e métodos empregados, no sentido de captar as reflexões dos autores, possibilitou apropriar apenas dos materiais relacionados o debate sobre a

categoria trabalho, entendidas todas as dimensões que o compõem, sem restringir ou limitar a presença das mais heterogêneas posições teóricas e políticas observadas. Nosso interesse é o mundo do trabalho e seu debate ali contido, cujas reflexões lukacsianas tornaram-se fundamentais para possibilitar nossas análises.

Assim sendo, estes Eixos Temáticos se estruturam e se agrupam a partir do próprio movimento da pesquisa, sendo que, a priori, sua *classificação* (entendendo que aqui não tratamos como uma classificação semântica) se colocou frente aos temas recorrentes, por proximidade temática, optou-se por tal organização. Assim, estes eixos foram distribuídos da seguinte maneira: 1) Economia solidária, cooperativismo e autogestão; 2) Trabalho e acumulação flexível; 3) Seguridade Social, proteção social e trabalho profissional; 4) Fiscalização do trabalho profissional; 5) Área sociojurídica, poder judiciário e trabalho profissional; 6) Questão social, pobreza e trabalho profissional; 7) Educação e formação profissional; 8) Políticas de emprego /renda e qualificação profissional; 9) Movimentos sociais e sindicalismo; 10) Saúde do trabalhador e da trabalhadora; 11) Divisão sexual do trabalho; 12) Trabalho e questão agrária e, por fim, Eixo Temático 13) Trabalho infantil.

Assim organizado, reforçamos que os Eixos Temáticos ora apresentados se constituíram por um movimento da própria pesquisa, sendo que nossa tarefa metodológica foi agrupar os temas por proximidade, sem causar, aprioristicamente, uma prevalência ou importância semântica dos enunciados da pesquisa, evidenciando a preocupação com a justeza de um método cuja concretude imprime o movimento de reflexão que, por sua natureza, é consubstanciada no mesmo concreto que a engendrou.

2.1.1 – ECONOMIA SOLIDÁRIA, COOPERATIVISMO E AUTOGESTÃO

Composto por sete artigos, o que representa 9,72% do total de artigos analisados, segue dividido em cinco ensaios e duas pesquisas, o eixo temático propõe um debate sobre os fundamentos da economia solidária, da autogestão de empresas por trabalhadores e as atividades relacionadas ao cooperativismo. Por se tratar de um eixo amplamente diverso e igualmente polêmico, sob a perspectiva de áreas distintas de formação, demonstrando uma heterogeneidade de ideias, que por vezes coadunam com os princípios do empreendedorismo solidário como *medida* de combate ao desemprego estrutural em uma sociedade

profundamente desigual, recaindo em armadilhas teórico-metodológicas e ideológicas, bem como uma factível relatividade ético-política diante das necessidades dos trabalhadores.

Registra-se, também, a presença de uma vertente contestadora dos ideais liberais centrados na prática do culto ao mérito, da relativização do mundo do trabalho e sua significação para o ser social, que tenta remover do trabalho suas possibilidades potencializadoras, em que pesam as garantias dos direitos sociais. Tal contestação fica evidente ao aglutinar reflexões cujos fundamentos se colocam diante da validade da teoria do valor-trabalho, numa perspectiva que se coloca a partir de uma compreensão de classe.

AUTOR	ÁREA DE FORMAÇÃO	TÍTULO DO ARTIGO	CARÁTER DO ARTIGO	REVISTA
Daniela Neves de Sousa	Serviço Social	Reestruturação capitalista e trabalho: notas críticas acerca da economia solidária.	Ensaio	Katalysis, Volume 11, nº 1, 2008.
Henrique André Ramos Wellen	Serviço Social	Contribuição à crítica da 'economia solidária'.	Ensaio	Katalysis, Volume 11, nº 1, 2008.
Maria Eugênia Monteiro Castanheira	Administração	Ação coletiva no âmbito da economia solidária e da autogestão.	Ensaio	Katalysis, Volume 11, nº 1, 2008.
José Roberto Pereira	Sociologia			
Noëlle M. P. Lechat	Ciências Sociais	Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários.	Ensaio	Katalysis, Volume 11, nº 1, 2008.
Eronita da Silva Barcelos	Pedagogia			
Maria Cristina Soares Paniago	Serviço Social	Capital, controle social e participação autônoma dos trabalhadores no capitalismo em crise.	Pesquisa	Katalysis, Volume 15, nº 1, 2012.
Edson Elias de Moraes	Teologia	Propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil.	Ensaio	S. Social e Sociedade, Volume 105, 2011.
Fabio Lanza	C. Sociais			
Luis Miguel Luzio dos Santos	C. Sociais			
Sílvia Schroeder Pelanda	C. Contábeis			

Tabela 1: Relação de ensaios e pesquisas publicadas nas revistas Serviço Social & Sociedade, Revista Ser Social e Revista Katálysis, no período de 2007 a 2014 sobre economia solidária e autogestão de empresas. (Elaboração própria)

O primeiro artigo deste eixo temático, produzido por (SOUSA, 2008), expõe a crítica sobre a relação entre o largo processo da reestruturação produtiva e sua mediação com o mundo do trabalho, atribuindo à emergência da economia solidária a “saída” para as crises cíclicas do capital e suas deletérias influências no trabalho e na classe trabalhadora.

O ponto de partida das reflexões de (SOUSA, 2008) recai sobre a incompatibilidade entre os processos operados pela reestruturação produtiva do capital e no conseqüente impacto nas transformações no mundo do trabalho, operadas, conforme anuncia (HARVEY, 2002), em um profundo reordenamento nos marcos da economia, da política e da vida social, conseqüentemente.

Neste sentido, pode-se afirmar que a emergência que os ideólogos do capital chamaram de Economia Solidária tem origem a partir do esgotamento do binômio do modelo fordista/taylorista, restringindo até o limite a manutenção dos trabalhadores nos postos de trabalho, processo que vai esgarçar os meandros da acumulação flexível diante do reposicionamento frente ao mundo do trabalho (ALVES, ANTUNES, 2004). Os efeitos deste processo encontram lastro na reestruturação produtiva, o que, por meio da evidente desregulamentação do trabalho, empurra um contingente cada vez maior de força de trabalho sobrando para as relações de trabalho cada vez mais precarizadas, desprovidas de proteção social, sustentada sob o julgo do *laissez-faire* neoliberal.

No campo das possibilidades de localizarem “saídas” para a *atenuação* dos resultados da grave crise patrocinada pelo processo de reestruturação produtiva, entendido como uma programática da ordenança do capital, como resultante de um processo inerente ao desenvolvimento das forças produtivas, sob a égide do capital (NETTO, 2010), a economia solidária emerge como uma suposta *alternativa* para corresponder às necessidades decorrentes da crescente ausência de trabalho. Nesta direção, (Sousa, 2010) resgata as categorias sócio-históricas de constituição da economia solidária, remontando sua emergência na passagem dos 1980⁸ para os anos 1990, o que demonstra um agudo processo de realinhamento ao modelo hegemônico neoliberal norte-americano e inglês, que propagandeava a minimização do Estado,

⁸ Recorremos nesta tese à afirmação de (HARVEY, 2002, p. 140) sobre a “A profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, que evidentemente retirou o mundo capitalista do sufocado torpor da ‘estagflação’ (estagnação da produção de bens e alta inflação de preços) e pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Em conseqüência, as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político”.

a liberalização da economia, a flexibilização das relações de trabalho (ANDERSON, 1995), o que oferece o receituário necessário para o efetivo ingresso do Brasil na onda liberalizante já consolidada nos países centrais.

Para a autora, as diretrizes da economia solidária encontram o seu efetivo espaço em um cenário de grave crise do trabalho, provinda da reestruturação produtiva, sob o recurso ideológico de constituir-se como uma possibilidade de superação desta crise, referindo, acertadamente, esse processo como uma mistificação do real, exemplificando o caso das Cooperativas como os primeiros modelos de “saída” da crise no cenário brasileiro.

Com a efetiva incorporação do conceito de economia solidária por parte do Estado brasileiro (SOUSA, 2010) tece uma crítica ao primeiro mandato do ex-presidente Lula da Silva, que, já em 2003, oferece à economia solidária status de política pública ao incluí-la na estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego, tendo à frente da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) Paul Singer.

Ao assumir a condução de uma então determinada política pública, que antes se figurava exclusivamente determinada na esfera do voluntarismo presente nas associações religiosas, instituições do chamado terceiro setor e de alguns movimentos sociais, o Estado assume a elaboração e operacionalização de políticas na área que revelam o real papel de um governo/Estado na conformação de buscar alternativas *paliativas* para o desemprego estrutural.

Contrapondo as afirmações de Paul Singer que situa a economia solidária ou cooperativas como uma alternativa à apropriação dos meios de produção e dos frutos do trabalho, emergindo como uma possibilidade de questionar o capitalismo e sua relação com a vida social e desta com o mundo do trabalho, numa direção romanceada, que paira diante de uma pretensa humanização do capitalismo, encontramos as limitações do entendimento que, no capitalismo, as relações sociais submetem-se às determinações das esferas de produção, numa direção de regulação social.

Neste sentido, afirmar a economia solidária como alternativa ao capital apenas reafirma sua posição hegemônica, pois, na sociabilidade capitalista, o trabalho segue profundamente capturado e extremamente necessário à (re) produção destas relações sociais. Para (SOUSA, 2008), a emergência das cooperativas demonstra a validade desta captura do trabalho, pois é visível que determinados nichos de mercado explorados pelas cooperativas inscrevem-se nos processos de produção de empresas contratantes, não eliminando o vínculo de dependência com o trabalho

sob a égide do capital, mesmo que terceirizado. Assim, “a descentralização produtiva não elimina a cooperação do trabalho que, por sua vez, é determinada pela atual divisão social e técnica do trabalho” (IDEM, 2008, p. 59).

Vale destacar que a condição de não assalariamento de trabalhadores nos chamados empreendimentos solidários não desloca as determinações de mensuração dos salários (valor da força de trabalho), pois, nestes tipos de atividade, ocorre o processo de verificação da quantidade de trabalho objetivado diante das mercadorias produzidas, fazendo com que as formas relacionais de trabalho apresentem-se *novas*, mas que revelam a velha compra e venda da força de trabalho, agora não mais submetida à formalidade (SOUSA, 2008).

A economia solidária repõe e reatualiza as condições de submissão da força de trabalho às determinações do capital, ao passo que não é possível desassociá-las, e que remetem à compreensão de que tais novas relações cooperativadas e solidárias representam, a partir de um discurso *anticapitalista*, a funcionalidade ao capital diante da reestruturação produtiva que avilta o trabalhador e *oferece*, ao mesmo tempo, *saídas* para resolução da situação de desemprego, subemprego ou informalidade, mas que não modificam sua dominação negativa diante da força de trabalho humana, escamoteando a exploração da força de trabalho humana, agora transformada num modelo difuso de solidariedade (que de classe não possui qualquer elemento) e empreendedorismo.

O artigo caminha para uma crítica ao modelo de política pública na esfera da economia solidária, demonstrando o processo de cooptação do Estado e de sua estrutura diante de demandas postas pelo capitalismo e, ao mesmo tempo, na compreensão deste Estado e seus políticos nas saídas *inovadoras* do capital para responder às necessidades criadas por suas próprias crises cíclicas, sem tocar na pedra angular da questão social. Em relação a esta associação perniciosa entre Estado e mercado, é necessário destacar que os governos de Lula da Silva seguiram cumprindo a agenda do capital e a economia solidária não ficou de fora deste processo.

No texto de (WELLEN, 2008), o autor se detém diante da presença do recurso ideológico presente na chamada economia solidária ao promover um processo derruidor do conceito de classe social e ao reforçar os elementos constitutivos advogados pelo neoliberalismo e os apoletas de uma ideologia decadente que, ainda forcejando o fim da história e do trabalho, encontram nos empreendimentos solidários espaços de reprodução da lógica dominante.

No contexto da crise do capital, a emergência da solidariedade como valor de troca demonstra direção dominante em situá-la numa determinada positividade ou, como quer os administradores do capital, como uma expressão de responsabilidade social, demonstrando a comercialização de uma publicidade em que a “utilização dessa qualidade como valor de troca é mais utilizada para alcançar maior quantidade de valores de troca do que para efetivar as qualidades subjetivas” (WELLEN, 2008, p. 112), deste modo, a solidariedade passa a ser vendida como uma excelente e vendável mercadoria.

Nesta direção, o capitalismo repõe, por meio da economia solidária, a velha retórica individualizadora da *questão social*, desmistificadora das determinações do capital diante do mundo dos homens, a partir de um duplo movimento solidário: de produção e de ressonância ideológica, uma pretensa autonomização das esferas da vida, da qual o capital não estaria submetendo sua (re)produção. Tal embuste revela um poder ideológico que retira a categoria contradição presente na constituição do capital e eleva a singularidade, ao situá-la como uma categoria atomizada e supervalorizada, evidenciando a presença de uma decadência ideológica, já anunciada por Lukács, em que essa singularidade passa a constituir-se como foco central desta realidade mistificada e mistificadora, desconsiderando a potência presente na singularidade como um elemento de compreensão da totalidade social: há, então, uma inversão das prioridades ontológicas.

Ao passo que os apologetas do capital advogam a economia solidária como uma possibilidade humanizadora do capital e como saída para o desemprego, evidenciando a livre associação de homens e mulheres em torno de nichos produtivos, revelando, ao mesmo tempo, a impossibilidade de humanizar a barbárie, repondo forças político-econômicas e ideológicas do capital ao reafirmar a validade de uma economia solidária que, por sua constituição, solidariza-se com a barbárie do capital diante da totalidade social.

Demonstram, ainda, que seu conteúdo segue na direção de uma completa derruição do conceito de classe social, ao privilegiar unicamente as necessidades individuais, dadas na busca da satisfação das necessidades mais essenciais, que pelo trabalho são satisfeitas. Na economia solidária, esse processo toma lugar em substituição ao trabalho regulamentado, portador de direitos sociais e trabalhistas, bem como do seu conteúdo ontológico, afigurando-se como saída ao desemprego e à absorção de um exército de reserva essencialmente funcional a reprodução do capital.

Em seu artigo, (CASTANHEIRA; PEREIRA, 2008) recorrem a referenciais teóricos, com o objetivo de sustentar a validade da economia solidária e da autogestão como estratégia ao problema crônico do desemprego, tendo como marco referencial o tipo de economia solidária desenvolvida no Brasil. Os autores sustentam a compreensão de que este tipo de atividade se coloca como alternativa, mas, sobretudo, como forma de organização social, ao agrupar interesses e ideologias similares em torno de processos produtivos *alternativos*.

Os autores centram seu debate em torno dos elementos teóricos que compõem a economia solidária e autogestão, embora resvalam muito superficialmente diante de uma compreensão limitada e deslocada do processo de trabalho, demonstrando a existência de um tipo de relação social de produção paralela àquelas erigidas no capitalismo. Observa-se que a economia solidária para os autores é resultante de uma recusa daqueles mecanismos propugnados pelo neoliberalismo, como a competitividade, por exemplo, ao situar a economia solidária como um terreno livre, de uma produção orientada e gerida por homens e mulheres com interesses comuns.

Ao não localizar, segundo as teorias que recorrem, a presença da hierarquia comum nos processos de trabalho, em que pesa a ordem de uma produção verticalizada, da qual o humano-genérico não reconheça o produto da sua força de trabalho, os autores advogam a existência de um espaço de produção *horizontal*, em que a inexistência do assalariamento situa homens e mulheres em condição de igualdade e liberdade, o que consistente em um engodo, tendo em vista que estes

[...] são pagos a partir da determinação central de mensuração dos salários – o valor da força de trabalho – que nestas modalidades são verificadas no *quantum* de trabalho cristalizado nas mercadorias. Assim, não se elimina a mediação de compra e venda da força de trabalho, apenas altera-se sua forma (SOUSA, 2008, p. 59).

Castanheira e Pereira (2008) acreditam que a associação de uma produção coletiva solidária representa, em termos objetivos e subjetivos, a reciprocidade dos indivíduos, reclamando, neste cenário, um tipo de organização que individualiza os processos de produção, ao mesmo tempo dependente desta coletividade, e recorrem à chamada teoria da dádiva para explicar a reciprocidade entre sujeitos que doam como

forma de beneficência ou aqueles que cooperam mutuamente, co-responsabilizando para a perpetuação de um processo.

Retoma, a nosso ver, a velha estratégia filantrópica, ao evocar a essência de atitudes individuais, voluntaristas, que, presentes no ideário neoliberal, emergem como alternativa às crises do próprio sistema capitalista e deste com o mundo do trabalho. Trata-se de um recurso a-classista e a-histórico, que busca retirar o conteúdo de classe, numa clara tendência mistificadora do real, bem como impregnar conteúdos que advogam o fim do mundo do trabalho, numa perspectiva de sustentar uma grande sociedade *solidária*, sem derruir a propriedade privada dos meios de produção, pelo contrário, reafirmando-a por meio de um superficialismo que se recusa o reconhecimento da complexidade da totalidade social.

No artigo, (LECHAT; BARCELOS, 2008) tecem reflexões acerca da vinculação da economia solidária e os processos de autogestão de empreendimentos solidários, tendo como eixo estruturante de suas reflexões os modelos e métodos presentes na produção teórica de Paul Singer. As autoras partem de uma compreensão ensimesmada, mesmo que ainda sustentada por um, digamos, método, que remete as bases da economia solidária e da autogestão originárias do socialismo francês, mas numa evidente deturpação contaminada, descolada do real, que revela as fragilidades do conceito de autogestão.

Ao tributar este tipo de autogestão dentro do conceito de economia solidária, as autoras acreditam que ambos emergem como uma saída aos becos impostos pelo capitalismo diante das relações sociais, mas não empregam uma reflexão sobre o conjunto desta totalidade de superação das formas exploradoras e concentradoras do capital, acreditando, a nosso ver, numa possibilidade de existência dualizada entre o modo de produção capitalista e a autogestão centrada no modelo da economia solidária.

Neste sentido, afirmam que, “[...] ao contrário do que acontece no sistema capitalista e na política neoliberal, o movimento da economia solidária visa edificar uma sociedade voltada para a emancipação do ser humano (LECHAT; BARCELOS, 2008, p. 103). Reafirmando esta pretensa dualidade que busca conferir legalidade existente entre autogestão, a partir do conceito de economia solidária e as relações sociais de produção calcadas no capitalismo, as autoras se veem presas numa armadilha, pois, acreditar na humanização do capitalismo apenas reforça, na esfera ideológica e de produção, a programática do neoliberalismo e reproduz indiscriminadamente a falácia da autossustentabilidade, da coesão de classe, da superação das

contradições, em torno de um projeto social, que, na realidade, é a ratificação do projeto burguês.

O registro das autoras sobre a experiência de autogestão na economia solidária, a partir de uma incubadora, revela os traços, muito bem delineados, de uma estratégia que não reconhece ou não deseja centrar-se na crítica radical da sociabilidade do capital, que submete a força de trabalho e a humanidade a condições cada vez mais acintosas, o que reforça esta dualidade nada despreziosa e profundamente programática, demarcando como uma das saídas para o desemprego estrutural, sob a roupagem *democratizante e livre*.

Mesmo as autoras entendendo, de modo ainda superficial, o trabalho como atividade fundante do ser social, fica registrado em seu artigo um tônus teórico-metodológico que, centrado na retórica pós-moderna, imputa a tentativa de supressão do conteúdo classista presente na antagonista relação entre capital e trabalho, ao assentar suas bases numa compreensão a-histórica, deslocada dos conteúdos político-econômicos, culturais e sociais presentes na sociedade sob a égide do capital.

Assim, registra (PANIAGO, 2011, p.129), ao afirmar que

Não basta ambicionar democratizar o capitalismo, o desafio é a superação do capital. Este é o princípio orientador de toda luta de classes, e estimulador de formas mais criativas e eficazes de participação e combate do trabalho nos diversos espaços político-sociais.

A autogestão dos trabalhadores empreende um esforço muito maior do que apenas a posse efetiva dos meios de produção e dos processos produtivos, pois sua existência precisa estar condicionada e mediada pela autonomização das esferas da vida social, na direção de superação da sociabilidade capitalista. O reforço deste tipo de trabalho autogerido a partir de uma pretensa coalizão de classes é, sem sombra de dúvidas, mais um engodo ao qual o capital tenta submeter a humanidade.

O artigo de MORAIS (*et al*, 2011) debruça-se sobre o tema da economia solidária, tendo como foco de análise a organização centrada no cooperativismo, chamada pelos autores de empreendimento, ao reportar a uma cooperativa de trabalhadores rurais do interior do Estado do Paraná. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com aplicação de

questionário aos cooperativados, com o objetivo de deslindar a realidade da cooperação no meio rural.

Centrado na mesma direção de compreensão da economia solidária como alternativa aos processos degradantes do capitalismo em sua relação com o mundo do trabalho, os autores buscam, como a maioria dos autores analisados neste Eixo Temático, as referências teóricas em Singer, numa direção, que ora demonstra um posicionamento de questionamento da ordem do capital, mas que revela, *in nuce*, os limites de um modelo dual, que demonstra uma incapacidade teórica, política e ética de contestar o modelo de produção atual, reatualizando uma perspectiva *modernizadora*, que prega a humanização de um sistema desumano sustentado por uma determinada ética.

Para MORAIS (et al, 2011), a definição de autogestão tem sua raiz nas elaborações socialistas dos séculos XVIII e XIX, ao considerar o alargamento da expansão capitalista diante do crescente aumento programático do exército industrial de reserva de uma população cada vez mais sobrando, bem como da organização classista de trabalhadores frente ao questionamento da propriedade privada dos meios de produção e a consequente dominação da força de trabalho humana via assalariamento.

Os autores até recorrem ao pensamento marxiano para compreender os processos de dominação dos meios de produção pelos trabalhadores, a partir de um recorte histórico-metodológico que compreende, em termos gerais, a importância do trabalho para o ser social e para o capital em sua relação de subsunção desta força, mas não consegue extrair os conteúdos da teoria do valor-trabalho. MORAIS (et al, 2011), ao vincular esse processo autogestionário na atualidade, recortando para a realidade brasileira a partir da adoção do receituário neoliberal após os anos 1990, vai revelando as dificuldades em centrar as análises da autogestão pelos trabalhadores que transmuda, não obstante o receituário liberalizante, para uma agenda que deita raízes a partir do modelo de economia solidária, como alternativa aos processos que excluem homens e mulheres do mundo do trabalho.

Assim, a economia solidária para os autores se estrutura diante de duas frentes de estratégicas, para eles distintas, fundada em

[...] organizar politicamente trabalhadores empregados e proporcionar uma forma de trabalho não capitalista dentro do sistema capitalista para aqueles que estão desempregados ou à margem do

sistema social e produtivo (MORAIS, et al, 2011, p. 70).

Mesmo que prenehe de uma determinada intencionalidade, a presença destas duas estratégias, por eles chamadas de distintas, pode revelar a imprecisão no uso do conceito de economia solidária, ao passo que, sustentado pelas posições de Paul Singer, não compreende com precisão o que vem a ser a esfera de produção da economia solidária, sem compreender a dinâmica complexa de organização da produção, de acordo com ramos de atividade, bem como desconsidera a existência das esferas de produção como totalidades, reduzindo e atomizando-as.

Nascedouro reatualizado de um modelo paralelo de produção não capitalista dentro do capitalismo revela, outra vez, uma imprecisão teórico-metodológica e de devir ético, ao conformar, dentro da esfera da produção, posições de classe diametralmente opostas, que não atacam a raiz da miséria humana.

Para MORAIS (et al, 2011), as experiências da economia solidária que sustenta os modelos de autogestão podem ser compreendidas como mecanismos de emancipação da consciência humana e, conseqüentemente, uma força que conduz aos processos emancipatórios. Nesta armadilha, reatualizam as saídas das misérias do capital pela perspectiva autonomizada de uma economia a-classista, ao redundar o associativismo vinculado às cadeias de produção de base capitalista, ou seja, uma ação pretensiosamente chamada de *não capitalista* dentro do capitalismo, negando ser este uma totalidade social complexa.

Ao reportar à experiência cooperativada com trabalhadores rurais, conforme objetivos da pesquisa, MORAIS (et al, 2011) resgata, por meio de entrevistas, uma perspectiva de coletivização dos meios de produção, ao passo que fica perceptível nas entrevistas o caráter coletivo do maquinário e dos processos produtivos, numa compreensão de produção organizada, pretensamente superada a relação hétérogestão, para um tipo de autogestão, do qual todo processo decisório emana dos trabalhadores organizados que apresentam uma compreensão de todo processo produtivo originário do emprego das suas forças de trabalho.

Nas entrevistas, ficam evidentes os traços de um processo pedagógico que compreende as dimensões dos processos de produção, organização do núcleo social, a transparência e democracia da prestação de contas, bem como a presença da superação das relações assalariadas, ao passo que toda sobra da produção contabilizada é socializada MORAIS (et al, 2011).

Mesmo sendo considerada uma autogestão exitosa pelos autores, não há a tessitura de uma crítica à onda neoliberal que introduz novas formas de gestão do trabalho, travestidas de livres, em que a terminologia de associado representa, no nível ideológico, uma pretensa superação do trabalho assalariado, com garantias sociais. Renova-se a intencionalidade de *microespaços* de contestação da ordem capitalista, mas esconde sua despolarização do conteúdo de classe, uma clara desideologização que, respondendo às demandas por trabalhos que garantam a subsistência de homens e mulheres, reforça o domínio de classe, agora chamada de cooperativismo.

No penúltimo artigo deste Eixo Temático, (BATISTA; STERCHILE, 2011) dedicam-se à desmistificação das relações cooperativadas entre trabalhadores de uma Cooperativa de Resíduos Sólidos no interior do Estado do Paraná, situada nos limites de uma Usina de Beneficiamento de Resíduos. Para tanto, os autores valeram-se de uma pesquisa realizada com vinte e dois sujeitos, considerando os cooperativados, gestores municipais e não cooperativados, com aplicação de questionário qualitativo, que visou reconhecer as condições de trabalho diante do modelo cooperativado.

Os autores destacam que as atividades desenvolvidas na Usina de Beneficiamento de Resíduos Sólidos da cidade de Santa Helena, no interior do Paraná, constituíram-se numa *alternativa* do poder público municipal em parceira com a Hidrelétrica Itaipu Binacional, uma clássica associação ao binômio emprego-meio ambiente, ao aglutinar no mesmo espaço demandas por empregos e sustentabilidade socioambiental, a partir da limpeza urbana realizada pelos trabalhadores catadores de materiais descartados pela população local.

Como iniciativa da gestão municipal, (BATISTA; STERCHILE, 2011) registram a existência de um modelo centrado na sustentabilidade social, ao coadunar emprego e meio ambiente, o que leva à criação de uma cooperativa de trabalhadores, objetivando organizar os processos de produção, bem como o estabelecimento de relações jurídicas entre cooperados, poder público e a esfera de comercialização da produção.

Como alternativa ao desemprego de uma parcela considerável de trabalhadores com baixíssima escolarização e com evidente exclusão do mundo do trabalho perfilado pelo capital, a Cooperativa emerge como alternativa de inscrição nos ciclos produtivos, bem como a garantia de renda para satisfação das necessidades sociais mais elementares. Neste sentido, (BATISTA; STERCHILE, 2011) registram que a inserção destes trabalhadores na Cooperativa atende à busca pela satisfação das necessidades, apesar dos baixíssimos rendimentos em relação a um

processo intensificado de trabalho, bem como a necessidade de previsão futura de um regime de aposentadoria, garantido pela Previdência Pública.

Ao reconhecer a realidade dos trabalhadores, os autores deslindam um tipo de relação cooperativada autogerida que destoa dos postulados e seus fundamentos, ao submeter uma classificação hierárquica entre trabalhadores e gestores (considerando a gestão sobre responsabilidade do município), além da estruturação de um trabalho centrado no ritmo da esteira, cada vez mais intensificado, atendendo às demandas impostas pelo ritmo frenético de produção de resíduos do município. Fica evidente, nas falas dos sujeitos, o não reconhecimento do processo de trabalho, tendo em vista que esta chamada autogestão na Cooperativa mantém as determinações do trabalho submetido ao capitalismo, como a presença do assalariamento, do controle do tempo em torno do ritmo de produção e do controle do absenteísmo.

(BATISTA; STERCHILE, 2011) identificam que a Cooperativa, distante de se constituir como um espaço de autogestão dos trabalhadores, reatualiza as formas de exploração, pois aos trabalhadores como únicas garantias sociais constam a presença do “salário” e do recolhimento da Previdência Social, sendo que os outros direitos sociais não são garantidos. Além da presença dos cooperados e gestores, a referida cooperativa conta com um intermediador, ligado a alguma empresa constituída, que realiza a intermediação entre a produção e a esfera da comercialização, gerando um lucro de 50% de toda a produção por ele negociada, revelando o *modus operandi* do capital sobre o trabalho ao extrair a riqueza do trabalho humano.

Deste modo,

Os trabalhadores, e no caso específico os catadores de materiais recicláveis cooperados, encontram-se subjugados à lógica capitalista, induzindo a alienação na sua reprodução como força de trabalho. São trabalhadores fundamentais à cadeia produtiva, pois mesmo marginalizados arranca-se deles a mais-valia (BATISTA; STERCHILE, 2011, p. 327).

Associa-se a esta relação de apossamento do trabalho dos cooperados a presença de um alargamento da exploração da força de trabalho, pois ficou registrado que, na condição de gestora, a prefeitura municipal utiliza-se destes trabalhadores para realizarem a limpeza

urbana, donde fica caracterizada uma intensificação da exploração, visto que o cooperado necessita *colaborar* com o município por meio da limpeza pública, em que pesa a cessão de sua força de trabalho, não paga.

Além da exploração de um trabalho precarizado, há a marcante presença do controle ideológico, em que pese o controle da produção e do seu ritmo frenético, visando atender ao mercado e às determinações da gestão local, revelando a impressão do ritmo capitalista na cooperativa, intensificando a exploração da força de trabalho, anulando as capacidades humanas, bem como a organização destes homens e mulheres submetidos à lógica da exploração exacerbada.

Por fim, os autores afirmam a presença de uma Cooperativa hierarquizada, engessada, controladora, sedimentada nos mesmos princípios da empresa capitalista, com a localização de um processo de trabalho precarizado, desprotegido, altamente explorado, em que os cooperados não dispõem de condições de autogestão democrática, nem dispõem da liberdade do tempo para viverem a vida plena de sentidos. Chamada de “cooperfraude”, os autores afirmam que na Cooperativa mantêm-se as mesmas relações espúrias entre capital e Estado em torno do trabalho e trabalhadores, figurando o Estado como um conformador da lógica capitalista, em que explorar a força de trabalho é sua pedra angular.

Encerrando o Eixo Temático o artigo (PANIAGO, 2012) tece reflexões em torno do controle social, bem como a participação autônoma dos trabalhadores frente ao trabalho, diante de um momento em que a crise do capital se aprofunda, tributando seus despojos à classe trabalhadora, a quem cabe no capitalismo, o custo social da crise.

Para a autora, há a existência de uma confusão teórica relacionada às experiências relacionadas à autogestão por parte dos trabalhadores, não como uma impossibilidade, mas como uma imprecisão teórico-política que deturpa a sua fundação, o que reforça o incremento de *novas-velhas* formas ideológicas e políticas de enfrentamento do domínio do capital diante dos meios de produção.

Esta imprecisão teórica, sobretudo diante da incompreensão da teoria do valor-trabalho, diante de um capitalismo que acentua a crise, desloca os conteúdos que determinam a relação capital-trabalho, conduzindo para saídas centradas no reforço do individualismo, da prática ao mérito e do incentivo aos modelos empreendedores, tais como cooperativas de associação de trabalhadores que, ao invés de confrontar e requerer para os trabalhadores as posses dos meios de produção e consequentemente as riquezas por eles produzidas, reafirmam e

reatualizam um modelo de completo domínio das relações sociais pelo capitalismo.

Necessário o destaque que (PANIAGO, 2012) aponta em suas reflexões sobre as diferencialidades entre autogestão dos trabalhadores dirigidas em um movimento de superação de todas as formas manipuladoras do capital e a sugestionável e questionável modalidade de autogestão centrada numa relação dualizada com o capital, exemplo este que destacamos a partir das experiências cooperativadas analisadas neste Eixo Temático. Autogestão pelos trabalhadores requer o reconhecimento da sua condição de classe, bem como a posse dos processos de produção e do trabalho, além de um devir ético que pressuponha a eliminação de todas as estruturas do capital, não havendo possibilidade de uma convivência entre complexos sociais completamente antagonicos.

Concordamos com a autora ao afirmar que há total impossibilidade de coexistência dual entre trabalho e capital, pois somente é possível uma sociedade em que as potências humanas sejam exercidas e não haja o domínio de uma relação social calcada na exploração da riqueza humana, o que leva, invariavelmente, a afirmar que, neste cenário, a ultrapassagem do domínio dos meios de produção e da vida social do capital para os trabalhadores associados somente tem validade e possibilidade diante da posse irrestrita de todo processo de trabalho sob o poder dos trabalhadores igualmente livres.

(PANIAGO, 2012, p. 129) caminha sua síntese afirmando que:

As experiências conselhistas ou de autogestão têm demonstrado, nas últimas décadas no Brasil, que ocupar espaços no Estado ou apenas possuir a propriedade dos meios de produção, mantidas as demais condições materiais de dominação e exploração do capital, não têm proporcionado a criação de esferas de autonomia para o trabalho, pois continuam subordinados à política dominante do capital e à tirania do mercado.

O que revela, no nosso entendimento, a inviabilidade dos chamados empreendimentos solidários tão difundidos e incentivados em tempos de crise aguda do capital, seguindo as orientações do receituário neoliberal como mecanismo de saída para as condições de miséria imposta pela mesma crise. Reatualiza o individualismo, descola o conteúdo classista e ainda recupera o debate sobre a humanização do

capital que, autofágico e predatório, tributa o peso do custo social sobre o trabalho e a humanidade.

Assim, é necessário refutar as tratativas capitalistas diante das falaciosas estratégias de transmutação dos sentidos do trabalho em sua complexidade e totalidade, no sentido de recompor as forças revolucionárias, na direção de completa dominação pelos trabalhadores dos meios de produção da autogestão essencialmente democrática, solidária no sentido de classe, e o reconhecimento dos frutos deste trabalho. Trata-se de tarefa posta na ordem do dia diante dos dilemas objetivos e subjetivos impostos à genericidade humana, no sentido de romper com o conformismo, com a passividade, diante de uma valoração ética objetivável (BARROCO, 2008) em direção a uma verdadeira solidariedade de classe radicalmente humana.

2.1.2 - Trabalho e acumulação flexível

Este eixo temático conta com seis artigos, correspondendo a 8,33% dos artigos analisados, sendo estes artigos produzidos por assistentes sociais, economistas, sociólogo e historiador, dedicando-se exclusivamente ao debate sobre as determinações da reestruturação produtiva no mundo do trabalho e, conseqüentemente, em algumas produções, os rebatimentos deste processo frente ao trabalho profissional do assistente social.

Trata-se de debate fecundo que coloca em pauta as determinações operadas pela reestruturação produtiva, assim chamada eufemisticamente, tendo em vista se tratar de um processo que coloca em destaque a necessidade do capital em recompor as taxas decrescentes dos seus lucros em evidente crise aguda desde os anos 1970, sendo a acumulação flexível, liofilizada, nos termos de (ANTUNES, 2009), compondo sua expressão mais latente, ao conformar na passagem dos anos 1980 para os anos 1990 uma tendência de ganhos progressivos para o capital e de perdas profundamente regressivas no campo dos direitos dos trabalhadores. O fenômeno do neoliberalismo se impõe na agenda do capital, na busca da conformação de processos produtivos cada vez mais intensificados, cujo modelo intensifica a produção e conseqüentemente a exploração da força de trabalho humana.

AUTOR	ÁREA DE FORMAÇÃO	TÍTULO DO ARTIGO	CARÁTER DO ARTIGO	REVISTA
Giuseppina Rosaria de Grazia	Serviço Social	De trabalhador a pedinte.	Artigo	Rev. Katalysis, v.10, nº 1, 2007.
Aurineida Maria Cunha	Serviço Social	Trabalhadores de rua: tensões e resistências na luta pelo direito ao trabalho.	Estudo	Rev. Katalysis, v.12, nº 1, 2009.
Maria Augusta Tavares Roberta Oliveira Trindade de Lima	Serviço Social	A “liberdade” do trabalho e as armadilhas do salário por peça.	Artigo	Rev. Katalysis, v.12, nº 2, 2009.
Marisa Silva Amaral Marcelo Dias Carcanholo	Economia Economia	A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes.	Artigo	Rev. Katalysis, v.12, nº 2, 2009.
Mônica Maria Torres de Alencar Sara Granemann	Serviço Social Serviço Social	Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional.	Artigo	Rev. Katalysis, v.12, nº 2, 2009.
Sílvia Maria Fávoro Arend Antero Maximiliano Dias dos Reis	História História	Juventude e restaurantes fast-food: a dura face do trabalho flexível.	Artigo	Rev. Katalysis, v.12, nº 2, 2009.

Tabela 2: Relação de ensaios e pesquisas publicadas nas revistas Serviço Social & Sociedade, Revista Ser Social e Revista Katálysis, no período de 2007 a 2014 sobre determinações da reestruturação produtiva no mundo do trabalho. (Elaboração própria)

No artigo de (GRAZIA, 2009), a autora apresenta uma pesquisa qualitativa realizada com 46 famílias da cidade de São Paulo no ano de 2005, considerando grupos familiares residentes nas áreas urbano-centrais e zonas periféricas da capital paulista, versando sobre as condições de vida e existência da classe trabalhadora, tendo como fio condutor das análises a relação direta com o desemprego estrutural, o subemprego, a informalidade e uma insistente ação refilantropizadora da *questão social*, que retira o seu conteúdo de classe, diante de políticas sociais cada vez mais focalizadas, excludentes e conformistas.

Na pesquisa empreendida por (GRAZIA, 2009), evidencia, a partir de dados empíricos, o largo processo de destruição do direito ao acesso ao trabalho formal, operado pela lógica do capital que retira do

trabalhador a possibilidade de vender sua força de trabalho e, com isso, garantir os mínimos necessários à sua reprodução.

A relação do trabalhador desempregado, sub-empregado e “informal” possui características centradas no modo de organização da sociedade do capital diante da *gestão da força de trabalho* e da incontestável ética da acumulação diante da extração de mais-valor do trabalho, consubstanciado por uma exigência endógena do capital em substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, processo este que laureia o desenvolvimento tecnológico e tem

[...] implicado uma extraordinária economia de trabalho vivo, elevando brutalmente a composição orgânica do capital; resultado direto na sociedade capitalista: *o crescimento exponencial da força de trabalho excedentária em face dos interesses do capital* – e os economistas burgueses (que se recusam a admitir que se trata do exército industrial de reserva próprio do tardo-capitalismo) descobrem... o “desemprego estrutural”! (NETTO, 2010, s/p).

O eufemismo da *informalidade* muito propalada pela economia burguesa e seus ideólogos esconde a relação direta com o reordenamento dos processos produtivos operados pelo capital em direção à recuperação das taxas de lucratividade, visto que o entendimento da teoria valor-trabalho desnuda a origem das fontes de lucros do capitalista e acentua o posicionamento da luta de classes diante da chamada “questão social”.

A saída do desemprego passa ser atribuída à *informalidade* de caráter empreendedor, o que (GRAZIA, 2009) identifica entre os trabalhadores/as entrevistados como única possibilidade de vender sua força de trabalho e garantir as formas precárias e hediondas de sobrevivência. A tríade formada pelo desemprego, sub-emprego e informalidade oferece as bases para compreender a relação econômico-ideológica do capital, que, diante da busca incessante pela recomposição das taxas de lucros, engrossa as filas de trabalhadores desempregados, servindo ao exército de reserva como mecanismo de pressão sobre os trabalhadores empregados.

À *informalidade* resta, diante do pensamento do capital, a saída do empreendedorismo, culto que incentiva o negócio próprio, como forma de superação do desemprego, propagandeando a liberdade nas

relações de trabalho, o crescimento profissional etc: um culto ao chamado *self-employed*.

O que (GRAZIA, 2009) identifica em sua pesquisa vai para além do culto ao emprego por conta própria, pois esbarra nos limites da classe trabalhadora, imposta pela organização capitalista, que, estruturada numa perspectiva classista, empurra os trabalhadores desempregados para condições aviltantes de vida e existência, verificadas por condições desumanas de trabalho, restando a estes o desenvolvimento de trabalhos que vão desde a coleta de recicláveis a trabalhos domésticos profundamente desregulados.

Neste contexto de socialização da miséria, privatização e privação dos frutos produzidos pela riqueza humana, circunscreve a estruturação de políticas sociais compensatórias, notadamente aquelas que se organizam diante de processos de transferência de renda, sendo o Bolsa Família um exemplo clássico desta política social, que, para autora, necessita ser pensado a partir de uma política macroeconômica que comporte a inclusão dos trabalhadores beneficiários dos programas ao emprego formal, com as garantias e proteções sociais.

No limite de uma política social fragmentada, de alcance criticável e questionável, figura-se como uma estratégia de garantia dos mínimos meios de sobrevivência desta parcela de trabalhadores postos à margem dos empregos sem cobertura de proteção social. Associado a medidas empreendedoras como salvação do desemprego, no campo da política social ou, melhor, no terreno onde o seu focalismo e seletivismo não ocupam e oferecem o alcance necessário aos trabalhadores desempregados, reatualizam-se as alternativas refilantropizadas.

A luta pela sobrevivência por parte da classe trabalhadora, a pressão do exército de reserva e os impactos dos influxos ideológicos liberais tornam-se terreno fértil para a propagação de um “salvacionismo” centrado numa refilantropização das ações, notadamente as de caráter religioso, que reforçam a miserabilidade do trabalhador, e, (re)situando-o na sua condição subalternizada, de dependência, diante de ações que desviam a responsabilidade estatal, não atingem o núcleo central da problemática: o capital.

Diante deste cenário, ações reafirmadoras da informalidade, do *empoderamento*, das saídas vias filantropia e voluntariado associam-se a uma profunda desmobilização dos trabalhadores diante da luta de classes, especialmente diante de tradicionais representações sindicais, estas, em sua maioria, cooptadas por interesses cada vez mais privados e fisiológicos, distanciam-se das bandeiras de lutas outrora defendidas e, mais ainda, afastam-se dos trabalhadores, colocando em evidente risco

as condições de vida e a existência da classe trabalhadora. Para (NETTO, 2010) esta conjugação de elementos denota a barbárie do capital frente à vida humana, demonstrando a incapacidade da coexistência *harmoniosa* defendida pelos apologetas do capital, seja diante do culto à informalidade em substituição ao trabalho protegido ou no trato assistencialista da “questão social”.

O artigo de (CUNHA, 2009) é resultado de pesquisa de tese de doutoramento, que pesquisou 20 trabalhadores de rua no comércio de Fortaleza, estado do Ceará, revelando suas condições de trabalho diante do desemprego estrutural, a relação do seu trabalho com o espaço público da rua, bem como o enfrentamento de ações repressivas do Estado.

Partindo da compreensão do uso do espaço público enquanto terreno capaz de aglutinar a diversidade humana, de se fazer presente com espaço de uso comum, a autora situa-se o espaço público a partir da relação deste com o mundo do trabalho, o que denota um recorte sobre o espaço como forma de garantia de subsistência e (re)produção por meio do trabalho, que, neste caso, é informal e precarizado.

A tensão identificada na pesquisa da autora demonstra a relação conflituosa entre a possibilidade de venda da sua força de trabalho de trabalhadoras e trabalhadores postos à margem dos empregos formais, que possuem garantias e proteção social e a tensão de um estado cada vez mais repressor que, pressionado pela mídia, pelos grandes negócios e pela sociedade, tende a agir de forma a higienizar os espaços urbano-centrais das grandes cidades, Fortaleza, neste caso específico.

Retomam-se as *velhas-novas* medidas higienizadoras da pobreza, como forma de solucionar os “problemas sociais”, alterando sua expressão aparente, sem modificar as estruturas das suas causas, que encontram raízes do capitalismo, como já sabemos. “Nessa perspectiva, a exploração se intensifica, no caso particular dos trabalhadores de rua, constata-se ausência de qualquer direito relacionado à velhice, à doença, a acidentes, ao desemprego” (CUNHA, 2009, p.82).

A autora vai explorar esta relação a partir de entrevistas sobre as condições de trabalho destes trabalhadores de rua, como ela mesma denomina, confluindo todo tipo de trabalho desenvolvido na esfera desta informalidade localizada no centro histórico de Fortaleza, evidenciando a recorrência de depoimentos que revelam as possibilidades de trabalho no espaço público, mesmo diante de variadas medidas do Estado, neste caso, a Prefeitura local, em regulamentar o trabalho de rua e punir a existência dos não cadastrados, tidos como irregulares. A este processo a autora chama de contra uso do espaço público, ora como forma de

contestação dos padrões formais de trabalho no capital, ora como forma de resistência política na defesa do trabalho (CUNHA, 2009).

Resultado do processo de reordenação do capital, diante da sua necessidade em expandir as taxas de lucratividade, o chamado trabalho informal emerge como possibilidade de garantir a existência de reprodução de homens e mulheres, porém situa o trabalhador diante da opinião pública como indivíduos marginalizados, sob a pecha de “vagabundos”, o que reforça o estigma do pobre trabalhador em atividades consideradas de “menor” importância diante da divisão social do trabalho e substancia ações repressoras e violentas junto à classe trabalhadora.

Como forma de resistência que indica a necessidade do trabalho para sobreviver e o uso do espaço público, a organização de entidades coletivas de defesa dos interesses dos trabalhadores circunscreve-se na órbita da correlação de forças diante do Estado e seu aparelho fiscalizador/repressivo, como forma de organizar a luta pelo espaço público e consequentemente como possibilidade de usá-lo como terreno de reprodução da sua força de trabalho.

A autora compreende e situa esta organização a partir da fala dos sujeitos, na direção da ratificação das melhorias de condições de trabalho, da ressignificação social da condição de trabalhadores de rua. Mas, esconde, no outro pólo, a incapacidade do capital em lidar com o exército de reserva, alimentado pela obsessão crescente em aumentar as taxas de lucratividade consonante aos processos da reestruturação produtiva, diante da diminuição progressiva dos postos de trabalhos.

Deste modo,

[...] sobreviver na rua subverte as leis e os padrões formais do mercado na sociedade capitalista alicerçada no trabalho assalariado, esta apropriação dos espaços públicos pelos trabalhadores de rua altera usos esperados com um contra uso que é estabelecido por disputas/tensões/resistências pelo direito ao trabalho (CUNHA, 2009, p. 84).

A vida humana é incompatível com a lógica sustentada pela barbárie do capital, mesmo que esta lógica do capital assuma faces “humanizadas”, sua superação é tarefa inadiável dos trabalhadores organizados em torno das bandeiras de luta, mas prescinde de um dever ético objetivável. A autora finaliza suas reflexões no sentido de dar

visibilidade às demandas postas pelos trabalhadores da rua, mas, mais do que isso, proporcionar o acesso destes a empregos estáveis e com proteções sociais inerentes.

Ainda que os processos advindos dos ciclos de expansão da acumulação flexível rebatam diretamente nas condições de trabalho e vida da classe trabalhadora, fica evidente no artigo da autora a necessidade de redimensionar o debate sobre os usos dos espaços públicos pela humanidade, quer sejam para o trabalho ou para socialização, no sentindo mais amplo das suas capacidades, mas que não pode prescindir da organização da luta coletiva em torno de políticas de trabalho que, regulamentadas, vão garantir minimamente as condições de reprodução destes trabalhadores de rua, sendo que, ao mesmo tempo em que esta rua torna-se seu espaço, de caráter coletivo, não pode ser, na mesma medida, lócus de um trabalho informalizado, precarizado, destituído de direitos.

O artigo de (TAVARES, LIMA, 2009) expõe a reflexão sobre as profundas alterações no processo produtivo do capital, na direção de recompor as taxas de lucros, evidenciando seus impactos no mundo do trabalho e na relação deste com o homem.

Foco das análises das autoras, a indústria sucroalcooleira inscreve-se como tradicional incremento à economia nacional desde o Brasil Colônia e, juntamente com outras *commodities* agrícolas, figura-se entre os três maiores produtos agrícolas exportados. A pujança econômica do setor auferida, sobretudo, a partir da crise do petróleo dos anos 1970, tendo as medidas incentivadoras de produção e veículos movidos a álcool (Proálcool), em substituição aos derivados dos combustíveis fósseis (petróleo), favorecendo o agigantamento do setor, largamente subsidiado com dinheiro público e incentivos fiscais estatais (NAVARRO, ALESSI, 1997).

Ao passo que o crescimento vertiginoso da produção sucroalcooleira nos anos 1970/1980 experimenta um considerável declínio na passagem dos anos 1980, registrado pelas autoras, a partir da realidade do Nordeste brasileiro, em contraposição da expansão do setor na região centro-sul do Brasil, demonstrando uma migração das indústrias, com crescente incentivo estatal e evidente processo de “modernização” dos instrumentos de produção, acarretando irrefreável impacto diante da força de trabalho (NETTO, 2010).

Sob a égide do neoliberalismo e diante de determinadas condições de venda da força de trabalho, o homem é instado a *decidir* pelas alternativas para satisfação das necessidades mais essenciais à sua reprodução, figurando-se o desemprego como uma das mais faces cruéis

do modelo neoliberal, que impõe ao trabalhador a decisão entre a miséria ou a venda da força de trabalho submetida à ordem capitalista e a seus escusos interesses (TAVARES, LIMA, 2009).

A obsessão do neoliberalismo pelo culto à individualidade revela uma das faces perversas do capitalismo e de como este sistema regulador das relações sociais se coloca diante do trabalho, sendo a apropriação deste trabalho base ineliminável da produção da riqueza do capital e, notoriamente, a fonte de toda miséria do trabalhador (MARX, 2002). É nesta esteira que as autoras afirmam que a liberdade no capitalismo se consubstancia à medida que essa liberdade seja a liberdade de mercado. Assim, o neoliberalismo e sua “liberdade”

[...] compreendem uma concepção de homem (considerado atomisticamente como possessivo, competitivo e calculista), uma concepção de sociedade (tomada com um agregado fortuito, meio de o indivíduo realizar seus propósitos privados) fundada na ideia da natural e necessária desigualdade entre os homens e uma noção rasteira da liberdade (vista como função da liberdade de mercado) (PAULO NETTO; BRAZ, 2007, p. 226).

(TAVARES, LIMA, 2009) demonstram a realidade dos trabalhadores da indústria canavieira paraibana submetidos a contratos de trabalho que privilegiam a adoção de regras de contratação por produção, apontando a relação desigual, profundamente precarizada e explorada, que impõe aos trabalhadores a pretensa liberdade de trabalho, assentada no estímulo da produção individual, no caso da indústria canavieira, por toneladas⁹, evidenciando o acirramento da competitividade entre trabalhadores e consequentemente no exponencial aumento da produtividade/lucratividade, visto que há uma acentuada extração de valor trabalho excedente, transformada em riqueza apropriada pelo capitalista.

A subsumção do trabalho e do homem à lógica desigual e brutal do capital diante do processo de extração do valor-trabalho, a partir de estratégias de produção por peças ou produção livre, esconde, além da exploração, mecanismos ideológicos de reprodução, determinando

⁹ As autoras destacam que nos anos 1980 a produção/dia por trabalhador chegava a 6 toneladas e, atualmente, chega a passar de 12 toneladas/dia. Estes dados podem ser acessados a partir de pesquisas realizadas por (LOURENÇO, 2009) (NAVARRO, 2006).

esferas cada vez mais ampliadas de uma relação estranhada, desprovida de sentido ontológico, donde se limita as capacidades de gozar a plenitude e os sentidos de um trabalho gerador de liberdade (BARROCO, 2005), (ALVES, ANTUNES, 2004).

O caso da produção por peça, particularizando a produção por tonelada de cana cortada na indústria canavieira, revela que os processos de mutação da esfera do mundo do trabalho não se inscrevem apenas na indústria ou nos serviços, a reestruturação produtiva e suas inflexões espraiam em todas as esferas da produção, submetendo os trabalhadores a condições precárias de trabalho e vida, invadindo a subjetividade do homem, ao proporcionar a insegurança dos postos de trabalho, cada vez mais pressionados pelo exército industrial de reserva de uma parcela de homens e mulheres que, para defender a subsistência, se submetem a níveis abissais de condições de trabalho.

As investidas do capital no processo de reestruturação produtiva não se consolidam a partir de uma autoderminação; ela se consubstancia diante de uma processualidade que revela os interesses do capital em converter mais trabalho em maiores índices de lucro, da gestão total dos processos de produção e do controle subjetivo dos trabalhadores. Porém esse mecanismo encontra lastro na esfera do Estado-cartório que, ao se colocar numa posição de agente viabilizador dos interesses do capital, afirma e institucionaliza, no âmbito legal, a exploração desenfreada, restando, a uma tímida e controvertida política social, a *pseudo* tarefa de mitigar os resultados desta relação conflituosa entre capital e trabalho, sem tocar na sua pedra angular.

O artigo de (AMARAL, CARACANHOLO, 2009) aponta a necessária reflexão sobre a teoria da dependência, sustentada a partir do pensamento de Rui Mauro Marini e da teoria marxista do valor, compreendendo o lugar da superexploração do trabalho nas periferias como forma de apropriação do excedente da força de trabalho.

Assim,

A superexploração do trabalho, a irracionalidade do processo de incorporação de progresso técnico, a instabilidade econômica e financeira, o espectro da estagnação e as crises cíclicas de reversão estrutural tornam-se características inerentes ao capitalismo na periferia latino-americana da economia mundial (SAMPAIO, 2012, p. 764).

Concordamos com (AMARAL, CARACANHOLO, 2009) na sustentação de que a ramificação do capital nos países periféricos e

altamente dependentes não se circunscreve a partir de uma concepção restrita de globalização ou como querem alguns teóricos afirmar que esta dependência se estabelece a partir do emprego da alta tecnologia e/ou investimentos no setor produtivo, apenas.

Compreender a relação direta entre o poder do capital dos países centrais em sua simbiose direta com a periferia requer compreender que, além dessa conjunção multifatorial necessária à reprodução sociometabólica do capital, ela se funda na dominação completa da apropriação da força de trabalho excedente, convertida em riqueza transferida para o centro, configurando-se como um

[...] ‘capitalismo incompleto’ na periferia, por conta da interrupção de sua acumulação interna de capital, que só pode ser completada com a geração de mais excedente no próprio plano da produção, justamente através da superexploração do trabalho (AMARAL, CARCANHOLO, 2009, p. 222).

A geral lei do capitalismo se sustenta numa perspectiva de produção cada vez mais crescente, donde se reduz de modo cada vez mais ampliado a ocupação de postos de trabalho, e os existentes submetem-se à presença de trabalho por peça, extensão da jornada de trabalho, desregulamentação dos direitos trabalhistas etc. convertendo, assim, o excedente deste trabalho em riqueza destinada ao capital.

Neste movimento, a apropriação de todo excedente da força de trabalho, convertida em lucro, é destinada aos países centrais, ficando para os países dependentes e os trabalhadores os custos da produção, em que pese a agudização da relação entre capital e trabalho, convencionalmente chamada de “questão social”, esta tributada à periferia, ao passo que a concentração de toda riqueza socialmente produzida nela submete-se a uma apropriação dos países centrais, transferindo aos periféricos os custos sociais da produção.

No artigo de autoria de (ALENCAR, GRANEMANN, 2009), é oportunizada a reflexão sobre as determinações no mundo do trabalho, operadas pelos fios da reestruturação produtiva, que se coloca diante de um processo crescente de desvalorização, precarização e superexploração da força de trabalho, alterando a composição da correlação de forças, patrocinando um afastamento do Estado diante das políticas sociais e, conseqüentemente, o rebatimento dessa complexa trama no trabalho profissional do assistente social.

É consenso de que o Serviço Social se inscreve na divisão social e técnica do trabalho, na condição de trabalho especializado e

assalariado, submetido, assim, às determinações operadas pela lógica do capital, evidenciando o rebatimento do movimento do capital no seu trabalho profissional, quer seja diante do esfacelamento das políticas sociais, quer seja nas condições objetivas de trabalho, bem como diante de uma premente captura de sua subjetividade.

Para (ALENCAR, GRANEMANN, 2009), o trabalho profissional está submetido à lógica do capital, ao compor a massa de trabalhadores diante da venda de sua força de trabalho, cuja condição lhe imputa a sujeição das condições de trabalho cada vez mais aviltantes, pois é por meio da superexploração da força de trabalho que se recompõe a taxa de lucro do capital e o trabalho do assistente social não está imune a esta lei do capital.

Sentindo os efeitos expansivos da grave crise dos anos 1970, encerra-se o ciclo virtuoso de acumulação de fantásticas taxas de crescimento, o que coloca em xeque, nos países centrais, a existência do *Welfare State* e das políticas garantidoras do pleno emprego, transferindo os custos sociais do aumento da extração de mais lucratividade ao trabalho, sobretudo nos países de capitalismo periférico.

A combinação de uma liberalização da economia, expansão de mercados ultrafronteiras, necessidade do aumento da rotação dos estoques e o conseqüente impacto na produção podem oferecer a medida de compreensão dos reflexos diante do trabalho e o modo de recomposição das taxas de lucratividade do grande capital.

Na condição de país periférico, o Brasil sofre os impactos da reestruturação produtiva, ao deparar com características *sui generis*, dado seu processo de constituição tardia, com grande influência do ranço das oligarquias rurais e sua relação de posse imediata da força de trabalho. Como país de capitalismo dependente e diante da inexistência de uma política de pleno emprego, associada a um Estado de Bem-Estar Social, consolidou-se como campo fértil para a estruturação de um processo de superexploração da força de trabalho, tendo em vista a combinação de condições, tais como: a presença de legislações de proteção ao trabalho extremamente frágeis, a existência de força de trabalho barata e a presença de um exército de reserva crescente, que pressiona, em tempos de crise, os postos de trabalho ocupados.

Estes fatores, para (ALENCAR, GRANEMANN, 2009), compõem algumas das condições de reprodução do capitalismo em sua relação com o trabalho, na medida em que o crescimento da massa desempregada serve como baliza para a agudização da superexploração da força de trabalho, ao submeter os trabalhadores a contratos de

trabalho cada vez mais inseguros, desprovidos de qualquer tipo de proteção social, pelo estímulo ao empreendedorismo ou trabalho informal, como alternativa de renda ao desemprego estrutural.

Ganha forma a presença do trabalho cada vez mais parcial, que se desloca da fábrica e escritórios para o ambiente doméstico, aumentando as taxas de exploração e submissão a regimes de produção cada vez mais intensos. Neste cenário, a política social recebe seus influxos, ficando cada vez mais assistencializada, fragmentada, focalizada, [...] cujo significado parece ser o de administrar os efeitos do processo de desvalorização e superexploração do trabalho no capitalismo contemporâneo” (ALENCAR, GRANEMANN, 2009, p. 162).

A existência de uma política social cada vez mais privatizada revela a face cruel do capital, ao submetê-la ao crivo da comercialização, tendo o trabalhador como “cliente”, reforça o culto ao modelo privado, centrado na seleção daqueles que podem comprar seus serviços, sendo a saúde e a educação os modelos atuais deste comércio. A assistência social, ainda não universal, segue cada vez mais focalista, destinando suas ações a trabalhadores cada vez mais miseráveis, inscrevendo, nesta contradição, o requerimento do assistente social como “conferente da pobreza” (SPOSATI, 2005).

Sentindo os impactos da reestruturação produtiva, os assistentes sociais lidam cotidianamente com condições de vida e existência que representam o empobrecimento do trabalhador, na mesma medida em que se registra o enriquecimento dos detentores dos meios de produção, mas recebem, na condição de trabalhadores, os influxos do capital, diante da existência de um exército assistencial de reserva (Iamamoto, 2008), frente ao achatamento salarial, na presença de contratos de trabalho precarizados, do trabalho por produção (atendimentos, preenchimento de cadastros etc.).

Essas condições de trabalho necessitam ser aferidas por meio de estudos e pesquisas que revelem a realidade do trabalho do assistente social em todo Brasil, o que vem sendo feito pelo Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, a partir do recadastramento dos assistentes sociais neste ano. Essa pesquisa poderá oferecer um perfil mais claro das condições de trabalho destes profissionais e, assim, possibilitar uma reflexão teórico-metodológica e uma dimensão ético-política capaz de eleger valores e objetivá-los.

O artigo de (AREND, REIS, 2009) é resultado de pesquisa realizada com 16 jovens maiores de 18 anos, sendo 8 homens e 8 mulheres, todos ex-funcionários da cadeia de *fast-food* McDonald's, na cidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina.

A presença de uma insistente realidade relacionada à inclusão de jovens de 16 a 24 anos de idade no mercado de trabalho oferece algumas pistas para compreender a inscrição da rede de alimentação rápida como grande empregadora destes jovens sem experiência profissional anterior e com escolaridade média. Neste sentido, a “... indústria de *fast-food* aparece, então, como importante gerador de empregos para esse exército de mão de obra excedente” (AREND, REIS, 2009, p. 143).

A partir de entrevistas semiestruturadas, os autores partiram da realidade de ex-trabalhadores da empresa de alimentos McDonald’s, desvelando a realidade de um trabalho eufemisticamente chamado de flexível, precarizado, donde ganha espaço o culto ao individualismo, a meritocracia, fundada em níveis crescentes de produção, bem como a apreensão da subjetividade do jovem trabalhador como forma de perpetuar o sistema desigual, que revela, em um nível particular, a expressão macroscópica do capitalismo.

A alternativa de contratar jovens pode oferecer pistas para compreender a apropriação da força de trabalho, sendo que este nicho de mercado do capitalismo esgarça mais ainda a relação antagônica entre capital e trabalho, ao passo que a pressão exercida pela reserva de trabalhadores jovens, em idade *produtiva*, possibilita o achatamento salarial destes trabalhadores, bem como a sujeição a condições de trabalho cada vez mais intensas, numa combinação dos modelos fordista (linha de produção) e toyotista (adequação do binômio estoque/produção diante do consumo).

Os relatos dos ex-trabalhadores revelam quão o processo de produção nos restaurantes *fast food* torna-se vertiginoso, pois adequa toda a estrutura operacional e dos trabalhadores em direção ao atendimento de outros trabalhadores, cujo tempo próprio para fazer suas refeições torna-se refém do relógio do capital. Neste intensificado processo de produção, cada vez mais rápido e “eficaz”, o trabalhador é requerido a assumir variadas funções em todas as frentes de trabalho da empresa, aumentando a extração de trabalho não pago, valorizando a polivalência e a multifuncionalidade do trabalhador como mecanismo de reprodução ampliada da riqueza e do sentimento de pertencimento à empresa (AREND, REIS, 2009).

Um dado que demonstra essa facilidade em converter o trabalhador da cadeia de restaurantes em multifuncional situa-se como estratégia ideológica, a partir do culto ao mérito na *ascensão* na carreira interna, sendo que, para os entrevistados, o jovem é mais “fácil de ser moldado” às diretrizes da empresa, ou seja, o trabalhador jovem é situado a partir de uma determinada adequabilidade ao processo de

produção. O homem boi do taylorismo veste outra roupagem, mas não perde sua essência ideológica, dirigida ao aumento da produção.

A retórica meritocrática ganha ascensão na prospecção de conquistar a tão sonhada promoção na estrutura da empresa, o que reverte em altas taxas de superexploração do trabalho, convertido em lucratividade, ao passo que ao jovem trabalhador resta o trabalho perigoso, manipulando de maneira veloz produtos em altas temperaturas, em ações repetitivas e exaustivas.

Mesmo diante de condições precárias de trabalho, com salários pagos por hora¹⁰, o culto ao mérito de ascensão aos topos da carreira ainda permanece, mesmo diante de uma rotatividade expressiva entre os trabalhadores nos postos de trabalho, o que revela, de um lado, a necessidade do trabalho como forma de garantia de subsistência e de outro o influxo ideológico do seu “lugar ao sol” (AREND, REIS, 2009).

Os autores compreendem as determinações operadas no mundo do trabalho, em que a necessidade em ocupar uma vaga de trabalho para jovens sem experiência profissional, com níveis de escolarização ainda em andamento, associado à fragilidade das políticas sociais que não absorvem as demandas dos jovens, torna-se espaço para cooptação desta força de trabalho abundante e que associada a um pesado marketing social escamoteia relações perversas de exploração, em um trabalho destituído de qualquer sentido, em que as péssimas condições de trabalho demandam a altíssima rotatividade destes trabalhadores que, não acessando os *altos* cargos da companhia por meio do mérito, engrossam as fileiras do desemprego, essencialmente funcional à reprodução do capital.

Em seu artigo (AZEVEDO, 2014) apresenta o debate controverso e polêmico sobre a inserção do assistente social na condição de consultor, entendendo a dinâmica e processualidade, a partir das determinações da reestruturação produtiva diante da necessidade do capital em recompor as taxas de lucro a partir da flexibilização dos contratos de trabalho. Trata-se de artigo originário de pesquisa de dissertação de mestrado, que entrevistou assistentes sociais consultores,

¹⁰ Diante de inúmeros problemas relacionados à remuneração dos trabalhadores, a Justiça determina o cumprimento de medida que impede o recebimento de salário abaixo do salário mínimo. Trata-se de matéria de 2015, mas que revela a perversidade da relação entre capital e trabalho. Acesso: <http://exame.abril.com.br/negocios/justica-proibe-mcdonald-s-de-pagar-salario-menor-do-que-deve/>.

não sendo possível identificar a quantidade, bem como o lócus da pesquisa.

É notório que as determinações operadas pela lógica de acumulação do capital se espraiam por toda a vida social, sobretudo na sua relação com o trabalho ao situar essa categoria como pedra angular na sua reprodução, tendo em vista a validade da teoria valor-trabalho, mesmo que seus ideólogos a recusem. Para a autora, os rebatimentos da chamada acumulação flexível têm seu marco com a introdução de políticas macroeconômicas de cunho liberal na entrada dos anos 1990, tendo a premissa de flexibilização das relações de trabalho, o recrudescimento paulatino dos direitos sociais e trabalhistas, bem como a reposição dos contratos de trabalho, com a assunção de trabalhos temporários, por hora-trabalho, terceirizações etc (AZEVEDO, 2014).

Os efeitos deletérios da reestruturação produtiva encontram manifestação mais evidente a partir da introdução da gestão do trabalho, ao transferir a produção e o trabalho para o espaço doméstico, bem como na contratação de mão de obra especializada terceirizada ou até mesmo quarteirizada, transmutando as formas de regulação entre trabalhador e empregador, visando tão somente à garantia da continuidade da produção, desresponsabilizando-a pelos custos sociais do trabalho, que, em tese, é assumida por uma empresa terceira.

A expressão mais evidente deste processo é a ativação de um exponencial exército de reserva que, posto à margem do trabalho regulamentado, emerge como massa de manobra para recompor as taxas de lucratividade do capital, sobre o signo de contratações em postos de trabalho na esfera dos serviços, mas que não se relaciona com a preservação ou aumento dos postos de trabalho extirpados nas empresas contratantes destes terceirizados, criando uma cortina de fumaça diante das contratações.

Forçoso ressaltar que o campo das terceirizações, que até pouco tempo era proibido, por força de Lei, nas atividades-fim das empresas, com a edição e promulgação da Lei Federal 13.429/17 foi autorizado, demonstrando o papel do Estado na conformação dos interesses do capital, em um sistema que já esgotou todas as capacidades civilizatórias.

É na terceirização que a autora vai buscar focos de iluminação das suas reflexões, ao abordar o trabalho especializado de assistentes sociais na condição de consultores terceirizados, prestadores de serviços a outras empresas-clientes (AZEVEDO, 2014), evidenciando o alargamento da reestruturação produtiva diante do trabalho profissional do assistente social, que, não estando imune às requisições do capital,

(re) produz ideologias, descola os profundos processos de deterioração do trabalho e seus direitos sociais correlatos, diante do emprego de termos como flexibilidade, autonomia, liberdade, produtividade etc.

Fica perceptível, a partir dos trechos das entrevistas das “assistentes sociais consultoras”¹¹, num completo e profundo descolamento dos reais motivos operados pela lógica do capital diante do trabalho e particularmente do trabalho do assistente social, como uma especialização do trabalho coletivo (IAMAMOTO, 2008). As entrevistadas, em sua maioria, não reconhecem o processo de desregulamentação do trabalho profissional, ao assumirem um discurso identificado com as premissas de um mundo moderno, flexível, globalizado, o qual a consultoria representa, obscurecendo o real, capturando a subjetividade dos trabalhadores (LOURENÇO, 2009), alargando os índices de exploração da força de trabalho.

Ao requerer uma massa de trabalhadores desprovidos de colocação no mercado de trabalho, ou mesmo aqueles que, malgrado as condições de baixa remuneração, veem na consultoria¹² a saída para subsistência, evidencia-se a superexploração da força de trabalho, que se torna medida ética para garantir altas taxas de lucratividade diante de um trabalho mal remunerado e abaixo da média dos demais trabalhadores, da prevalência da não garantia de direitos sociais trabalhistas, de contratos extremamente flexíveis ou inexistentes, da presença de extensas e desgastantes horas de trabalho, do trabalho por produção etc.

Fica evidente nas entrevistas que as assistentes sociais consultoras não compreendem o processo de substituição dos postos de trabalho formais, com garantias trabalhistas, na mesma medida em que por vez não reconhecem o seu trabalho como precarizado, desregulamentado, intensificado e ou desgastante, evidenciando a dificuldade de reconhecer as determinações das relações sociais de produção, a partir da acumulação flexível, nas particularidades do seu trabalho profissional, sobretudo da sua relação de trabalho.

¹¹ Utilizo o termo empregado pela autora, mesmo que discordando da identificação profissional por área de atuação, o que não condiz com a formação e trabalho profissional generalista do assistente social, tendo em vista os dispositivos da ABEPSS e constantes na Lei Federal 8662/93.

¹² Atividade entendida a partir de uma determinada especialização do trabalho coletivo.

Outro aspecto considerado nas entrevistas dos assistentes sociais consultores reside na baixa compreensão e capacidade de organização, tendo em vista o amplo mecanismo ideológico que, capturado, desmobiliza o processo de organização coletiva, mesmo aqueles relacionados à categoria profissional. Essa anulação da perspectiva de organização oferece material suficiente para reflexões, pois impacta decisivamente o projeto ético e político defendido pelo Serviço Social.

O problema do não reconhecimento da sua condição de classe, ao assumir o discurso do problema do desemprego e das saídas a ele oferecidas, aqui entendidas a sua condição de consultora, anula qualquer capacidade crítico-reflexiva do seu processo de trabalho, no que tange ao reconhecimento da sua condição de trabalhador que, exposto às mesmas condições precárias de trabalho, repõe a retórica salvacionista cuja defesa se assenta no capitalismo, transmutando e desfigurando a latência dos fundamentos assumidos coletivamente pela profissão nos últimos 30 anos.

(CEOLIN, 2014) em seu artigo problematiza as determinações do trabalho profissional do assistente social na cena contemporânea, ao situar as mediações necessárias para compreensão desta profissão a partir da divisão social e técnica do trabalho, entendida como uma especialização do trabalho coletivo, que tem sua emergência e institucionalidade requeridas pelo capital e pelo Estado, evidenciando

A necessidade de compatibilizar as questões relativas aos interesses da industrialização e acumulação capitalista à legitimação do sistema com as necessidades das classes trabalhadoras são demandas que requererem e legitimam socialmente a profissão, enquanto partícipe da divisão social do trabalho capitalista em sua fase monopólica. (CEOLIN, 2014, p. 248).

Ao estabelecer as mediações necessárias para compreensão desta processualidade determinada no bojo das relações sociais de produção, há que se afirmar que a emergência e existência da profissão não estão condicionadas a fatores exógenos. Elas se consubstanciam no marco do desenvolvimento do capitalismo, ao confrontar-se com a agudização das contradições operantes e latentes entre capital e trabalho, relação pela qual se convencionou chamar de “questão social” (NETTO, 2010).

Na contradição operada pela lógica capitalista, ao ser chamado a intervir na questão social, o assistente social (re) produz, também, as mesmas condições, tendo em vista sua relação direta com a venda da sua força de trabalho, seja ela ao setor privado ou ao setor público, tendo em vista sua inscrição como profissão assalariada. Evidente que, ao mediar

as análises, essa especialização do trabalho coletivo apresenta algumas diferenciações diante da divisão social e técnica do trabalho, embora não elimine a reprodução da força de trabalho, bem como não a impede de receber os influxos derivados da reestruturação produtiva.

Para o autor, não é possível deslocar a profissão desta dinâmica, ao passo que ela mesma se coloca como uma especialização do trabalho e é atingida pelas determinações operadas pelo capital, tendo em vista a intensificação da exploração do trabalho profissional, da desregulamentação dos contratos de trabalho, a inversão do trabalho regulamentado pelo trabalho informal, por hora, ou mesmo a presença da terceirização nos processos de trabalho, o que altera significativamente as condições éticas do exercício profissional, ao comprometer a valoração ético-política da categoria (CEOLIN, 2014).

Media-se a esta processualidade, inerente ao modo de acumulação capitalista, um profundo redesenho das políticas sociais, das quais os assistentes sociais possuem grande inserção na sua instrumentalização, repondo um largo processo de assistencialização, reforço da subalternização e classificação dos trabalhadores como classes perigosas. Vejamos a reflexão de (NETTO, 2010, s/p).

A articulação orgânica de repressão às “classes perigosas” e assistencialização minimalista das políticas sociais dirigidas ao enfrentamento da “questão social” constituem uma face contemporânea da barbárie.

Para (CEOLIN, 2014, p. 261) há a existência de uma “nova questão social”, que coloca o assistente social diante de um novo desafio para o trabalho profissional, pois “[...] redesenha seu próprio objeto de intervenção profissional”, buscando associar as suas novas expressões à sua condição central, dirigindo-se a uma nova questão. Trata-se de uma imprecisão teórico-ideológica, presente na discussão advinda do pensamento de autores como Rosanvallon, que dissociam profundamente os elementos constitutivos da conflituosa relação capital-trabalho que ainda não se alterou, reconfigurando-se suas novas modalidades de exploração da força de trabalho, mas sua condição-base que, antagônica por natureza, não se modificou sua raiz (NETTO, 2010).

À guisa de conclusão destas análises, é indispensável compreender que a dinâmica destrutiva do capital recoloca o trabalho profissional do assistente social diante de mutações expressivas, ao

incidir diretamente sobre a força de trabalho, reforça o desemprego estrutural e os índices de miséria, refuncionaliza as políticas sociais numa perspectiva de refilantropização, mitiga o conflito de classe presente na política social pela via da despolitização (YAZBEK, 2009). Essa dinâmica insta o assistente social a reconhecer e compreender as determinações histórico-políticas do capital, a partir de um arcabouço teórico-metodológico que viabilize as reflexões de uma direção ética e política objetivável.

(YAZBEK, 2013), em seu artigo, tem o objetivo de problematizar o trabalho do assistente social na contemporaneidade, tendo como medida as profundas transformações na esfera produtiva e suas inflexões frente ao mundo do trabalho, bem como a processualidade operada diante das políticas sociais, sendo esta última um dos espaços onde se materializa o trabalho profissional do assistente social, agudizando, segundo a autora, o campo das disputas em torno de projetos hegemônicos.

Para a autora, as determinações operadas pelo capital diante da reestruturação produtiva demarcam o campo das políticas sociais, ao requerer destas, na condição de mecanismos deslocados das reais necessidades, um condicionamento cada vez mais específico, no sentido de promover uma política social e neste caso falamos da assistência social, estruturada por meio de um “*workfare*”, entendido como uma política de ativação, na qual o trabalho e, diga-se de passagem, qualquer tipo de trabalho tornam-se objetivo central, pois vincula os processos de miséria a uma questão moral, de classe. Reforça e reproduz o ideário dos trabalhadores pobres como classes perigosas (YAZBEK, 2013).

Ao reproduzir a assistencialização da política social por meio de medidas extremamente focalizadas, cada vez mais seletivas, donde os níveis de miséria são *aferidos* por métodos e técnicas profundamente excludentes, registra-se a existência de programas que atribuem à mulher a responsabilidade de gestão dos benefícios, bem como fortalece ações fiscalizadoras dos comportamentos dos pobres, ocasionando uma política social profundamente destituída de mediações com as causas operantes da miséria.

Ao transitar e atuar na aparência fenomênica da *questão social*, a política social, especialmente aquelas destinadas aos pobres, via programas e serviços da assistência social, ergue-se como um espelho, refletindo a imagem dos fios que conduzem a reestruturação produtiva, da qual os impactos no mundo do trabalho são profundamente conhecidos, mas que sofrem constantes mutações inerentes ao seu

movimento na recomposição dos lucros e no fortalecimento do seu conduto ideológico.

Para (YAZBEK, 2013), esse mecanismo que conduz a representação ideológica massiva do capital (a partir da concepção individualizadora presente no neoliberalismo) e possui um rebatimento no campo das disputas no campo das hegemonias que, profundamente contaminadas por representações não pertencentes ao *ethos* da classe trabalhadora, acabam por reproduzir sistematicamente o ideário neoliberal, uma vez que:

experienciam a dominação e a aceitam, uma vez que as classes dominantes, para assegurar sua hegemonia ou dominação, criam formas de difundir e reproduzir seus interesses como aspirações legítimas de toda a sociedade (YAZBEK, 2013, p. 685).

A repercussão da hegemonia dominante no cotidiano da classe trabalhadora possui, segundo a autora, rebatimentos na compreensão do papel do Estado, que deveria atender às demandas advindas da sociedade, por meio do que vai chamar de “instituições sociais”, sendo a política social uma delas, porém esse Estado vai garantir a institucionalidade da dominação, fortalecendo a ordem, o mandonismo, a posição subalterna de classe.

É nesta imbricada e complexa relação que o trabalho do assistente social vai se materializar, ao considerar a presença da *questão social*, a partir de suas expressões cada vez mais singulares, donde este profissional coloca em movimento todo um conjunto articulado de conhecimentos (fundamentos teórico-metodológicos e técnico-operativo) no sentido de compreender a dinâmica sócio-histórica da relação capital-trabalho, tendo na política social e/ou institucional os instrumentos para a materialização do seu trabalho.

Porém é necessário compreender que:

foi no âmbito do enfrentamento das consequências indesejáveis do novo regime de acumulação e suas medidas de ajuste econômico que a política social “foi transformada total ou parcialmente em políticas focalizadas contra a pobreza, principalmente nos países da periferia do capitalismo”. (YAZBEK, 2013, p. 686).

Mas, centrar-se apenas diante do trabalho profissional frente à política social tornar-se-ia um erro, tendo em vista que tal perspectiva reduziria o trabalho profissional a meros esquemas puramente intervencionistas, onde ganha espaço a prevalência da razão instrumental, do profissional que quer saber fazer bem, reforçando, como querem os *pós-modernos*, a razão pragmática, do agir prático-objetivo, sendo que o pragmatismo

[...] sustenta que o que é eficaz é também verdadeiro, mas esta tese, numa esfera mais ampla do que aquela imediatamente prática, não é verdadeira e pode ser demonstrada como falsa. Se não fosse assim, o sentido teórico da totalidade permaneceria obscuro e não se poderia pensar em nada além das relações sociais existentes (LUKACS, 1969, p. 151).

Ao se considerar as mediações operadas no trabalho profissional, a dimensão ideológica ganha forma, ao posicionar-se diante dos dilemas postos ao humano-genérico pelo capitalismo, numa evidente posição de classe, em que se mobilizam os esforços teórico-metodológicos, éticos e operativos, numa dimensão de objetivação dos valores defendidos pela classe trabalhadora, na direção de uma sociedade em que a medida possa ser o homem, e não o mundo das coisas.

Segundo (ANTUNES, 2010) seu artigo serviu de base para apresentação no 3º Seminário Anual de Serviço Social, bem como publicação parcial na revista Participação, em Portugal, adaptado para publicação como artigo.

No artigo, o autor registra, com muita clareza, as tendências do capitalismo face ao trabalho, sobretudo diante da manutenção cada vez mais exacerbada das taxas de desemprego em todo globo, como resposta ao esgotamento do modelo fordista-taylorista, cujos registros de ganhos e agigantamento do capital atingem cifras inimagináveis e que, diante de uma política vigorosa de pleno emprego (registre-se isso nos países centrais), forcejou o que (HARVEY, 2002) chamou de “anos gloriosos do capitalismo”, considerando o período entre 1945-1975.

Para (ANTUNES, 2010), a reprogramação do capital diante do desemprego estrutural, ocasionado pela reestruturação produtiva e sua necessidade em atingir uma recomposição dos lucros, por meio da contínua e expansiva superexploração da força de trabalho, ativou determinadas “saídas” para o problema estrutural do desemprego, ao

requerer para sua solução medidas que compreendem ainda mais a agudização da exploração do trabalhador, ao recorrer à terceirização, à informalidade, como liberdade para o trabalhador, bem como ao trabalho atípico e até mesmo ao voluntarismo.

Além de não possibilitar uma solução que tenha a raiz do problema como objetivo, visto que a raiz da questão é o próprio modelo do capital, objetiva-se por meio do incentivo e incremento de ações empreendedoras obscurecer a realidade de um tipo de trabalho profundamente instável e sem nenhum tipo de proteção social, além de reproduzir a ideologia da individualização, terreno onde ganha espaço tendências teórico-ideológicas que insistem em determinar o fim da sociedade do trabalho.

Para o autor, rapidamente isso demonstra a incontrolabilidade do capital diante da necessidade do lucro, mas que mostra também uma contradição histórica ineliminável do capital

[...] quando os empregos se reduzem, aumenta o desemprego, a degradação social e a barbárie. Se, em contrapartida, o capital retomar os níveis de crescimento, aumentará a destruição ambiental e a degradação da natureza, acentuando a lógica destrutiva do capital (ANTUNES, 2010, p. 634).

Para o autor, a saída para as contradições postas pelo capital reside na busca pela superação da sociedade fundada na exploração de todos os sentidos da vida, quer sejam materiais ou espirituais, na direção da construção de um sistema social capaz de possibilitar ao humano-genérico a vigência de uma vida provida de sentidos, na qual o trabalho seja fator de potencialidade da vida, e não de sofrimento.

Baseado na contradição que o engendra, o capital, por meio da geração cada vez mais acentuada de uma massa de trabalhadores desempregados, possibilita a emergência de uma classe trabalhadora que coloque em xeque esse sistema de produção que expropria do humano-genérico toda sua riqueza material e espiritual. Para (ANTUNES, 2010), a vida somente será dotada de sentido no socialismo, donde a associação dos trabalhadores estará direcionada à satisfação das necessidades sociais de homens e mulheres radicalmente livres.

Em seu artigo, material base para palestra proferida no 4º Seminário Anual de Serviço Social, (RAICHELIS, 2011) problematiza a complexa relação do Serviço Social como profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, a partir do seu estatuto de profissão

assalariada, especializada, que se consolida no marco do capitalismo, diante da agudização da questão social e do chamamento do Estado no seu enfrentamento.

Sabido todo o processo de institucionalização da profissão nos marcos do capitalismo, tendo como referência estudos e obras consolidadas na profissão (c.f NETTO, 1996; IAMAMOTO, 2000; BARROCO, 2005), a autora toma como recorte, sem desconsiderar as bases de emergência da profissão, os efeitos das ondas expansivas da crise capitalista sobre o mundo do trabalho, a partir dos reflexos sentidos diante de processos que submetem o trabalhador a um profundo distanciamento dos sentidos ontológicos do trabalho.

Para (RAICHELIS, 2011), os efeitos da reestruturação produtiva sentida pela classe trabalhadora nos últimos 40 anos demonstra a capacidade inventiva do capital em adaptar-se às crises cíclicas originárias do seu próprio sociometabolismo (MÉSZÁROS, 2006), ao promover um profundo desmantelamento do mundo do trabalho, ao considerar o binômio “flexibilização/precarização” como sua expressão mais latente.

Neste sentido, afirma a autora que

Em um contexto societário de transformações no trabalho de tal monta, marcado pela retração e, mesmo, pela erosão do trabalho contratado e regulamentado, bem como dos direitos sociais e trabalhistas, ampliam-se também as relações entre trabalho e adoecimento, repercutindo na saúde física e mental dos trabalhadores, nas formas de objetivação e subjetivação do trabalho (RAICHELIS, 2011 p. 421).

A reestruturação produtiva nos marcos de um capitalismo cada vez mais financeirizado incide diretamente sobre as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, ao redirecionar a estrutura do mundo do trabalho, subordinando-a às suas determinações econômicas e ideológicas, consolidando um modelo centrado da superexploração da força de trabalho, na desregulamentação dos direitos, na *flexinsegurança*, na presença de contratos cada vez mais fragilizados, na presença massiva da informalidade como forma de sobrevivência, o que evidencia também um distanciamento dos sentidos do trabalho.

Para a autora, as determinações operadas na órbita do capital e na sua íntima relação com o mundo do trabalho inscrevem suas

determinações no trabalho profissional do assistente social, tendo em vista que esse tipo de trabalhador especializado, inscrito na divisão social e técnica do trabalho, não está imune aos efeitos deletérios do capital diante das suas condições de trabalho e vida, pois sua relação com o trabalho se estabelece no mesmo nível dos outros trabalhadores, ou seja, via venda da força de trabalho.

Necessário estabelecer mediações com relação ao trabalho profissional do assistente social nos marcos do capitalismo contemporâneo, no sentido de compreender os impactos promovidos pela reestruturação diante das políticas sociais, cada vez mais conformadas em modelos assistencializados, profundamente focalizados, seletivistas, situadas como *serviços*, que revelam uma política social, sobretudo a assistência social, pobre para uma parcela cada vez mais apartada da riqueza socialmente produzida. Isso demonstra os níveis das relações operadas pelo capital diante do Estado e destes com a profissão (RAICHELIS, 2011).

Na condição de trabalhador, o assistente social defronta cotidianamente com o alargamento dos reflexos da reestruturação produtiva, quer seja como trabalhador, ao receber os influxos de um trabalho inseguro, mal remunerado, sob condições de trabalho aviltantes, da constante e assustadora presença de um exército assistencial de reserva (IAMAMOTO, 2008), quer seja na operacionalização das políticas sociais, com mais evidência na assistência social, espaço onde desenvolve um trabalho profissional diante das demandas das necessidades humanas, estas entendidas como resultados mais imediatos de relações sociais cada vez mais centradas na barbárie.

Neste sentido, para (RAICHELIS, 2011), a relativa autonomia profissional que, submetida à lógica dos empregadores, sejam públicos, privados ou “filantrópicos”, revela tratar-se de uma profissão despossuída dos instrumentos necessários ao desenvolvimento do seu trabalho, ao submeter-se à utilização dos meios de trabalho concentrados nos empregadores, dos quais determinam as demandas, os fluxos, as metas, o tipo de operacionalização dos serviços ou políticas institucionais. Ao confrontar-se como essa relativa autonomia, é necessário destacar a importância da compreensão dos processos que determinam essas condições de trabalho, sob a dinâmica do capital, a qual não se processa de modo isolado, autonomamente.

A dimensão da alienação destacada pela autora possui relação íntima com a condição de assalariamento do assistente social, ao submeter o trabalho e a necessidade da sobrevivência às determinações

objetivas e subjetivas do capital, mas, no mesmo terreno, torna-se chave heurística para ultrapassar, a partir da direção metodológica e ética, a visão endogenista, que atribui tais determinações a uma lógica interna, descolada do real, para uma compreensão centrada na totalidade dos processos dados nas relações sociais de produção, as quais o Serviço Social (re) produz, mas também contesta.

Emerge um devir ético que possibilite, além da compreensão da condição de classe, colocar em movimento o *ethos* político de um corpo profissional que nos últimos 30 anos segue uma agenda pautada numa dimensão e posição de classe, defendendo as políticas sociais universais, a liberdade, um trabalho provido de sentidos, que somente será possível ao colar-se com a agenda dos trabalhadores na direção de uma sociedade radicalmente humana. (ANTUNES, 2011), em artigo adaptado a partir de palestra proferida no IV Seminário Anual de Serviço Social, apresenta reflexões sobre a informalidade e suas novas formas de manifestação na atual fase do capitalismo, como mecanismo de intensificação da extração do trabalho humano.

Para o autor, os processos operados pela atual fase do capitalismo, sustentado principalmente a partir da grave crise gerada pelo esgotamento do modelo econômico adotado pelo capital entre 1945-1975, consubstanciam a eleição de um modelo de gestão do capital, centrado na maximização da exploração da força de trabalho, diante de *novas-velhas* formas de apropriação do excedente, com a adoção de medidas que privam cada vez mais a existência do trabalho vivo, contingenciando a existência de postos de trabalho e desqualificando na mesma escala os postos existentes.

Determinado pela impossibilidade do capital autovalorizar-se, visto que esta valorização não se constitui como autóctone, é a partir da estruturação de mecanismos que possibilitem o incremento da produção e no seu alargamento que reside a estratégia de apropriação acentuada de mais valor a partir da apropriação do excedente produzido pela exploração do trabalho humano, com tempo de produção cada vez mais reduzido.

Ao situar as estratégias do capital em torno do trabalho, (ANTUNES, 2011) vai asseverar que a informalidade se torna elemento-chave para compreender a dinâmica operada pelo capitalismo na atualidade na condição de impulsionar a dinâmica da informalidade como saída ao desemprego estrutural. Neste sentido, o autor classifica a existência de três modalidades de trabalhadores informais, destacando:

a) *Trabalhadores informais tradicionais*: aqueles trabalhadores em situação de desemprego, mas que visam ao retorno ao

trabalho assalariado, compondo-se, geralmente, de pequenos trabalhos tidos como *bicos*, alternando em trabalhos ocasionais ou temporários. Este tipo de trabalho pode ocorrer em pequenas oficinas, onde a presença do trabalho familiar é uma realidade latente. Os trabalhadores informais tradicionais, como almejam retornar ao trabalho assalariado, por vezes submetem-se a condições precárias de trabalho e salário.

b) *Trabalhadores informais assalariados sem registro*: são aqueles trabalhadores que perderam o regime de contratualidade do trabalho, aos quais são transferidos os processos de produção para o ambiente doméstico, por exemplo, quando se reproduz o mesmo modelo de produção fabril, centrado na produção por meta ou peça, acentuando um trabalho com metas produtivas fixas, escamoteando, muitas vezes, a precariedade do trabalho e dos direitos, sob o signo de um trabalho livre. O setor calçadista pode ser um exemplo deste modelo de trabalho informal.

c) *Trabalhadores informais por conta própria*: considera-se, a partir do desenvolvimento de trabalho relacionado a mercadorias simples, as quais não conseguem alcançar concorrência com os negócios capitalistas. Tipo de trabalho que envolve a força de trabalho remunerada ou não de terceiros e membros da família.

Ao recorrer à informalidade e ao culto do empreendedorismo e também considerado como o resultado de um “*processo tendencial de precarização estrutural do trabalho*”, o capitalismo desloca os sentidos do trabalho, bem como acentua as estratégias de usurpação dos direitos sociais e trabalhistas, ao submeter às Leis e regulamentos de proteção e garantias do trabalho ao jugo da crescente produção, intensificando a exploração de homens e mulheres trabalhadores.

(ANTUNES, 2011) acentua duas teses relacionadas dos mecanismos intrínsecos ao capitalismo, sendo que a primeira delas reside diante da produção exacerbada de produtos cada vez mais supérfluos às necessidades humanas, produzidos em um ritmo alucinante, donde reside a presença de uma obsolescência programada de produtos que quanto mais consumidos, mais intensificada a produção deve ser, fazendo com que os ciclos produtivos sejam cada vez mais encurtados. Este processo o autor denomina “qualidade total”, processo pelo qual o capital estrutura um conjunto de medidas de produção de mercadorias consideradas indispensáveis, dotadas de um sentimento de diferencialidade entre outros produtos presentes na concorrência intercapitalista.

Assim,

Como o capital tem uma tendência *expansionista* intrínseca ao seu sistema produtivo, a “qualidade total” deve tornar-se inteiramente compatível com a lógica da produção supérflua e destrutiva. Por isso, em seu sentido e tendências mais gerais, o capitalismo, ao mesmo tempo em que reitera sua suposta capacidade de elevação da “qualidade total”, converte-se de fato em inimigo da durabilidade dos produtos, desencorajando e mesmo inviabilizando práticas produtivas orientadas para as reais necessidades humano-sociais (MÉSZÁROS, 2002) (ANTUNES, 2011, p. 413).

A segunda tese do autor relaciona-se ao que ele vai chamar de flexibilidade liofilizada, que assenta suas bases frente a uma necessidade constante de um trabalho cada vez mais informal, fluido, precarizado, na presença massiva do trabalho parcial “part-time” e no grande impulso ocorrido nos últimos anos frente ao trabalho informatizado, o que o autor vai nominar de infoproletários. Ao trabalho liofilizado, o autor vai atribuir à presença de uma programática ideológica acentuada, possibilitando a interiorização do estranhamento, registrando também uma gigantesca depauperação dos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora (ANTUNES, 2011).

Para (ANTUNES, 2011), a substituição progressiva e exponencial do trabalhador “taylorizado” pelo trabalhador informal, parcial e por constituição, profundamente precarizado, demonstra a capacidade do capital em ampliar as formas geradoras de valor, quer sejam nas formas mais manuais de trabalho, quer sejam naquelas consideradas intelectualizadas, bem como naquelas frente ao trabalho formal ou mesmo nas franjas da informalidade, sendo esta última considerada pelo capitalismo a saída para o problema estrutural do desemprego crônico.

Assim, considera-se a informalidade como a expressão mais atual do modelo de produção capitalista em sua relação com o trabalho, pois a informalidade inverte o modelo anterior do capital, que, fundado na regulação dos direitos sociais dos trabalhadores, sem deixar de explorar a força de trabalho, inverte a ordem, ao assumir a prevalência da precariedade e da superexploração, como mecanismo das taxas de exponenciais de lucratividade da “engenharia capitalista”.

2.1.3 - Seguridade Social, proteção social e trabalho profissional

Este eixo temático se destina às reflexões sobre os direitos sociais, mais especificamente aqueles constantes na Seguridade Social e nas esferas das políticas sociais entendidas como mecanismos de proteção social, bem como à articulação com os fundamentos da profissão, sendo que se trata de um eixo que comporta vinte e um artigos, distribuídos entre resultados de pesquisas primárias, bem como artigos, sendo que o percentual deste eixo temático corresponde a 29,16 % de todos os artigos, figurando-se como o maior eixo temático desta pesquisa.

A justificativa da presença deste Eixo Temático nesta tese de doutorado se faz pelo entendimento de algumas determinações que operam a Seguridade Social e a Proteção Social nos marcos da conflituosa relação capital-trabalho, ao passo que sua existência está profundamente mediada com as formas de produção e (re) produção da sociabilidade burguesa, notadamente diante do processo de ordenação da Seguridade Social europeia, que no pós-guerra vai experimentar um desenvolvimento que se consubstanciou com a generalização do trabalho e a agudização da questão social.

Ainda que esta Seguridade Social e a proteção social emergjam no cenário do amadurecimento do capitalismo nos países centrais e, com um espaço temporal e econômico bem distinto, operam suas primeiras ações nos países de economia dependente, como o Brasil, numa transmutação profunda e distinta do chamado *Welfare State* dos países centrais, ambas políticas guardam as mesmas determinações situadas no cerne da questão social.

Contrariando algumas afirmações deterministas que afirmam que as políticas de proteção social emergem exclusivamente da pressão dos trabalhadores organizados em torno de melhores condições de vida, a proteção social e o sistema de Seguridade Social se afiançam a partir do pacto keynesiano ocasionado entre o operariado e o capital, buscando uma pretensa e não realizável compensação pela apropriação da força de trabalho e o pauperismo dela derivado. Para (BEHRING, 2000), tal pacto político se situa no cenário da crise do capital que se avizinhava e com ela a reprogramação da Seguridade Social destinada aos trabalhadores empregados e desempregados.

Deste modo, esclarece (BEHRING,2000, p. 24)

Constata-se, que a política social - que atende às necessidades do capital e, também, do trabalho, já

que para muitos trata-se de uma questão de sobrevivência - configura-se, no contexto da estagnação, como um terreno importante da luta de classes: da defesa de condições dignas de existência, face ao recrudescimento da ofensiva capitalista em termos do corte de recursos públicos para a reprodução da força de trabalho.

Indissociável a Seguridade Social frente às demandas do trabalho, numa sociedade em que os despojos da produção são destinados à classe trabalhadora, vai afiançar, nas referidas políticas, a mediação, ainda que prenhe de múltiplas determinações, possibilidades mínimas de medidas protetivas no âmbito do Estado, mas que desde o advento do neoliberalismo tem encontrado profundas dificuldades em sua realização, haja vista a presença de uma crise estratégica frente à queda tendencial da taxa de lucratividade, reforçando as medidas de Seguridade Social e proteção social centradas no minimalismo, na focalização das ações e profundamente vinculadas ao que (SPOSATI, 2013) chamou de políticas de ativação do trabalho.

Tomado nesta direção de reflexão, observamos neste Eixo Temático uma heterogeneidade presente nas profissões que debatem os direitos sociais, mas fica evidente o traço específico do debate entre os assistentes sociais, o que leva a compreender a dimensão ampliada das reflexões dos profissionais em torno de um espaço sócio-ocupacional de relevância aos assistentes sociais, indicando uma preocupação com as políticas sociais no cenário regressivo do Estado de direito.

Fica perceptível que o campo da saúde e da assistência social ganha relevante destaque, o que remete a compreender que os profissionais seguem polemizando seus espaços sócio-ocupacionais, numa tentativa de reconhecer as determinações do real no tocante à gestão e execução das políticas sociais e com isso repensar o trabalho profissional.

AUTOR	ÁREA DE FORMAÇÃO	TÍTULO DO ARTIGO	CARÁTER DO ARTIGO	REVISTA
Jussara Maria Rosa Mendes Dolores	Serviço Social	Trabalho, classe operária e proteção social: reflexões e inquietações	Pesquisa Teórica	Rev. Katalysis, V. 12, nº 2, 2009

Sanches Wünsch				
Dalva Azevedo Gueiros	Serviço Social	Família e trabalho social: intervenções no âmbito do Serviço Social	Pesquisa Teórica	Rev. Katalysis, V. 13, nº 2, 2010
Angela Vieira Neves	Serviço Social	Conselhos Municipais de Assistência Social: novas competências para o trabalho do assistente social	Resultado de Pesquisa	Rev. Katalysis, V. 15, nº 2, 2012
Cláudia de Oliveira Vicente Santos	Serviço Social			
Suellem Henriques da Silva	Ciência Política			
Regina Celia Tamaso Miotto	Serviço Social	Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional	Pesquisa Teórica	Rev. Katalysis, V. 16, nº Especial, 2013
Vera Maria Ribeiro Nogueira				
Regina Celia Tamaso Miotto	Serviço Social	Serviço Social e Saúde – desafios intelectuais e operativos	Artigo	Rev. Ser Social, V. 11, nº 25, 2009
Vera Maria Ribeiro Nogueira				
Adriana Azevedo Mathis	Serviço Social	Programa de renda mínima e o debate sobre necessidades na tradição marxista	Artigo	Rev. Ser Social, V. 12, nº 27, 2010
Maria Antônia Cardoso Nascimento				
Vera Lúcia				

Batista Gomes				
Jeane Andreia Ferraz Silva		Serviço Social e Sistema Único de Assistência Social (SUAS): reflexões sobre o trabalho profissional		Rev. Ser Social, V. 14, nº 30, 2012
Andréa Branco Simão Fernanda dos Santos Liane de Freitas Oliveira Renata Aline dos Santos Rita Colen Hilário Suélem Cabral Caetano	Serviço Social	A atuação do Serviço Social junto a pacientes terminais: breves considerações	Artigo	Rev. S. Social & Sociedad e, nº 102, 2010
Conceição Maria Vaz Robaina	Serviço Social	O trabalho do Serviço Social nos serviços substitutivos de saúde mental	Artigo	Rev. S. Social & Sociedad e, nº 102, 2010
Graziela Scheffer Machado	Serviço Social	O Serviço Social nas ONGs no campo da saúde: projetos societários em disputa	Artigo	Rev. S. Social & Sociedad e, nº 102, 2010

Fernanda de Oliveira Monteiro	Serviço Social	Plantão social: espaço privilegiado para identificação/notificação de violência contra crianças e adolescentes	Artigo	Rev. S. Social & Sociedad e, nº 103, 2010
Francis Sodré	Serviço Social	Serviço Social e o campo da saúde: para além de plantões e encaminhamentos	Resultado de Pesquisa	Rev. S. Social & Sociedad e, nº 103, 2010
Raquel Raichelis	Serviço Social	Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas	Artigo	Rev. S. Social & Sociedad e, nº 104, 2010
Tais Pereira de Freitas	Serviço Social	Serviço Social e medidas socioeducativas: o trabalho na perspectiva da garantia de direitos	Artigo	Rev. S. Social & Sociedad e, nº 105, 2011
Maria Figuerêdo de Araújo Regis	Serviço Social	O Serviço Social e a área de gestão de pessoas: mediações sintonizadas com a Política Nacional de Humanização no Hospital Giselda Trigueiro	Artigo	Rev. S. Social & Sociedad e, nº 107, 2011
Maria Lúcia Martinelli	Serviço Social	O trabalho do assistente social em contextos hospitalares: desafios cotidianos	Artigo	Rev. S. Social & Sociedad e, nº 107, 2011
Aldaíza Sposati	Serviço Social	Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social	Artigo	Rev. S. Social & Sociedad e, nº 116, 2013

Potyara Amazonéid a P. Pereira	Serviço Social	Proteção social contemporânea: cui prodest?	Artigo	Rev. S. Social & Sociedad e, nº 116, 2013
Raquel Raichelis	Serviço Social	Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial	Artigo	Rev. S. Social & Sociedad e, nº 116, 2013
Emanuel Luiz P. da Silva Mariangela Belfiore Wanderley Marinalva de Sousa Conserva	Serviço Social	Proteção social e território na pesca artesanal do litoral paraibano	Artigo	Rev. S. Social & Sociedad e, nº 117, 2014
Francis Sodré	Serviço Social	O Serviço Social entre a prevenção e a promoção da saúde: tradução, vínculo e acolhimento	Artigo	Rev. S. Social & Sociedad e, nº 117, 2014

Tabela 3: Relação de ensaios e pesquisas publicadas nas revistas Serviço Social & Sociedade, Revista Ser Social e Revista Katálysis, no período de 2007 a 2014 sobre seguridade Social, proteção social e trabalho profissional. (Elaboração própria).

Em seu artigo, (MENDES, WÜNSCH, 2009) apresentam uma reflexão sobre o trinômio trabalho, classe social e proteção social numa perspectiva de apontar elementos que estabeleçam as mediações de compreensão que as compõem, a partir de um quadro analítico-crítico.

As autoras destacam, no artigo, o processo de assunção da sociedade do trabalho, tendo como pano de fundo a gênese, desenvolvimento e consolidação da sociedade capitalista industrial, que, sustentada pela apropriação da força de trabalho, vai erigir-se como

sistema econômico, político, cultural e ideológico, decorrendo deste processo de submissão do trabalho, enquanto capacidade autocriadora do humano-genérico, a emergência da questão social como um resultado imediato das contradições das relações sociais capitalistas (NETTO, 2010).

Ao situar as contradições e os antagonismos da relação entre capital-trabalho, (MENDES, WÜNSCH, 2009) estabelecem os nexos causais entre a impossibilidade do desenvolvimento das relações sociais vigentes e o próprio desenvolvimento das potências humanas por meio do trabalho, residindo, nesta lacuna, a questão social, entendida como a mais clara expressão da contradição da sociedade capitalista em sua relação de *dependência* com o trabalho humano. Demonstra, deste modo, a prevalência do agigantamento do capital, em apropriar-se do trabalho não pago, na mesma medida em que o humano-genérico distancia-se do produto do seu trabalho, em termos objetivos e subjetivos. Para as autoras, esse processo se agudiza nos marcos da reestruturação produtiva que, por sua natureza predatória, evidencia:

[...] as diferentes formas de produção, de gestão, as condições e relações de trabalho precarizadas, a intensificação do trabalho, o mercado globalizado e a expropriação dos direitos que resultam em instabilidade, incertezas e inseguranças para os trabalhadores. (MENDES, WÜNSCH, 2009, p 242).

Ao observar a “fratura” entre os processos de produção, entendida a partir da detenção dos meios de produção e agudização da extração de valor-trabalho pelo capital e no crescente empobrecimento da classe trabalhadora¹³, recorrendo às reflexões de (ANTUNES; CHASSUDOVSKI; BRIGOS, 2008), que apresentam a contradição expressa na mesma medida em que o trabalho degrada, humaniza, liberta e escraviza, derivando, deste processo de subsunção da apropriação da força de trabalho e da captura da subjetividade, a emergência do crescente e exponencial pauperismo da classe trabalhadora.

¹³ As autoras justificam o uso do termo Classe operária, objetivando revalidar histórica e socialmente as lutas operárias, mas apresentam o termo cunhado por Antunes (classe-que-vive-do-trabalho), como uma possibilidade válida.

Nesta fratura, para as autoras, o Estado em profunda conformação com o capital vai ceder parcialmente às pressões da classe trabalhadora, na adoção de medidas no campo das políticas sociais, tendo como destaque no artigo a Seguridade Social e seus limites na sociabilidade burguesa. Com destaque, as autoras reforçam o caráter limitado da Seguridade Social, com mais ênfase na Previdência Social. À medida que os processos produtivos avançam na adoção de medidas de reestruturação, substituindo a força do trabalho vivo pelo trabalho morto, pelo paulatino enxugamento dos postos de trabalho, uma parcela gigantesca de trabalhadores vai ficando à margem do acesso ao emprego formal, com as garantias sociais previstas, empurrando um massivo contingente para os rebotalhos do mundo do trabalho, ao qual Marx acertadamente chamou de Exército Industrial de Reserva (NETTO, 2010), o que pode levar aos encantos da chamada economia solidária, conforme já analisamos no Eixo Temático II desta tese de doutorado.

Diante do atual modelo de proteção social, a partir desta fratura entre capital e trabalho, (MENDES, WÜNSCH, 2009) asseveram uma acertada crítica ao atendimento da proteção social a partir do tipo de inscrição do trabalhador no mundo do trabalho, como um processo de classificação de necessidades de acordo com o tipo de vínculo de trabalho exercido. A crítica reside no binômio previdência–assistência social, com partes constitutivas do tripé da Seguridade Social, que prevê, como sabemos, na contributividade/contratualidade na primeira e na comprovação vexatória da pobreza na segunda.

Vejam a posição de (MENDES, WÜNSCH, 2009, p. 246):

O desafio da seguridade social atualmente é a necessidade de ultrapassar a visão dualista da proteção social – contratual e assistencial –, concebida como um conjunto de medidas que se sobrepõe a saídas individuais, tal como é ideologizado pelo paradigma neoliberal, que entende que a inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, nos demais mecanismos alicerçados no acesso a ele, está restrita à responsabilidade e à capacidade do indivíduo de se inserir nesse mercado.

Para as autoras, a saída neoliberal reside na individualização do ser social diante do quadro agudo ao qual o trabalho é submetido pelo próprio capital, na medida em que este trabalhador é responsável pelo “sucesso” ou “fracasso” diante da possibilidade de reproduzir-se por

meio do trabalho. Situa-se, assim, a classe trabalhadora como potência dinamizadora do requerimento de políticas sociais de proteção social mais amplas e universais e tendo o Estado como agente a oferecer tais respostas.

Mesmo que nos marcos do capitalismo o Estado ainda ofereça respostas parciais, fragmentadas e altamente focalizadas, retoma o conceito de ativação por meio do trabalho, ao impingir aos sujeitos usuários das políticas sociais públicas o requerimento da mediação entre as esferas constitutivas de acesso ao direito e ao trabalho, mas pautando-se aqui qualquer tipo de trabalho, com a presença mais marcante dos trabalhos tidos como *bicos* (informais), destituídos de qualquer proteção social, restando à assistência social focalizada atender a tais necessidades.

Residem, nesta contradição, as reflexões finais das autoras, no que tange a compreender a dualidade da seguridade social, ao destituir e vincular, ao mesmo tempo, os direitos sociais ao emprego e ao mesmo tempo não oferecer, por meio de políticas públicas, acesso a postos de trabalhos formais, bem como garantir, por meio do poder Executivo e Legislativo, os direitos conquistados pelos trabalhadores, restando à própria Seguridade Social o atendimento, abaixo do mínimo, das necessidades sociais mais essenciais dos trabalhadores.

(GUEIROS, 2010) apresenta as possibilidades do trabalho profissional do assistente social no campo do trabalho social, tendo como ponto de partida as diversas políticas sociais ou de proteção disponíveis no aparato estatal, com mais ênfase nas Políticas para Criança e Adolescente, Política Nacional de Assistência Social (compreendida no seu amplo leque de ações por *segmentos sociais*), bem como o trabalho com família.

A autora inicia a apresentação do seu artigo, tendo como ponto de partida a própria experiência profissional no campo da saúde mental e sociojurídico, já demonstrando alguns elementos balizadores amplamente presentes em seu artigo. (GUEIROS, 2010, p. 127) segue mediando reflexões sobre a necessidade da superação do conceito tradicional de família, compreendendo família como uma [...] interação entre um conjunto de indivíduos”, o que sugere que família é qualquer grupo que se afina social ou afetivamente, sem corresponder, imediatamente, a laços de consanguinidade.

Ao remeter o conceito mais amplo de família, a autora inicia as reflexões sobre as possibilidades do trabalho social com famílias, tendo como elemento balizador, ao menos campo dos fundamentos, as diretrizes jurídico-institucionais presentes na Política Nacional de

Assistência Social, bem como nas outras políticas sociais, que vão, infelizmente, atribuir à família um pesado grau de responsabilidade perante as ações do Estado diante da chamada “vulnerabilidade social” ou dos “riscos sociais”, conceitos estes amplamente difundidos por (GIDDENS, 1990) e (BECK, 2010) e que foram incorporados ao arcabouço das políticas socioassistenciais e pelos trabalhadores sociais, reduzindo a luta de classes a esquemas conceituais e superficiais, desideologizando a luta de classes.

Ao estabelecer os marcos referenciais em seu artigo, (GUEIROS, 2010) recorre à saída da cidadania como forma de superação dos processos que se originam no conflituoso campo dos antagonismos entre capital e trabalho, além de situar esse processo de viabilização de acesso à cidadania e a “conquista da autonomia” das famílias como uma possibilidade do trabalho profissional do assistente social, o que nos leva à reflexão sobre os limites desta pretensa cidadania possível nos marcos do capitalismo, a qual, por uma questão metodológica e ético-política, não há possibilidade histórica de efetivação. (TONET, S/D).

O discurso da cidadania e da superação dos riscos e vulnerabilidade social estão presentes em vários momentos do artigo de (GUEIROS, 2010), demonstrando algumas possibilidades de saída às *problemáticas sociais* que envolvem as famílias. A autora reatualiza esses conceitos amplamente difundidos na Assistência Social, por exemplo, remetendo-os ao trabalho social do assistente social com famílias, como possibilidade de alcançar uma determinada efetividade social.

A autora tangencia alguns elementos ao discutir as políticas de proteção social nos marcos do capitalismo, porém retorna às possibilidades de superação, oferecidas pelas próprias políticas de proteção social, empreendendo um movimento de uma racionalidade instrumental que segue balizando as possibilidades do trabalho do assistente social frente às demandas postas pelas famílias e/ou grupos sociais.

Estas saídas sugeridas pela autora remetem à possibilidade conformadora das políticas de Proteção Social, no nível da co-responsabilização dos sujeitos sociais em direção à superação de sua condição de “vulnerável. Vejamos a citação abaixo:

Assim sendo, a identificação, a valorização e a potencialização das capacidades ou competências dos sujeitos, se realizada de forma que eles se sintam partícipes desse processo, podem, com o

devido apoio técnico e acesso às políticas públicas de proteção social, contribuir para a emancipação da família e, conseqüentemente, para o equacionamento de suas adversidades cotidianas (GUEIROS, 2010, p. 129).

Na impossibilidade de superação das determinações das relações sociais de produção sobre o humano-genérico, certamente, as respostas figuram-se no âmbito da individualidade, entidade máxima do liberalismo, que confere o fim da sociedade e a supremacia do indivíduo (NETTO, 2010), a autora reafirma o conceito de superação das “vicissitudes do percurso da vida” por meio de um trabalho social individualizado, que pressupõe, ao nosso ver, o autorreconhecimento da sua condição de “vulnerável”.

(GUEIROS, 2010) reproduz em seu artigo toda a sistemática de trabalho social presente na Política Nacional de Assistência Social, sem estabelecer reflexões críticas e metodológicas acerca desse “modelo” de trabalho, remetendo, mais uma vez, a práticas fundadas na razão instrumental como possibilidades de um trabalho social que compreenda a dinâmica das famílias e que este trabalho social do assistente social resulte na pretensa “emancipação” dos sujeitos. À possibilidade de emancipação recorremos a (TONET, s/d, p. 4), afirmando que:

[...] uma forma de sociabilidade na qual os homens sejam efetivamente livres supõe a erradicação do capital e de todas suas categorias. Sem essa erradicação, é impossível a construção de uma autêntica comunidade humana. E essa erradicação não significa, de modo algum, o aperfeiçoamento da cidadania, mas a sua completa superação.

Ou seja, a possibilidade concreta de emancipação do humano-genérico reside na potência revolucionária do trabalhador, na direção da superação da sociedade de classe e não nas superações dos problemas particulares do indivíduo, como quer as políticas sociais nas quais os assistentes sociais tradicionalmente são chamados a “operacionalizar”.

No artigo de (NEVES, SANTOS, SILVA, 2012) as autoras empreendem uma análise, tendo como eixo norteador pesquisa realizada junto às Secretarias Municipais de Assistência Social, entre Setembro de 2010 a Junho de 2011, compreendendo análises em 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro. A metodologia indicada, segundo as autoras, compreendeu o uso de pesquisa documental de dados secundários, pesquisa bibliográfica e aplicação de questionários on-line, bem como

consultas via telefônica, que objetivaram mapear a inserção dos assistentes sociais nos Conselhos Municipais de Assistência Social.

Ao perquirir seu objeto, as autoras estabelecem um rápido resgate histórico do processo de aglutinação de forças sociais e políticas na sociedade, sobretudo após o paulatino enfraquecimento da ditadura civil-militar (1964-1985), o que culmina, no campo da articulação das forças democráticas, na restauração da democracia e na premente necessidade de estabelecimento de uma nova Constituição Federal que confluísse as demandas dos setores populares (RAGO FILHO, 2004).

Para as autoras, a promulgação da Carta Constitucional de 1988 demarca a redefinição dos direitos sociais nos marcos do Estado brasileiro, ao assumir, com relativa responsabilidade, a formulação, gestão e execução das políticas sociais públicas, bem como a definição da participação democrático-popular no âmbito do controle social (NEVES; SANTOS; SILVA, 2012), mediando esse processo, as autoras destacam as edições das legislações específicas no limiar dos anos 1990 que tratam do tema, como leis regulamentadoras, que, por definição, inserem a participação popular no controle social das políticas sociais públicas (BRAVO, 2012), em especial, na Política de Assistência Social, lócus do acompanhamento e controle dos Conselhos Municipais de Assistência Social.

Neste ínterim, as autoras seguem suas análises sobre a participação popular no (CMAS) Conselho Municipal de Assistência Social, na condição de (...) fóruns públicos de captação de demandas e de negociação de interesses específicos dos diversos grupos sociais como uma forma de ampliar a participação dos segmentos com menos acesso ao aparelho do Estado” (NEVES, SANTOS, SILVA, 2012, p. 175), o que, nos marcos do Estado, sob a égide do capital, segue profundamente cooptado por interesses diametralmente opostos, conforme alerta (BRAVO, CORREIA, 2012, s/p). “Assim, os conselhos podem se constituir em mecanismos de legitimação do poder dominante e cooptação dos movimentos sociais, que em vez de controlar passam a ser controlados”.

Mesmo com a premissa de se constituir como um espaço de participação democrática, as autoras relegam a presença da contradição expressa nos canais de participação, emitindo, por vezes, um tom salvacionista, que pode levar à compreensão de que apenas a participação popular, por meio do CMAS, é possibilidade construtora de uma nova sociabilidade.

Ao particularizar o trabalho do assistente social diante dos CMAS do Estado do Rio de Janeiro, as autoras categorizam, de acordo com o

método de pesquisa escolhido: 1) Número de municípios com assistentes sociais em CMAS; 2) Número de assistentes sociais por CMAS e 3) Atuação dos assistentes sociais nos CMAS.

Na tabela 1, as autoras destacam que dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro e seus Conselhos correspondentes 83 (90,2%) possuem assistentes sociais em sua composição e 9 (9,8%) não possuem o referido profissional em suas estruturas.

Na tabela 2, a pesquisa encontra a seguinte situação: do total de CMAS, 39 (46,9) possuem apenas um assistente social em sua estrutura; 27 (32,5%) possuem dois assistentes sociais; 13 (15,6%) possuem três assistentes sociais; 1 (1,2%) possui quatro assistentes sociais em seus quadros; 2 (2,4%) registraram cinco assistentes sociais e apenas 1 (1,2%) possui seis ou mais assistentes sociais.

No quesito que versa sobre o tipo de representatividade destes assistentes sociais nos CMAS, (NEVES, SANTOS, SILVA, 2012) encontram a seguinte situação: a) 74 Representantes Governamentais, que correspondem a 48,6% da amostra estudada; b) 36 Representantes da Sociedade Civil, correspondendo a 23,6% da amostra total; c) 25 na condição de assessor/consultor, que correspondem a 16,4%; d) 17 assistentes sociais na condição de Secretários Executivos/Administrativo, que correspondem a 11,1% da amostra.

Baseadas nas informações coletadas na pesquisa, as autoras seguem classificando a atuação destes profissionais no âmbito das formas de representatividade existentes nas estruturas dos CMAS, destacando a Representação governamental (correspondendo a 48,6% da amostra), tendo em vista a tradicional inserção dos profissionais no aparelho estatal, sobretudo, diante das políticas sociais. As autoras advertem, com base nas reflexões de Yamamoto, a necessidade de situar essa práxis política do assistente social distanciada das representações político-partidárias na direção da superação de práticas “assépticas”, que podem, no campo da disputa de forças diante da esfera do controle social, forcejar reproduções essencialmente contrapostas aos princípios profissionais.

Neste sentido, recorremos à reflexão de (BARROCO, 2009, p. 15) tendo em vista que o trabalho profissional é também entendido como práxis política que (...) se articula, em termos de projeto social, a uma práxis política motivada pela ultrapassagem dos limites à plena expansão da liberdade?”

Na condição de representante da sociedade civil, (NEVES, SANTOS, SILVA, 2012) destacam a proximidade do assistente social com as pautas coletivas da sociedade, na direção de superar a

participação social apenas como possibilidade de defender interesses institucionais daqueles que representam segmentos da sociedade, com a função, segundo as autoras, (...) de conduzir os interesses particulares e institucionais para o campo dos interesses públicos, comuns a todos”, não ficando claro na pesquisa se esse processo é entendido como um dever profissional ou se emerge como resultado apreendido no real.

O fato de sustentar um projeto profissional não coloca todos os assistentes sociais diante da mesma visão de homem e de mundo, erigida sobre os fundamentos ético-políticos, pois

[...] ela não depende somente de uma vontade política e da adesão de valores, mas da capacidade de torná-los concretos, donde sua identificação como unidade entre as dimensões ética, política, intelectual e prática, na direção da prestação de serviços sociais (BARROCO, 2001, p. 205).

Ou seja, o fato de estes assistentes sociais inscreverem na condição de representantes da sociedade civil não revela, de modo imediato, sua condição real de defesa dos interesses da classe trabalhadora, tendo em vista o processo (re)produção de forças conservadoras tão presentes e reatualizadas no seio do Serviço Social.

Os assistentes sociais, na condição de assessor/consultor no CMAS, desempenham uma atividade profissional expressa na capacidade de oferecer subsídios para possíveis intervenções no campo da política de assistência social, figurando-se como um técnico especializado em matéria de Serviço Social, em conformidade com a Lei Federal 8662/93. Para as autoras, na condição de consultores, estes assistentes sociais dispõem de capacidade de emitir um parecer sobre a matéria em questão.

Ao fazerem o caminho de síntese, (NEVES, SANTOS, SILVA, 2012) estabelecem a reflexão sobre as possibilidades do trabalho do assistente social nos CMAS do Estado do Rio de Janeiro, acreditam na direção da efetivação da ampliação da cidadania nos marcos da sociedade burguesa e de uma política de assistência social notadamente familista, centrada na responsabilização do sujeito e na subjetivação das relações sociais de produção, que claramente debruça seu “fazer” diante da racionalidade instrumental, que retira a reflexão ético-política, mas que ainda sim emerge como um espaço de luta e resistência da classe trabalhadora.

Em seu artigo (NOGUEIRA, MIOTO, 2013) estabelecem uma relação da Política Social e as possibilidades e desafios da intervenção

profissional, destacando, com muita lucidez, o percurso histórico-metodológico de emergência do Serviço Social nos marcos do capitalismo tardio brasileiro, compreendendo a dinamicidade deste processo a partir das relações sociais de produção já amplamente detalhadas por (IAMAMOTO; CARVALHO, 2000).

Pautando suas reflexões, tendo como cerne a questão social, as autoras afirmam que (...) a política social alçou um estatuto teórico, no âmbito do Serviço Social, que lhe permitiu realizar a articulação entre a perspectiva analítica de sociedade e de profissão” (NOGUEIRA, MIOTO, 2013, p. 62), rompendo com a visão endogenista do processo de emergência das políticas sociais estarem amalgamadas à tecnificação das protoformas da “assistência” dirigidas à classe trabalhadora. As autoras referem-se ao desenvolvimento das políticas sociais como possibilidade histórica do desenvolvimento das intervenções profissionais no sentido de mediação entre os conteúdos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo diante das políticas sociais, o que não remove o pesado ranço conservador que insiste em determinar as políticas sociais à condição de modelos assistencializados.

As autoras desenvolvem um duplo movimento que percorre a gênese, desenvolvimento das políticas sociais no capitalismo tardio, bem como estabelecem os nexos teórico-metodológicos presentes na revisão curricular de 1982 como possibilidade de possibilitar a mediação entre os fundamentos que sustentam a profissão e as demandas da classe trabalhadora, demandas essas que irrompem os anos 1990 solidificadas pelo ideário neoliberal, que já havia contaminado a Constituição de 1988, mas que cumpre a agenda programática de desmonte do Estado de direito. Neste cenário, no alvorecer da reformulação ética de 1993, a adesão jurídico-político-institucional dos valores éticos-políticos, mediados por uma consolidada reflexão teórico-metodológica, afiançou a solidificação do compromisso ético e da crítica à sociedade do capital e suas estratégias manipulatórias.

Para (NOGUEIRA, MIOTO, 2013) o desafio da “intervenção profissional” do assistente social na política social reside na premente necessidade de reconhecer sua condição de assalariamento, a partir da inscrição da profissão na divisão social e técnica do trabalho (NETTO, 2010), além dos limites amplamente difundidos pela ordenança do capital, que submetem a classe trabalhadora a condições cada vez mais aviltantes, na prevalência do trabalho morto pelo trabalho vivo, na ressignificação das políticas sociais cada vez mais focalistas, imediatistas, largamente e ideologicamente descoladas das contradições da concreticidade da vida, donde (re) produzem o humano-genérico.

Para as autoras, o desafio do trabalho profissional diante das políticas sociais tem profunda mediação com a luta geral dos trabalhadores, porém o mais desafiador ainda segue a indispensável objetivação, para não se tornar uma prática fundada no ideal, síntese esta que não prescreve uma ética não objetivável, mas que não se cumpre somente aos assistentes sociais, e sim destes com a luta dos trabalhadores em torno de uma sociedade humana.

No artigo de (GOMES, MATHIS; NASCIMENTO, 2010), as autoras propõem a reflexão sobre o debate acerca do campo das necessidades, tendo como marco teórico-metodológico o debate presente nos fundamentos da tradição marxista, especialmente em Marx, Marcuse e Heller. Fundadas neste marco teórico-metodológico as autoras baseiam-se em estudos já consolidados e apoiam-se em pesquisa empírica realizada nos estados do Pará e Amapá, na região norte do Brasil, que tem como escopo a reflexão sobre os programas de transferência de renda, notadamente, o Programa Bolsa Família.

Para as autoras, a partir dos estudos já consolidados sobre o Programa Bolsa Família nos Estados do Sul, Sudeste e Nordeste, demarcam-se as controvérsias sobre a intencionalidade e a efetividades deste programa que, no aparato do Estado, se configura como uma política pública. Neste sentido, a crítica das autoras recai sobre o real significado do processo de transferência de renda, considerando a relação *sine qua non* desta política com as políticas econômicas pautadas nos modelos neoliberais que recrudescem os direitos sociais, e diametralmente oposto agigantam a apropriação do valor-trabalho.

Para (GOMES, MATHIS; NASCIMENTO, 2010), a relação entre as políticas sociais, em especial, o Bolsa Família, entendido como uma política de transferência de renda emerge do antagonismo da relação capital-trabalho, donde emerge a luta de classes e, nos dizeres de (NETTO, 2010), as refrações da questão social como uma das suas expressões latentes. Ao considerar que a origem do PBF (Programa Bolsa Família) está mediada pela crise do capital que reverbera no mundo do trabalho, a busca pela satisfação das necessidades social ganha destaque, na medida em que as próprias autoras questionam sobre as considerações ontológicas sobre o campo das necessidades, sobretudo, as necessidades pautadas numa perspectiva de classe, ou seja, da classe trabalhadora.

Com vistas a ir à radicalidade do debate, as autoras dirigem uma severa crítica ao padrão neoliberal, focalista e segmentador das políticas de transferência de renda, que, entendida como (...) gasto social com a institucionalização de programas sociais dirigidos, exclusivamente, à

população mais pobre” (GOMES, MATHIS; NASCIMENTO, 2010, p. 11), emerge com uma resposta na conformação da luta de classes que não pode ser negligenciada. Isso se configura nos limites e contradições da sociedade capitalista.

Ao refletir sobre a teoria das necessidades, entendido o processo de satisfação das necessidades do ser social, as autoras destacam as concepções de Marx e Agnes Heller, sendo que, para Marx, as necessidades figuram-se como “necessidades orgânicas” entendidas como “condição básica de toda a história”¹⁴, o que será melhor trabalhado pelo alemão nos Grundrisse, ao asseverar que essas necessidades, por ser ontológica e historicamente consideradas, à medida que a sociedade do capital se desenvolve e consolida, as necessidades transmutam, pois se circunscrevem cada vez mais sociais.

Para as autoras, na concepção de Agnes Heller, com o devido cuidado, são situadas como necessidades existenciais e necessidades essencialmente humanas, pois, para a autora, as necessidades são portadoras de (...) paixões, valores, desejo consciente e uma intenção dirigida para um determinado objeto que motiva a ação (GOMES, MATHIS; NASCIMENTO, 2010, p. 20), demonstrando uma posição frankfurtiana.

Ainda no campo do debate das necessidades, as autoras recorrem às reflexões de Marcuse, que situam as necessidades como necessidades falsas, que para o frankfurtiano não são “superimpostas” ao sujeito e às necessidades verdadeiras, que se relacionam com o direito das necessidades “vitais” do humano-genérico. À medida que o desenvolvimento das forças produtivas se eleva, conduz, para as autoras, os sujeitos a reproduzirem (...) de forma espontânea as necessidades superimpostas pela sociedade e, frequentemente, eles são obrigados a abrir mão de sua autonomia em função das necessidades do sistema” (GOMES, MATHIS; NASCIMENTO, 2010, p. 26).

Ao mediar as reflexões sobre as necessidades a partir da tradição marxista, as autoras afirmam que é possível conceber a necessidade de superação das “interrogações, imprecisões teóricas e práticas”, levando em consideração as particularidades da redistribuição de renda no contexto da sociedade brasileira, masque neste sentido a tradição marxista oferece as luzes necessárias para iluminar “a reorientação das políticas sociais com claro objetivo de redução da pobreza e não das

¹⁴ A Ideologia Alemã.

desigualdades sociais) e de reordenamento dos processos produtivos, especialmente em função do desemprego, da recessão econômica, da precarização do trabalho e da desregulamentação de direitos trabalhistas em curso” (GOMES, MATHIS; NASCIMENTO, 2010, p. 31).

Em seu artigo (SILVA, 2012), a autora busca mediar as particularidades da Política de Assistência Social, tendo como parâmetro de análise o Sistema Único de Assistência Social diante das possibilidades do trabalho profissional do assistente social na referida política de proteção social.

Fundada numa pesquisa bibliográfica, a autora já no início de seu artigo não tem a preocupação de historicizar a profissão, bem como a emergência da Assistência Social como política pública, procedimento este já ostensivamente trabalhado por outros autores da profissão. (SILVA, 2011) demonstra preocupação de compreender a estruturação da PAS (Política de Assistência Social) nos marcos do capitalismo, particularmente diante da contrarreforma do Estado brasileiro, já analisado por (BEHRING, 2008), que desloca o conceito de Seguridade Social em direção à assistencialização dos “vulneráveis ou excluídos sociais”. Para (SILVA, 2011), trata-se de um duplo movimento que se deita na perspectiva de um reforço ideopolítico, que ressignifica o lugar do trabalhador empobrecido, bem como uma estratégia de desresponsabilização do Estado frente à *questão social*, evidenciando os excluídos e *vulneráveis* sociais como sujeitos exclusivos da atenção da proteção social.

A autora critica a noção de Seguridade Social descolada da compreensão da dinâmica do mundo do trabalho e, evidentemente, da questão social, que, para ela, somente se compreende a partir de dois vetores de análise: a) mercado financeiro e b) dívida pública. Deste modo, para (SILVA, 2011, p. 166),

[...] o capital financeiro subordina o Estado, é ele quem subordina a política do Estado. Temos um Estado cada vez mais forte para o capital e fraco para o trabalho. As consequências desta subordinação são visíveis (retirada de direitos sociais já conquistados, flexibilização das relações de trabalho, aumento da pobreza e da barbárie).

Neste sentido, a autora relaciona essa processualidade operada pela lógica do capital à inserção do assistente social no mundo do trabalho, na condição de trabalhador inscrito na divisão social e técnica

do trabalho, assalariado e que dispõe da venda da força do seu trabalho majoritariamente no serviço público, com grande inserção na Seguridade Social, em especial, na política de Assistência Social e Saúde. Diante deste cenário, a autora problematiza o processo de trabalho dos assistentes sociais na PAS, mediando os reflexos da contrarreforma do Estado e as três dimensões do trabalho profissional.

A autora tem como parâmetro de sustentação larga literatura específica da profissão, bem como um considerável arcabouço jurídico, sobretudo nos instrumentos legais que balizam a Assistência Social, bem como os Parâmetros de Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social, do Conselho Federal de Serviço Social, o que, para nós, pode surgir como um parâmetro ou um reforço da razão instrumental, conforme a própria autora ressalva.

Não obstante todos os marcos que embasam esse trabalho profissional¹⁵, a autora segue tecendo uma pesada crítica à assunção da razão instrumental diante do trabalho profissional na PAS, indicando que

[...] para atuar na Política de Assistência Social deve afastar-se das abordagens tradicionais funcionalistas e pragmáticas, que reforçam as práticas conservadoras que tratam as situações sociais como problemas pessoais que devem ser resolvidos individualmente (SILVA, 2011, p. 178).

E, mais adiante, adverte que o (...) trabalho com os usuários precisa ultrapassar a lógica psychologizante das relações sociais que contribui sobremaneira para o retorno de práticas conservadoras do exercício profissional.

A preocupação da autora no artigo é estabelecer mediações presentes nos desafios do trabalho diante da Política de Assistência Social nas dimensões da Gestão, do Controle Social e financiamento da Política associado aos fundamentos teórico-metodológicos, ético-

¹⁵Entre os artigos já analisados neste eixo temático, as reflexões de (SILVA, 2011) não recaem sobre o perigoso discurso de prática profissional ou fazer profissional. Ela assume a categoria trabalho profissional em toda a extensão do texto e estabelece as mediações necessárias.

político e técnico-operativo, sem nenhuma prevalência de relevância entre os eixos norteadores.

Deixando claro sua opção pelo norteamento oferecido pela PNAS – 2004, a autora não tangencia os problemas e limites de caráter metodológico presentes no referido marco legal, bem como as divergências de cunho ético-político que sustentam a Política, entendendo que o trabalho profissional sustentado por valores ético-profissionais, teórico-metodológico e, sobretudo, articulado a uma perspectiva de classe, pode, resguardando os limites dessa sociedade, constituir-se num espaço privilegiado, mas não exclusivo, de construção da esfera de tensionamento do acesso a bens e serviços sociais efetivamente universais e que atendam às necessidades humano-sociais da classe trabalhadora.

O artigo de (SIMÃO et al, 2011) busca refletir o processo de trabalho do assistente social com pacientes em cuidados paliativos, mas, para isso, os autores apresentam o conceito de morte em Phillipe Ariès, traçando uma periodização da antiguidade à modernidade, sendo que, para as autoras, baseadas nas reflexões de Ariès, a morte na antiguidade era compreendida como algo natural e, na modernidade, como “um certo pavor”.

A vida, ontologicamente considerada, tem na morte sua última expressão que, por essência, é um dado da natureza, não tendo nada de místico, sobrenatural ou até mesmo divino. Evidente que pensar na morte diante da dominação das relações sociais de produção em suas determinações na vida do ser social eleva essa compreensão, mas mesmo assim não retira seu estatuto ontológico. As autoras compreendem as relações sociais a partir das determinações históricas, mas o tema desenvolvido no artigo toma o rumo de uma psicologização do processo de vida/morte, sobretudo esse último, revelando um trato subjetivista sobre o tema. Evidente que a análise materialista do mundo dos homens não prescinde como destacou Marx nas Teses sobre Feuerbach, da compreensão da atividade humana sensível.

Para (SIMÃO et al, 2011), o modo de lidar com a morte na modernidade se modifica substancialmente a partir dos 1950, quando emerge e consolida o modelo hospitalocêntrico, que transfere as primitivas formas de cuidado em saúde para o hospital, afirmando que “nesse contexto, a morte passa a ser um fenômeno técnico, confirmada pela parada dos sentidos e pela impossibilidade de ação médica” (SIMÃO et al, 2011, p.355). A emergência do modelo centrado no complexo médico-industrial tem sua explicação no desenvolvimento e consolidação do capitalismo, reflexão que é tangenciada pelas autoras.

Para as autoras, o termo “cuidados paliativos” emerge na passagem dos anos 1960 para 1970 e se consolida na passagem dos anos 1990/2000, momento no qual a Organização Mundial de Saúde reconhece sua validade. Nesta direção, essa técnica de cuidados vem aglutinando uma série de procedimentos de cuidados para a morte, não se configurando, para elas, como uma técnica que garanta a vida, mas sim um cuidado que evidencia a garantia de “qualidade de vida” àquele em que a cura não é mais possível.

É neste contexto que se inscrevem as possibilidades do trabalho profissional do assistente social diante dos cuidados paliativos, que, para as autoras, se configura com um trabalho que tem como objetivo melhorar a *qualidade de vida* dos usuários e, “além disso, em diversos casos o profissional pode *auxiliar no resgate da dignidade* que, muitas vezes, se perde com a descoberta da doença e a impossibilidade de cura”. (SIMÕES, 2011, p. 361) (grifos nossos). Eis as armadilhas que podem revelar a direção teórico-metodológica, bem como a dimensão ético-política do trabalho do assistente social.

Ao dirigir o trabalho profissional do assistente social para uma ação asséptica, determinada para atender aos conceitos de cidadania e qualidade de vida, as autoras deslocam as possibilidades do trabalho diante das políticas de saúde, mesmo fazendo uma rápida crítica, as autoras não avançam, pois não encontram fundamento para estabelecer as mediações do trabalho do assistente social diante da morte.

A relação claro-escuro deste trabalho profissional não pode ser deixada de lado, tendo em vista que se trata de um espaço sócio-ocupacional e espaço de possibilidade de construção coletiva de políticas de saúde, mas demonstra pouca materialidade diante das potencialidades presentes nos fundamentos teórico-metodológicos, ético-político e técnico-operativo, o que leva, invariavelmente, a uma “prática” psicologizada, que desconsidera a contrarreforma do estado na saúde, bem como a anulação da compreensão da *questão social* dada numa universalidade.

No artigo (ROBAINA, 2010), a autora ousa problematizar a inserção do assistente social no campo da saúde mental, em particular na rede de Serviços Substitutivos, chamados pela Política Nacional de Saúde Mental de CAPS (Centro de Atenção Psicossocial).

A autora situa a emergência da psiquiatria clássica como protoformas de assistência à saúde mental, centrada na segregação social daqueles considerados loucos no limiar da revolução francesa, que não se adaptavam à tríade da liberdade, igualdade e fraternidade, aludida pela autora como uma pretensa liberdade de escolhas, entendida

como um sujeito (...) livre para vender sua força de trabalho no mercado”. (ROBAINA, 2011, p. 341), submetido, assim, à organização das forças produtivas em franco crescimento e demandando incremento na força de trabalho.

Para a autora, a processualidade contida no desenvolvimento da assistência aos “loucos” sustenta-se e é compreendida pelo largo traço conservador presente no campo das ciências, bem como na reprodução das ideologias dominantes, estabelecendo as indispensáveis mediações com o processo de consolidação da sociedade do capital e suas formas de domínio objetivo e subjetivo, o que sustentou e requereu da psiquiatria medidas de controle e segregação sob o *signo* do tratamento à doença. É no modelo centrado no hospital que (ROBAINA, 2011) registra o ingresso dos assistentes sociais no campo da saúde mental, como as primeiras experiências do Serviço Social nos anos 1940.

Interessante destacar que a autora se refere à historicidade da saúde mental numa perspectiva evidentemente histórica, estabelecendo uma profunda, apesar dos limites de um artigo, mediação com o movimento de agudização da *questão social* e os determinantes no campo da saúde mental. É no bojo da *questão social* que (ROBAINA, 2011) encontra elementos para dirigir suas reflexões do trabalho profissional do assistente social, o que leva, com o advento da contestação dos modelos arcaicos de assistência à saúde mental, mediado pelos movimentos sociais em defesa de uma saúde mental *desmanicomializada*, centrada no homem, a Reforma Psiquiátrica a ganhar fôlego e pavimentar seus caminhos diante da Política de Saúde, dos sujeitos e perante a sociedade.

Ao compreender o Centro de Atenção Psicossocial como um serviço substitutivo e de cuidados em saúde mental, a autora segue problematizando o trabalho do assistente social nesta política de saúde, evidenciando os equívocos operados pela própria natureza do trabalho que é desenvolvido na saúde mental, que eleva a dimensão da *psique* humana como elemento central, com evidente deslocamento da questão social, objeto do trabalho profissional, a uma secundarização. A autora destaca, com lucidez e precisão teórico-metodológica e ético-política, que

[...] verificam-se na área da saúde mental duas matrizes de atuação do [ssistente social: uma identificada com a atividade “clínica”, se subordina à homogeneização dos saberes *psi* e por isso trai o mandato social da profissão, trai o

projeto ético-político e deixa uma lacuna histórica no projeto da Reforma Psiquiátrica (ROBAINA, 2011, p. 345).

A reflexão da autora demonstra que, sustentado desta maneira, ele priva o Serviço Social de desenvolver um trabalho profissional que efetivamente contribua para o aperfeiçoamento da Reforma Psiquiátrica e das particularidades do seu trabalho profissional no trato com a questão social.

No trato da crítica às atividades terapêuticas desempenhadas por assistentes sociais já é de conhecimento público a vedação das referidas práticas aos profissionais, conforme expressa a Resolução CFESS nº 569/2010, tendo em vista a inabilitação destes profissionais no campo da *psique* humana, o que, para (ROBAINA, 2011), inverte as prioridades do trabalho profissional do assistente social.

Para além do trato da *psique* humana, os CAPS tornam-se espaços privilegiados para o trabalho do assistente social, tendo em vista que esse se constitui num campo prenhe de possibilidades que vão, segundo a autora, do trabalho diante da esfera da gestão democrática dos serviços substitutivos, do controle social, da possibilidade de construção de caminhos de resistência ao modelo manicomial e do fortalecimento das políticas sociais ao trabalho com a família, considerando este último não uma atividade terapêutica, mas repleta de possibilidades históricas de consolidação das diretrizes da Reforma Psiquiátrica.

(ROBAINA, 2011) destaca que a problemática envolvendo certa indefinição do trabalho do assistente social não pode ser atribuída apenas à organização e gestão dos serviços de saúde mental. Ela se inscreve numa dinâmica maior, que considera o impacto do neoliberalismo diante da política de saúde, que flexibiliza/fragiliza as relações de trabalho, minimiza o papel do Estado no trato da *questão social*, abrindo flanco para a inserção das ONGs, contratos terceirizados, contratos de trabalho flexibilizados e desprovidos dos mínimos direitos trabalhistas, o que afeta diretamente os direitos sociais conquistados pelos trabalhadores, bem como “ameaça a abordagem da loucura na perspectiva de complexidade (totalidade)” (ROBAINA, 2011 p. 349), o que implica, diretamente, a precarização do trabalho, bem como da política social.

Assim, para a autora

Outra exigência na qualificação do trabalho do Serviço Social na saúde mental é utilizar a

pesquisa como instrumento para construção de uma metodologia de intervenção do Serviço Social, a partir dos marcos legais da profissão, do projeto Ético-Político e da Reforma Psiquiátrica na sua raiz. A isso tenho chamado de fazer Serviço Social *na clínica*” (ROBAINA, 2011, p. 349).

É mister compreender que o trabalho profissional do assistente social está para além da clínica/terapêutica (não invertendo prioridades no trato da saúde mental), mas utiliza toda a capacidade presente no seu trabalho e supera práticas que ainda submetem a *questão social* a meros esquemas individuais e psicologizantes, com respostas igualmente individuais e psicologizadas.

O artigo de (MACHADO, 2010) apresenta o debate sobre os dilemas do trabalho profissional do assistente social nas empresas¹⁶ denominadas Organizações Não Governamentais, na medida em que essas organizações são evidentes receptáculos e (re) produtores da ordem neoliberal no campo das políticas sociais e se contrapõem à direção social presente na profissão, que expressa o projeto de classe defendido pelos trabalhadores.

A autora problematiza os limites da constituição e natureza das empresas, tendo em vista que elas evidenciam uma relação perversa entre os ditames do capital, atravessado pela desresponsabilização do Estado, que culmina numa relação invertida no campo dos direitos sociais, pois retira do aparelho estatal a responsabilidade da formulação, gestão e operacionalização das políticas sociais.

Na mesma medida em que ocorre um alargamento do domínio do terceiro setor perante as políticas sociais, (MACHADO, 2010) afirma que ocorre um processo de “esvaziamento” dos direitos sociais, configurado pelo processo de seletividade das políticas “geridas” pelas ONGs, que empurra ainda mais para a margem aqueles trabalhadores que não se “enquadram” nos recortes socioeconômicos estrategicamente pensados a partir da noção da assistencialização dos direitos sociais. Fica evidente uma política segmentada, focalizada e altamente excludente, pois prioriza o atendimento das necessidades sociais daqueles grupos *comprovadamente* carentes, o que a autora vai chamar

¹⁶ Denominaremos estas organizações de empresas, pois refletem em termos econômicos e ideopolíticos a sua essência.

de “paradoxo” (MACHADO, 2011) entre a noção empresarial-assistencial destas empresas e o trabalho do assistente social, que na realidade é a mais expressiva contradição presente na essência das ONGs, e não um paradoxo.

A título de informação recorremos aos dados da ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais) que informa que no Brasil, até 2010, havia 290 mil instituições de terceiro setor, compreendendo vários ramos de atividade e atuação, sendo que do total destas entidades cerca de 54 mil ONGs destinavam suas ações à operacionalização de políticas sociais, com destaque para as políticas de saúde, assistência social e educação (e pesquisa)¹⁷. Estes dados demonstram a *vitalidade* do terceiro setor diante da recusa do Estado em assumir suas responsabilidades, evidenciando o aprofundamento da seletividade destas políticas, que, agora compreendidas como serviços, deslocam seus conteúdos e desviam suas finalidades diante dos ditames das determinações dos novos modelos “gerenciais” das políticas sociais públicas.

Para a autora, ao assumir tais responsabilidades, as ONGs transmutam o conceito de sociedade civil, escamoteando suas reais intenções, pois aglutinam, econômica e ideologicamente, uma noção de representatividade social, em detrimento do seu real significado e que, na verdade,

[...] são expressões condensadas de relações sociais, econômicas, políticas e culturais circunscritas historicamente e que hoje aparecerem hegemonicamente enquanto canais (sedimentados da lógica neoliberal) por onde a sociedade civil, principalmente a massa pauperizada, está sendo atendida (MACHADO, 2011, p. 275).

Com isso, essas empresas deslocam toda a potência originária da classe trabalhadora a canais denominados “participação comunitária”, mas que, em síntese, representam claros interesses classistas dominantes, evidentemente fortalecendo um conceito de *cidadania* que, nos marcos do capitalismo, segue mercadorizada.

¹⁷ Dados apresentados no site da entidade: <http://www.abong.org.br/ongs.php?id=18>.

Ao particularizar o campo da saúde, o objeto de seu artigo, a autora classifica os perfis destas empresas do terceiro setor nesta política da Seguridade social em três segmentos: **a)** Perfil centrado na situação de saúde, que emerge das demandas dos setores usuários da política de saúde, tais como associação de familiares e/ou usuários diagnosticados com doenças “raras”, cujos custos do tratamento são elevados.

Para a autora, esse perfil aglutina a característica de “defesa dos direitos” dos usuários, sendo que, para ela, (...) estes segmentos são os mais atuantes nas arenas das lutas políticas junto ao Estado” (MACHADO, 2011, p. 277). Sigamos com a apresentação do chamado “perfil” destas empresas: **b)** Perfil centrado na dinâmica hospitalar, que se configura por aquelas instituições de apoio à rede hospitalar, que, por sua natureza, reforçam o conceito de voluntarismo diante das ações desenvolvidas diante das lacunas da rede hospitalar e **c)** Perfil centrado na prestação de serviços, que corresponde, para a autora, às funções voluntárias de empresas e profissionais liberais, que atuam à margem da política de saúde, evidenciando um atendimento das demandas das classes mais pauperizadas, não atingidas pela política social estatal.

Há que se considerar alguns elementos ao traçar esse perfil posto pela autora, na direção de esclarecer que as ONGs não se afirmam apenas no restrito campo do voluntarismo, centrado naquelas ações socialmente responsáveis, de cunho religioso, por exemplo. Necessário destacar que a partir da Lei Orgânica da Saúde (Lei Federal 8080/1990) o Estado se abre, a título de complementaridade ou suplementação, para participação das empresas de Terceiro Setor, demonstrando, no marco legal, sua desresponsabilização perante a política estatal de saúde. Emergem, neste cenário, as ONGs especializadas na gestão de serviços de saúde (Parcerias Público-Privadas), que têm se afigurado como um filão comercial, ao assumir, integralmente, as esferas de elaboração, execução e monitoramento das políticas e programas na área de saúde.

Ao situar uma crítica ao processo de refilantropização da assistência à saúde, a autora revela algumas mediações determinadas na historicidade da institucionalização do Serviço Social, a partir do seu conceito médico-social, que, ao longo da história, balizado por uma particular inscrição teórico-metodológica, assumiu responsabilidades na gestão da assistencialização no campo da saúde e que apenas se redefine nos marcos do movimento de Reconceituação e no despontar do Código de Ética de 1993 e, para nós, também na revisão curricular de 1996.

Para a autora, a possibilidade do trabalho do assistente social numa ONG que atua na política de saúde se inscreve como um espaço de construção dos valores profissionais, sobretudo, dos interesses dos

usuários, reconhecendo, com algumas dificuldades metodológicas, os limites determinados pela natureza desse tipo de organização, que não tem em seu dever ético um compromisso efetivo com as demandas da classe trabalhadora. Esses limites do trabalho do assistente social nas ONGs ficam expressos na citação abaixo.

A intervenção caminha no sentido da direção ideopolítica do fortalecimento dos dispositivos de direitos sociais garantidos na seguridade social, bem como a constituição de espaços democráticos nas ONGs que fomentem as lutas cotidianas contra-hegemônicas dos sujeitos atendidos, que subvertam a lógica do favor. A luta por direitos inclui a apropriação de oportunidades abertas pelas conjunturas políticas, sendo necessária a mudança em identidades sociais – rompendo com a passividade de categorias administrativas (usuário, clientela, público-alvo (...)) (MACHADO, 2011, p. 282).

De que maneira resolver essa equação ideológica que inscreve a ONG como uma empresa da rede complementar e a possibilidade do trabalho profissional nesta contra-hegemonia, ditada pelo receituário institucional de cunho liberal? Não se trata de um fatalismo dirigido à profissão, mas da necessidade de compreender com clareza os projetos societários em disputa.

A autora reflete (...) que o trabalho do assistente social nas ONGs no campo da saúde traz dilemas e desafios no horizonte da cidadania”, porém questionamos o real sentido dessa cidadania nos marcos do capitalismo e seus aportes ideológicos no campo das políticas sociais. Sem essa reflexão, sustentada por inúmeras mediações, os assistentes sociais estarão fadados à (re)produção dos limites da ordem burguesa, reafirmando a assistencialização e negando a direção social da profissão.

O artigo de autoria de (MONTEIRO, 2010) é originariamente derivado de uma pesquisa de Conclusão de Curso e dirigido a assistentes sociais atuantes em unidades assistenciais de saúde, com regime de trabalho na modalidade de Plantão Social, compreendendo a divisão do trabalho durante as 24 horas do dia, buscando compreender as determinações operantes no trabalho profissional.

A autora faz um resgate histórico-metodológico sobre as primeiras aproximações do Serviço Social no campo da saúde, por meio das sistematizações de Serviço Social de caso, grupo e comunidade de

origem richmondiana. Ao explicitar essa processualidade histórica, a autora já apresenta algumas aproximações da profissão com a área da criança, ou, neste contexto histórico, com os “menores”.

Antes de problematizar o trabalho em regime de plantão diante das demandas de violência contra crianças e adolescentes apresentadas ao assistente social, (MONTEIRO, 2010) apresenta uma reflexão sobre as possibilidades do trabalho do assistente social diante das demandas postas nos serviços de saúde, especialmente nos denominados plantões sociais.

Para a autora, esse campo emerge atravessado por determinações históricas, em que pese o poder do saber biológico diante das demandas da saúde, o que pode levar a incompreensões sobre o trabalho do assistente social, visto que esse tem como objeto de intervenção a *questão social*. Para a autora, a falta de sistematização/registo do trabalho desenvolvido em regime de plantão ocasiona o não desvelamento do trabalho desenvolvido, o que pode prejudicar a compreensão desta atividade.

A dificuldade em compreender o processo de trabalho dos assistentes sociais diante do plantão social não restringe apenas ao insuficiente o registro das ações desempenhadas, pois essas dificuldades são inerentes ao modelo de prestação de serviços da política de saúde, que, calcada no imediatismo das ações, bem como no tipo de resposta necessária ao restabelecimento da saúde, escamoteia ou secundariza as determinações sociais contidas no processo saúde-doença (BRAVO, 2002).

No trato com as notificações/identificações das violências¹⁸, no regime de plantão de 24 horas, a pesquisa da autora revela, por meio dos relatos dos assistentes sociais, que é no referido espaço sócio-ocupacional que as demandas de violência contra crianças e adolescentes se apresentam, em primeiro momento, pelas necessidades de atendimento emergencial e, conseqüentemente, essas demandas são encaminhadas ao Serviço Social para o devido acompanhamento e intervenção.

As assistentes sociais relatam a existência de alguns manuais do Ministério da Saúde e Associação Brasileira de Pediatria como diretrizes do trabalho profissional, sendo que, à medida que se apresentam os

¹⁸ Entendido na pesquisa como qualquer tipo de violência, sobretudo a física, por ser melhor identificada pelos profissionais de saúde, como médicos e enfermeiros, por exemplo.

manuais, a autora segue mediando com os eixos da formação e trabalho profissional, porém a razão instrumental se coloca de maneira muito evidente ao afirmar uma pretensa centralidade destes manuais.

Mediante a problemática emergencial, bem como a alta rotatividade e a rapidez dos atendimentos em regime de plantão, a razão instrumental se inscreve como uma alternativa do trabalho profissional, figurando-se, muitas vezes, sob o signo de trabalho profissional compromissado. A autora não tece nenhuma reflexão sobre os instrumentais, mediados pelas outras duas dimensões da profissão, reforçando a

[...] necessidade da disseminação dos manuais para os profissionais de saúde, inserção nos currículos dos profissionais de saúde da temática violência, melhor articulação das equipes multiprofissionais, atuação profissional junto aos usuários com vistas à prevenção da violência, o que vem a convergir com o defendido por nós no decorrer deste trabalho e com as pesquisas realizadas no âmbito nacional (MONTEIRO, 2010, p. 497).

Evidente que é necessário oferecer à formação profissional dos assistentes sociais e dos profissionais da saúde as bases de compreensão sobre os processos de violência contra crianças e adolescente, porém ela não pode ser relegada à *aplicação* de manuais, descolados da defesa da saúde pública, universal e de qualidade, bem como de uma perspectiva de classe, que compreenda o humano-genérico na sua totalidade.

Ao assistente social a possibilidade do trabalho profissional nos limites da sociedade burguesa e no plantão social, como essa expressão mais particular, cabe a tarefa de politização dos sujeitos sociais, na direção de construção de respostas coletivas ao largo processo de desmonte da saúde pública, bem como dos direitos sociais duramente conquistados. A saúde não pode ser compreendida como um fim em si mesmo, e sim como um canal preñado de possibilidades de construção ético-política, processo que se encontra muito limitado à prática do plantão, cuja precarização evidencia as bases de um esvaziamento político do trabalho profissional.

O artigo de (SODRÉ, 2010) oferece uma reflexão sobre as possibilidades do trabalho do assistente social na esfera da saúde, compreendendo, também, os limites deste trabalho, ao mediar as determinações do capital frente ao cotidiano, bem como as políticas

sociais e o mundo do trabalho, ou seja, as determinações nas relações sociais de produção.

A autora promove uma extensa e necessária reflexão sobre a política de saúde, entendida esta como uma expressão polarizada por interesses antagônicos, tendo como elemento mediador a cooptação da política de saúde pelo complexo médico-industrial e da capitulação do Estado como tradicional formulador e executor dela. Evidente que esse processo que compreendemos nesta tese como uma capitulação não se inscreve apenas no campo dos interesses do Estado em abandonar as políticas de saúde, pois ela é operada e determinada por uma direção fundada nos marcos da *ética* capitalista, a partir do triunfo do neoliberalismo que propaga um Estado cada vez mais mínimo para o trabalho e um capitalismo cada vez mais agigantado para o capital.

A esse processo (SODRÉ, 2010) estabelece mediações importantes, no sentido de não considerar a política de saúde como um fim em si mesmo, autorreprodutora, de modo autóctone, pois, ao não estabelecer as mediações desta com as determinações operadas pelo capitalismo, sua compreensão é estanque e profundamente atomizada, impossibilitando analisar suas particularidades e, com isso, ocasionando um impacto na compreensão dos determinantes sociais no processo de saúde-doença. Para a autora, não é possível considerar apenas as determinações econômicas (reducionismo economicista), como também, considerar, apenas, o processo de adoecimento (reducionismo biologicista).

Ao partir das determinações contidas nas relações sociais de produção no campo da saúde, a autora inscreve, com muita precisão, a (re) produção do modelo-fábrica adotado na saúde, com traços profundos de similitude com a gestão do trabalho na fábrica, tendo como escopo o modelo fordista de produção. Ao particularizar a emergência da indústria nacional, a partir da sua condição de capitalismo tardio (NETTO, 2002; IAMAMOTO, 2000), indústria esta profundamente influenciada pelo modelo fordista de gestão do trabalho, a autora estabelece uma interessante relação entre modelo fordista, emergência da política de saúde e a emergência do Serviço Social com profissão, que desemboca na atualidade (a partir de 1990) com o assalto do neoliberalismo ao Estado e, conseqüentemente, às políticas sociais.

Associando esses elementos, (SODRÉ, 2010) vai categorizá-los também no campo da saúde, a partir de (HARVEY, 2007), como “acumulação flexível”, compreendendo o esgotamento e a passagem do modelo fordista-taylorista para a acumulação flexível, sendo o toyotismo como maior exemplo (SODRÉ, 2010). Ao seguir mediando

as determinações das relações sociais vigentes e o campo da saúde, a autora reflete, com lucidez, a aproximação dos assistentes sociais nestes espaços, com o acúmulo teórico-metodológico oriundo da Reconceituação e, sobretudo, do largo processo de adesão da profissão às lutas travadas na Reforma Sanitária, concedendo a estes profissionais condições de tensionamento nos marcos da saúde pública, hierarquizada nos modelos saúde-fábrica.

Os tensionamentos presentes diante da saúde possibilitaram aos assistentes sociais aglutinarem forças políticas, sustentação teórico-metodológica e posição ético-política na direção do enfrentamento do desmonte da referida política, não inscrevendo, para a autora, um trabalho profissional burocratizado e encerrado nos corredores das instituições, processo este tão criticado pelos profissionais que não encontram “saídas” para os dilemas postos no decorrer dos processos de trabalho.

Mesmo diante das possibilidades para além do biológico, (SODRÉ, 2010) segue identificando armadilhas para o trabalho do assistente social, deslocando-se do seu objeto base de trabalho (questão social) para atividades como a acolhida humanizadora, por exemplo. Como humanizar um sujeito que é ontologicamente considerado humano? Armadilhas que são absorvidas pelos profissionais, diante dos dilemas postos no trabalho profissional, seguindo como possibilidades de acesso à “cidadania e inclusão social”, traindo, nos termos de (ROBAINA, 2011), os princípios profissionais do assistente social.

Para (SODRÉ, 2011), esse modelo verticalizado de gestão dos processos de trabalho em saúde empurra os trabalhadores e, em especial, os assistentes sociais, sujeitos das reflexões de seu artigo, a processos de trabalhos cada vez mais atomizados, desprovidos de vínculo de classe, de possibilidade de análise a partir da totalidade da vida social (determinantes sociais), sendo que, nas suas considerações, o plantão social emerge como uma dessas expressões, determinando uma “prática” esvaziada e burocratizada, sendo que, para a autora, o plantão pode se constituir como um espaço para além do emergente, do fenomênico. O plantão, para a autora, não pode se encerrar em si mesmo, ele segue como possibilidade de construção da política de saúde.

A autora lança o desafio de superar as práticas tradicionais no campo da saúde e do trabalho profissional, ao

[...] assistente social que atua no campo da saúde torna-se importante trazer à tona que talvez a

saúde seja uma das políticas sociais que manifestam uma diversidade enorme de demandas e necessidades da vida humana. Não é possível realizar ações estanques e padronizadas em políticas públicas que atuam diretamente sobre a vida (SODRÉ, 2011, p. 473).

Mesmo que determinada pelas relações sociais de produção, a autora imprime a reflexão de que o trabalho do assistente social necessita compreender a saúde como um espaço coletivo, que, por sua natureza histórica de constituição, possibilita a convergência de forças sociais, mediadas pelos fundamentos que sustentam esse trabalho, na direção de consolidar políticas sociais condizentes com as necessidades dos trabalhadores e radicalizar na concretização da democracia.

Com relação ao trabalho profissional do assistente social diante da Política de Assistência Social, (RAICHELLIS, 2010) apresenta as contradições, limites e possibilidades deste trabalho, tendo como ponto de partida de suas análises as determinações constantes na esfera do capitalismo que, por sua programática neoliberal, influi na reposição acentuada do mundo do trabalho, na organização das políticas sociais e no trabalho dos assistentes sociais diante do Sistema Único de Assistência Social.

A autora tece reflexões diante do mundo do trabalho ao compreender o binômio flexibilização/precarização e sua incidência na organização da reprodução da força de trabalho, utilizando, nos termos de Antunes, essa “Nova morfologia do trabalho” que opera, em escalas cada vez mais acentuadas, a desregulamentação das relações de trabalho, a subsunção do trabalho morto pelo trabalho vivo (a inevitabilidade da máquina e das tecnologias), a precarização das condições de trabalho, a emergência da polivalência para ganho de produtividade, enfim, a (...) precarização das condições de vida da massa dos vendedores de força de trabalho: a ordem do capital é hoje, reconhecidamente, a ordem do desemprego e da “informalidade” (NETTO, 2010, p. s/p).

Ao particularizar os resultados diretos da reestruturação produtiva no processo de trabalho do assistente social, aqui considerando sua inscrição na divisão social e técnica do trabalho enquanto uma especialização do trabalho coletivo, a autora não nega os efeitos de resultados imediatos, bem como situa essa desregulamentação, a partir da contradição, mas que, considerando a política de assistência social, há uma crescente apropriação do trabalho profissional. Isso revela quão

contraditórios são os marcos do capitalismo, pois, ao produzir as expressões da questão social em polo, circunscribe a assistência social, por exemplo, como um espaço sócio-ocupacional destinado à atenuação das mazelas geradas no ventre do capitalismo.

No cenário das novas morfologias do trabalho, a autora apresenta dados da pesquisa realizada em 2005 pelo Conselho Federal de Serviço Social¹⁹ de um contingente com pouco mais de 60 mil profissionais, num universo de 90 mil profissionais, que considera que, deste quantitativo, [...] a maior parte são servidores públicos, sendo que 78,16% atuam em organizações de natureza estatal, 40,97% na esfera municipal, 24% nos estados e 13,19% em âmbito federal”. (RAICHELIS, 2010, p. 757) demonstra a grande inserção dos assistentes sociais no âmbito do serviço público, é evidente que levamos em conta a defasagem dos dados, pois a pesquisa foi realizada em 2005. A autora reconhece a inserção nos espaços privados, mas evidencia a grande participação destes profissionais no âmbito do serviço público, demonstrando seu vínculo histórico com a coisa pública.

A desregulamentação do trabalho operado pela flexibilização impacta os trabalhadores à medida que precariza as relações de trabalho, achata os salários, ascende e multiplica a terceirização/quarteirização²⁰, contratos temporários, desregulamentação de conquistas históricas da classe trabalhadora, ou seja, dirige as políticas sociais à categoria de mera assistencialização. Neste cenário, o trabalho do assistente social é atingido duplamente: pela via da desregulamentação do seu trabalho profissional e pela via do retrocesso nas políticas sociais, um dos espaços do seu trabalho profissional (RAICHELIS, 2010).

Estes vetores de análise são utilizados pela autora ao tecer reflexões com relação ao processo de aglutinação de forças dentro do SUAS, Sistema Único De Assistência Social, um dos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais, e, conseqüentemente, na

¹⁹ Assistentes sociais no Brasil: elementos para estudo do perfil profissional” (CFESS, 2005)

²⁰ Neste sentido, vale destacar a terceirização das atividades-meio e fim aprovada no Congresso Nacional no ano de 2017, configurando um profundo ataque aos direitos trabalhistas presentes na CLT. Destacamos a presença da terceirização nas atividades empresariais/comerciais, bem como o amplo processo de terceirização dos serviços sociais, que vai da elaboração, execução ao acompanhamento das políticas sociais administradas pelo chamado Terceiro Setor.

compreensão da reverberação das relações sociais no âmbito dos direitos sociais da classe trabalhadora, entendidos a partir dos dilemas enfrentados pelo SUAS e pelos assistentes sociais tradicionalmente chamados a gerir e operacionalizar essa política social pública. Sobre essa perspectiva puramente instrumental,

Há que ser superado o entendimento do exercício profissional do assistente social alinhado à condição de analista, identificador de expressões da questão social, o que sem dúvida é um passo necessário, mas que se completa na medida em que o profissional vincula os elementos de análise com a ação concreta a desenvolver em seu campo de ação profissional (SPOSATI, 2013, p. 663).

Neste caminho de síntese, a fim de compreender a PNAS e sua inserção no “território”, bem como suas mediações com o trabalho profissional, a autora destaca alguns elementos indispensáveis para contribuir diante dos dilemas e possibilidades postos na ordem do dia, a saber:

1) A presença do Estado na operacionalização dos serviços, programas e projetos na área de assistência social, sobretudo, entendendo o CRAS, Centro De Referência De Assistência Social, e CREAS, Centro De Referência Especializado Em Assistência Social, como equipamentos que demarcam a presença do Estado, mas, a nosso ver, sua simples gestão não garante a efetividade das políticas;

2) A implantação do SUAS demonstra o tipo de regime de assalariamento do profissional, bem como a demanda destas estratégias coletivas (aqui entendemos como estratégias de classe) para o enfrentamento dos “constrangimentos” aos quais ele se submete ao relacionar-se com a gestão da política;

3) A maturação ético-política do Serviço Social, sustentada por um arcabouço teórico-metodológico crítico, recusa, segundo (RAICHELIS, 2010), as insidiosas determinações no campo do trabalho profissional, com a adoção de práticas terapêuticas, a psicologização das relações sociais de produção, bem como o trato subjetivista da pobreza, deslocando seu conteúdo de classe. Aqui cabe uma reflexão que se situa na esfera de devir ético-histórico, considerando, segundo (BARROCO, 2005), que não basta apenas os fundamentos, os sujeitos necessitam materializá-los, ao contrário, reforça-se um idealismo ético;

4) Sustentados pela autonomia profissional, ainda que relativa, os assistentes sociais são constantemente instados a superar a lógica individualizadora, conformada pelo conceito *usuário-cliente*, na direção de coletivização dos processos e, conseqüentemente, na ampliação da participação dos sujeitos na construção da política que realmente atenda a suas necessidades;

5) A autora situa a centralidade da NOB-RH, Norma Operacional Básica De Recursos Humanos, como um instrumento que possibilita a garantia da presença de trabalhadores qualificados, concursados, cujas condições de trabalho sejam condignas aos serviços prestados, mediadas pela efetivação da carreira no âmbito do SUAS, que pressupõe a capacitação contínua, bem como a adoção de um plano de cargos e salários;

6) O SUAS como uma possibilidade de contra-hegemonia da ordem vigente, que recupere, nos dizeres da autora, sua capacidade de direção ético-política, ao recusar a minimização do Estado e das políticas sociais, sobretudo da assistência social, na direção inversa, ou seja, de ampliação dos serviços sociais para o efetivo atendimento dos interesses da classe trabalhadora.

Importante destacar que a autora não aponta esses elementos a título de um modelo a seguir, pelo contrário, essas reflexões se inscrevem no cotidiano do SUAS e do trabalho do assistente social e, nos limites da sociedade burguesa, emergem como possibilidade sócio-histórica de resistência e luta, bem como articulam a necessária práxis política dos assistentes sociais no campo da assistência social, o que tem sido sistematicamente substituído por uma razão instrumental que, seletiva, focalista e destituída do conteúdo de classe, forceja o modelo assistencial determinado pelo Estado e pelo capitalismo.

No artigo de autoria de (FREITAS, 2011), a autora propõe realizar uma reflexão sobre o trabalho do assistente social na perspectiva “de garantia de direitos” no âmbito das medidas socioeducativas, compreendidas a partir do SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo), estabelecendo um recorte diante do Plano Estadual (São Paulo²¹) na referida área.

A autora aponta uma reflexão sobre as diversas modalidades de medidas socioeducativas, numa perspectiva essencialmente descritiva, revelando, com muita parcialidade, a adesão da direção imposta pelo

²¹ O lócus institucional da autora é a Fundação Casa.

ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente, que claramente rompeu, nos limites jurídicos, com os “modelos” anacrônicos de atendimento das necessidades de crianças e adolescentes em conflito com a lei, mas que segue enviesado por uma noção particularmente judicializada que, associada a perspectiva conservadora do judiciário, quer promover a adaptação do sujeito ao meio.

Reproduzindo conceitos como vida familiar e comunitária saudável, tratamento à criança/adolescente, reinserção social, entre outros, a autora demarca, mesmo que nos limites do projeto ético da profissão, a direção do trabalho do assistente social diante de um trabalho profundamente complexo e desafiador, que também encontra nas relações sociais de produção elementos para sua compreensão. A noção de psicologização das relações sociais de produção, mediada pelas determinações históricas de classe que atingem diretamente crianças e adolescentes em conflito com a lei, induz, de modo muito evidente, a consolidação de uma ciência do comportamento em detrimento da concretude da vida que incide nas condições de reprodução do humano-social.

Outro elemento presente no artigo da autora refere-se ao emprego da terminologia da garantia de direito oferecida ao Serviço Social nestes espaços de trabalho, um arriscado jogo mimético, que traz para a profissão a *função* de *garantir* direitos, sendo que essa efetiva garantia de direitos necessariamente se trata de uma responsabilidade do Estado, e não de uma profissão.

Para (FREITAS, 2011), o trabalho do assistente social diante do regime de internação de crianças e adolescentes em conflito com a lei revela “possibilidades” do trabalho profissional, mas segue descrevendo métodos de intervenção particularmente descolados daqueles fundamentos que embasam a profissão, mimetizando, mais uma vez, o potencial do trabalho profissional compromissado com os valores mais centrais da profissão, mesmo que a autora releve alguns fragmentos dos compromissos profissionais, mas a estrutura enrijecida de uma instituição total, nos termos de Erving Goffman, que dificulta, porém não impede a possibilidade de um trabalho centrado na liberdade do ser social.

A (re)produção do discurso conservador pelos assistentes sociais, determinado pelas estruturas, pode apoiar-se

[...] em mitos, motivando atitudes autoritárias, discriminatórias e irracionais, comportamentos e ideias valorizadoras da hierarquia, das normas

institucionalizadas, da moral tradicional, da ordem e da autoridade (BARROCO, 2011, p. 210).

A autora reconhece, em certa medida, que a cultura institucional segue determinando um modelo de hierarquia, baseado na disciplina e na ordem, o que leva os atendimentos individualizados a meros esquemas reprodutores de práticas clínicas (FREITAS, 2011), atividade esta condenada pela Resolução CFESS 569/2010 (Práticas Terapêuticas), o que impele a autora a indicar as possibilidades de trabalhos coletivos (grupos) no sentido de que os sujeitos reflitam as decisões, despertem a consciência e a socialização, o que descola do trabalho coletivo, que, em certa medida, pode ser instrumento de mobilização social na perspectiva da defesa e ampliação dos direitos sociais.

Fica evidente no artigo que a autora segue promovendo uma cisão entre teoria e prática, assumindo, muitas vezes, uma concepção na produção de conhecimento teórico que possibilita a *aplicação da teoria na prática*, não revelando as mediações fundadas nos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e com uma clara direção de prioridade dos conteúdos técnico-operativos. Na mesma esteira, segue reafirmando e requerendo da profissão tipos de práticas profissionais que colidem com as dimensões da profissão, mas ao mesmo tempo requerendo-a como emancipacionista.

Para a autora,

A práxis do Serviço Social está orientada para a possibilidade de ressocialização reinserção social saudável, não compreendida apenas na dimensão produtivo-consumidora, mas como emancipatória, na medida em que o indivíduo tem condições de tornar-se sujeito da própria história (FREITAS, 2011, p. 47).

Neste sentido, retoma a individualização das relações sociais de produção e de seus reflexos nas medidas socioeducativas, afirmando as práticas institucionais como particulares ao Serviço Social, determinando uma reprodução assistemática, descolada do real e principalmente da direção social da profissão.

A autora vai realizando seu caminho de síntese sustentando a necessidade de um trabalho profissional que aposte na emancipação, mas segue profundamente enviesando sua concepção, ao forjar tal

emancipação nos limites estreitos da sociedade burguesa, e, mais ainda, num tipo de cidadania centrada no comércio de deveres para alcançar direitos, amplamente defendida pelas elites e profundamente associada aos extratos mais pauperizados da sociedade, tendo os adolescentes em regime de internação, exemplo evidente desta relação de cidadania invertida e mercadorizada.

Mesmo assumindo a necessidade de um trabalho profissional que atenda às necessidades dos adolescentes, a autora não consegue superar algumas inconsistências na compreensão da dinâmica da sociabilidade burguesa e das formas de inscrição da profissão na divisão social e técnica da profissão, profundamente polarizada pelas relações sociais de produção.

O artigo de autoria de (RÉGIS, 2011) problematiza o trabalho do assistente social diante da gestão de pessoas, especialmente a partir da realidade de um hospital público, lócus do seu trabalho profissional, sendo que este lócus de estudo ensejou a vinculação deste artigo nas análises deste Eixo Temático.

Sendo que a Gestão de Pessoas, como querem os novos administradores da força de trabalho, tendo em vista que sua “regulação” se situa na falácia propagandeada por meio de conceitos como “qualidade de vida do trabalhador”, “responsabilidade social”, entre outros, esconde sua base constituinte que é, sem sombra de dúvidas, a manutenção dos fluxos dos processos produtivos do capital e, no caso do serviço público, o complexo jogo da concepção de eficiência da coisa pública,

Para (RÉGIS, 2011), a atuação do assistente social no campo da Gestão de Pessoas emerge como uma possibilidade do trabalho profissional comprometido com as necessidades dos trabalhadores, mas deixando claro que este mesmo trabalho tem como foco [...] a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho” (RÉGIS, 2011, p. 490).

A autora, por estar vinculada a um serviço de saúde, reforça sua preocupação com o fortalecimento do Sistema Único de Saúde e tem na gestão de pessoas uma das possibilidades de consolidação da referida política social, mediando os possíveis resultados deste trabalho profissional dirigidos aos usuários da política. Neste sentido, a autora não reconhece e se reconhece, não demonstra a evidente contradição que

se expressa na esfera da gestão da força de trabalho²², entendida como resultante da racionalização dos processos produtivos.

Ao referenciar este processo de racionalização da produção, metamorfoseado pelo engodo da Gestão de Pessoas, é necessário refletir como a adoção da “racionalidade inconclusa” do fordismo

[...] não conseguiu incorporar à racionalidade capitalista na produção as *variáveis psicológicas* do comportamento operário, que o toyotismo procura desenvolver por meio dos mecanismos de comprometimento operários, que aprimoram o controle do capital na dimensão subjetiva (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 344,345).

O engodo a que nos referimos fica evidente na captura da subjetividade do trabalhador, ao assumir, por meio de técnicas gerenciais, entre elas, a gestão de pessoas, o papel de aglutinador dos interesses da organização, o que resulta em processos produtivos mais intensificados, o que, para os autores, é realizável nos marcos do toyotismo, o que não pressupõe a racionalização da sociedade, mas sim a racionalização da fábrica, no contexto da produção. No que tange ao trabalho do assistente social diante da Gestão de Pessoas, é importante destacar que a

[...] alteração das formas de gestão da força de trabalho nas organizações vem diversificando as requisições feitas aos assistentes sociais. Esses têm sido chamados a atuar em programas de qualidade de vida no trabalho, saúde do trabalhador, gestão de recursos humanos, prevenção de riscos sociais, sindicalismo de empresa, reengenharia, administração de benefícios estruturados segundo padrões meritocráticos, elaboração e acompanhamento de orçamentos sociais, entre outros programas (IAMAMOTO, 1999, p. 124).

²² Os apoletas da administração do capital a chamam de “Workforce management”.

No cenário do trabalho na esfera da gestão, fica evidente a contradição que expressa uma arena de lutas de interesses diametralmente opostos, pela sua constituição classista, o que não remove, cabe dizer, a possibilidade de um trabalho profissional erigido pela direção social impressa na profissão, mas, de certo, torna-se muito mais complexa as mediações necessárias para a consolidação de valores ético-políticos, dada a natureza do trabalho e seus objetivos.

(RÉGIS, 2011, p. 487) reconhece que

Estamos diante de uma reorganização profunda de concepção e realização do trabalho, que fazem pulular nomenclaturas como *gestão de pessoas*, *planejamento estratégico*, *gestão participativa*, *colaboradores*, entre tantas outras, como *competência*, *polivalência*, *flexibilidade* e *transferibilidade*. (grifos do autor).

Nessa conformação, mesmo que a reorganização do mundo do trabalho operada pelo capital seja conhecida, a autora assume para a gestão de pessoas, mesmo que teça algumas insípidas críticas, o papel destinado aos assistentes sociais nos limites da organização capitalista, a partir de (CÉSAR 1999, p. 35), fortalecimento das chefias. O Serviço Social assume a função de assessorar as gerências, podendo tornar o trabalho do assistente social valioso, buscando instrumentalizar a conduta gerencial.

Uma das saídas encontradas por (RÉGIS, 2011) no tocante ao trabalho frente à gestão de pessoas recai no direcionamento contido na Política Nacional de Humanização dos serviços de saúde, encontrando lastro para o trabalho de mobilização nas equipes de saúde, repercutindo decisivamente no trabalho do assistente social.

A autora envida esforços para mediar as possibilidades do trabalho diante da PNH na direção do projeto ético-político, sendo que, para ela, elementos semelhantes são encontrados, porém a referência do projeto profissional não se constitui no limite da particularidade da vida social, apenas, pois trata de compreender essa sociedade humana em níveis mais elevados, que considerem a supressão da sociedade de classes, e não a humanização do capitalismo (IAMAMOTO, 2008).

Evidente destacar, com a devida justeza, que as implicações do trabalho do assistente social diante de uma área tão particular e cara à reprodução ideológica do capital não são um fim em si mesmo, pois se figuram como um espaço sócio-ocupacional consolidado do assistente

social, preenche de possibilidades de construção ético--política de trabalho compromissado, mas que, nos limites do capitalismo, coopta e trai o que há de mais caro no projeto profissional, mas ainda sim situa-se como um espaço de tensionamento e de reprodução material da vida do assistente social.

No artigo de (MARTINELLI, 2011), busca-se apresentar reflexões sobre o trabalho dos assistentes sociais nos ambientes hospitalares, estabelecendo uma mediação com a Política de Humanização, o que, para a autora, apresenta vínculos com a direção social impressa na profissão presente nos princípios do Projeto Profissional.

Para (MARTINELLI, 2011) “... cada ato profissional”, o qual, por uma questão metodológica, identificaram como trabalho profissional, carrega determinações culturais, políticas, econômicas e sociais, que impõem o balizamento, por meio de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos que sustentem as possibilidades do trabalho profissional diante dos desafios postos no contexto da saúde, sobretudo no âmbito hospitalar.

Para a autora,

A dimensão ética é constitutiva da identidade da profissão, juntamente com as dimensões técnico-operativas e teórico-metodológicas, articulando-se em termos de poderes, fazeres e saberes como mediações da prática profissional e expressões de nossa práxis humana (MARTINELLI, 2011, p. 498).

Ao particularizar o trabalho profissional no âmbito hospitalar, a autora busca uma mediação com as políticas sociais públicas, das quais os assistentes sociais tradicionalmente estiveram à frente, como possibilidade de balizar o trabalho compromissado com os valores ético-políticos da profissão.

Situando a profissão no âmbito da saúde, a autora reafirma que, para além das demandas postas no cotidiano profissional, o assistente social, no âmbito hospitalar, tem na PNH, Política Nacional de Humanização, um instrumento de trabalho, no tocante à necessidade de humanizar o atendimento nas instituições de saúde. Evidencia-se que, para além das demandas reificadas do cotidiano profissional na esfera de uma saúde pública em franco processo de desmonte (BRAVO, 2007),

situa-se a humanização como uma possível saída para superação dos graves problemas do SUS.

Ao assumir a *humanização* como uma das possibilidades, por meio de atos essencialmente humanos dirigidos às pessoas em largo processo de sofrimento, tendo em vista os determinados graus de adoecimento, a autora, ao que nos parece, receber os conceitos da Humanização, ao demonstrar que, no decorrer do trabalho do assistente social, somos requeridos a oferecer (...) um olhar, uma palavra, uma escuta atenta, um acolhimento, para que possam se fortalecer na sua própria humanidade (MARTINELLI, 2011).

Neste sentido, a autora destaca dois elementos para um trabalho profissional eticamente considerado, que inclui a) como o uso de si, que revela elementos ético-profissionais com os sujeitos envolvidos no processo, que remetem, diretamente, a elementos constantes no projeto profissional; b) o cuidado de si, que revela incontestemente, a presença e a inversão das condições materiais da vida, o que sugere um fundamento essencialmente idealista, quando requer para esse profissional “manter um estado de espírito positivo; alimentar a paz de espírito e a tranquilidade; dedicar-se às práticas que permitam o recriar das energias e que estimulem a criatividade” (MARTINELLI, 2011, p.503).

O cotidiano, como terreno dado ao pragmatismo, abre possibilidade de (re) produção de tendências teóricas e éticas que enaltecem “valores” essencialmente subjetivistas²³ que roubam as dimensões analíticas das determinações do concreto. Ao recusar essa superficialidade, a adoção da teoria social crítica possibilita compreender que

[...] a realidade social não se dá a conhecer a não ser pela reflexão demorada, reiterada, obstinada... (...) “reiterada”, “obstinada”, porque essa observação, de fato, se demora sobre o objeto, para desvendar no objeto dimensões que não são visíveis, que não são dadas (IANNI, 2011, p.398).

Para (MARTINELLI, 2011), o trabalho do assistente social, mediado pelos fundamentos que lhe conferem legitimidade teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, tem na Humanização

²³ Não desconsideramos a subjetividade humana como parte constitutiva do ser social.

da assistência hospitalar um determinado fundamento, mas assume a necessidade de o assistente social “produzir saberes” no referido espaço sócio-ocupacional, como forma de sistematização de sua “prática”, com vistas a consolidar os rumos ético-políticos da profissão e dos interesses da classe trabalhadora.

A autora segue finalizando seu artigo, realizando reflexões no que tange às mediações entre as indicações da PNH e do Projeto Ético-político, promovendo uma série de mediações frente aos fundamentos, mas que por vezes se mostram encerradas nos limites do trabalho profissional, ainda sim ela vai articulando reflexões entre os “saberes e fazeres” do assistente social, mimetizando o trabalho profissional na política de saúde, via PNH, por exemplo. Tais imprecisões no campo do trabalho profissional podem carregar conteúdos que a razão instrumental pode operacionalizar, destituindo-os dos fundamentos, ocasionando, muitas vezes, uma dificuldade de apreensão das particularidades que determinam a profissão. No artigo de autoria de (SPOSATI, 2013), a autora problematiza a constituição da Seguridade Social brasileira, sobretudo nos marcos da Constituição Federal de 1988, como um campo de profundos tensionamentos, cujas determinações somente podem ser compreendidas a partir da sua estreita relação com o desenvolvimento das forças produtivas. Para autora, o âmbito da Seguridade Social se inscreve como espaço sócio-ocupacional do Assistente Social, elemento que lhe confere determinadas pautas de enfrentamento, expressão das lutas de classe.

A linha de raciocínio da autora segue na direção de compreender a proteção social, a partir do seu potencial humano, como um mecanismo que supõe ultrapassar os limites da constituição das políticas sociais, pois, para a autora, a proteção social se configura como uma das respostas a uma (re) funcionalização diante do mundo do trabalho, pois assenta suas particularidades diante das fragilidades próprias da condição humana. Assim, ao considerar a Seguridade Social brasileira, sustentada pelo tripé (Saúde, Assistência Social e Previdência Social), a autora afirma que a Previdência Social é uma particularidade deste tipo de proteção social, ainda que profundamente tensionada nos limites estreitos da contributividade, o que a vincula diretamente ao trabalho formal ou às suas mais variadas “reguladas” formas.

Ao polemizar a concepção de proteção social no Brasil, a autora retoma, de maneira muito sintética, o seu largo processo de (re) funcionalização, numa perspectiva [...] truncada [s], parcial e desarticulada”, identificável a partir de um binômio sustentado numa racionalidade/irracionalidade, entendendo aqui sua programática

desarticuladora em profundos e agudos momentos da chamada “crise fiscal do Estado”, que, ao primeiro sinal, tem na fragilidade estrutural-programada da proteção social sua mais evidente possibilidade de alargamento da desproteção social (SPOSATI, 2013), (BEHRING, 2002).

A agudização deste processo se consolida no campo da Seguridade Social que, ao determinar políticas capilarizadas, segmenta, de modo muito definido, as parcelas da classe trabalhadora destinatárias de sua intervenção privado-estatal (Saúde e Assistência social) e contributivista (Previdência Social), que, operacionalizada pela lógica neoliberal, submete, sobretudo os usuários dos serviços sociais da Assistência Social a um profundo processo de individualização e subjetivação, associado à necessidade de respostas oferecidas no mesmo terreno em que se movem as necessidades mais imediatas do humano-genérico, ou seja, a atribuição das responsabilidades do “autossustento” dos sujeitos, que contrapõe a lógica da compreensão estrutural das relações sociais vigentes até mesmo os limites das “vicissitudes” da vida (SPOSATI, 2013). A saída pela via familista (MIOTO, 2008), no reforço da concepção de “autonomia” e “emancipação” capitaneia, sob ordenança neoliberal, eleva o “trabalho com famílias” no âmbito da assistência social e reforça, no âmbito do trabalho, tendências como o empreendedorismo, por exemplo, (BEHRING, 2002).

Para a autora, o tensionamento entre as necessidades humano-sociais dos indivíduos colide com a perspectiva do que ela chama de “mix público-privado”, demonstrando sua contradição, mas o propalado privado assume características cada vez mais seletivas, cujas possibilidades de superação da “pobreza” se circunscrevem, cada vez mais, no estímulo a um trabalho que se autonomiza e que fornece as condições para o autossustento, o que (SPOSATI, 2013) chama de processo “socioeducativo”.

Ao particularizar o trabalho do assistente social diante da proteção social, a autora destaca o lócus de atuação destes profissionais, refletindo a superação do sentido estreito da sua condição de “executor terminal das políticas sociais” (IAMAMOTO, 2008), determinação esta operada pela lógica, mas que, ao superar os elementos que a configuram como apenas um interventor da/na realidade, emerge como um campo repleto de desafios, ao considerar sua dimensão ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa.

Os dilemas de uma profissão assalariada, demarcada na divisão social e técnica do trabalho, seguem na direção de superar, segundo a autora, três vertentes presentes no trato com a proteção social, que a

determinam: a) a proteção social tomada como espaço socioprofissional do assistente social, levando em consideração sua capacidade profissional de intervenção diante de situação de “vitimizamentos decorrentes de violências”; b) que reclama para si a proteção social como expressão da conquista e ampliação dos direitos sociais e humanos perante a sociedade capitalista e c) a proteção social como expressão do antagonismo de classe, como resposta ideológica do capital na atenuação dos conflitos dados na sua relação com o trabalho.

Em relação a essas vertentes, a autora vai refletir a necessidade de superação do hermetismo teórico-metodológico, compreendendo a complexidade histórica da composição da proteção social brasileira, mas evidenciando as determinações no campo das conquistas e lutas em favor dos direitos sociais e humanos, compreendendo as determinações e operações do modo de produção capitalista e, com isso, a inscrição do trabalho do assistente social que supere seu tradicional chamamento para “operacionalizar” as políticas sociais.

Compreender esse cenário prenhe de determinações é tarefa dos assistentes sociais, mas não compreendida como um fim em si mesmo do trabalho profissional, bem como da política social, pois requer a expressão da superação estreita do pragmatismo, na direção da sustentação de compreensão da relação capital-trabalho e da luta de classes.

Em seu artigo (PEREIRA, 2013) exercita a reflexão da proteção social entendida e compreendida a partir da sua raiz, edificada a partir da sociedade de classes, sobretudo, nos marcos do capitalismo e na sua conformação econômica, social e política.

Ao compreender a dinâmica de estruturação da proteção social sob a égide do capitalismo a autora não dissocia em suas análises a sua profunda mediação no campo social, donde ela se configura, que não segue descolada do movimento de (re) produção econômica e, claro, da esfera política, como arena saturada de interesses antagônicos.

A proteção social situa-se na direção de satisfação das necessidades sociais²⁴ postas no e pelo mundo dos humano-genéricos, que, entendidas coletivamente, se circunscrevem nos elementos mais básicos para reprodução biológica da vida, como comer, vestir, morar, compreendendo, também, as particularidades determinadas pelos ciclos

²⁴ Para maiores reflexões, ver PEREIRA, Potyara A.P. Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

de vida, o que para os liberais se contrapõe com a ideia de produzir mais riquezas, ou seja, o investimento em “atividades mais rentáveis”.

(PEREIRA, 2013), ao polemizar essa contradição presente entre os fundamentos da teoria social marxiana e sua tradição e a perspectiva smithiana/ricardiana, assenta sua reflexão na dualidade de correntes teóricas que, nos limites da proteção social operada pelo Estado capitalista, sustentam o antagonismo presente na relação capital-trabalho, terreno onde emergem as necessidades dos trabalhadores e colide com a “irracionalidade” (RAICHELIS, 2013) do ideário neoliberal.

Ao compreender a sociedade de classes, estruturada sob as bases do trabalho e na sua conseqüente apropriação da força de trabalho humana, emerge, no campo do entendimento das satisfações das necessidades humanas, uma relação “dilemática” nos dizeres da autora, o que pressupõe inequivocamente a mercadorização do mundo e dos homens, ao passo pelo qual o capitalismo se apropria objetiva e subjetivamente e transforma as mais simples relações humanas, por exemplo, em mercadorias, essa última a chave heurística para compreender a estruturação da sociedade burguesa.

Nesses termos, Marx (1973, p. 103) assevera que:

A produção capitalista não é só reprodução da realização; é sua reprodução numa escala sempre crescente, na mesma medida em que, com o modo de produção capitalista se desenvolve a força produtiva social do trabalho, cresce também frente ao trabalhador a riqueza acumulada. Como riqueza que o domina, como capital [...] e na mesma proporção em que se desenvolve, por oposição, sua pobreza, indigência e sujeição subjetiva.

Opera-se, no contexto desta oposição situada por Marx, a funcionalidade da proteção social sob a alçada do poder do capital que a submete a meras ações assistencializadas, calcadas numa política pobre para pobres, focalistas e seletivas, que, no âmbito da (re)produção do capital, deslocam-se da esfera das necessidades humano-sociais para satisfação das necessidades do capital, ao submeter as suas ações em direção à conformação de classe, capturando a subjetividade do trabalhador e inscrevendo o trabalho como forma de ascensão a patamares sociais mais elevados, como o culto da “classe média”, nos dizeres de (PEREIRA, 2013).

A força de trabalho convertida em riqueza revela, como acentuou Marx, a ascensão e consolidação do capitalismo ao poder, ao

passo que submete os trabalhadores a condições indignas de sobrevivência, o que situa e empurra as políticas de proteção social nos marcos do neoliberalismo à conformação de classe, na individualização da questão social, no triunfo do empreendedorismo como forma de autossustentar-se ou compreendidas como políticas de ativação pelo trabalho, o que levaria a não necessidade de recorrer ao Estado para sua provisão e, por fim, seleciona os mais miseráveis para a intervenção da proteção social (PEREIRA, 2013), (RAICHELLIS, 2013).

Para (PEREIRA, 2013, p. 649),

No capitalismo, o trabalho assalariado, para se reproduzir, não precisa ser elevado à condição de direito, pois a própria dinâmica do capital se encarrega de ativar esse trabalho entre outras formas de exploração humana, inclusive com a contribuição das políticas sociais, agora usadas na contramão da cidadania, como: a educação, que atualmente se degrada ao ficar restrita a adequar a formação de recursos humanos às demandas do mercado de trabalho e a treinar desempregados para a sua reinserção neste mercado ou em atividades economicamente produtivas; a previdência, que está sendo restringida a mero seguro; a saúde que está se transformando em mercadoria a olhos vistos e a assistência, que se degrada por sua dupla qualificação perversa: como relief (alívio da pobreza) e como agenciadora de força de trabalho pouco qualificada para o mercado de trabalho e de consumo de massa. E, nesse sentido, ela constitui um desserviço público e, portanto, não assiste.

Ao pautar o trabalho como elemento indispensável à reprodução humana, aqui entendida em sua mais ampla potência, que não se circunscreve apenas ao trabalho assalariado do ideário neoliberal; é terreno da proteção social, ao não vincular o seu acesso somente pelas condições de miserabilidade impostas pela relação conflituosa entre capital-trabalho, o que supõe, para a autora, a superação de um modelamento de proteção social sustentado pelo consumo, pela mercadoria.

Diante do cenário atual, é notória a compreensão de que as mutações no mundo do trabalho, operado pela lógica perversa do capital em sua face neoliberal, promovem um processo de afastamento da proteção social destinada ao trabalhador diante desse contraditório e antagônico cenário, no qual, pela via do trabalho assalariado, o humano-genérico segue cada vez mais despossuído dos direitos sociais, o que leva a suscitar a reflexão sobre os processos de revolucionar a ordem

posta, mas que pressupõe, antes de tudo, compreender esse complexo mecanismo e colar-se ao movimento dirigido a um devir ético humano.

De autoria de (RAICHELIS, 2013), o artigo problematiza o campo da proteção social como espaço de trabalho do assistente social, visto sua inscrição como profissão assalariada que, nos limites do capitalismo, reproduz-se por meio da venda da sua força de trabalho, bem como as contradições operadas na proteção social diante das recorrentes “crises” do capitalismo.

Inegável que o modelo pujante de crescimento auferido pelo capital nos anos de ouro, iniciado na passagem dos anos 1930/1940, não conseguiu lograr êxito, [...] por não sustentar mais os novos padrões de organização do trabalho, decaindo sistematicamente na contabilidade dos lucros do grande monopólio. Conseqüentemente, como forma de superação da crise, buscaram-se novas formas de gestão do trabalho em direção à recomposição das taxas de lucro (FRANÇA JUNIOR, 2012, p. 23).

O esgotamento do modelo fordista-keynesiano não suportou o processo de profunda estagnação fiscal, bem como seu resultado inflacionário, além de atribuir aumento significativo ao aumento dos gastos públicos que, nos países centrais, foi atribuído ao (EB) Estado de Bem-Estar. A crise emerge pela própria programática do capital, na sua necessidade de reconfigurar-se diante da produção e da força de trabalho, o que associou à assunção dos modelos liberalizantes, que acusaram o Estado de ser benevolente para o trabalho, o que, na perspectiva de gastos sociais e do seu processo regulatório na economia, promoveu a agudização da crise que já se avizinhava.

Ao pavimentar a crise dos anos 1970 os caminhos do arranjo neoliberal dos anos 1990, sob a ordenança do capital, reclamam para si a flexibilização do trato do Estado diante da regulação do trabalho, [...] o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é que um Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 227), o que rebate na liberalização dos mercados, na desregulamentação e flexibilização do trabalho e dos direitos sociais e trabalhistas e na inescapável minimização do Estado diante de frágeis, focalizadas e insipientes intervenções diante das refrações da questão social (BRAZ; NETTO, 2007).

Não mais apenas associado a um Estado cada vez mais omisso, o capital estabelece uma ampliação do seu domínio, ao ascender, a níveis elevados, a taxa de lucro, que agora migra para o mercado financeiro, em profundo processo de parasitismo rentista que aglutina e concentra, de forma mais acentuada e ampliada, taxas elevadíssimas de

lucratividade, agudização das relações de trabalho, bem como as respostas ideológicas de sua (re) produção.

Ao tecer reflexões sobre o *Welfare State* nos países desenvolvidos, sobretudo, nos países europeus, a autora demarca pontos em comum com os processos operados nos países subdesenvolvidos, resguardando suas particularidades, e estas últimas sustentadas pelas características de desenvolvimento das forças produtivas. Para a autora, as inflexões no mundo do trabalho deslocaram o welfare state para o workfare, o qual centra sua defesa não no trabalho, e sim na capacidade de autossustentação, ou, como quer a autora, como políticas de ativação por meio do trabalho.

Neste cenário em que o trabalho se metamorfoseia, sustentado pelo crescimento vertiginoso do capital financeiro (ou financeirização da vida social), evidencia-se uma precarização cada vez mais acentuada das relações de trabalho, da qual a terceirização, a quarteirização, os contratos de trabalho por produção, a agudização do uso do trabalho infantil, da mulher, dos idosos, bem como a desregulamentação de direitos trabalhistas conquistados historicamente, tornam-se expressões mais evidentes da destituição do significado central do trabalho e sua relação com a satisfação das necessidades sociais, bem como do seu processo de socialização.

Este processo, para (RAICHELIS, 2013), possui mediações e determinações incontestáveis no mundo do trabalho e, evidentemente, no campo da proteção social, ao deslocar a atenção do Estado nas intervenções diante das crises cíclicas do capital, refutando as teses liberais de defesa de autorregulação da economia, ou seja, sem interferência do Estado diante dos processos cíclicos do capital. Ao deslocar o fundo público para socorro das aventuras do capital em busca de lucros cada vez mais agigantados, o Estado afirma-se na prestação de serviços sociais para aqueles trabalhadores que se encontram em extrema indigência, assomando uma proteção social pobre para os mais pauperizados, sobrantes da força de trabalho, e, também, para aqueles trabalhadores (re) funcionalizados que, por meio de políticas de ativação (contrapartida), tem no trabalho (altamente precarizado) a base de sustentação de ações de proteção social no âmbito do Estado; o Programa Bolsa Família é uma expressão deste processo.

É nesta aguda e complexa relação em que a proteção social se operacionaliza, calcada sobre premissas do capitalismo, realoca suas forças no profundo modelo refilantropizador das políticas sociais, evidenciando seu caráter seletivo, privatista, excludente e fragmentado, que, para a autora, demonstra a abdicação do Estado frente às políticas

realmente universais, que atendam às mais variadas necessidades sociais e humanas dos trabalhadores, mediadas por determinações operadas pelo capital na sua gestão.

Além do profundo recorte filantropizador da proteção social, bem como das nefastas incidências da reestruturação produtiva no âmbito do trabalho, esse processo desemboca nas expressões mais particulares do trabalho do assistente social, tendo em vista que seu trabalho se inscreve na divisão social e técnica do trabalho como uma especialização do trabalho coletivo (NETTO, 1991) e, nos limites do capitalismo, é chamado a operacionalizar as políticas de proteção social.

Para (RAICHELIS, 2013) as requisições do trabalho do assistente social diante da reestruturação produtiva e os impactos dessa nas políticas de proteção social revelam uma ascensão de um trabalho cada vez mais precarizado, flexível, desregulamentado (contratações por períodos, contratos a curtíssimo prazo, subcontratos, terceirizações e quarteirizações, trabalhos em empresas de Pessoa Jurídica (assessorias), bem como nas organizações do chamado terceiro setor que, invariavelmente, incide em processos de trabalho assentados em um perfil operacionalizador, determinando processos de trabalho cada vez mais mecanizados, acrílicos, despolitizados, momento em que impera a prevalência de uma razão instrumental que prescinde do trato teórico-metodológico e da dimensão ético-política, conforme já apontou (GUERRA, 2002), identificado em pesquisa do PROCAD-Casadinho (PUC-SP, UFRJ e UFAL).

Para autora, o trabalho do assistente social diante das políticas de proteção social é uma profunda compreensão dos processos desencadeados pelo capitalismo e sua incidência no âmbito do mundo do trabalho, das políticas públicas e conseqüentemente do trabalho do assistente social. Para (RAICHELIS, 2013, p. 631),

[...] exige, portanto, um conhecimento mais amplo sobre os processos de trabalho, os meios de que dispõem o profissional para realizar sua atividade, a matéria sobre a qual recai a sua intervenção e também um conhecimento mais profundo sobre o *sujeito vivo* responsável por esse trabalho, que é o próprio profissional assistente social.

Trata-se de estabelecer as mediações entre os fundamentos teórico-metodológicos hauridos na profissão e que tenham o reconhecimento da dimensão técnico-operativa deste trabalho

profissional, mas que não percam de vista as possibilidades ético-políticas de vínculo de classe, o que não supõe apenas sua estratificação no campo das ideias, pois esse devir ético necessita estar dirigido a possibilidades de uma prática social essencialmente transformadora (BARROCO, 2008).

No penúltimo artigo deste Eixo temático (SILVA et al, 2014) apontam uma pesquisa realizada com trabalhadoras na pesca artesanal do estuário do Rio Paraíba, litoral do referido Estado, que buscou compreender os dilemas da desproteção social destinados a trabalhadores informais ou que não compõem os quadros de trabalho tipicamente capitalista.

Os autores tomam como ponto de partida em seu artigo a compreensão do significado do trabalho como atividade autotransformadora, que, mediada pela natureza, possibilita ao humano-genérico satisfazer suas necessidades e ascender a níveis mais refinados de socialização. Os autores sustentam suas reflexões na compreensão do território, tendo em vista o processo de vínculo do ser humano-genérico com o espaço onde ele reproduz a cultura, modos de vida, satisfação de necessidades e sua socialização, sendo que na pesquisa fica evidenciado o recorte dado pelos autores que constitui as pescadoras do estuário do Rio Paraíba.

Para os autores, além da esfera da cultura, dos modos de vida e de existência, a presença destas trabalhadoras revela em outro polo a busca pela sobrevivência por meio do trabalho e o evidente modelo de proteção social que não consegue aproximar-se das necessidades de grupos como as pescadoras.

Mesmo polemizando o mundo do trabalho, os autores não se preocupam com o recorte de gênero dado na pesquisa, tendo em vista a predominância do trabalho feminino, o que, nos marcos da crítica à feminização do mundo do trabalho (MAZZEI, 2004), poderia indicar pistas para melhor compreensão da inserção destas mulheres no trabalho de pesca artesanal. Mesmo compreendendo as determinações do mundo do trabalho, os autores seguem tratando de modo ainda superficial, pois sua preocupação reside no desvelamento dos processos de degradação das condições ambientais que invariavelmente se colam à degradação das condições de trabalho e de reprodução da vida.

Demonstram que o desenvolvimento das forças produtivas segue canalizando processos de degradação socioambiental, que provocam alterações biológicas no trato da pesca artesanal, o que impacta profundamente o processo de trabalho das pescadoras, tendo em vista que esta degradação também degrada as condições de vida das

trabalhadoras, degradação esta que expressa os limites da proteção social, que não alcança minimamente suas necessidades mais essenciais.

Para os autores, o reconhecimento de classe e da organização coletiva das/os trabalhadoras/es representam, ainda que de maneira muito restrita ao espaço territorial, uma possibilidade de luta e resistência diante de uma proteção social pífia, do processo de destruição do meio ambiente, e tensionam o Estado a repensar políticas que corroborem os interesses da coletividade.

No último artigo deste Eixo Temático, de autoria de (SODRÉ, 2014), a autora debate a inserção dos assistentes sociais no âmbito da saúde pública, a partir do desvelamento do real, tendo como lócus pesquisa realizada com assistentes sociais que atuam frente à política de saúde de Vitória – ES.

Fruto da reforma sanitária, a busca pela ruptura do modelo biomédico presente na saúde pública brasileira tem na atenção básica enorme terreno para consolidação da superação do hospital como figura central no tratamento; na articulação dos saberes populares e saberes científicos; na promoção de ações de saúde no território e consequentemente em ações mais preventivas do que curativas (BRAVO 2008). Para (SODRÉ, 2014), a atenção primária em saúde se estrutura em três momentos, que possibilitam um maior dimensionamento das ações e “produções em saúde”, a saber:

- a) Um olhar sobre o território da saúde: que pressupõe romper com a visão essencialmente geográfica de subdivisão de modos de atendimento ou tipos de serviços prestados. Supõe a superação dos modelos centrados exclusivamente na epidemiologia que, fundada no modelo europeu, traçou um amplo processo de higienismo no Brasil, o que levou a imediata relação entre pobreza e doenças (epidêmicas), sustentada pelo mapeamento geográfico da pobreza. Conhecimento do território supõe, além dos riscos de agravos à saúde, dadas suas particularidades, conhecimento da sua cultura, modo de vida e de (re)produção, a família como foco da política da saúde. Ao ser requisitada como elemento central para difusão de práticas de saúde, a família desempenha, para autora, papel significativo no processo de compreensão dos processos de saúde-doença, pois é neste âmbito que os agravos de saúde se manifestam e é na família suas primeiras formas de intervenção, tendo o Estado como elemento catalisador de assistência;

- b) O trabalho do assistente social diante das ações de prevenção e promoção da saúde: neste eixo, a partir das entrevistas realizadas com assistentes sociais da atenção básica de Vitória, (SODRÉ, 2014) polemiza os limites e possibilidades do trabalho do assistente social.

Ainda sustentando as reflexões a partir das reflexões acima, os assistentes sociais reconhecem as possibilidades do trabalho profissional diante da atenção básica, mas reproduzem, no limite da sua ação profissional, práticas reiterativas, pragmáticas, que revelam uma atuação que reproduz o modelo centrado no tratamento biológico como linha auxiliar dos profissionais que possuem a detenção do saber médico. Ao transitar em um trabalho que foge, inclusive eticamente, às capacidades teórico-metodológicas, como ministrar palestras específicas de doenças, o profissional assume para si funções que extrapolam sua competência e que trai os princípios mais fundamentais da profissão.

Para a autora, a apartação entre a questão social e o trabalho na área de saúde reflete a subordinação das suas expressões na vida social e na esfera da saúde, o que departamentaliza a saúde para alguns profissionais e o social para outros, nesse caso, o assistente social. Ora, se os determinantes na saúde incluem moradia, alimentação, condições de existência, como dissociar esses processos e fragmentar o ser social e a ação profissional?

Para além deste trabalho reiterativo, o assistente social no âmbito da atenção básica se inscreve como um agente educador nos termos de (SODRÉ, 2014), o que concordamos parcialmente, tendo em vista que se questiona qual o papel desse educador? Uma educação popular que aglutine as forças sociais em direção à satisfação das necessidades sociais, ou uma educação que cerceia o comportamento, vigia e pune o sujeito?

Outro dilema que se coloca na pauta do trabalho profissional no campo da saúde (e nos mais diversos espaços) é uma supremacia da razão instrumental, ao produzir instrumentais que consigam desvelar o real, mas que não conseguem superar o aparente, transitando na superficialidade das demandas em saúde colocadas pela coletividade. Instrumental sem adesão de valores ético-políticos e mediados por fundamentos teórico-metodológicos torna-se “práticas” esvaziadas, que reproduzem a lógica determinada pelo capital ou pelo Estado, e atribui ao sujeito uma posição de passividade, de tutela.

Para a autora,

[...] a ação orientada, com perspectivas de continuidade da vida, para além do discurso da doença, uma promoção da saúde no seu sentido *lato*. Esta, então, se torna a dimensão política do seu trabalho — uma política que produz mais relações sociais, no sentido de arregimentar, agregar relações humanas para perspectivar a continuidade da vida (SODRÉ, 2014, p. 83).

Supõe, deste modo, a superação deste trabalho reificado, mas que requer do assistente social compreensão do real, da dinâmica da sociedade burguesa e da “funcionalidade” da política de saúde, mas que siga mediada por valores universais demandados pela classe trabalhadora em todas as áreas da vida, não apenas na saúde.

2.1.4 – Fiscalização do trabalho profissional

O Eixo Temático contém três artigos, o que corresponde a 4,16 % do total de artigos analisados na pesquisa, sendo que se tratam de questões relacionadas às particularidades do trabalho profissional a partir de sua inserção nos espaços sócio-ocupacionais, nas mais diversas áreas.

Compõe este eixo temático uma produção derivada de pesquisa em andamento, na condição de resultados preliminares e três ensaios teóricos, todos eles produzidos por assistentes sociais, tendo em vista se tratar de temática específica da profissão, revelando traços peculiares relacionados às demandas e aos desafios postos nos campos de trabalho dos profissionais, bem como as possibilidades de respostas profissionais.

Aborda, também, o papel político-institucional das ações fiscalizatórias do conjunto CFESS/CRESS, frente às condições de trabalho dos assistentes sociais, bem como diante de demandas éticas e políticas, numa perspectiva de defesa das atribuições privativas, mediadas pelo compromisso histórico com as demandas da classe trabalhadora.

AUTOR	ÁREA DE FORMAÇÃO	TÍTULO DO ARTIGO	CARÁTER DO ARTIGO	REVISTA
Silvana Mara de Moraes dos Santos	Serviço Social	O CFESS na defesa das condições de trabalho e do projeto ético-político profissional.	Artigo	Rev. Serviço Social e Sociedade, nº 104, 2010.
Ana Elizabete Mota	Serviço Social	Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social.	Artigo	Rev. Serviço Social e Sociedade, nº 120, 2014.
Josiane Soares Santos, Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves, Débora Rodrigues Santos, Elma Santos de Jesus, Fábio dos Santos, Gleide Celma Souza Dórea, Raquel de Oliveira Mendes	Serviço Social	Fiscalização do exercício profissional e projeto ético-político.	Resultado preliminar de pesquisa	Rev. Serviço Social e Sociedade, nº 101, 2010.

Tabela 4: Relação de ensaios e pesquisas publicadas nas revistas Serviço Social & Sociedade, Revista Ser Social e Revista Katálysis, no período de 2007 a 2014 sobre fiscalização do trabalho profissional. (Elaboração própria)

Em seu artigo (SANTOS, 2010) propõe uma reflexão sobre a importância das ações do Conselho Federal de Serviço Social diante do largo processo de destruição dos direitos trabalhistas, sobretudo no aviltamento das condições de trabalho dos assistentes sociais, objetivo principal de suas análises.

A autora sustenta suas reflexões a partir do mundo do trabalho, tendo como ponto de partida as inflexões do capital na apropriação da força de trabalho excedente, no controle rígido dos processos produtivos que visam a uma maior apropriação da mercadoria produzida pelo humano-genérico e que conseqüentemente demonstram uma inversão de

prioridade ontológica, donde a mercadoria detém mais valor do que os seres sociais.

Compreender as particularidades do trabalho do assistente social na atualidade requer analisar os rebatimentos da reestruturação produtiva operada nos últimos 40 anos, com mais intensidade em períodos de declínio das taxas de lucro da organização capitalista, o que possibilita favorecer o desvelamento das atuais condições de trabalho deste trabalhador inscrito na divisão social e técnica do trabalho.

Neste sentido, a autora polemiza as determinações do mundo do capital sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais, na condição de profissão assalariada e que, nos limites do capitalismo tardio brasileiro, é requerida a uma conformação dos conflitos de classe originários do antagonismo operado pela relação capital-trabalho.

É no bojo desse antagonismo que é gestado o movimento de ruptura que reposiciona os fundamentos teórico-metodológicos com a incorporação e compreensão da teoria social crítica haurida de Marx, que, ainda tensionada de limites na passagem dos anos 1970/1980, ganha solidez, destaque acadêmico e favorece aos assistentes sociais a compreensão da totalidade da vida social e as determinações das relações sociais de produção na (re)produção da vida em todas as esferas.

Mas essa superação ganha maturidade nos fundamentos, o que requer uma nova dimensão ética, que supere o servilismo da ética utilitarista, punitiva e patrulhadora dos comportamentos, o que indica a necessidade de uma ética comprometida com uma dimensão política, o que vai dar vida à Lei de Regulamentação da Profissão (Lei Federal 8.662/93), na Resolução CFESS 273/93 (Código de Ética), e no que se convencionou-chamar de Projeto Ético-Político Profissional. Este projeto sustenta uma posição ético-universal, profundamente mediada com uma dimensão política de adesão de projeto de classe, neste sentido, o compromisso com a classe trabalhadora. Não cabe tecer exegética sobre o projeto ético-político, pois as reflexões mais profundas podem ser encontradas em (BARROCO, 2002), (NETTO, 2007), (IAMAMOTO, 2008), aqui, apenas os situamos para compreender o movimento operado pelas autoras.

Com base na dimensão jurídico-normativa e na dimensão ético-política que (SANTOS, 2010) situa a ação do conjunto CFESS-CRESS na defesa do Serviço Social, que não se limita apenas às requisições de uma autarquia federal (disciplinadora do exercício profissional do assistente social no território nacional) ou mesmo às requisições corporativistas, pois representa, numa dimensão mais universal, uma

profissão que se posiciona diante da defesa dos interesses da classe trabalhadora, o que deriva sua dimensão ético-política de classe.

Para além das dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, o conjunto CFESS-CRESS se inscreve como agente disciplinador do trabalho do assistente social no Brasil a partir de uma concepção pedagógica, o que busca romper com a característica eminentemente punitiva e fiscalizatória das autarquias federais profissionais, o que pressupõe uma dimensão ético-político que revela o perfil educativo do conjunto, ação que merece destaque na Política Nacional de Fiscalização do conjunto.

Para (SANTOS, 2010), todos os mecanismos do conjunto CFESS/CRESS na defesa das condições de trabalho dos assistentes sociais revelam, antes de tudo, o compromisso com o trabalhador, na medida em que há o entendimento dos processos de destruição dos direitos trabalhistas, bem como das condições de desenvolver esse trabalho, tendo em vista a prevalência do trabalho morto pelo trabalho vivo, dos contratos de trabalho cada vez mais precários, da flexibilização dos direitos trabalhistas e de como isso afeta diretamente o trabalho do assistente social, tanto como trabalhador ou como profissional que intervém nas refrações da questão social.

As resoluções do CFESS se figuram, segundo a autora, como um marco ético-político e jurídico-normativo de defesa das condições de trabalho dos assistentes sociais, que, diante de um quadro agudo dos efeitos da reestruturação produtiva, se configura como possibilidades de contra-hegemonia, refletindo na possibilidade de construção permanente dos projetos da classe trabalhadora.

Deste modo,

Todas essas resoluções contribuem para a melhoria das condições de trabalho, pois regulamentam temas presentes no cotidiano profissional, na perspectiva de garantia das competências e atribuições profissionais e das condições éticas e técnicas para o exercício profissional do (a) assistente social. São questões que demandam reflexão e posicionamento profissional (SANTOS et al, 2010, p. 711).

Ao garantir, no âmbito das competências do CFESS, a autora destaca a importância ético-política na defesa dos interesses dos assistentes sociais que, na condição de trabalhadores, têm o cotidiano

determinado pelo movimento do capitalismo, no que tange às refrações da reestruturação produtiva, o que lhes demanda novas posições de enfrentamento.

Exemplo dessa defesa dos direitos é a aprovação da Lei Federal 12.317/2010, que dispõe da redução da carga horária de trabalho dos assistentes sociais para 30 horas semanais, sem redução do salário, figurando-se como uma conquista histórica dos trabalhadores e, em especial, da categoria profissional, tendo em vista o cenário profundamente regressivo para a classe trabalhadora, mas, ao mesmo tempo, revela a vitalidade da luta de classes.

Para além da dimensão jurídico-normativa, para os autores, o conjunto CFESS/CRESS possui uma dimensão que ultrapassa os burocratismos estatais, pois se configura numa dimensão ético-política que tem como escopo a defesa intransigente da classe trabalhadora, de modo que os marcos regulatórios (ainda que burgueses) possa ser compreendidos como um dos elementos de defesa dos trabalhadores, mas sem perder de vista o dever histórico do humano-genérico, ou seja, um mundo humano.

No âmbito da compreensão da inscrição do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho o artigo de (MOTA, 2014) busca uma reflexão crítica sobre as determinações operadas pelas relações sociais de produção no âmbito da particularidade da profissão.

Ao considerar o Serviço Social como uma especialização do trabalho coletivo, profissão assalariada e que vende sua força de trabalho, é ontologicamente necessário compreender, por meio de mediações, sua inscrição na órbita de (re) produção do capital, tendo em vista os profundos processos de reorganização do mundo do trabalho e, conseqüentemente, os rebatimentos destes processos no mundo do trabalho e, obviamente, no trabalho do assistente social, considerado para nós em três dimensões.

A primeira encontra espaço no largo processo operado pela reestruturação produtiva e impacta decisivamente as condições de trabalho do assistente social, seja ele pelo processo de desregulamentação do seu próprio trabalho, considerando, a partir de um complexo binômio *novo-velho*, modelo de gestão do trabalho, a flexibilização dos contratos de trabalho, contratos temporários ou por produção (projetos, por exemplo), contratações terceirizadas (aquí as ONGs ganham uma dimensão agigantada), desregulamentação dos direitos trabalhistas, entre outros mecanismos que sobrepujam as garantias mais básicas das relações de trabalho.

Para além do sentido mais concreto dos impactos no trabalho profissional, essa segunda dimensão operada pela programática neoliberal, sustentada pelos *princípios* de eficiência e lucratividade (NETTO, 2010), reconfigura a dimensão dos pores teleológicos secundários (LUKÁCS, 2013), pois incide na captura da subjetividade do trabalhador, levando a uma falsa compreensão de uma inevitabilidade de superação destas determinações, o que corrobora seu processo de reprodução cada vez mais acentuada.

Deste modo o pensador húngaro afirma que

O desenvolvimento das forças produtivas é necessariamente também o desenvolvimento das capacidades humanas, mas – e aqui emerge plasticamente o problema da alienação – o desenvolvimento das capacidades humanas não produz obrigatoriamente aquele da personalidade humana. Ao contrário: justamente potencializando capacidades singulares, pode desfigurar, aviltar, etc., a personalidade do homem (LUKÁCS, 1981 p. 563-4).

Neste processo de desfiguração da relação entre o humano-genérico e o produto do seu trabalho (mercadoria), revela-se a polarização e a incapacidade entre a ética do desenvolvimento das potências humanas (desenvolvimento social e o desenvolvimento das forças econômicas (FREDERICO, 2005).

Nesta terceira dimensão, figuram-se os reflexos dos impactos neoliberais diante das políticas sociais que, sustentados por um falso discurso de crise fiscal, minimizam o Estado perante tais políticas, realizam cortes drásticos nos investimentos, desregulam direitos sociais conquistados, restringem o acesso às políticas sociais, determinando padrões seletivistas cada vez mais excludentes e restritivas, além da moralização e criminalização da pobreza, o que situa a política social diante do clientelismo, do favoritismo, onde impera o fisiologismo e o patrimonialismo da coisa pública.

Estas três dimensões repõem o trabalho do assistente social no cotidiano, o que supõe compreender os espaços socioprofissionais em que a profissão se inscreve na dinâmica do capitalismo, tendo em vista que as demandas postas à profissão originam dos processos de plena exclusão da riqueza socialmente produzida, o que evidencia o surgimento de novos espaços, centrados em demandas cada vez mais particulares, e recoloca as demandas tradicionais a novos patamares de

compreensão e intervenção, sob a égide das relações sociais de produção.

Para além da pretensa e equivocada compreensão da razão instrumental, esta descolada do real, pragmatizada e fetichizada, donde emergem as demandas postas ao trabalho do assistente social, é necessário refletir sobre os fundamentos que sustentam um trabalho profissional que compreenda as determinações operadas pelo capital, sem o superficialismo pragmático, mas supõe, também, a eleição de valores ético-políticos, que tenham em seu devir o comprometimento de classe e, mais que isso, que seja uma eleição de valores objetiváveis no concreto, não apenas abstrações ideais.

Para (MOTA, 2014), o surgimento de novos espaços e a existência dos tradicionais, com suas demandas igualmente tradicionais, demonstram, incontestemente, as determinações do mundo do capital sobre o trabalho e, particularmente, sobre o trabalho do assistente social, o que reposiciona a práxis profissional, sem deixar de revelar e experimentar sua vitalidade teórico-metodológica, sua práxis técnico-operativa e a dimensão política de luta diante dos desafios candentes de nosso tempo.

No artigo de (SANTOS *et al*, 2010), registra-se como resultado preliminar de pesquisa do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (DSS-UFS), realizada a partir dos relatórios de visitas das agentes fiscais do CRESS Sergipe, tendo como escopo de espaço sócio-ocupacional a área de saúde, tendo em vista a eleição de áreas específicas do CRESS para realização de visitas de fiscalização. Ao todo, as pesquisadoras tiveram acesso a treze relatórios do ano de 2008, confeccionados a partir das visitas *in loco* realizadas, de acordo com a recomendação da PNF (Política Nacional de Fiscalização) do CFESS.

As autoras conceituam o marco de emergência da profissão como forma de situar o terreno histórico do qual o Serviço Social é tributário, a partir do entendimento do processo de ruptura com o conservadorismo teórico-metodológico e ético, além da negação da razão instrumental que se afigurava de modo muito peculiar no Serviço Social tradicional. O terreno que move as análises dos autores situa-se nos marcos da gênese, desenvolvimento e consolidação do capitalismo, donde emerge a justificativa da existência de uma profissão que tem como matéria base do seu trabalho profissional a questão social.

Ao tributar o avanço no campo teórico-metodológico e de valoração ético-política, a ruptura com o tradicionalismo situa-se num espraiamento das ações profissionais e da profissão, que se situam na redefinição de marcos acadêmico-científicos, da adoção de valores

éticos que superam a ética liberal-burguesa e a coerência na concepção dos instrumentos que facilitam o trabalho do assistente social, o que historicamente vai se constituindo num terreno de renovação do trabalho profissional do assistente social, pensando suas dimensões de formação e trabalho profissional, evidentemente.

A assunção dos fundamentos ontológicos da ética nos anos 1990 e a redefinição das Diretrizes Curriculares demarcam esse novo momento da profissão, tendo em vista que a dinâmica da vida social se reconfigura com a onda liberalizante, que flexibilizou a economia, diminuiu o Estado, minimizou as políticas sociais e incutiu um sentimento dotado de profundo individualismo nos seres sociais (ANDERSON, 1995).

A flexibilização da economia, com rebatimentos no mundo do trabalho, reconfigurou os anos 1990, à medida que o Estado diminuía, o mercado se agigantava, trazendo os impactos deletérios da reestruturação produtiva no campo do trabalho, na desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas conquistados nos 1980, o que reposiciona o trabalho do assistente social, tendo em vista sua condição de trabalhador assalariado, situando-se na ambivalência da condição de trabalhador e *operacionalizador* das políticas sociais, que evidentemente sofreram um revés com a contrarreforma do Estado (BEHRING, 2008).

O processo de desregulamentação do trabalho tem impactos nas condições de vida dos trabalhadores, incluindo, neste contexto, o trabalho do assistente social, devido à sua inscrição na divisão social e técnica do trabalho e, neste sentido, para (SANTOS *et al*, 2010), as profissões liberais são fiscalizadas pelos conselhos profissionais, sendo estes últimos autarquias federais que assumem determinadas responsabilidades do Estado na condução da fiscalização, orientação e disciplinamento de tais profissões.

Com evidente *monolitismo*, os Conselhos profissionais tradicionalmente mantêm estruturas burocrático-institucionais que são evidenciadas mais pela adesão de práticas fiscalizatório-punitivas do que político-educativas. A regulamentação da profissão, sustentada pela Lei Federal 8662/93, bem como resoluções internas, situa o conjunto CFESS-CRESS (Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais), sendo que as ações pedagógico-educativas da fiscalização do trabalho profissional tenham prioridade em relação ao punitivo-fiscalizatório.

Evidente que cabe à estrutura do Conjunto a aplicação das punições previstas no marco ético-jurídico, tendo em vista a institucionalidade do Conselho, porém, para os autores, essa fiscalização

vai mais além do ato jurídico, pois revela a ampla defesa dos direitos dos trabalhadores, a defesa da democracia, das políticas sociais públicas, da liberdade, sendo que tais defesas estão mediadas diretamente em relação ao trabalho do assistente social.

Neste sentido, com o impulso da onda neoliberal e seus rebatimentos no mundo do trabalho e conseqüentemente no trabalho dos assistentes sociais, o fim dos anos 1990 é demarcado pela institucionalização da PNF (Política Nacional de Fiscalização), que atenta aos processos de desregulamentação das relações de trabalho, situa e sistematiza as ações do conjunto CFESS/CRESS diante da defesa do trabalho do assistente social e, conseqüentemente, das políticas sociais, donde estes atuam.

Assim, a PNF assegura três dimensões destacadas pelos autores, a saber:

I — Dimensão afirmativa de princípios e compromissos conquistados — expressa a concretização de estratégias para o fortalecimento do projeto ético-político profissional e da organização política da categoria em defesa dos direitos, das políticas públicas e da democracia e, conseqüentemente, a luta por condições condignas e qualidade dos serviços profissionais prestados;

II — Dimensão político-pedagógica — compreende a adoção de procedimentos técnico-políticos de orientação e politização dos assistentes sociais, usuários, instituições e sociedade em geral, acerca dos princípios e compromissos ético-políticos do Serviço Social, na perspectiva da prevenção contra a violação da legislação profissional;

III — Dimensão normativa e disciplinadora — abrange ações que possibilitem, a partir da aproximação das particularidades socioinstitucionais, instituir bases e parâmetros normativo-jurídicos reguladores do exercício profissional, coibindo, apurando e aplicando penalidades previstas no Código de Ética Profissional, em situações que indiquem violação da legislação profissional. (SANTOS *et al*, 2010, apud CFESS, 2007, p. 49-51).

Para os autores, as dimensões dos compromissos político-pedagógicos superam os limites das práticas disciplinadoras, pois evidenciam o papel da defesa dos assistentes sociais, bem como dos valores éticos assumidos coletivamente por meio do Projeto Ético-Político profissional. Interessante destacar que a ruptura com monolitismo das autarquias federais de fiscalização coloca o conjunto CFESS/CRESS diante dos interesses da classe trabalhadora, usuária dos serviços prestados pelos assistentes sociais, bem como das políticas sociais. Neste contexto reside uma valoração ético-política.

Para (SANTOS *et al*, 2010), a PNF demonstra sua vitalidade, na medida em que se situa na contramare do reformismo neoliberal, que impacta decisivamente as condições de trabalho do assistente social, evidenciando que esta Política se figura na defesa dos valores ético-políticos defendidos pelo coletivo profissional.

Tendo as orientações da Política Nacional de Fiscalização, bem como os relatórios das visitas realizadas pela Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) do CRESS Sergipe no ano 2008, (SANTOS *et al*, 2010) destaca e apresenta dados estatísticos importantes para o desvelamento da realidade no Estado de Sergipe, a saber.

Dos assistentes sociais sujeitos às visitas da COFI no Estado de Sergipe, 68,9% desenvolviam seu trabalho na área de saúde, 15,4% na assistência social e 7,7% inseridos em instituições gestoras de políticas mistas, o que demonstra e coaduna com as pesquisas do CFESS de que o maior espaço sócio-ocupacional dos assistentes sociais ainda se figura na saúde, entendendo seus mais variados níveis de atenção.

Na estrutura organizacional destas instituições empregadoras, a pesquisa revelou que 61,5% dos assistentes sociais visitados pela COFI informaram que os serviços contavam com setores específicos de Serviço Social, o que corresponde às determinações de denominação presentes na Lei Federal 8662/93 e nas Resoluções do CFESS, o que ainda aponta uma resistência aos processos de diluição das particularidades do trabalho profissional, método muito utilizado nas já conhecidas estratégias das equipes *multi* e *interdisciplinares*, em que o conjunto de ações profissionais se resume a meros esquemas institucionais que restringem o trabalho profissional a modelos pré-definidos.

Em relação à qualificação profissional pós-graduada, a pesquisa revelou que 76,9% dos assistentes sociais visitados pela COFI em 2008 responderam que possuem formação pós-graduada *lato sensu*, sendo que (SANTOS *et al*, 2010) destaca que, em pesquisa realizada em 2005 pelo CFESS, foi demonstrado que a média de profissionais pós-graduados no

Brasil correspondia a 36,2%, já nos Estados do Nordeste este índice foi de 38,3%, índice acima da média nacional. Na pesquisa, as autoras destacam que há uma relação diametralmente oposta, tendo em vista o crescimento do acesso à pós-graduação lato sensu em detrimento da formação stricto sensu.

Ainda em relação à pós-graduação, dos profissionais que não possuem formação continuada, 50%, afirmaram falta de oportunidades de acessar à formação pós-graduada e os outros 50% alegaram que a formação na graduação era recente, o que não justificaria cursar pós-graduação.

No que tange à inserção de assistentes sociais nos quadros institucionais pesquisados, 53,8% das instituições mantêm apenas um assistente social em seus quadros, seguido de 30,8% com dois profissionais e 15,4% com três assistentes sociais, o que revela, para os autores, o impacto do processo de reestruturação produtiva na contratação de profissionais e sua inserção nos espaços sócio-ocupacionais. Demonstra também que 46,2% trabalhavam 40 horas semanais, seguido de 38,5% de profissionais exercendo 30 horas e 15,4% trabalhavam mais de 40 horas semanais.

Com relação a faixas salariais, 49,9% dos assistentes sociais referiram que ganhavam entre R\$1.250,00 a R\$1.500,00, seguido de 25% que recebiam entre R\$3.000,00 a R\$3.500,00, sendo que 16,7% afirmaram receber salários entre R\$ 1.800,00 a R\$2.500,00 e, por fim, 8,4% auferiam renda salarial abaixo de R\$1.000,00. Estes valores médios demonstram o achatamento salarial dos assistentes sociais, que coaduna com contratos cada vez mais flexibilizados e precarizados. Para (SANTOS *et al*, 2010) esse achatamento salarial colide com a TRHSS (Tabela Referencial de Honorários do Serviço Social), instituída pela Resolução CFESS 467/2005, que regula o pagamento por hora de trabalhos prestados pelos assistentes sociais. Cabe ressaltar que a THRSS é dirigida aos assistentes sociais que prestam qualquer tipo de assessoria ou consultoria na área, sem vínculo regulado com empregadores.

Diante do atendimento direto de usuários das políticas públicas, constatou-se na pesquisa que 85,7% dos assistentes sociais atuam diretamente no atendimento à população, revelando ainda a vitalidade da inserção destes profissionais na classe trabalhadora, seguidos de 14,3% de profissionais que atuam frente à gestão de benefícios, somando dentro do percentual global de profissionais que atuam diretamente com a população usuária e na gestão/administração de benefícios, a pesquisa atesta que 42,9% dos assistentes sociais atuam

apoiando movimentos sociais e populares, evidenciando, também, que 14,3% atuam frente à consultoria e assessoria em políticas sociais. Para (SANTOS *et al*, 2010) soma-se a estes números o percentual de 75% de profissionais engajados em atividades de acompanhamento das ações da profissão diante das políticas sociais públicas e este mesmo percentual referiu atuar frente à discussão de políticas públicas nas instituições empregadoras.

A pesquisa de (SANTOS *et al*, 2010) demonstra que 60% dos assistentes sociais visitados pela COFI no ano de 2008 referiram participarem dos conselhos locais de saúde, seguido da Assistência Social e educação, ambos 10% cada e 20%, respectivamente, dos profissionais vinculados à instância de controle social na área da Pessoa com Deficiência.

Com relação à participação política dos assistentes sociais no CRESS-SE, 53,8% dos profissionais relataram não participarem das atividades políticas da entidade, sendo que deste percentual 50% referiram apenas a inserção nas tradicionais semanas do assistente social. Ao serem questionados sobre a participação em atividade organizativa (sindical, por exemplo), 92,7% dos assistentes sociais afirmaram não participarem.

Os dados apresentados na fase preliminar da pesquisa reforçam a necessidade do fortalecimento da PNF do conjunto CFESS/CRESS em ações diretas com os assistentes sociais e entidades empregadoras, quer sejam públicas ou privadas, no sentido do fortalecimento das dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e, evidentemente, na direção da valoração ético-política da profissão.

Forçoso compreender que as ações do conjunto não são sindicais e nem devem ser por sua natureza institucional, porém suas ações necessitam levar os assistentes sociais a compreenderem a dinâmica atual, a estabelecer prioridades de valoração ética que sejam objetiváveis, compreendendo a direção social impressa nos fundamentos da profissão, bem como nas funções administrativas e políticas do Conjunto CFESS/CRESS.

2.1.5 -Área sociojurídica, Poder Judiciário, trabalho profissional

No eixo temático destinado ao debate sobre o trabalho profissional na área sociojurídica, apuramos a presença de cinco artigos, que correspondem a 6,94 % de toda produção analisada, sendo um deles retratando a experiência do trabalho profissional do assistente social no poder judiciário argentino. Trata-se de reflexões em torno da realidade profissional frente aos espaços sociojurídicos, os quais não se limitam apenas ao Poder Judiciário como instância demandadora do trabalho profissional, pois debatem também os desafios de consolidação do projeto ético-político em espaços tradicionalmente marcados pela presença massiva de operadores do direito, como juízes, promotores e advogados.

Outro elemento que emerge nos artigos deste eixo relaciona-se ao debate sobre a presença da questão social como uma questão demandada às instâncias do Poder Judiciário, diante de uma não resposta efetiva do Estado frente às políticas sociais e, evidentemente, pela própria presença da relação antagônica entre capital e trabalho, que vai espelhar nas atividades profissionais de assistentes sociais deste espaço sócio-ocupacional.

AUTOR	ÁREA DE FORMAÇÃO	TÍTULO DO ARTIGO	CARÁTER DO ARTIGO	REVISTA
Vânia Morales Sierra	Sociologia	A judicialização da política no Brasil e a atuação do assistente social na justiça.	Artigo	Rev. Katalysis, V. 14 nº2, 2011.
Vânia Morales Sierra	Serviço Social	O Poder Judiciário e o Serviço Social na judicialização da política e da questão social.	Artigo	Rev. Ser Social, V 16, nº 34, 2014.
Elisabete Borgianni	Serviço Social	Para entender o Serviço Social na área sociojurídica.	Artigo	Rev. Serviço Social & Sociedade, nº115, 2013.
Eunice Teresinha Fávero	Serviço Social	O Serviço Social no Judiciário: construções e desafios com base na realidade paulista.	Artigo	Rev. Serviço Social & Sociedade, nº115, 2013.
Martha Valdevenito	Trabajo Social	Condiciones laborales de Trabajadores Sociales en el Poder Judicial de Neuquen.	Artigo	Rev. Serviço Social & Sociedade, nº115, 2014.

Tabela 5: Relação de ensaios e pesquisas publicadas nas revistas Serviço Social & Sociedade, Revista Ser Social e Revista Katálysis, no período de 2007 a 2014 sobre área sociojurídica, poder judiciário, trabalho profissional. (Elaboração própria)

Neste primeiro artigo do Eixo Temático IV, (SIERRA, 2011; 2014) em dois artigos, com apenas pequenos ajustes, dedica-se à análise do processo de judicialização das políticas sociais no Brasil e de que maneira esse processo se circunscreve diante da democracia, dos direitos e no trabalho profissional do assistente social. Para a autora, o alvorecer da Constituição Federal de 1988 trouxe à tona as reivindicações por direitos sociais sufocadas pela autocracia civil-militar nas duas décadas que antecedem a nova Carta Constitucional.

Evidente que essa processualidade, chamada pela autora de “judicialização da questão social”, não encontra bases de sustentação apenas no arrefecimento da ditadura, pois é necessário destacar que, nesse sentido, a *questão social* emerge do processo pelo qual o antagonismo entre capital e trabalho se exacerba, a partir do alargamento da exploração da força de trabalho e consequentemente na apropriação da riqueza socialmente produzida pelo trabalhador.

A *questão social* pensada de modo atomizado revela a intencionalidade da racionalidade burguesa, que a desvincula do terreno dos embates sociopolíticos que têm no capitalismo seu germe, e intensifica a representação dos seus “fenômenos”, quer sejam eles a pobreza, a miséria, a falta de acesso a bens e serviços sociais etc. Não se trata de acentuar que essas manifestações são aparentes, pois elas são a materialização do processo de apartação da riqueza socialmente produzida, mas do cuidado de não recair nas armadilhas que sustentam essas expressões atomizadas, de causas humano-individuais, isolamento este que sustenta políticas sociais cada vez mais seletivas, focalizadas e desprovidas (intencionalmente) de reconhecimento da sua raiz político-econômica e histórica.

Neste sentido, (NETTO, 2010, p. 5) assevera que

o trato das manifestações da “questão social” é expressamente desvinculado de qualquer medida tendente a problematizar a ordem econômico-social estabelecida; trata-se de combater as manifestações da “questão social” sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa.

Ao mediar a *questão social* e suas “manifestações” no seio da sociabilidade capitalista, reforça, a nosso ver, duas posições a serem destacadas: a) recorre à minimização da distribuição da riqueza socialmente produzida, por meio de políticas sociais cada vez mais empobrecidas de conteúdos sociais, de satisfação das necessidades mais essenciais ao humano-genérico e b) o trato ideológico do processo de reprodução da pobreza, com traços profundos de alargamento da criminalização da pobreza e dos pobres (trabalhadores), além de uma mistificação reformista, que, a pretexto de reformar, conserva suas estruturas.

O despontar da Constituição Federal de 1988 aglutinou (ou tentou, sendo considerados os limites de uma Constituição burguesa) as demandas de direitos sociais solapados pela autocracia burguesa (1964-1985) e dos gestores do capitalismo atrofico (RAGO FILHO, 2004), associado à pequena e incipiente experiência democrática experimentada no Brasil desde seu processo de colonização. Há uma relação entre as experiências democráticas e as reivindicações da classe trabalhadora brasileira, levando em consideração todo processo de desenvolvimento das forças produtivas, que no Brasil desponta tardiamente e determina suas particularidades atuais.

Associam-se aos elementos do tardo-capitalismo (NETTO, 2010) brasileiro algumas características particulares diante dos resultados mais objetivos da antagonista relação entre capital e trabalho que, sentida pela classe trabalhadora, engrossa a miséria, mas exacerba a luta de classes. O palco abre cena para a moralização da *questão social*, que tem como atores principais o laicato, a igreja, o Estado e o capital, processo que se reproduz diante da ditadura varguista, do desenvolvimentismo e que acentua sua característica criminalizadora na ditadura.

Este complexo econômico, político e ideológico se exacerba à medida que, nos limites da CF/1988, o direito social passa a ser considerado efetivamente como uma responsabilidade do Estado diante de seu provimento, o que nos marcos do Estado-cartório (FRANÇA JUNIOR, 2012) capitalista se repõe e reconfigura, pois, situar nos marcos legais não garante, efetivamente, sua consolidação, ou seja, o acesso às políticas.

É diante dessa negação do provimento de ações estatais que garantam os princípios constitucionais que emerge o processo de judicialização do direito social, tendo em vista o entendimento do judiciário como instância que garante a *pacificação* dos conflitos, bem como a garantia dos direitos previstos nos marcos legais. Ao negar o provimento de políticas públicas previstas na CF/88 e nas volumosas leis regulamentadoras, por exemplo, a LOAS, LOS, PNAS, o executivo imiscui de sua responsabilidade no trato com a *questão social*, o que leva à judicialização do acesso a bens e serviços indispensáveis à manutenção da vida humana, como a saúde, por exemplo.

Para (SIERRA, 2011) emerge diante dessa judicialização um impasse entre Executivo e Judiciário, tendo em vista a autonomia e harmonia entre os Poderes constituídos no país, mas revela o papel do direito e do Judiciário na efetiva garantia do cumprimento inscrito pelo Legislador na CF/88, bem como nas leis regulamentadoras. Cabe o destaque desta relevância social do papel do judiciário que o aproxima (resguardada as devidas mediações) das necessidades mais imediatas da classe trabalhadora.

Ora essa inversão das responsabilidades na execução das políticas sociais é tema de debate entre os estudiosos, asseverando, entre alguns, a negação da judicialização, por entender que o Estado deva ser tensionado a dar respostas às necessidades da população e daqueles que defendem a garantia da justa aplicação da lei, emerge dessa concepção o entendimento do judiciário como interventor autônomo. Neste sentido, o judiciário como representação de classe “reduz-se, por um lado, à

garantia dos direitos da população e, por outro, dos direitos dos representantes da hierarquia burocrática” (PASUKANIS, 1989, p. 76).

Cabe considerar nestas reflexões que a liberalização do Estado em favor da maximização da mercadorização das políticas sociais e dos direitos não favorece o cumprimento das leis por eles mesmos criadas, deslocando as demandas dos hospitais, CRAS, CREAS, escolas etc. para os tribunais.

Nesta ambivalência que se aproxima de um dilema éticos e inscreve o assistente social dentro das estruturas sociojurídicas, aqui consideradas as instâncias não apenas do Poder Judiciário, que tem seu trabalho requerido pela autoridade judicial no trato com a *questão social* já judicializada, profissional com competência para analisar e emitir parecer social sobre circunstâncias mais diversas, sendo as áreas de benefícios sociais (especialmente o Benefício de Prestação Continuada), varas de infância e juventude e família as que mais requerem deste profissional sua intervenção.

Pela natureza *mediadora* do seu trabalho profissional, o assistente social, com base nos estatutos que o regem, bem como a partir de sua capacidade teórico-metodológica que o possibilita compreender determinada realidade social diante da negação do Estado ao provimento dos meios necessários à consecução da vida do humano-genérico, media as valorações ético-políticas a partir de um posicionamento diante da luta de classe e remete um dever ético pelo qual a ruptura com as relações sociais seja consolidada. No dever ético, somente é possível compreendê-lo e situá-lo como possibilidade real a partir da sua efetiva objetivação diante do mundo dos homens (humano-genérico), fora isso trata-se de abstração puramente ideal.

Ainda sim esse trabalho profissional diante da judicialização da *questão social* inscreve a dimensão técnico-operativa que, descolada das dimensões acima, torna-se um amontoado de instrumentos que não se coloca a favor da ruptura com a sociedade do capital. Ao mediar tais questões ao trabalho do assistente social, (SIERRA, 2011) indica dois movimentos; um indica a moralização da pobreza e da necessidade e o outro impõe à “estrutura ideológica do Estado” a responsabilidade jurídico-normativa e operacional de cumprimento da lei em favor do cidadão, ou, mais ainda, na superação do conceito legal burguês em direção aos atendimentos dos carecimentos dos trabalhadores.

No artigo de (BORGIANNI, 2013), a autora depreende dois grandes eixos de reflexões: 1) Acerca da natureza da profissão, seus valores, fundamentos que a sustentam, bem como seu processo de trabalho diante da área sociojurídica; b) A estrutura da área sociojurídica

e sua relação direta e contraditória com o direito burguês, a serviço da ideologia dominante.

A autora destaca o terreno das suas reflexões no que tange à área sociojurídica, com uma evidente ruptura metodológica com o reducionismo de situar a área apenas no Poder Judiciário, tendo em vista que, para a autora, a área sociojurídica engloba, além do Poder Judiciário, o sistema penitenciário, Ministério Público, delegacias especializadas, Escritórios de práticas jurídicas, defensorias públicas etc.

Neste diapasão, as reflexões de (BORGIANNI, 2013) incidem na definição de cunho e uso do termo sociojurídico diante do trabalho profissional do assistente social e sua inserção nos mais variados espaços, com uma precisa demonstração de posição teórico-metodológica e de devir ético de classe, situando as determinações do mundo social (mundo do humano-genérico), diante da dimensão jurídica, evidenciando uma evidente prioridade ontológica do ser social.

Sem tergiversar, a autora busca no arcabouço do pensamento lukacsiano, sobretudo a partir da compreensão da relação entre humano-genérico e sua relação genética com o trabalho, elementos para compreender o processo de gênese, desenvolvimento e institucionalização do aparelho jurídico nos marcos da sociabilidade burguesa. Evidente que as elaborações de Lukács não incidem diretamente no estudo dessa processualidade, mas, em sua obra, registram-se elementos que indicam as pistas para uma melhor compreensão do aparelho ideológico a serviço da burguesia.

Lukács é elucidativo ao explicitar as bases de compreensão da emergência do ser social, tendo como forma originária o trabalho e sua relação ontológica com teleologia e causalidade. A autora retoma rapidamente as análises do pensador húngaro no que tange à prévia ideação no processo de trabalho (pôr teleológico primário), mas destaca, com muita precisão, o lugar dos pores teleológicos secundários, que instam a consciência do humano-genérico. Aqui reside o direito como uma expressão desses pores teleológicos secundários.

Como uma expressão desse pôr teleológico secundário, Lukács (2013) compreende o direito na esfera da (re) produção de todas as esferas da vida, entre elas, o papel do Estado como conformador dessa “lógica”, com a expressiva condensação de uma perspectiva de classe que por sua essência anula a coletividade e se (re)põe a serviço da classe dominante, por ser esse terreno propenso à reprodução da ordem, dos valores (burgueses), da honra, da propriedade privada, evidentemente.

Neste sentido, ao compreender o direito como uma expressão desses pores teleológicos secundários, somente é possível reconhecer

sua gênese e sustentação a partir das relações sociais capitalistas, donde a captura do trabalho se torna pedra angular, mas tem também como base o processo de consolidação da propriedade privada no seio do capitalismo, ou seja, a propriedade privada emerge como elemento correspondente à emergência do direito burguês para sua irrestrita defesa e reprodução.

Para (BORGIANI, 2013), a referência lukacsiana identifica a existência de uma latente contradição no direito e sua inscrição a partir do mundo do trabalho, donde emerge, para além das reproduções ideológicas dominantes, a “garantia” das liberdades, dignidade etc., pois parte de uma contradição que o engendra, determina e compete ao direito (além de outras mediações) a legitimação de classe, a partir de um determinado conceito de “segurança jurídica e imparcialidade”, que revela o cumprimento de papéis afetos à fetichização e/ou reificação da desigualdade.

Para Lukács,

[...] o funcionamento do Direito positivo se apoia [...] sobre o seguinte método: manipular um turbilhão de contradições de modo tal que dele surja um sistema, não só unitário, mas também capaz de regular praticamente, tendendo ao ótimo, o contraditório acontecer social, de sempre se mover com elasticidade entre polos antinômicos [...], a fim de sempre reproduzir — no curso de contínuas alterações do equilíbrio no interior de um domínio de classes em lenta ou rápida transformação — as decisões e os estímulos às práticas sociais mais favoráveis àquela sociedade. (LUKÁCS, 2013, p. 269).

As relações sociais capitalistas são antinômicas, das quais precisamos destacar nesta tese que o direito tende a reproduzir a lógica dominante, mas também se coloca em relação à classe dominada, porém requer nesta segunda posição de classe a eleição de valores ético-políticos que necessitam serem objetivados.

Com base nos fundamentos da ontologia lukacsiana, (BORGIANI, 2013) indica reflexões sobre o trabalho do assistente social na área sociojurídica, determinando, de entrada, a definição do termo “área” em oposição ao termo “campo”, pelo entendimento de que, para o Serviço Social, a prioridade ontológica se põe ao social, tendo em

vista que o humano-genérico é ponto de partida de toda sociabilidade. Para a autora, a judicialização da *questão social* se inscreve, imediatamente, no processo originário de reconstrução da democracia, pós-CF de 1988, momento no qual o direito social ganha estatuto constitucional e com várias leis orgânicas que o referendaram ao longo dos anos, diante da impossibilidade de execução das políticas sociais atribuídas ao Estado.

Evidentemente que a harmonia dos poderes na CF/1988 demarca as responsabilidades e sustenta o princípio da República e da Democracia, mas, no limite imediato das responsabilidades de cada Poder, as respostas do Executivo, no que tange à execução dos princípios constitucionais afetos aos direitos sociais, arrefecem com a adesão da agenda programática neoliberal já no alvorecer dos anos 1990 e se agudizam nas décadas seguintes.

Para (BORGIANI, 2013) o quadro de regressão dos direitos sociais conquistados pós-CF de 1988 demarca, além da assunção do neoliberalismo diante da minimização do Estado e maximização do mercado, o alargamento da criminalização da pobreza, da *questão social* e do trabalhador que conseqüentemente leva ao processo de judicialização do direito social, a fim de facultar o acesso das camadas empobrecidas aos direitos subtraídos pelo Estado-Cartório do capital.

As demandas postas ao judiciário (Poder Judiciário e Ministério Público) revelam de modo *sui generis* o desinteresse programado do Estado na condução das políticas sociais, o que coloca o Poder Judiciário diante da resolução de um conflito que, por força legal, deveria ser mitigado com o cumprimento do Executivo diante das cartas legais que regem o direito social, o que pode levar, invariavelmente, a uma disputa pelo Poder, visto que a harmonia entre Executivo e Judiciário deve ser mantida, a fim de não comprometer a democracia. Mas não se trata, nos limites estreitos do Estado burguês, de uma sobreposição entre os Poderes, tendo em vista que a judicialização do direito social demarca a insuficiência do Executivo no provimento das políticas mais básicas para a manutenção da vida, mas revela o acirramento da luta de classes e a posição que o Estado assume diante dele.

Neste espaço, tem-se a justiciabilidade (BORGIANI, 2013) dos direitos sociais, que se configura como um espaço para o trabalho do assistente social na área sociojurídica, tendo em vista o largo processo de maturação teórico-metodológica auferida pela profissão nos últimos 35 anos, cuja demarcação histórico-metodológica vai assentar suas bases no arcabouço da teoria social crítica, o que estabelece mediações

indispensáveis para compreensão da inscrição da profissão na divisão social e técnica do trabalho, entendendo-a como uma profissão assalariada, que (re) produz-se a partir da égie capitalista.

Ao assumir coletivamente a teoria social crítica de raiz marxiana, o Serviço Social compreende a questão social como sendo uma expressão particular do processo de acumulação do capital em seu contraditório e antagônico movimento com o trabalho, que se figura não apenas como

[...] expressão da pauperização relativa da classe trabalhadora sob o domínio do capital, significando, principalmente, o conjunto de reivindicações dos trabalhadores por seus direitos e pelo seu reconhecimento enquanto classe (BORGIANNI, 2013, p. 432).

Ao compreender a inscrição da profissão sob as determinações do capitalismo, demarca, também, a indicação de possibilidades ético-políticas sustentadas em valores éticos que colidem com a ordem estabelecida, o que faz situar o projeto profissional do Serviço Social diante dos interesses da classe trabalhadora, mas, como adverte Lucia Barroco, a capacidade ético-política necessita estar mediada a compromisso de classe, mas necessariamente precisa se dirigir à objetivação, a fim de não se inscrever como uma práxis idealista.

Nesta ambiência, o trabalho profissional do assistente social diante das demandas da área sociojurídica se inscreve na possibilidade de legitimação dos interesses da classe trabalhadora, mesmo com as determinações mais particulares, quer sejam o pretense domínio da esfera jurídica pelos profissionais togados quer sejam pela estrutura hierárquica da área, além da inoperância programada do Estado frente ao provimento do acesso a direitos.

Como profissão inscrita no seio da contradição do mundo do capital, o trabalho do assistente social na área sociojurídica recebe essas determinações, mas, ao passo em que a contradição se engendra, as dimensões da formação e trabalho profissional ganham destaque na busca da compreensão destes antagonismos, o que não sugere sua eliminação, evidentemente, mas possibilita o traçar de “estratégias” ético-políticas para seu enfrentamento, favorecendo o distanciamento de ações pragmáticas, esvaziadas de conteúdos ético-políticos, na redundância do fatalismo, do policiamento dos comportamentos, do uso

arbitrário de uma pretensa “autoridade” ou da prática messiânica como forma de salvação.

A autora destaca que o trabalho do assistente social na área sociojurídica supera os limites intrainstitucionais na medida em que se efetiva uma determinada direção social que tenha a classe trabalhadora como sujeito histórico do processo, bem como possibilidade de criar “mecanismos desalienantes” que se relacionam à realidade dos sujeitos e se colocam diante da possibilidade coletiva de superação das determinações das relações sociais vigentes. Isso, nos termos de (BARROCO, 2005), chama-se devir ético objetivável.

No artigo de (FÁVERO, 2013), a autora parte da reflexão sobre o processo de incorporação dos assistentes sociais junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, tendo como recorte histórico o início dos anos 1940, período no qual a profissão se institucionaliza no Brasil, a partir da difusão da doutrina social da Igreja católica, demarcada pelo alargamento do desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo tardo-brasileiro (NETTO, 2010).

Toda a contextualização histórico-metodológica da autora revela o processo de institucionalização do Serviço Social diante de um espaço sócio-ocupacional, o qual - contrariando as reflexões de (BORGIANNI, 2013), vai delimitar o campo sociojurídico – a presença marcante do conservadorismo e da ordem hierárquica vai determinar os caminhos do trabalho profissional diante das demandas postas ao TJSP.

Embalado pela doutrina social da Igreja (no campo da ética e dos fundamentos), o Serviço Social no campo sociojurídico, notadamente o TJSP, segue profundamente determinado pelo movimento engendrado pela sociedade capitalista, ao condensar, no âmbito do judiciário, a resolução dos conflitos de classe ocasionados pelo aprofundamento da miséria, como consequência direta e inequívoca dos processos de apartação entre produtores da riqueza (trabalhadores) e a riqueza socialmente produzida.

A autora, ao polemizar as contradições postas pela ordem capitalista, compreende a totalidade da vida social, mas, com algumas dificuldades, não revela as contradições inerentes à sociabilidade e como a *questão social* figura-se geneticamente vinculada ao mundo do trabalho em seu antagonismo com o capital. Sendo assim, corre-se o risco de situar a questão social como uma entidade autóctone, produtora das chamadas refrações da questão social (NETTO, 2010).

Ao empurrar as demandas que se originam na arena das lutas de classes para sua consequente judicialização, assume o assistente social na área sociojurídica o desenvolvimento de um trabalho profissional que

pode reproduzir a lógica operante do capital, ao afirmar condição de classe, reafirmar preconceitos, sustentar o conservadorismo, bem como pode se opor a eles, no sentido de afirmação de um trabalho profissional sustentado em um devir ético-político que tenha os trabalhadores como protagonistas.

Neste sentido, ao mediar os dilemas ético-políticos e teórico-metodológicos diante deste espaço sócio-ocupacional, os assistentes sociais enfrentam a rigidez e hierarquia dos processos institucionalizados, que podem e por vezes retiram a autonomia técnica dos profissionais, levando-se em conta o uso do poder institucional ou mesmo o profundo desrespeito ou desconhecimento do trabalho profissional na referida área. Para (FÁVERO, 2013), além do substrato teórico-metodológico, a dimensão ético-política se inscreve de maneira importante, pois, para além dos compromissos éticos com o coletivo, com os direitos humanos, possibilita a indispensável articulação política, visando sanar os entraves institucionais que se põem aos assistentes sociais.

Neste sentido ético-político, para (FÁVERO, 2013, p. 520)

[...] é importante indagar sobre como o Serviço Social no espaço do Judiciário pode contribuir para o acesso à justiça e aos direitos em meio à barbárie que permeia a realidade social e que chega nesse espaço sócio-ocupacional fragmentada, geralmente como demandas individuais.

Assim, demonstra a necessidade do assistente social compreender a dinâmica processada na sociabilidade do capital, ao entender as determinações das esferas econômicas, ideológicas, políticas, culturais e sociais na vida dos sujeitos em litígio, o que significa reconhecer seu processo de trabalho e seu vínculo de classe com as demandas postas pelos trabalhadores, que se originam de um processo mais amplo, não apenas individual.

Os instrumentais de trabalho precisam corresponder à dinâmica das dimensões teórico-metodológica e ético-política, ao não restringir o processo de trabalho a esquemas instrumentalizados, atomizados da realidade social, prática que corrobora o pragmatismo e as ações profissionais reificadas, que trai o projeto profissional. Visto que, para a autora, outras duas dimensões do trabalho profissional na esfera sociojurídica necessitam ser contempladas: a pesquisa e a articulação

política (organizações da profissão), como forma de desvelar o real e fortalecer a direção social da profissão, respectivamente.

Tais desafios são postos aos trabalhadores, entre eles, os assistentes sociais, o que indica a possibilidade de resistência política, o que não invalida o enriquecimento teórico-metodológico crítico, que oferece bases para compreensão desta dinâmica tão complexa. Mas reforça, também, a dimensão ética na defesa irrestrita da democracia, dos direitos humanos e sociais, rumo a uma nova moralidade construída a partir da agenda dos trabalhadores.

Para (VALDEVENITO, 2013), em seu artigo a autora evidencia o processo de aglutinação de forças dos assistentes sociais do Poder Judiciário do Estado de Neuquén, Argentina, diante do processo de desmonte e desqualificação do trabalho profissional.

Partindo de um resgate histórico-metodológico, compreendendo as determinações políticas contidas nesta processualidade, a autora destaca os dilemas vivenciados pelos assistentes sociais, ao compreender as determinações operadas pelo cotidiano, em que emergem ações profissionais centradas no pragmatismo, espontaneísmo de ações e a fragmentação das ações profissionais e sua imbricação diante dos processos de trabalho. Ao mediar as determinações postas pelo cotidiano, estabelece-se uma mediação com os rebatimentos da reestruturação produtiva no mundo do trabalho, bem como as determinações liberalizantes diante da economia, esta notadamente de mercado, além da minimização do Estado diante das políticas sociais públicas, terreno de atuação dos assistentes sociais.

Semelhante ao Brasil, o poder Judiciário de Neuquén assenta suas funções, tendo como primazia a defesa da propriedade privada, a partir da concepção positivista do direito, mas, na mesma medida do judiciário brasileiro, depara com o alargamento da luta de classe, plasmada pelas suas mais evidentes expressões sociais, que se convencionou chamar de questão social. O dilema posto se assemelha, visto que a Justiça vai dirimir um conflito de classe, mas que se coloca diante do Estado para minimizar ou mesmo mitigar, categoria esta intransponível diante da sociabilidade atual; aceitar a compreensão de mitigação dos conflitos de classe sugere a pretensa humanização do capital, o que é uma tarefa impossível e inaceitável.

Ao judicializar a *questão social* e os sujeitos que dela se vitimam, a autora evidencia a mesma encruzilhada ética do judiciário brasileiro: da dimensão ética de compromisso de classe, na direção da defesa dos direitos sociais, bem como o enfrentamento de uma estrutura arcaica,

conservadora, hierarquizada, que pretende o monopólio do saber e do poder (VALDEVENTO, 2013).

Ao confrontar os dilemas éticos do trabalho profissional, somam-se os requerimentos da categoria profissional diante de um quadro agudo de desmonte do trabalho profissional diante do espaço sócio-ocupacional do judiciário de Neuquén, bem como da precarização e subalternização das ações profissionais, restritas à condição de técnicos auxiliares, que, de acordo com a autora, seu ordenamento jurídico de “auxiliares” figura-se como um mecanismo “(...) para negar de maneira sistemática derechos laborales, sindicales y políticos al sector”. (VALDEVENTO, 2013, p. 546).

Para a autora, a necessidade da redefinição do trabalho do assistente social do Poder Judiciário local se circunscreve diante de um quadro antitético, no sentido da apreensão das demandas e de seu processo de trabalho. Essa negação foi objeto de um profundo tensionamento de classe, tendo em vista que a primeira experiência sindical se apresenta nos anos 2000, diante da chamada “crise fiscal” do Estado Argentino, coadunada por uma resistência operada por assistentes sociais e psicólogos.

Os marcos da ditadura civil-militar argentina, tal qual, no Brasil, forjou-se um quadro expressivo e muito particular na dinâmica do mundo do trabalho e um profundo reordenamento do papel do Estado frente às políticas sociais públicas. Além disso, há uma profunda estratificação de classe, ao compreender os tipos de organização sindical dos magistrados (Associação de Magistrados) em contraposição à luta dos trabalhadores do judiciário em organizarem-se coletivamente diante das demandas postas pelo mundo do trabalho.

Para a autora, os reflexos da ditadura permearam e determinaram o judiciário, em que há a prevalência do autoritarismo, da ordem e da hierarquia, o que evidenciou um processo de perseguição e punição à organização sindical nascente já nos anos 2000.

Ao traçar uma suposta pós-crise de 2001, a autora reconhece os rebatimentos da agudização da liberalização do Estado, do recrudescimento das políticas sociais diante da questão social, bem como os impactos da reestruturação produtiva no mundo do trabalho que, invariavelmente, rebatem nas condições de trabalho dos assistentes sociais do Judiciário, entendendo aí a judicialização da *questão social*, que, tensionada por uma crescente tendência conservadora, anula os princípios profissionais de defesa dos direitos sociais, em direção a uma prática esvaziada de conteúdo, legislando as condutas profissionais que levam a contribuir para criação de estratégias institucionais que buscam

criar provas contra o usuário (Semelhante ao Depoimento Sem Dano). Associa-se a estas problemáticas éticas e teóricas o profundo recorte de gênero, tendo em vista a marcante presença feminina no Serviço Social latino-americano, que reforça uma posição subalterna da mulher diante da sociedade.

É na dificuldade de estabelecer uma correlação de forças institucionais com o judiciário para superar esse tipo de determinação que a luta sindical se inscreve, ao aglutinar agentes políticos na criação de estratégias de diálogo, enfrentamento, organização de greves e politização dos trabalhadores diante da precarização das condições de vida e trabalho, o que favorece a abertura do diálogo com o poder estatal, na redefinição do trabalho profissional do assistente social diante do poder judiciário local.

A organização sindical se posiciona ao aglutinar as forças internas, mas evidencia, também, a necessidade de levar as lutas dos trabalhadores para fora dos muros institucionais, denunciando as condições de trabalho de assistentes sociais e psicólogos, bem como o impacto desta precarização diante dos serviços prestados aos trabalhadores.

Não obstante, a proximidade do Serviço Social com o sindicato não pode ser entendida de modo superficial ou mesmo sem conceber as mediações e problemas que acompanham o atual tempo histórico, pois revela a dinâmica da sociedade, mas se inscreve como uma possibilidade de luta e resistência organizada e coletiva contra os ditames do capital. A autora demonstra, incontestemente, a proximidade das bandeiras de lutas do Serviço Social argentino no Jurídico, em que pesa o desmonte do serviço público, na judicialização/criminalização da pobreza, bem como nas condições históricas do trabalho profissional frente à resistência classista.

Observamos nos artigos que a área sociojurídica se compõe como um dos espaços sócio-ocupacionais do assistente social, sendo que sua constituição se dá ainda nos anos 1940, a partir da necessidade de profissionais para atuarem frente às demandas das áreas de criança e adolescente, o que nos faculta a imperiosa necessidade de compreender o processo de institucionalização do Serviço Social em tal espaço, entendendo suas determinações próprias de um tempo histórico, em que coadunam as práticas higienistas, policialescas e controlistas do Estado diante da crescente pauperização da classe trabalhadora e a conseqüente moralização da pobreza e a massiva retórica conservadora haurida nos marcos do conservadorismo da profissão, síntese do conservantismo

presente nos fundamentos teóricos e ideológicos que sustentavam a profissão.

Evidente que os influxos operados pelo conservadorismo atuam, em sua expressão mais particular no Judiciário, tendo em vista a constituição de uma instituição centrada na hierarquia, na padronização de procedimentos e no claro direcionamento ideológico de representação, ainda que, em certo limite, respondem às necessidades do Estado democrático de direito, mas não escondem sua posição de classe, conforme esclarece (PASUKANIS, 1989).

A área sociojurídica se inscreve como um espaço sócio-ocupacional do assistente social, prenhe de contradições, ao passo que a profissão conseguiu superar, mesmo não eliminando, seu conservadorismo teórico e ético, na direção de compreender a inscrição da profissão na divisão do trabalho, na condição de uma especialização do trabalho coletivo que vai atuar frente à questão social, respondendo, no campo do sistema sociojurídico, às demandas postas por processos em que a contradição da relação capital-trabalho se esgarça e depara com os limites de uma ordem centrada numa cidadania burguesa regulada, limitada, pela qual o Estado realiza as políticas sociais públicas.

Fica perceptível nos artigos deste Eixo Temático a preocupação dos autores em tematizarem as questões próprias deste espaço sócio-ocupacional, sem descurar de uma análise crítica que compreenda a historicidade do Poder Judiciários e suas instâncias de realização da justiça e de que maneira o trabalho profissional se coloca frente à superação do monolitismo institucional, desenvolvendo uma práxis que compreenda sua inscrição na contradição institucional, mas que não demove ou minimiza as capacidades profissionais, tanto nos fundamentos que o sustentam, bem como na mediação de uma práxis política muito mais universal.

2.1.6 - Questão social, pobreza, trabalho profissional

Embora se trate de um eixo temático pequeno, ao pensar a presença de três artigos, que correspondem a 4,16 % de toda produção científica analisada, observamos uma sustentação qualitativa que de longe supera a sua condição quantitativa, sendo este último critério profundamente desconsiderável sob o ponto de vista do emprego do método materialista histórico-dialético, importando-nos apenas as reflexões neles contidas.

Todos os artigos foram produzidos por assistentes sociais cujas produções teóricas versam sobre as particularidades da *questão social* como expressão direta da luta de classes, ao considerar o antagonismo presente na relação capital-trabalho, frente ao emprego da compreensão de um método de análise que supera as reflexões trêfegas sobre a *questão social*, que arditosamente submete o rigor da análise desta expressão do capitalismo ao embate com o trabalho como factoides, superficiais, que falseiam a realidade ao assumir uma prioridade das chamadas expressões diante da totalidade social.

AUTOR	ÁREA DE FORMAÇÃO	TÍTULO DO ARTIGO	CARÁTER DO ARTIGO	REVISTA
Marilda Yamamoto	Serviço Social	O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais.	Artigo	Rev. Ser Social, V. 15, nº 33, 2013.
Carlos Montano	Serviço Social	Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento.	Artigo	Rev. Serviço Social & Sociedade, nº 110, 2012.
Josiane Santos Silva	Serviço Social	Particularidades da “questão social” no Brasil: mediações para seu debate na “era” Lula da Silva.	Artigo	Rev. Serviço Social & Sociedade, nº 110, 2012.

Tabela 6: Relação de ensaios e pesquisas publicadas nas revistas Serviço Social & Sociedade, Revista Ser Social e Revista Katálysis, no período de 2007 a 2014 sobre questão social, pobreza, trabalho profissional. (Elaboração própria)

No primeiro texto deste Eixo Temático, o artigo de (IAMAMOTO, 2013) realiza uma reflexão sobre as particularidades da composição do tardo-capitalismo no Brasil, tendo como escopo a “questão social” na era das finanças (IAMAMOTO, 2013) e suas determinações diante das relações sociais de produção e, inevitavelmente, destas com o mundo do trabalho.

O mapa da desigualdade social do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, ano-referência de 2010, aponta o Brasil, a partir do coeficiente de GINI²⁵, com pontuação equivalente a 0,56, figurando-se, ainda, como um país profundamente desigual, tendo em vista as características de distribuição de renda e socialização da riqueza socialmente produzida (IAMAMOTO, 2013). Na mesma análise, a disparidade entre a distribuição de renda *versus* concentração de terras demonstra a escala acentuada da apropriação da riqueza no campo, tendo como características econômicas o lugar do Brasil como “produtor de alimentos”, que esconde a sua condição de grande produtor de *commodities* agrícolas.

A desigualdade é indissociável do processo de “modernização produtiva” e da inserção do país no competitivo mercado mundial de *commodities* agrícolas, atualizando sua condição histórica de economia agroexportadora. Verifica-se, ao mesmo tempo, uma intensa *internacionalização do território brasileiro* mediante a compra de terras por parte dos grandes conglomerados financeiros mundiais, sem controle público, tendo em vista a produção de produtos agropecuários para exportação, a disputa pela água, por recursos minerais e pela biodiversidade (IAMAMOTO, 2013, p. 327).

A produção de *commodities*, profundamente capitaneada pelas transnacionais do ramo de sementes, evidencia-se pelo superávit no PIB brasileiro, mas esconde a perversa relação entre a privatização da terra, dos recursos naturais e das complexas relações de trabalho que se circunscrevem desde trabalhos informais a trabalho escravo.

A autora faz uma análise correta ao apresentar, de modo sucinto, a relação entre desenvolvimento urbano-industrial pós-1930, mas sem esconder suas bases determinadas na economia agroexportadora, tendo em vista suas raízes históricas, mas, mais do que isso, demonstrando a força do capitalismo ao apropriar-se das riquezas e socializar a miséria, o que corresponde à “questão social” na cidade ou no campo.

O quadro que revelou os processos aglutinadores de riqueza socialmente produzida nos marcos da passagem dos anos 1980 para os anos 1990, nesta década acentuada pela opção de um projeto de classe profundamente liberalizante, demonstrou a capacidade da captura do Estado pelo capitalismo, no aumento expansivo dos lucros, no reordenamento e fusão de grandes grupos empresariais estrangeiros, na

²⁵ Medida estatística para mensurar as taxas de desigualdades sociais dos países, utilizando parâmetros de acesso à renda, a partir de cálculos matemáticos.

erradicação das empresas concorrentes nacionais (as aquisições de bancos estatais e privados no Brasil são exemplos do capitalismo predatório e autofágico), demonstrando a tentativa de manter as taxas de lucro advindas dos anos gloriosos, porém, diante da acentuação das crises inerentes ao sistema,

[...] iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal; [...] a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores (ANTUNES 2003, p. 31).

À medida que os processos de exclusão da riqueza socialmente produzida se alargam, distanciando o produto do homem do próprio homem, na direção qual Marx já acentuara, sendo que a medida da riqueza do capitalista demonstra incontestemente, a pobreza e a miséria do trabalhador e a *questão social* se tornam cada vez mais agudas, mais generalizadas e, no sentido mais imediato, tornam-se foco para o emprego de ações assistenciais ou assistencializadas, no sentido de minimizar os efeitos deletérios das crises do capital.

Esse processo claro/escuro que esconde a *questão social* como resultado direto da relação entre capital-trabalho, agora transmutada em *desigualdades sociais*, acentua-se após um largo período de euforia do capitalismo, processo que se expande por meio do incentivo de acesso ao crédito, por uma pretensa recomposição do salário mínimo real, pelo incentivo e expansão do acesso a bens duráveis (o carro é um exemplo evidente), bem como o acesso a bens e serviços que outrora eram destinados apenas à classe média. Essa combinação de crédito facilitado e o que chamaram de “*empoderamento*” da classe trabalhadora levaram à classificação da emergência de uma nova classe média trabalhadora,

que esconde uma ascensão via consumo e não de renda/condições de vida, evidenciada pelo gigantesco endividamento²⁶ dos trabalhadores.

Associada a esta “ascensão” a classe média, verificada nos dois governos Lula da Silva e na continuidade do primeiro mandato de Rousseff, revela-se outra face do processo, que se situa no contingenciamento das ofertas de postos de trabalhos formais, como uma requisição do capital em (re) produzir-se, evidentemente na manutenção dos postos existentes, a ocorrência de um profundo processo que reestrutura o trabalho, os tipos de vínculos trabalhistas, o achatamento salarial, as condições de trabalho etc.

Com o decréscimo da taxa de lucratividade do capital, o trabalhador torna-se sujeito-alvo dos processos de sua crise e conseqüentemente da sua necessária recomposição, demonstrando a vitalidade da teoria valor-trabalho, ao reordenar, sob sua lógica de acumulação, os processos de trabalho, no recrudescimento dos direitos trabalhistas e sociais conquistados.

Diante deste *velho-novo* modelo neodesenvolvimentista, experimentado nos últimos 14 anos, é evidente que ocorreu um processo de diminuição das chamadas desigualdades sociais, mesmo situando-as diante deste cenário de ascensão pelo consumo, mas fica evidente a importância (que não seja tratada sem as críticas necessárias) de ações no âmbito da assistência social, com destaque para a transferência de renda, cujo Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada merecem destaque²⁷.

Com a redução da desigualdade, entre 2001 e 2011, a pobreza e a extrema pobreza mantêm uma trajetória decrescente contínua, com queda de 55%, independente da linha de pobreza e da medida utilizada. A redução dos níveis das desigualdades e da pobreza extrema merece ser saudada porque representa ampliação de

²⁶Dados da Pesquisa de Endividamento e inadimplência do Consumidor, divulgados em setembro de 2016 pela Confederação Nacional do Comércio, apontam que 58,2% das famílias brasileiras encontram-se endividadas.

²⁷ “Segundo o Ipea (op. cit.), a desigualdade de renda no Brasil vem caindo continuamente entre 2001 e 2011: a renda per capita dos 10% mais ricos teve um aumento acumulado de 16,6%, enquanto a dos mais pobres cresceu 91,2% no período. Ou seja, a renda dos mais pobres cresceu 550% mais rápido que a dos 10% mais ricos” (IAMAMOTO, 2013, p. 328).

possibilidades reais de vida para grandes parcelas populacionais. Os dados retratam a *distribuição dos rendimentos das famílias brasileiras*, decisivamente impulsionada pela ação estatal de transferência de verba pública. Mas recusa-se a armadilha da naturalização dos níveis de desigualdade, colocando em questão apenas os efeitos mais visíveis dos “excessos da exploração e da desigualdade” (IAMAMOTO, 2013, p. 329).

A redução dos níveis de empobrecimento da classe trabalhadora não revela um processo de socialização de riqueza por parte do capital, faz-se necessário distinguir que a transferência de renda se sustenta por meio de determinadas políticas sociais e econômicas, sob a chancela do próprio capital, mas não revela nenhum tipo de socialização da riqueza produzida pela classe trabalhadora.

Neste sentido, a autora chama atenção para o trabalho do assistente social em tempos de capital financeiro, cuja programática de acúmulo de riqueza se recompõe e continua a deixar seu rastro destrutivo na órbita do mundo do trabalho, pois a ética da acumulação prescinde das necessidades humano-sociais.

Como matéria da intervenção profissional, a questão social se coloca numa perspectiva de classe, ao reconhecer seu processo de constituição, e como esta determina a vida de homens e mulheres trabalhadoras, recusando as aparências fenomênicas e fetichizadas, que alguns teóricos insistem em denominar “problemas sociais”, numa belicosa virada psicologizante e moralizadora da pobreza e conseqüentemente das lutas advindas da recusa e da resistência da naturalização deste processo.

Concordamos com a autora ao chamar a atenção para a necessidade da vigilância dos princípios profissionais assumidos hegemonicamente, diante de uma formação profissional crítica, que compreenda e reconheça as determinações do capitalismo diante da humanidade, bem como de um trabalho profissional compromissado com os valores ético-políticos classistas, sustentados pela sua realização objetiva, no sentido de (re) construir a aliança com o projeto da classe trabalhadora, em que o humano-genérico possa ser a medida de todas as coisas.

Em seu artigo (MONTANO, 2012) expõe de modo contundente, as raízes da chamada “questão social” e sua relação inseparável com os processos de apropriação da força de trabalho na sociabilidade

capitalista, evidenciando seu trato diante da concepção nos ideários liberal, keynesiano e neoliberal, nas diversas etapas de desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista.

O autor já apresenta, de entrada, a definição burguesa do emprego do termo “questão social” a partir de uma pretensa e improvável cisão entre o mundo social e o econômico, entendidos, a partir de seu trato positivo-funcionalista, isolados, nos quais a separação indica o isolamento das determinações econômicas, considerando-as sob aspectos a-históricos, descolados do real e profundamente naturalizados, o que invariavelmente desresponsabiliza o modo de produção e transfere a culpa ao indivíduo, ou seja, ao trabalhador.

Para Lukács, a decomposição da filosofia burguesa no período compreendido entre 1830-1848 demarca também a derrocada do poder de luta da burguesia revolucionária diante da ascensão das lutas proletárias, sendo que, no campo da filosofia, a burguesia recorre à mistificação do real, numa contraposição de valores revolucionários outrora defendidos, sendo que, para Lukács, [...] os intelectuais burgueses não colocam mais os grandes problemas universais da burguesia na sua fase ascendente, mas limitam sua reflexão aos interesses defensivos da burguesia” (LUKÁCS, 1979, p. 37).

Diante da agudização da luta de classes em que pese a decadência da burguesia em sentido mais amplo, ocorre o seu reposicionamento ideológico, diante de uma expressiva e coerente economia política marxista emergente que compreende a célula-máter do capitalismo, evidenciando com clareza as determinações políticas, econômicas, culturais e espirituais do capitalismo, no cenário da luta de classes. É neste reposicionamento econômico e ideológico que a decadente burguesia se apropria da nascente sociologia durkheimiana, atomizando a esfera *social* da esfera *econômica*, como um recurso científico, ideológico e maniqueísta e a-histórico, o que remete à “questão social” como resultante de processos subjetivados, patologizados e individualizados.

Sustentando esse deslocamento entre as dimensões constitutivas do modo de produção, a pobreza era determinada por um tipo de déficit educacional, compreendendo-a como a “falta de conhecimento das leis ‘naturais’ do mercado e de como agir dentro dele” (MONTAÑO, 2012, p. 272), fortalecido por uma concepção moralizante de incapacidade em lidar com a administração do orçamento familiar. Assim, continua o autor, o enfrentamento da *questão social* direciona-se à organização de ações filantrópicas, combatida nas esferas da moral e da polícia.

Entendendo a pobreza como algum tipo de déficit individual, centrado na concepção moralista de desvio de caráter ou mesmo carência dos pobres, forceja uma separação entre as ações meramente assistenciais, destinadas exclusivamente aos pobres, ficando as ações de seguridade social, notadamente saúde e previdência social, destinadas aos trabalhadores, denotando uma clara e ideologizada estratégia que cinde a classe trabalhadora (MONTAÑO, 2012), o que forceja, de um lado, um tipo de ciência a serviço da ideologia dominante e, no outro, descola os processos econômicos, assim a “questão social” assume uma figura de célula atomizada diante da totalidade.

Para (MONTAÑO, 2012), o cenário pós-guerra demarca um giro nos processos produtivos do capitalismo, diante de uma onda expansiva originária no ciclo fordista, assumindo características próprias do keynesianismo no pós-guerra, em que pesa a aglutinação das forças antagônicas dos trabalhadores em defesa de direitos sociais, diante de um cenário de agigantamento do capitalismo e profundo empobrecimento das camadas trabalhadoras urbano-industriais.

É frente a este capitalismo com evidentes feições keynesianas que o Estado emerge (reclamado pelo próprio modo de produção capitalista) como agente responsável pelas ações estatais de caráter inibidor dos conflitos inerentes à relação conflituosa entre capital e trabalho, criando medidas que visam dar legitimidade ao capital, travestido de uma *assistencialização* das necessidades da classe trabalhadora, o que desloca as ações de polícia, por exemplo, para a esfera da política e das políticas sociais.

Para (MONTAÑO, 2012) a concepção keynesiana vai compreender a pobreza e a *questão social* como processos vinculados à esfera da distribuição, sendo que, para tal, há um acentuado déficit de demanda, ocasionado por uma sobre oferta de força de trabalho que no capitalismo não é absorvida, o que inscreve a questão social na esfera de um suposto descompasso entre demanda/oferta.

Neste sentido, para Keynes, cabe ao Estado responder às demandas/oferta de bens e serviços, entre eles, o emprego e a transferência de renda via seguridade social, como forma de possibilitar a conformação dos processos de circulação da mercadoria, em que pese a existência de uma demanda possuidora de condições de aquisição destes bens e serviços colocados à disposição pelo capitalismo, possibilitando um “círculo virtuoso” fordista-keynesiano. Para isso, *o Estado passa a absorver e organizar parte do excedente e a redistribuí-lo mediante políticas sociais* (MONTAÑO, 2012, p. 275).

Notório considerar que para o pensamento keynesiano a *questão social* é assumida como um resultado transitório, que tem origem no desenvolvimento incompleto do capitalismo, superando, ainda com algumas debilidades, a compreensão moralista-subjetivista presente nos comportamentos desviantes, o que não exclui a premência de uma visão segmentada de enfrentamento da questão social originária do pensamento liberal.

Considerando a *questão social* como um problema na esfera da distribuição, o Estado de Bem-Estar Social é acionado como recurso institucionalizado de operacionalização de políticas sociais públicas, o que remove a *questão social* da esfera dos processos produtivos e econômicos oriundos do desenvolvimento do capitalismo, de sua contradição e da antagônica relação capital-trabalho, para a esfera da política, em que o Estado-cartório assume “responsabilidades” diante da implementação de ações mitigadoras da pobreza, figurando-se como “*uma questão entre cidadãos carentes e Estado*”.

Nesta concepção não há o evidente questionamento da raiz da “questão social”, concepção pela qual desconsidera (premeditadamente) os processos de apropriação da força de trabalho humano, a partir da apartação do trabalhador e do produto do seu trabalho, como expressão da apropriação da riqueza socialmente produzida e a luta de classe derivada deste conflito.

Para (MONTAÑO, 2012), o *tratamento* da “questão social” para o neoliberalismo é uma retomada do conceito filantropizador, com uma adesão assistencialista às carências da classe trabalhadora, invertendo a compreensão keynesiana de responsabilidade estatal, há um giro ideológico, de reposicionamento macroeconômico, no qual o culto à individualização e ao individualismo dirige-se à responsabilização da pobreza e da miséria ao trabalhador, ao mesmo tempo em que se reatualiza a concepção policialesca da pobreza.

Para os neoliberais, a *questão social* se coloca como um problema de distribuição, mas centrada na escassez de produtos e serviços, contrariando a perspectiva keynesiana, sendo que, para sua teoria, proclama que o problema da pobreza reside no “déficit de mercado” (MONTAÑO, 2012), o que leva a necessidade do Estado em estimular a criação de superávit primário, o que, para os neoliberais, impulsionaria o investimento de capitais, evidenciado pelo gigantesco aporte especulativo do capital financeiro diante de um superávit que é canalizado para pagamento de juros e amortizações da chamada dívida pública. Trata-se de uma estratégia.

Diante da “questão social”, (MONTAÑO, 2012) afirma que o ideário neoliberal se sustenta numa tríplice ação, evidenciada por uma: a) ação estatal focalizada, profundamente precarizada, seletivista, em que o clientelismo se assenta, o que denota uma política pobre para os pobres; b) mercantilização dos bens e serviços sociais, em que instaura um largo processo de mercantilização dos direitos sociais e consequentemente impele o trabalhador à condição de usuário-cliente (SPOSATI, 2008) e c) emergência do chamado terceiro setor, como responsável pelo atendimento das parcelas mais empobrecidas que não se “enquadram” nos perfis socioassistenciais da seguridade social, o que reforça a perspectiva (re) filantropizadora da “questão social”.

Para (MONTAÑO, 2012), a compreensão de distribuição e carência presente no liberalismo clássico ou no neoliberalismo, em que se funda a responsabilização da “questão social” e suas mais variadas sequelas à classe trabalhadora, seja pela incapacidade comportamental, seja pela necessidade de criação de mecanismos que possibilitam a criação de superávit para promover o enriquecimento e consequentemente o investimento de capitais, não lança luzes sobre a raiz do problema, que se figura, conforme acentuou Marx, nos processos de apropriação privada do excedente da força de trabalho, no domínio dos instrumentos de trabalho e extração do valor-trabalho humano.

Assim, a economia marxista deita suas análises na raiz do conflito entre capital e trabalho, evidenciando que as causas das desigualdades sociais que atingem as condições de vida e existência dos trabalhadores residem numa sociedade não de escassez de riqueza, como querem os neoliberais, elas fundam-se numa sociedade de abundância, que compreende a concentração da riqueza social e abundantemente produzida por homens e mulheres, além da usurpação de todo excedente do trabalho humano, que segue sob domínio dos detentores dos meios de produção.

Neste sentido, (MONTAÑO, 2012) recorre a Marx ao demonstrar que, quanto maior a apropriação da força de trabalho humana para produção de mercadorias, maior o exército industrial de reserva, que encobre o latente empobrecimento da classe trabalhadora, pois a ética da acumulação capitalista dirige-se à contínua apropriação desta força excedente, deixando um rastro de miséria e desigualdade.

Recorrendo à teoria do valor-trabalho, concordamos com o autor, tendo em vista que ele vai situar e considerar a “questão social” diante de alguns aspectos, a saber: a) a “questão social” como acontecimento próprio da constituição e desenvolvimento das forças produtivas inerentes ao Modo de Produção Capitalista, centrado na contradição do

capitalismo e na luta de classe; b) manifestação inequívoca da relação entre capital e trabalho a partir da apropriação privada da força de trabalho humana, donde emerge a superação da compressão do problema de escassez ou distribuição, centrada na abundância da apropriação da riqueza social; c) neste sentido, a emergência à política social pequeno-burguesa diante do enfrentamento da pobreza figura-se de modo bastante superficial, pois não questiona seu problema-raiz, ou seja, a propriedade privada não é objeto superação; d) mesmo diante do antagonismo da política social no capitalismo, não se encerra ou minimiza a compreensão do terreno da luta da classe trabalhadora na direção de garantir direitos sociais e trabalhistas, mesmo diante de um conjunto prenhe de contradições a ela inerentes; e) a superação do embuste de viés pós-moderno que anuncia uma pretensa “nova questão social”, que reatualiza o descolamento da apropriação da força de trabalho, como sustentáculo do capitalismo e, por fim, f) o lugar da expressão da luta de classes protagonizado pelos trabalhadores na direção histórica de superação da sociedade vigente (MONTAÑO, 2012).

O processo no qual as bases genéticas da “questão social” se manifestam, segundo o autor, em duas esferas a serem consideradas; a primeira reside no bojo das relações sociais capitalistas, considerando toda sua complexidade; já a segunda encontra lastro no processo cíclico das crises capitalistas, sendo que

[...] desta forma a própria lógica do desenvolvimento capitalista manifesta-se *ciclicamente* em *crises de superprodução e superacumulação*, permeadas pelas *lutas de classes*. As *crises são cíclicas*, fenômeno *intrínseco e estrutural* ao próprio sistema capitalista (MONTAÑO, 2012, p. 283).

Sendo a chamada crise um fenômeno tipicamente do processo sociometabólico do capital, suas fases cíclicas programadas evidenciam-se em processos utilizados pelo capital para tentar racionalizar a irracionalidade do próprio sistema de produção (HARVEY, 2008), com vista a recuperar as taxas tendenciais e crescentes de lucro auferidas anteriormente à chamada crise, que se expressam na superprodução de mercadorias anteriormente estimuladas via investimento (acesso ao crédito pode ser uma das suas expressões). O acúmulo de mercadorias

excedentes empurra para uma comercialização com preços cada vez mais baixos, atingindo a taxa de lucro crescente do capital.

Para Marx, este processo induz o aprofundamento da crise, que se configura diante do desemprego e/ou no achatamento dos salários, na migração de investimentos de capitais para a esfera da especulação financeira, o que deriva de uma profunda retirada de direitos sociais e trabalhistas, como medidas de controle da crise, evidenciando processos de austeridade fiscal, diante da necessidade de recuperação das taxas de lucro do capital. Por fim, a recuperação do mercado se consolida à medida que há uma diminuição massiva dos produtos ora produzidos, empurrados pela procura, na inexistência de uma possível oferta, os preços se elevam, ocorrendo um influxo de capital para investimento, reaquecendo a economia e a oferta de empregos.

Esta complexa engenharia capitalista desnudada pela economia política marxista demonstra a vitalidade da teoria do valor-trabalho, ao compreender que a chamada “questão social” não se sustenta de modo autóctone, subjetivada, ou mesmo autonomizada diante das políticas sociais que ainda atribuem uma forte dimensão subjetivista ou comportamental à pobreza. É preciso destacar que, na contradição expressa na sociedade capitalista, a “questão social” emerge como uma resposta da classe trabalhadora diante do alargamento da apropriação da sua força de trabalho e não meramente suas expressões fenomênicas que aqui não são desconsideradas, mas que não recebem nenhum tipo de prioridade diante do antagonismo de projetos sociais em disputa.

A partir das reflexões no artigo de autoria de (SANTOS, 2012), recaem sobre as particularidades do desenvolvimento das forças produtivas no Brasil, tendo como ponto de partida a compreensão de um desenvolvimento tardio, de caráter combinado e desigual (LOWY, 1995), numa relação muito profunda com o modelo agrário-exportador, que forjou algumas particularidades da “questão social”, donde, a partir de uma orientação político-econômica, redesenha um novo-velho de desenvolvimentismo, processo pelo qual o Serviço Social se particulariza.

A gênese do capitalismo tardio no Brasil demarca um processo muito particular no que tange à compreensão de sua estruturação, desenvolvimento e consolidação, ao se comportar de modo diverso dos países em desenvolvimento e, sobretudo, dos países centrais, pois a combinação de um tardo-capitalismo industrial emerge associada a uma estrutura econômica ainda centrada no modelo agrário-exportador, que ainda ressentia a desapropriação da força de trabalho usurpada durante a vigência do regime escravagista.

O capitalismo tributário do desenvolvimento da “questão social” no Brasil tem uma compreensão diferenciada nas reflexões da autora, pois, para (SANTOS, 2012), a *questão social* não se particulariza apenas a partir de suas mais inequívocas expressões, nem mesmo diante da retórica presente no Serviço Social ao mediar a “questão social” diretamente aos processos de reestruturação produtiva/acumulação flexível diante do cenário de crise, pois, para a autora, não se trata de uma *nova crise*, ou de um novo momento histórico, pois deita raízes no processo de constituição do capitalismo e sua relação direta com o mundo do trabalho.

Para a autora, ao passo que os países centrais, em que pese o domínio da rigidez fordista, experimentavam um ciclo expansivo de uma taxa de lucratividade crescente, associada a medidas auferidoras do pleno emprego e de uma ampla modelagem de proteção social (Welfare State), no Brasil, os reflexos da precarização e do trabalho já demonstravam sua imanência a um desenvolvimento fordista periférico, contraditório e limitado (GUERRA, 1993), o que colocou em xeque as possibilidades de desenvolvimento de um Estado de Bem-Estar Social, evidenciando, naquela conjuntura histórico-econômica, uma [...] inexpressividade e, em vários casos, ausência de regulação do trabalho; alta rotatividade nos postos de trabalho; subemprego; informalidade [...] (SANTOS, 2012, p. 435).

Mesmo sustentado por um padrão de desenvolvimento bastante peculiar, os fluxos migratórios do campo para a cidade se figuraram como um inequívoco reforço ao padrão de acumulação capitalista no Brasil, ao apropriar-se de uma excedente força de trabalho, sem regulamentação alguma, donde as taxas de extração de mais-trabalho mantinham ritmo de crescimento exponencial.

Na medida em que ocorre uma superexploração da força de trabalho humana, constituem-se em formas de resistência diante de um cenário cada vez mais precarizado, desregulamentado; os sindicatos emergem na cena como forma de aglutinação de forças sociais diante da luta de classes, especialmente na garantia de direitos sociais trabalhistas, o que ocorre a partir dos anos 1930/1940 de modo muito tardio no Brasil.

Mesmo diante de uma inequívoca importância no cenário da correlação de forças sociais, a organização sindical recebe os influxos ideológicos, em um claro processo de cooptação institucional, quer ele estatal ou não, no sentido de um processo de passivização dos conflitos sociais, passivização esta que o Serviço Social é requerido na sua

gênese, a partir de uma formação profissional e de um determinado *ethos* profissional.

Para (SANTOS, 2012), faz-se necessário uma análise cuidadosa para compreender a dimensão da “questão social” no cenário de desenvolvimento e consolidação do capitalismo brasileiro, ao inferir, na sua compreensão, a demarcação destes influxos da flexibilização/desregulamentação do trabalho que já se encontram presentes nas relações entre capital e trabalho no Brasil, implementando, de modo mais acentuado, a exploração da força de trabalho e não encontrando barreiras protetivas ao trabalho, a exemplo do encontrado no *Welfare State* dos países centrais.

Porém não nos parece correto afirmar que a gênese do tardo-capitalismo brasileiro pode ser tributária de um modelo de acumulação flexível naquele determinado momento histórico, pois tal fenômeno segue profundamente associado à reestruturação nos marcos da esfera produtiva do capitalismo, demarca um determinado período, diante do esgotamento do padrão rígido de produção do fordismo (NETTO, 2010), sendo que para (HARVEY, 2006, p. 140)

Caracterizam-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, assim, um vasto movimento no chamado “setor de serviços”.

Contraponto o modelo rígido do fordismo, a acumulação flexível se sustenta diante da necessidade de uma produção que se comporte de modo muito mais rápido diante da produção de mercadorias e evidentemente de seu consumo, evidenciando uma rotatividade exacerbada, diminuindo a vida útil dos produtos (obsolescência programada), associada a uma produção que se erige diante de uma tecnologia/automação cada vez mais veloz, que reduz os custos e aumenta a lucratividade.

Mediando este processo, a flexibilização dos processos produtivos alcança, evidentemente, o trabalho, ao determinar uma acentuada desregulamentação dos direitos trabalhistas, um expressivo achatamento salarial no estímulo à competitividade inter-trabalhadores, no recurso ao crescente exército industrial de reserva de força de trabalho, na informalidade dos chamados “empregos”, o que recai na retórica salvacionista do empreendedorismo ou, como querem os ideólogos do capital, *self-work*.

Para (SANTOS, 2012) o crescimento da taxa de emprego no Brasil na era Lula da Silva, compreendendo, também, o mandato de Rousseff, demarca a característica neodesenvolvimentista, que buscou conciliar, o que nos marcos do capitalismo são inconciliáveis: crescimento econômico com desenvolvimento social.

Verdade que em determinados aspectos houve diferenciações expressivas no campo da composição das políticas sociais, com a estruturação de um sistema de proteção social e o SUAS pode ser um exemplo desta sistematização, guardando, mesmo que minimamente, acesso a bens e serviços sociais à população em situação de empobrecimento. Se por um lado a ordenação de serviços de proteção social no âmbito da assistência social se configurara como uma conquista, ela oculta, de modo *sui generis*, o agigantamento do capital, da exploração do trabalho e dos processos de precarização da vida humana.

Símbolo deste modelo reatualizado de neodesenvolvimentismo, ocorre uma expansão de determinados serviços sociais, entre eles o Programa Bolsa Família, que, como uma experiência de transferência de renda, contribuiu para o redesenho do mapa da fome no Brasil, mas que, como mecanismo de transferência de renda direta, proporcionou o acesso a bens e serviços aos seus beneficiários, movimentando economias locais via o binômio consumo/endividamento, o que é motivo de comemoração por parte do então governo do PT.

Pari passu a este processo de assunção de programas e projetos de caráter social, o Estado brasileiro continua e aprofunda o mesmo receituário neoliberal herdado de Collor de Melo e FHC, agudizado por reformas *pontuais* na Previdência Social e nas relações de trabalho. O estímulo ao capital se aprofunda, canalizando a drenagem da riqueza socialmente produzida para pagamento e amortizações de juros com o capitalismo financeiro²⁸, manutenção da DRU – Desvinculação das Receitas da União, que prevê o gasto livre de 20% de toda receita arrecadada pela União.

Nesta direção, ocorre no âmbito da organização estatal o deslocamento da compreensão da *questão social* como um fenômeno tipicamente da sociabilidade capitalista, ao transferir para a pobreza a

²⁸ Dados da Auditoria Cidadã da Dívida informam que no ano de 2015 42,43% de todo o orçamento anual Federal foi drenado para o pagamento a bancos e rentistas detentores da dívida. Para maiores esclarecimentos, ver: <http://www.auditoriacidada.org.br/blog/2013/08/30/numeros-da-divida/>.

responsabilidade de sua existência, o que revela o traço particular da assistência social ao colocar como centro da política a família, demonstrando uma retomada da responsabilização de determinados sujeitos no processo de superação da pobreza. Assim, o familismo assume centralidade no SUAS, demovendo, em termos econômicos, políticos e ideológicos, o lugar da *questão social*.

O mesmo acontece no trato com o emprego formal no cenário que a autora chama de pretense crescimento nas taxas de empregabilidade aferidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ao não revelar, necessariamente, a queda das desigualdades sociais que marcam profundamente a sociedade brasileira, tendo em vista que o desemprego continua alto entre as camadas mais pauperizadas, donde o acesso ao trabalho segue a tendência da informalidade ou nos limites do emprego formal, de ocupações profundamente precarizadas (SANTOS, 2012).

O aumento exponencial das taxas de desemprego e do acesso a trabalhos informais demonstra a relação direta com a questão social, mas que, no cenário neodesenvolvimentista adotado nos últimos anos, demarca o deslocamento de homens e mulheres em busca de atendimento dos programas e serviços na assistência social, sobretudo, nos programas de Transferência de Renda, no caso, o Bolsa Família, reforçando um caráter (re) distributivista.

Centrado na concepção restrita da pobreza, emerge, no campo deste complexo processo, em que as inflexões da reestruturação produtiva se consolidam, recursos ideológicos que se reatualizam, figurando, entre eles, a passivização dos conflitos inerentes à relação capital-trabalho, pois sua naturalização afiança sobre as bases inconciliáveis presentes no neodesenvolvimentismo²⁹.

Sua passivização se constitui como movimento peculiar, que coopta para o centro do poder federal o movimento sindicalista em franco processo de desfiguração, bem como os movimentos sociais

²⁹ A chamada “Carta ao povo brasileira” publicada pelo então candidato Luís Inácio Lula, em junho de 2002, demonstra o forte apelo neodesenvolvimentista do possível governo, na tentativa de conciliar antagonismos de classe, demonstrando um governo a favor da economia livre, de irrestrito atendimento das determinações dos organismos internacionais (Banco Mundial, FMI), associado ao crescimento social, erradicação da pobreza etc. Trata-se de uma chancela ao capital financeiro internacional e demonstra as medidas tomadas após a ascensão ao poder.

organizados que tradicionalmente compunham as bases sociais do PT, desmobilizando a capacidade de luta e resistência aos projetos neoliberais presentes, institucionalizados e refuncionalizados na era Lula da Silva. Para (SANTOS, 2012), essa passivização ocorre no campo das políticas sociais, sobretudo de assistência social, pois a política não questiona as bases contraditórias e antagônicas da relação capital-trabalho, repousando estrategicamente sobre o fenômeno da pobreza e da desigualdade e sua “atenuação”.

Diante deste complexo processo que demarca a sociedade brasileira diante das raízes da “questão social”, compreendê-la significa fidelidade teórico-metodológica crítica, elementos que historicamente a profissão de Serviço Social colocou à frente, mais particularmente a partir de uma adesão teórico-metodológica e ético-política que tem como fundamento esgarçar o reconhecimento e compreensão desta sociedade de classe, colocando-se diante de um devir histórico-ético que compreenda a “questão social” não como um epifenômeno, mas sim centrado na luta de classe e na possibilidade de objetivação.

2.1.7 - Educação e formação profissional

Composto por seis artigos, o que corresponde a 8,33 % dos artigos analisados, este eixo temático se destina a debater temas relacionados à educação, sobretudo a educação superior, numa perspectiva das reflexões em torno da formação profissional na atualidade, considerando os desafios postos pelo capitalismo.

Todos os artigos foram produzidos por assistentes sociais, tendo em vista a particularidade do debate acerca da formação profissional frente aos desafios postos à profissão, diante de uma educação profundamente mercadorizada, em que o apelo à prevalência da razão formal-abstrata ganha enlevo em detrimento de uma reflexão ontologicamente considerada.

Neste sentido, o eixo temático polemiza a necessidade de uma formação profissional atenta ao movimento da sociedade, com a prescrição de um devir ético universal, compromissado com os valores da classe trabalhadora, sustentado por um arcabouço teórico-metodológico que contribua para a reflexão e ação no cotidiano em direção a uma sociedade radicalmente humana.

AUTOR	ÁREA DE FORMAÇÃO	TÍTULO DO ARTIGO	CARÁTER DO ARTIGO	REVISTA
Comissão Educação do CRESS/RJ	Serviço Social	A experiência da Comissão de Educação do Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro.	Artigo	Rev. Ser Social, v. 16, nº 34, 2014.
Yolanda Guerra	Serviço Social	A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância.	Artigo	Rev. Serviço Social e Sociedade, nº 104, 2010.
Simone Eliza do Carmo Lessa	Serviço Social	A educação contemporânea, o combate à pobreza e as demandas para o trabalho do assistente social: contribuições para este debate.	Artigo	Rev. Serviço Social e Sociedade, nº113, 2013.
Marilda Vilella Yamamoto	Serviço Social	A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro.	Artigo	Rev. Serviço Social e Sociedade, nº120, 2014.
Marina Barbosa Pinto	Serviço Social	Condições sócio-ocupacionais do trabalho docente e a formação profissional.	Artigo	Rev. Serviço Social e Sociedade, nº120, 2014.
Isaura Isoldi de Mello Castanho e Oliveira	Serviço Social	Configurações do ensino superior e a formação profissional dos assistentes sociais: desafios para a intervenção.	Artigo	Rev. Serviço Social e Sociedade, nº104, 2010.

Tabela 7: Relação de ensaios e pesquisas publicadas nas revistas Serviço Social & Sociedade, Revista Ser Social e Revista Katálýsis, no período de 2007 a 2014 sobre educação e formação profissional. (Elaboração própria)

O artigo de autoria coletiva da Comissão de Educação do (CRESS-RJ, 2014) tem como objetivo realizar uma reflexão sobre a experiência da Comissão de Educação do referido órgão e sua

articulação com a base da categoria e a sociedade, numa perspectiva de fortalecimento da categoria profissional.

Os assistentes sociais ocupam espaços sócio-ocupacionais nas mais diversas áreas e políticas, tendo em vista o caráter generalista da sua formação profissional, mas, tradicionalmente, este profissional vincula-se às políticas sociais públicas e conseqüentemente às suas instituições operacionalizadoras, que majoritariamente são suas empregadoras, tendo em vista sua condição de assalariamento na sociedade capitalista, condição esta que

[...] subordina esse trabalho de qualidade particular aos ditames do trabalho abstrato e o impregna dos dilemas da alienação, impondo condicionantes socialmente objetivos à autonomia do assistente social na condução do trabalho e à integral implementação do projeto profissional (IAMAMOTO, 2009, p. 8).

Ao subordinar o mundo do trabalho às determinações operantes nas relações sociais de produção, demarca, de modo *sui generis*, as particularidades do trabalho profissional do assistente social, ao inscrever sua práxis na contradição do modo capitalista de produção, respondendo e (re)produzindo as necessidades do capital em um polo e, ao mesmo tempo, correspondendo aos interesses da classe trabalhadora, a partir do dever ético de um projeto profissional de cunho classista.

Evidente que o assistente social depara com as contradições operantes pela lógica capitalista em todos os espaços sócio-ocupacionais, tendo em vista que sua condição de assalariamento, mesmo sendo uma profissão liberal, em termos legais, subordina a venda de sua força de trabalho e, neste sentido, as demandas de respostas aos carecimentos dos trabalhadores, sob a égide da *questão social*, inscrevem-se como objeto de sua intervenção profissional, questão social esta que se encontra presente em todas as esferas da vida social, mas se particulariza diante das políticas sociais. Na dimensão dos espaços sócio-ocupacionais do assistente social, a educação é considerada um novo território, mesmo sendo a educação uma política consagrada na CF de 1988. Evidente destacar que a educação esteve restrita às dimensões pedagógicas, apenas, mas com o adensamento da *questão social* e suas expressões que invariavelmente se manifestam no ambiente escolar, o trabalho profissional do assistente social foi sendo

paulatinamente requerido, mas ainda não é objeto de ação efetiva do Estado na sua regulamentação.

Necessário destacar que não estamos deslocando a educação como espaço profissional a partir de um prisma regulamentador, apenas. Ao referir à regulamentação, dizemos que existem iniciativas tímidas e, por vezes, controversas, de caráter local, que inscrevem assistentes sociais e psicólogos na educação, ainda não sendo uma regulamentação de política social a inserção destes profissionais no âmbito da educação.

Por ser um espaço ainda em processo de construção, a educação é um terreno de possibilidades do trabalho do assistente social, não pela condição de reserva de mercado que garanta contratação aos profissionais, apenas, mas numa perspectiva mais ampla, que situe as potencialidades do trabalho profissional diante de uma política social de tamanha envergadura e que receba as determinações da ordem societária vigente, quer seja pela contrarreforma do ensino, quer pela flexibilização dos currículos, pela precarização do trabalho docente, ou mesmo pelas manifestações da *questão social* que incidem na vida dos alunos, em suas mais variadas matizes de expressões.

Nesta direção, a Comissão de Educação do CRESS-RJ emerge como uma iniciativa vinculada às demandas e bandeiras de lutas dos assistentes sociais, numa perspectiva socioeducativa, de mobilização em defesa da educação pública, laica e de qualidade, além da possibilidade de aproximação com as reflexões teórico-metodológicas e políticas da profissão e da educação no sentido de contribuir para o fortalecimento desta política pública e qualificar o debate entre os assistentes sociais.

Além de tematizar as importantes e atuais reflexões sobre a educação, a Comissão de Educação do CRESS-RJ sustenta-se na direção de oferecer subsídios para a atuação dos assistentes sociais no campo da educação, a partir do (re) conhecimento das demandas postas por alunos e familiares, diante do processo de trabalho do assistente social, com vista a assegurar as suas competências profissionais e suas atribuições privativas, numa perspectiva educativa e não meramente punitiva, diante das reflexões teórico-políticas que contribuam para uma melhor compreensão e sistematização, ao compreender que este trabalho profissional não tem *origem e fim* na educação.

O relato de experiência do CRESS-RJ revela, entre outras reflexões importantes, a necessidade de compreender os dilemas e possibilidades que se colocam diante das novas requisições ao/do trabalho profissional do assistente social diante da profunda agudização da *questão social* patrocinada pela contradição entre capital e trabalho, mas não deixa de particularizar os problemas no campo da educação,

sem insinuar ou determinar uma “especialidade” exclusiva no campo da educação.

Esse movimento de não segmentar por áreas *prioritárias* o trabalho do assistente social, entre elas, a educação, revela a fidelidade teórico-metodológica defendida pela profissão, bem como indica uma posição ético-política que defende e constitui-se no concreto, o movimento de construção coletiva de uma luta por uma nova sociedade, tendo a educação um papel importante neste processo. Para os autores, o campo da educação assume relevante importância, no sentido de promover a qualificação do debate em torno desta política social que na atualidade vem sendo desmontada constantemente, transformada aos poucos em serviços, deslocando suas finalidades.

Evidente que não cremos que apenas o trabalho profissional seria suficiente para conseguir corresponder às necessidades da educação em suas mais complexas determinações, mas compreendemos que o trabalho profissional comprometido com os fundamentos que sustentam a profissão, mediado pela capacidade de uma práxis política que a profissão carrega, é prelo de possibilidades frente à consolidação de uma política social realmente pública e que atenda às reais necessidades da classe trabalhadora e não do mercado de trabalho, apenas.

O artigo de (GUERRA, 2010) expõe de maneira crítica as determinações operadas pelo alargamento da apropriação do trabalho vivo, que tem suas origens na grave crise de acumulação do capital e de que modo essas determinações incidem na formação profissional do assistente social, tendo como pano de fundo de análise o ensino nas universidades públicas, privadas e na assunção do Ensino a Distância.

A crise que perpassa a formação profissional do assistente social, e não somente, evidencia uma problemática que não pode ser considerada como uma crise autóctone, limitada a uma compreensão descolada do movimento do real, e sim na compreensão do movimento operado pela lógica capitalista em sua fase aguda de expansão, tendo em vista o largo processo de esgotamento do padrão fordista-taylorista originário dos anos dourados do capitalismo (ANTUNES, 2001).

A “crise” do capitalismo emerge como uma resposta programática do próprio capital, na direção de reposicionar os processos produtivos, evidenciados pelo reordenamento macroestrutural da economia, calcada na acentuação da produção e na exponencial minimização da ocupação de força de trabalho, bem como no aprofundamento da flexibilização, terminologia esta impregnada de

conteúdos macroeconômicos e ideológicos profundamente destrutivos ao trabalho e ao trabalhador, que [...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional [...] (HARVEY, 2002, p.140).

Ao sustentar o seu processo produtivo diante dos novos-velhos tipos de arranjos, a lógica da flexibilização cria profundas cisões no mundo do trabalho, evidenciando a substituição do trabalho vivo pelo morto, da desregulamentação dos direitos trabalhistas, na flexibilização dos contratos de trabalho, na precarização do trabalho formal, bem como jogando a força de trabalho sobrando nas fileiras do exército industrial de reserva, na qual as alternativas postas pelo próprio capital assomam o trabalho informal, o engodo do empreendedorismo e as cooperativas, por exemplo.

Este processo se edifica e se consagra diante da necessidade do capital em recuperar os longos períodos de ganhos de lucros obtidos nos anos dourados do capitalismo, porém a atualidade demonstra o ritmo da organização capitalista que migra, cautelosamente, dos processos produtivos industriais, calcados na produção de bens de consumo, em mercadorias duráveis e não duráveis, para um enriquecimento absoluto, centrado no rentismo, que sustentado por uma “invisibilidade” converte a especulação dos mercados, agora profundamente financeirizados. Evidente que os aportes cada vez mais acentuados do capital não se circunscrevem absolutamente diante do rentismo, pois, para o capital, a extração do valor-trabalho ainda se configura como um processo de despojamento da riqueza do homem, que se converte em riqueza para os detentores dos meios de produção.

Chamado a legitimar o agigantamento exponencial das taxas de lucro do capital, o Estado-cartório assume papel fundamental no processo, pois sua função cartorial de legitimar os interesses da órbita capitalista legisla os interesses macroeconômicos e da propriedade privada em evidente e inequívoco detrimento dos interesses da coletividade.

Assim,

O eixo da intervenção estatal na idade do monopólio é direcionado para garantir os superlucros dos monopólios — e, para tanto,

como poder político e econômico, o Estado desempenha uma multiplicidade de funções (PAULO NETTO, 2005, p. 25).

É nesta conformação de interesses, tendo o Estado como patrocinador e legitimador, que a suposta saída da crise de acumulação do capital encontra ressonância, ao sustentar, por meio do Estado, suas determinações na esfera social e, evidentemente, no mundo do trabalho. Para (GUERRA, 2010), a suposta saída da crise vai encontrar lastro na organização estatal ao possibilitar ao capital sua manifestação nas mais diversas áreas da vida social, quer seja na economia, no trabalho, nas políticas sociais, enfim, em todas as esferas que se vinculam à esfera de direitos sociais duramente alcançados, e tem, segundo a autora, na educação, uma das suas particularidades.

Ao avançar sobre a educação e impingir (capital e Estado) um status supraconstitucional, que coloca a educação como serviço e não como direito social destinado à população brasileira, já determina, de entrada, a intencionalidade em apropriar-se da educação superior, por exemplo, como mercadoria, que inclusive figura-se como “produto” extremamente rentável e conseqüentemente negociável nas bolsas de valores. A virada da educação superior da esfera de direito para mercadoria colocou-se como um desastre ao expandir o financiamento público às instituições privadas em detrimento das universidades públicas e seu incontestável (e programado) sucateamento, evidenciando o maniqueísmo da eficácia do privado e a falência do público.

Esse processo coloca em xeque o processo de formação profissional, que assevera cada vez mais a instrumentação dos processos de trabalho, diante do aligeiramento da formação, da desqualificação dos currículos e projetos pedagógicos, da fragilização das condições de trabalho dos trabalhadores da educação, evidenciando a massiva industrialização de diplomas que atendem cada vez mais às requisições da razão instrumental em detrimento da reflexão crítica, da relação dialética de pensar-agir na sociedade. É neste cenário que a formação profissional do assistente social se inscreve com um elemento a mais que demonstra o alcance do capital: o Ensino a Distância.

Ao contrapor-se contra a lógica da vez mais irracional determinada pelos organismos internacionais diante da educação, torna-se imperativo o papel dos sujeitos coletivos e a expressão mais particular desta conjuntura, refere-se ao papel do conjunto profissional (CFESS, CRESSs, ENESSO e ABEPSS) na aglutinação de força política e teórico-metodológica diante de um cenário profundamente

regressivo em termos mais amplos e de um cenário recrudescente na profissão, evidenciado pelo avanço do (neo) conservadorismo, das práticas alheias à formação/trabalho profissional, que colocam o projeto ético-político profissional em risco.

Para autora, os rebatimentos no campo da formação profissional não se figuram apenas na sua formação básica, de graduação, mas também precarizam os estudos pós-graduados, ao submeter a qualificação dos assistentes sociais à mesma lógica operada na graduação, mas com a desmobilização do real sentido da pesquisa e de seu sentido ético-político, transformando a produção de conhecimento e de ciência em meros esquemas que correspondem à lógica mercantil, desapropriada de sentido ontológico.

Os pilares de sustentação do projeto profissional perpassam pelas dimensões teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativa, mas carecem de sujeitos históricos para colocarem-se a favor do humano-genérico, na direção da consolidação da sociedade almejada pelos trabalhadores, que supere a lógica mercantilizadora da vida, que coisifica o humano-genérico, submetendo-o à condição de objeto. A possibilidade de valoração ética circunscreve na necessidade da compreensão e crítica à sociedade do capital, mas também carece de ações humanas objetiváveis, a partir de um horizonte essencialmente e radicalmente humano e, nas reflexões finais da autora, tal processo de valoração se inscreve diante de uma formação profissional que se preocupe em articular os fundamentos da profissão, tendo em vista sua posição de classe, processo este colocado em xeque diante do desmonte da política de educação. (LESSA, 2013) em seu artigo propõe debater a questão da educação como espaço sócio-ocupacional do assistente social, revela, porém, as determinações operantes da lógica capitalista no campo da educação como resultado da consolidação do modo de produção vigente que se estrutura na reprodução da força de trabalho para uma classe e na efetiva escolarização para outra. A autora lança mão de uma reflexão ainda muito superficial no campo do debate sobre o Serviço Social e a educação: o recorte de classe.

Para além de constituir-se como um importante e (novo) espaço sócio-ocupacional do trabalho do assistente social, a educação necessita ser pensada a partir do terreno social da qual ela se propõe a fundar suas bases, no sentido de oferecer processos educacionais que possibilitem forjar homens e mulheres conscientes social e politicamente, que construam conhecimento científico ad hominem. Embora sua essência se consubstancie em princípios essencialmente humanistas, é necessário compreender as determinações das atuais relações sociais de produção

que subverteram as prioridades ontológicas da educação à mera mercadoria disponível nas suas prateleiras àqueles que podem pagar por elas.

Para (LESSA, 2013) somente é possível entender a atualidade da educação se realizar um esforço intelectual crítico que supere sua visão superficial, pragmática, reificadora que, nos marcos do capitalismo, submete a formação do ser humano-genérico a um processo de conformação ideológica de classe, resultado invariável (porém não imutável) dos processos ideopolíticos, econômicos, sociais e culturais patrocinados pelo capitalismo diante das crises e de sua reprodução sociometabólica, sustentadas e criadas pela sua própria lógica destrutiva (MÉSZÁROS, 2006).

Para a autora, fica evidente que, ao compreender a lógica destrutiva do capital perante a educação, conduz-se ao entendimento da sua influência e suas determinações operadas no âmbito da política de educação pública, equipamento social este acessado pela classe trabalhadora, embora não sejam irrealizáveis as determinações ideológicas operantes na educação privada, de acesso das camadas mais elitizadas.

Aqui emerge uma flagrante dissociação de projetos educacionais ideologicamente distintos, que conformam a pobreza e a subalternidade de classe, por meio de programas educacionais voltados à qualificação massiva de pobres e trabalhadores, evidenciando a necessidade de qualificação para o mercado de trabalho, de reprodução da força de trabalho necessária ao capitalismo. A educação pública sucateada, desqualificada (social, pedagógica e estruturalmente), que remunera mal seus trabalhadores, que mantém projetos pedagógicos defasados, desarticulados com as demandas concretas da vida social, bem como as demandas alunos trabalhadores (agora convertidos em usuários do “serviço”), reflete o cenário patrocinado pelos organismos internacionais, sustentados pelo Estado-cartório e pela burguesia nacional (LESSA, 2013).

O apelo à prática educacional voltada para o trabalho denota o reforço ideológico do capital diante da necessidade de aglutinar força de trabalho “qualificada” que, invariavelmente, apenas encontra espaço diante das filas do exército industrial de reserva, como forma de manter a reserva do mercado da força de trabalho em pleno controle, empurrando este trabalhador considerado “qualificado” a assumir trabalhos precários, com salários rebaixados, com vínculos trabalhistas precarizados ou até mesmo inexistentes ou, diante da sua

impossibilidade, emerge a saída retumbante do empreendedorismo como forma do chamado e, em voga, *self-employed*.

O *self-employed* reúne todas as formas mais precárias de vínculos de trabalho dentro do capital, quer seja a desproteção social, o alto grau de extração de mais-trabalho, no qual se acentua a produção como forma de garantir rendimentos, mas corresponde, também, à (re) produção da ideologia dominante, pois ela causa uma fissura diante do vínculo ontológico da relação humano-trabalho, evidenciando a presença de uma contra consciência.

A despeito desta contra consciência, (MÉSZÁROS, 2004, p. 233) afirma que

[...] as ideologias dominantes da ordem social estabelecida desfrutam de uma importante posição privilegiada em relação a todas as variedades de “contraconsciência”. Assumindo uma atitude positiva para com as relações de produção dominantes, assim como os mecanismos autorreprodutivos fundamentais da sociedade podem contar, em suas confrontações ideológicas, com o apoio das principais instituições econômicas, culturais e políticas do sistema todo.

Quando associamos o papel conformador do Estado como um cartório dos interesses do capital, referimo-nos a processos operados no sentido da irrestrita conformação de classes, que situam os trabalhadores na marginalidade da riqueza socialmente produzida por nós, mas circunscrevem, também, na reprodução ideológica, mecanismo pelo qual Lukács chamou de pores teleológicos secundários, que apoiados pela mídia, pelo direito etc, possibilitam a sua reprodução assistemática, acrítica e descolada da realidade, reforçando posições de classe, e, neste sentido, a classe dominante.

O “papel” desempenhado pelo Estado-cartório na lógica irracional da sistematização da educação burguesa se sustenta via propagação do ideário neoliberal, com claros contornos, tendo em vista o desenvolvimento do tardo-capitalismo brasileiro, o que denota determinadas particularidades, quer sejam na sua concepção e execução, mas não perdeu de vista o mote reducionista da educação a mero mecanismo (con)formador de classe de um lado e do exponencial agigantamento da rede privada de ensino superior, por exemplo.

Exemplo desta dinâmica reside na volumosa transferência de recursos públicos ao baronato do ensino privado, quer via concessão de

dinheiro, por meio de projetos, ou pelo alargamento da refilantropização do Estado, a partir da concessão de títulos de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS – Educação), em que o Estado renuncia o recolhimento de Impostos (PIS, Confins, INSS-Cota Patronal, Imposto de Renda, ISS, além dos impostos municipais, como IPTU) regido pela inescrupulosa Lei 12.101/2009.

No outro polo, a educação pública agoniza, profundamente sucateada, desfinanciada, desqualificada, com sérios problemas de condução de pesquisas científicas dado os constantes e profundos recuos dos recursos públicos para sua consecução. Trata-se de um quadro caótico de profunda precarização, do qual ainda se afiança a educação a possibilidade transformadora da sociedade (LESSA, 2013).

É neste terreno antagonico, antitético e contraditório que o trabalho do assistente social se inscreve no campo educacional, quer seja a gestão de benefícios sociais³⁰, no atendimento das necessidades do alunado, mas, mais do que isso, um trabalho político de fortalecimento da defesa da educação pública, evidentemente, entendendo sua condição de assalariamento e os limites da sua intervenção.

Para (LESSA, 2013), o trabalho do assistente social na área da educação prescinde da superação dos condicionamentos da razão instrumental que impõe ao trabalho uma profunda superficialização das demandas postas, tendo em vista todas as possibilidades ético-políticas de um trabalho profissional comprometido com os valores da classe trabalhadora. O quadro que se desenha na educação, a partir das determinações do capital, revela, de modo bastante peculiar, o seu resultado objetivo, pois, ao derivar as refrações do antagonismo de classe operado na conflituosa relação capital-trabalho, a chamada “questão social” emerge em todos os cenários da vida social e, entre eles, na escola, sendo assim um dos campos de ação profissional do assistente social.

Restringir o trabalho instrumentalizado do assistente social diante da questão social no âmbito da educação significa amputar o

³⁰ Com base no aprofundamento do conceito de assistencialização da educação, a qual preenche o vácuo deixado pelo desfinanciamento da educação, numa perspectiva de “trabalho em rede”, que na realidade revela uma política de assistência social no âmbito da educação que seleciona os mais miseráveis para acessar benefícios, projetos e programas. Um exemplo claro dessa assistencialização às avessas é o Programa Bolsa Família e seu vínculo burocrático com a educação.

reconhecimento dos fios determinantes das condições de vida e existência da classe trabalhadora, o que requer deste profissional capacidade crítico-analítica, dimensão de valoração ético-política (objetivável), que circunscreve a educação como campo de potente ação de aglutinação de forças sociais de questionamento e enfrentamento da sociabilidade do capital. Emerge, assim, a possibilidade de coadunar os objetivos reais da escola e da educação, na direção de uma prática educacional que possibilite a emancipação da sociedade e do humano-genérico, categorias tão caras ao projeto ético-político profissional e à humanidade.

No artigo de (IAMAMOTO, 2014) a autora faz uma contextualização diante das profundas alterações provocadas pela sociabilidade capitalista e seu evidente rebatimento na formação e no trabalho profissional, tendo na formação profissional o reordenamento da educação pública a serviço da tecnocracia burguesa, perpassando pelos seus impactos no projeto profissional e nos espaços sócio-ocupacionais.

Por uma questão de método, somente se pode falar da emergência do Serviço Social a partir da sua inequívoca condição de profissão assalariada, expressa na prestação de serviços sociais que tem na venda da sua força de trabalho as determinações particulares de sua inscrição como profissão na divisão social e técnica do trabalho (IAMAMOTO, 2000; NETTO, 1991). Recorrer à categoria historicidade é necessário para compreender o quadro atual da profissão, mas essa processualidade histórica não se configura como um amontoado de acontecimentos ou fato isolados como querem a pesquisa puramente exegética. Essa historicidade é para (IAMAMOTO, 2014) condição precípua para compreender as determinações operadas na órbita capitalista e seus rebatimentos na sociedade, nas políticas públicas, na profissão.

Ao compreender o largo processo de constituição da profissão no seio do tardo-capitalismo brasileiro (NETTO, 2010), requer compreender a dinâmica econômica, política, cultural, ideológica etc. que forjou um tipo de profissional centrado na (re) produção do conservadorismo, das práticas institucionalizadoras do patrulhamento dos comportamentos, da negação dos conflitos de classe e na sua conformação da assepsia teórico-metodológica e da valoração de uma ética fundada numa mescla de moral judaico-cristã mediada por fundamentos filosóficos tomasianos (FRANÇA JUNIOR, 2012), (IAMAMOTO, 2014).

Evidente que todo conservadorismo posto ao Serviço Social desde sua institucionalização tem suas bases na formação e

desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, na gestão da força de trabalho e dos trabalhadores, além de considerar a necessidade sociometabólica do capital em conformar processos de produção em que a extração de mais valor-trabalho toma lugar, associado a uma engenharia ideológica que possibilitou e possibilita sua constante reprodução em escala cada vez mais acentuada.

Para (IAMAMOTO, 2014) a matéria-base para a conformação deste perfil conservador não é descolada da realidade na qual a profissão se inscreve e evidentemente reproduz diante da e na divisão social e técnica do trabalho, profundamente associado a um conservadorismo teórico-metodológico e a uma adesão ética centrada em valores humanista-cristãos, de uma rasa reflexão das determinações operadas pelo capital na realidade, diante do não reconhecimento da historicidade, da totalidade, da contradição e da mediação, perpassando o processo formativo do assistente social até a reposição de sua “prática profissional”.

Para (IAMAMOTO, 2014) as diretrizes de 1996, mediadas com a nova configuração ética de 1993 (Lei 8662/93 e Resolução CFESS 273/93), demarcam um momento particular na profissão, ao assumir coletivamente valores éticos universais, a presença da maturidade teórico-metodológica (tanto na apreensão quanto na produção de saber) e a redefinição da compreensão dos instrumentais, agora compreendidos como resultado de mediações e não mais como prioridade única, ou seja, a crítica da razão instrumental.

Ao atravessar projetos distintos e antagônicos no terreno da sociabilidade do capital, a profissão se reconheceu no centro da contradição dos processos, evidenciando-se, por exemplo, na implosão da proposta curricular prevista nas diretrizes da ABEPSS e na aprovação do Currículo Mínimo do Ministério da Educação, que descaracterizou a formulação coletiva dos assistentes sociais.

Para (IAMAMOTO, 2014) são acontecimentos determinados e operados por uma lógica estruturante que retirou a centralidade da crítica na formação profissional, indispensável para compreensão da sociedade brasileira, profundamente marcada pela exploração, esta retirada e que possibilitou forcejar, ainda que nos limites das instituições profissionais, uma direção de formação almejada, fundada na adesão de fundamentos teóricos e metodológicos críticos, além da reflexão ética, considerando a ontologia do ser social como fundamento.

A reordenação do capital em direção ao aumento da taxa de lucro tem colocado em evidência setores importantes da sociedade brasileira, sendo a educação um alvo da sua “reestruturação”, situada, agora, como

uma mercadoria vendável e altamente negociável, o que empurra a massa de trabalhadores para uma formação profissional aligeirada, fragilizada teórica e politicamente, bem como a emergência de um novo nicho comercial que desponta e demonstra a vitalidade do capitalismo. A universidade tecnocrata e a explosão do Ensino a Distância.

Para (IAMAMOTO, 2014) a crise da universidade rebate diretamente no mundo do trabalho, via constituição de largo exército assistencial de reserva, que segue para as fileiras do desemprego ou do subemprego, das contratações precarizadas, do achatamento salarial e do rebaixamento das condições de trabalho e de vida. Ao repor os fios da reestruturação produtiva no contexto da formação profissional, retomam-se alguns fantasmas do passado em novas roupagens, com a ascensão de um insistente e perigoso neoconservadorismo teórico-metodológico e ético-político, donde emerge espaço para reprodução do pós-modernismo, que contamina os valores mais caros à profissão e ao seu projeto de classe.

Assim,

Espelho da sociabilidade tardo-burguesa, o pensamento pós-moderno põe-se justamente como uma *ideologia* – não uma mentira, mas uma falsa consciência: *falsa*, na escala em que não pode reconhecer sua própria historicidade (ou seja, o seu condicionalismo histórico-social), mas igualmente *consciência* na precisa medida em que fornece um certo tipo de conhecimento que permite aos homens e mulheres moverem-se na sua vida cotidiana. E é nesta condição de falsa consciência que ela opera seja como orientador de comportamentos, seja como indicador de problemas, tensões e contradições. Donde, aliás, a sua heterogeneidade e as suas diferenças internas – todas adjetivas” (NETTO, 2010, p. 246).

A advertência registra a necessidade de compreender a atualidade histórica, não a partir dos fatos postos, apenas, e sim a partir da dinâmica estrutural que coloca uma tarefa aos assistentes sociais e sua vanguarda em alerta, pois seus rebatimentos não se operam única e exclusivamente diante das salas dos assistentes sociais. Este reordenamento na órbita do capital determina todas as esferas da vida social, que busca realinhar, conformar e humanizar os resultados mais

anti-humanos da contradição da relação capital-trabalho, sendo as políticas sociais um exemplo desta estratégia de conformação travestida de “humanização”.

A formação profissional em Serviço Social encontra-se diante de desafios postos na ordem do dia e que para a autora residem no campo da formação profissional que subsidiará e irrigará o trabalho profissional crítico, atento à defesa dos valores ético-políticos. Para (IAMAMOTO, 2014) estes desafios seguem na direção de a) defesa da educação pública, diante da recusa da mercantilização do ensino, da pesquisa e da extensão; b) No cuidado com a formação teórico-metodológica e ético-política, contrapondo-se ao aligeiramento e à superficialização da formação; c) No aprofundamento de pesquisas que evidenciem os fundamentos teórico-metodológicos presentes na formação/trabalho profissional; d) No constante diálogo entre as diversas formas de pensamento, sem descurar do pensamento crítico; e) Contínuo estímulo de pesquisas sobre o mundo do trabalho e os espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais; f) Defesa e cultivo da atitude crítica e “ofensiva” diante das condições de trabalho dos assistentes sociais; g) O constante e importante estudo sobre a formação sócio-histórica do Brasil e da América Latina; h) Conhecimento e reconhecimento do perfil atual dos assistentes sociais e i) aprofundamento das pesquisas dos sujeitos sociais, entendendo as particularidades de gênero, território, etnia.

A tarefa se demonstra árdua, mas necessária no sentido em que se toma a defesa do projeto ético-político profissional, porém não pode ser uma defesa restrita apenas à formação profissional, pois seria atribuir a responsabilidade ou fracasso à formação, apenas. É necessária a compreensão da dimensão do momento atual e que seja uma tarefa do coletivo profissional, ao defender os princípios da formação profissional de qualidade e do trabalho profissional compromissado.

A luta empreendida pelas organizações profissionais e pelos assistentes sociais revela uma profunda insatisfação que perpassa as décadas de lutas e encontra na atualidade novos-velhos dilemas que ameaçam o projeto profissional e o patrimônio teórico-metodológico construído nos últimos trinta anos.

(PINTO, 2014) realiza uma análise, mesmo que limitada às dimensões de um artigo, refletindo a relação entre trabalho docente e os processos e rebatimentos da reestruturação produtiva do capital diante da política de educação e as evidentes reverberações diante do processo formativo dos assistentes sociais no Brasil.

A educação como política pública enfrenta na atualidade um profundo influxo e evidente deturpação de suas finalidades mais

essenciais, sendo que não se trata de um fenômeno recente ou de uma novidade passageira; a sustentação desse processo de desmonte reside na programática macroeconômica do capital, em tempos de recomposição das taxas de lucratividade, quer seja na mercantilização da educação, na acentuação da exploração da força de trabalho de trabalhadores e trabalhadoras da educação e até mesmo no seu ethos ideológico.

Símbolo desse reordenamento em escala global no cenário do capitalismo, com incidência direta nas políticas sociais, a educação superior recebe esse forte influxo, ao ser considerada uma mercadoria, expressa na condição de um serviço prestado e não como um direito social essencial ao ser social, tendo em vista que nos últimos 20 anos a formação superior se acentuou como um negócio profundamente lucrativo aos empresários da educação, evidenciando suas relações promíscuas com o Estado e o grande capital financeiro (IAMAMOTO, 2008).

Para (PINTO, 2014), uma das bases³¹ do processo de desmonte do conceito de educação como direito social se inscreve a partir do Consenso de Washington, como uma medida organizada, institucionalizada e legalizada nos marcos do capitalismo pelo Estado-cartório, evidenciando a liberalização econômica, a privatização do patrimônio estatal, na busca pelo reequilíbrio orçamentário e fiscal dos Estados nacionais, exclusivamente dos Estados do chamado terceiro mundo, abrindo assim as portas para uma profunda apropriação das áreas estratégicas (energia, telecomunicações, infraestrutura etc.), minimizando o Estado, maximizando a economia e, neste cenário, a apropriação da educação duplamente funcional à ordem burguesa: como mercadoria rentável e como terreno de (re) produção da força de trabalho via “qualificação”.

³¹ Não se trata de um fenômeno deslocado da macroeconomia do capital, tendo em vista que o Consenso é apenas o resultado institucionalizado do processo de liberalização da economia, com foco na minimização do Estado frente à condução das economias nacionais. Esse processo tem suas bases a partir da crise de 1973, evidenciado e agudizado na entrada dos anos 1980, com a ascensão ao poder de governos ultraliberais como Thatcher na Inglaterra, Reagan nos Estados Unidos e na evidente erosão do padrão fordista de produção, pujante desde os gloriosos anos do capital. Para maiores detalhes ver (ANDERSON, 1995; HARVEY, 2010; BRAZ; NETTO, 2007).

Ao encontrar na educação superior terreno fértil para recomposição das taxas de lucro do capital, inverte-se a prioridade desta, que deveria ser uma política pública universal, a um papel meramente reprodutor da ordem vigente, submete os alunos a currículos de formação que evidenciam a supremacia da razão instrumental, do saber-fazer (GUERRA, 2007), deslocando profundamente os pilares da educação (ensino, pesquisa e extensão), situando-os a meros esquemas programáticos de ações pontuais, desprovidas de qualquer tipo de vínculo com a humanidade, e a satisfação das suas necessidades mais imediatas, dos seus carecimentos. Observa-se, neste cenário, o lugar que as ciências tecnológicas ocupam; suas pesquisas, suas atividades acadêmicas baseiam-se em qual tipo de compromisso?

Ao particularizar esses processos frente à cisão ético-política entre ensino superior público estatal e ensino superior privado, fica evidente o alargamento da lógica privada no sentido de que este último se coloca a favor da contabilidade na relação entre matrícula x receita financeira, rebatendo diante de uma lógica “educativa” alicerçada na razão rasteira e esvaziada do saber-fazer. A educação pública estatal ainda resiste na condição de centros produtores de saber e de conhecimento que sejam socialmente referenciados, mas o que assistimos nos últimos vinte anos é um esgarçamento da referência da Universidade Pública diante de um grotesco cenário de sucateamento, fragilização dos currículos, comprometimento das condições de trabalho dos docentes e demais trabalhadores, que resulta num velado processo de privatização.

O crescente recrudescimento das condições de trabalho docente na atualidade demonstra a vitalidade do capital na condução da prescrição dos processos de trabalho, em que pesem as péssimas e, em muitos casos, inexistentes condições de trabalho docente (estrutura física, de instrumentos), do achatamento salarial via proletarização do trabalho docente, do recurso ao exército funcional de reserva para suprir os quadros de trabalhadores (quer seja pelo questionamento da ordem posta, quer seja pela (re) programação do próprio capital).

Ao mediar esse cenário com o trabalho docente do assistente social e sua relação com a formação profissional, encontra-se presente o requerimento da multifuncionalidade dos docentes diante de tarefas alheias às suas funções/formações; da sobrecarga de trabalho intra e extramuros das Instituições; da existência cada vez mais acentuada de contratos de trabalho profundamente precarizados, destituídos de garantias mínimas de direitos sociais e trabalhistas; do predomínio da flexibilização dos currículos que deformam as propostas de formação

condizentes com a direção social da profissão; do reposicionamento do lócus da pesquisa enquanto método de investigação do real e possuidora de vínculo com as necessidades materiais, espirituais e sociais dos trabalhadores (as) e na evidente secundarização da importância da extensão como mediador entre a Universidade e a sociedade à mera reprodução de “ações sociais” desprovidas de qualquer finalidade sociopolítica da relação universidade-sociedade.

Neste diapasão, a ascensão do ensino como negócio pode ser evidenciada pela gigantesca explosão de ofertas de vagas no ensino superior, tendo no Estado um articulador-institucionalizador eficaz, quer seja pela renúncia fiscal a título de incentivo à concessão de bolsas de estudos nas empresas educacionais detentoras do título de filantrópica (Lei Federal 12.101/09) ou mesma irrigação dos fundos privados da educação com recursos públicos (PROUNI, FIES).

O agigantamento da oferta de vagas no ensino superior privado possui características peculiares, entre elas a espantosa e lucrativa taxa de matrículas na Educação a Distância, que revela imediatamente no Serviço Social³² uma tendência regressiva diante da ocupação de postos de trabalho, no recrudescimento da qualidade dos contratos de trabalho e no achatamento salarial, além de evidenciado e notório risco à direção social da profissão. (PINTO, 2014, p. 672),

As implicações para a formação profissional do assistente social estão diretamente relacionadas à qualidade dessa formação e ao projeto profissional. A formação nas instituições privadas e na modalidade à distância reduz-se a dimensão

³² De acordo com o relatório do Sindicato das Mantenedoras do Ensino Superior (SEMESP), referente ao ano de 2014, a escalada da oferta de cursos e vagas na graduação em Serviço Social está demonstrada, a saber: o curso de Serviço Social no ano de 2014 efetuou 97.728 matrículas em cursos à distância, ficando em terceiro curso mais procurado na modalidade EaD em todos os estados da Federação, de acordo com a referida pesquisa. Nos dados de cursos privados, fica evidente a não “classificação” da graduação em Serviço Social, pois ela não aparece no ranking entre os dez maiores cursos, o que denota o pleno investimento na modalidade Ead. Para maiores esclarecimentos, ver http://convergenciacom.net/pdf/mapa_ensino_superior_2016.pdf.

do ensino como repasse de conhecimento, desconsiderando a indissociabilidade entre este, a pesquisa e a extensão.

Evidente que no pior dos cenários, aqui consideramos as instituições privadas e de Ensino a Distância, as instituições públicas não estão isentas das investidas da contrarreforma da educação (BEHRING, 2008), pois se trata de um projeto de classe, sustentado sobre uma ética, que furta da universidade pública seu referencial social e crítico e consequentemente rebate na formação do assistente social.

A degradação do processo de trabalho docente diante da formação profissional em Serviço Social acarreta enormes prejuízos aos docentes trabalhadores e, sobretudo, aos assistentes sociais em formação, pois sucumbe a formação e o trabalho profissional aos ditames do modelo mercantil, reduz o conhecimento a meros esquemas conceituais, sobrepõe a importância da formação crítica marxista à prática do saber-fazer; nega o conflito de classes, numa clara direção de conformação, sustentado por um arcabouço teórico-metodológico muitas vezes de substrato pós-moderno ou eclético; compromete as dimensões da formação e do trabalho profissional e coloca o projeto profissional em risco, na medida em que o reduz apenas a uma dimensão ética puramente espistêmica, abstrata.

Os grandes desafios postos na ordem do dia aos assistentes sociais e estudantes residem na direção da resistência do contrafluxo operado pela lógica do capital, evidenciado pela compreensão e interpretação crítica dos processos determinados na e pela totalidade e suas mediações no conjunto da vida social, diante da constante reafirmação da direção social da profissão e de seu projeto profissional e na sua objetivação na concretude da vida.

Essa resistência somente pode ser alicerçada diante dos princípios demandados da classe trabalhadora, pois se trata de uma tarefa que requer substrato teórico-metodológico crítico, possibilidade concreta das objetivações ético-políticas e de vínculo classista com o projeto da classe trabalhadora. Resistência apenas nos limites da profissão redonda a possibilidade transformadora e empurra os sujeitos históricos para a prática desmesurada do militantismo, sendo este ainda um outro problema a ser superado pelos assistentes sociais (GUERRA, 2010).

Para finalizar, a luta contra a mercadorização da educação requer a luta contra a mercantilização da vida social operada pela lógica destrutiva do capital, que impõe uma inversão das prioridades ontológicas ao submeter o humano-genérico à condição de coisas e

humanizar as mercadorias. Requer de homens e mulheres a resistência coletiva, os trabalhadores em torno de projetos de sociedade em que o homem possa ser a medida de todas as coisas. Reside aí a contribuição da formação e do trabalho profissional do assistente social.

O artigo de autoria de (OLIVEIRA, 2010) propõe uma reflexão sobre o lugar do ensino superior diante da atual crise, mediando à formação em Serviço Social diante dos desafios postos ao projeto ético-político profissional.

A autora, utilizando uma linguagem muito coloquial³³, evidencia a crise capitalista e sua incidência diante da mercadorização da educação superior e de que maneira esses processos se consubstanciam nos marcos da formação profissional dos assistentes sociais, diante do grave quadro de precarização das condições de trabalho dos docentes e na fragilização dos conteúdos tão caros às Diretrizes Curriculares defendidas pela ABEPSS e as demais organizações da profissão.

Evidente que a ordem operada pelo capital no campo da educação situa, a fórceps, perfis formativos cada vez mais refuncionalizados, com vista a atender à lógica do capitalismo, no sentido da domesticação da classe trabalhadora, na perspectiva de capacitação do trabalhador para o trabalho, além de garantir, em escala acentuada, a extração de mais valor-trabalho diante dos processos de trabalho.

Reconhecer as determinações operadas pelo capital é estabelecer mediações com o processo de formação do assistente social, que para além da retórica insipiente de apenas conhecer, requer o reconhecimento, o deslindamento das complexas mediações determinadas pelas relações sociais, quer sejam elas de origem econômica, política, ideológica, ética ou cultural, e de que maneira estas rebatem na formação profissional do assistente social e consequentemente no trabalho comprometido com os valores profissionais coletivos.

Mesmo que diante de uma aparente simplicidade nas reflexões, que revelam e acentuam a experiência docente da autora, recai a necessidade da reflexão do papel formativo dos docentes, não apenas na medida em oferecer ensino, mas sim de estabelecer mediações com o concreto, sustentado por uma dimensão teórico-metodológica crítica, de uma direção social ética que seja possível no conjunto das suas

³³ A autora adverte que manteve o tom coloquial do artigo, tendo em vista que o material é originário de palestra realizada por ocasião do Terceiro Seminário Anual de Serviço Social, da Cortez Editora.

objetivações, além de superar a pesada herança da razão instrumental que, recolocada na ordem do dia da formação profissional, busca acentuar o tecnicismo descompromissado com a humanidade.

Para (OLIVEIRA, 2010), a formação profissional necessita estar atenta ao movimento do real, a partir da sua crítica contumaz, crítica esta que jamais possa prescindir da mediação da compreensão dos processos que engendram e determinam as formas de reprodução da vida, além de se vincular com a luta geral dos trabalhadores em direção a uma nova sociabilidade, sustentados pelos princípios da socialização da riqueza, da solidariedade humana, da desmercadorização da vida.

Ao compreender a dimensão da formação profissional, a autora destaca os desafios postos aos docentes assistentes sociais na direção de instigar a reflexão ética dos alunos, no aprofundamento da reflexão crítica haurida na teoria social de Marx, bem como no constante incentivo à pesquisa como forma de desvelamento do real e que esse real possa ser irrigado pelas reflexões e questionamentos constantes de um mundo em constante mutação, do qual o assistente social faz parte e (re)produz. Para tanto, faz-se necessário a escolha de projetos éticos condizentes com os valores e bandeiras da classe trabalhadora, entendendo que o projeto ético-político profissional do Serviço Social representa, no nível imediato da profissão, a eleição destes valores que, alçados à universalidade de um projeto de sociedade da classe trabalhadora, contribuem para o enfrentamento do modelo de sociedade vigente.

2.1.8 - Políticas de emprego e renda e qualificação profissional

Este eixo temático, destinado ao debate sobre as políticas de emprego e qualificação profissional como possibilidade de acesso ao emprego formal, compõe-se de apenas dois artigos, representando 2,77% do total de artigos analisados. Trata-se de publicações do Serviço Social e da Sociologia, numa perspectiva muito divergente, ao passo que um artigo caminha na direção de uma conformação da definição de papéis para consolidação das políticas de qualificação para o trabalho, reatualizando determinações refuncionalizadas do Estado frente à educação como única possibilidade de ascensão ao emprego, quer seja ele formal ou não.

Demonstra uma reflexão que tange ao debate sobre os fios invisíveis da acumulação capitalista diante de uma política de emprego

que não se coloca frente às necessidades da classe trabalhadora e que reproduz o ideário neoliberal de política fragmentada, focalizada, com profundos traços de incentivo ao empreendedorismo como forma encontrada para saída do desemprego estrutural fundamental para a reprodução do capitalismo.

AUTOR	ÁREA DE FORMAÇÃO	TÍTULO DO ARTIGO	CARÁTER DO ARTIGO	REVISTA
Cristina Almeida Cunha Filgueiras	Sociologia	Atores locais na implementação da política de qualificação profissional.	Artigo	Rev. Serviço Social e Sociedade, nº 107, 2011.
Ednéia Alves de Oliveira	Serviço Social	A política de emprego no Brasil: o caminho da flexinsegurança	Artigo	Rev. Serviço Social e Sociedade, nº 111, 2012

Tabela 8: Relação de ensaios e pesquisas publicadas nas revistas Serviço Social & Sociedade, Revista Ser Social e Revista Katálysis, no período de 2007 a 2014 sobre políticas de emprego e renda e qualificação profissional. (Elaboração própria)

No artigo de (FILGUEIRAS, 2011) a autora expõe a complexidade das ações estatais frente à oferta de cursos de qualificação profissional, tendo como pano de fundo o papel dos agentes (públicos e privados) responsáveis pela sua execução, avaliação e monitoramento.

Nos marcos do capitalismo, sobretudo a partir de suas particularidades no Brasil, o processo de qualificação profissional circunscreve-se num cenário que requer o estabelecimento de muitas reflexões e mediações, a fim de que não se caia nas armadilhas ideológicas, que reproduzem, entre tantos elementos, a culpabilização do trabalhador pela situação de desemprego ou subemprego (ANTUNES, 2010).

As ações estatais relacionadas a emprego e à renda no Brasil, tendo maior incidência o início da passagem dos anos 1960/1970 e um expressivo fortalecimento na passagem dos anos 1990/2000, demarcam o trato do Estado com o mundo do trabalho, tendo em vista as particularidades que determinam a constituição das políticas sociais no

país e mais principalmente aquelas que se relacionam diretamente com a empregabilidade, manutenção em postos de trabalho ou de (re)qualificação profissional.

Evidentemente que no Brasil a política pública de emprego e renda mantém e reproduz fielmente as características periféricas e dependentes de um modelo de política pública que privilegia a organização capitalista, contribuindo para a domesticação da classe trabalhadora, sugere sua assistencialização nos marcos da intersetorialidade com outras políticas (assistência social e educação) e atende essencialmente à perspectiva de mercado e não da realidade de homens e mulheres postos à margem do emprego formal.

Para (FILGUEIRAS, 2011), o retrato das mais diversas políticas de qualificação profissional nas últimas décadas acentua a perspectiva assistencializadora e culpabilizadora do desemprego, ao mesmo passo em que desloca do foco das análises a problemática do capital diante da agudização do desemprego estrutural, a partir da opção de uma política macroeconômica, que, operada pela própria lógica capitalista, submete o trabalho vivo ao trabalho morto, gerencia a “racionalidade” da oferta de postos de trabalho, a fim de garantir permanentemente a fila dos despossuídos de trabalho, o que Marx vai, acertadamente, chamar de exército industrial de reserva.

Esse exército compõe a massa de trabalhadores desempregados que se põem à margem dos postos de trabalho e são requeridos pelo capital a assumir funções³⁴ cada vez mais precarizadas, a partir de contratos de trabalho desregulamentados, péssimas condições de trabalho, remuneração abaixo da média, agudizando ainda mais o acesso ao trabalho formal. Soma-se a este elemento o deslocamento de trabalhadores para a informalidade, que engrossa as fileiras de homens e mulheres desprotegidos das políticas sociais e dos direitos trabalhistas.

A desestruturação do mundo do trabalho em relação ao acesso aos postos de trabalho e à qualidade destes têm sua gênese no processo levado a cabo pelos Estados-Cartórios do capital e pelo próprio capitalismo, sustentado pela falaciosa “crise fiscal” e na insidiosa necessidade de organização dos processos produtivos (celeridade na produção, otimização, enxugamento da máquina etc.) demarcando a

³⁴ Necessário distinguir funções e cargos, pois ao exército cabe a alternativa de assumir atividades profissionais cada vez mais desqualificadas, desregulamentadas, que, invariavelmente, não correspondem à sua formação escolar ou experiência profissional.

tônica do discurso liberalizante da economia e conseqüentemente seus impactos no mundo do trabalho. Para (FILGUEIRAS, 2011), a combinação destas determinações inequívocas do capitalismo levou à criação de políticas passivas nos anos 1980, sendo o seguro-desemprego uma delas, e a criação de políticas de ativação, tendo as políticas de qualificação como mote.

A pretensa solução do desemprego estrutural via programas de qualificação profissional assenta, basicamente, numa estratégia pouco definida em termos técnicos e políticos de qualificação, além de possuir um desenho essencialmente ideologizado, que transmuta a responsabilidade do capital e do Estado e, mais ainda, camufla o lugar do capitalismo diante da reestruturação produtiva, que, ao mesmo tempo em que extingue postos de trabalho, requer do Estado políticas de qualificação para ocupação de postos de trabalho cada vez mais precarizados.

(FILGUEIRAS, 2011) retrata muito bem essa armadilha ideológica e extremamente funcional ao capital e ao Estado, ao vincular diretamente a qualificação profissional a nichos em processo de desenvolvimento, como a construção civil, por exemplo, que tem nos beneficiários de programas sociais um pretenso público-alvo, reforçando o caráter meritocrático das políticas sociais públicas (principalmente a Transferência de Renda via Bolsa Família) numa articulação perniciosa com as políticas de qualificação do trabalho.

Ao situar as políticas socioassistenciais como lócus da oferta de qualificação profissional, evidencia-se uma velada (re)produção ideológica que empurra os trabalhadores desempregados para cursos de capacitação, que requerem baixa escolaridade, como pré-requisito de manutenção aos programas projetos e serviços da assistência social, desconfigurando seus princípios legais, pactuando a prática do mérito, pela via do cumprimento de deveres para acessar os direitos sociais consagrados na Constituição e ratificados nas leis orgânicas.

Além disso, emerge como uma reprodução ideológica de domesticação da classe trabalhadora, tendo em vista que se estrutura a partir de ações (cursos) que impõem aos jovens, por exemplo, a “qualificação” em funções que possuem baixa remuneração, precárias condições de trabalho e a muitas vezes não garantem os direitos sociais trabalhistas mais básicos para manutenção da vida. Neste sentido, concordamos com as reflexões de (DRUCK, 2001, p. 88) ao afirmar que a recorrente panaceia em torno da qualificação profissional necessita ser compreendida no seio do capitalismo, ao passo que

[...] o núcleo da flexibilização do trabalho é exatamente a perda de uma condição estável com direitos e garantias sociais, é a perda de vínculos, onde o indivíduo é tudo e o coletivo perde sentido. Daí a valorização dos traços de personalidade e de caráter... onde a qualificação maior está na capacidade de enfrentar desafios e incertezas e não mais no conhecimento do ofício e na socialização do trabalho. [...] Reina a descartabilidade, já que o mercado exige flexibilidade, agilidade e racionalidade e se os homens de hoje já não respondem mais, terão de mudar... ou serão descartados.

Fica vidente que, com a era Lula da Silva, há uma intensificação da qualificação profissional, com vistas a atender à explosão da construção civil, a partir da explosão dos investimentos públicos em obras de infraestrutura, setor este que viu, nas ações do Estado, uma possibilidade de avolumar os lucros via contratação de trabalhadores (re)qualificados em funções temporárias, contratos precarizados, sob a pretensão de absorção desta força de trabalho então sobrando.

Outro elemento destacado é a execução das políticas de qualificação que, obstante o distanciamento do Estado em sua execução, transfere para ONGs a sua gestão, execução, avaliação e monitoramento, o que desconfigura a já desfigurada política, ao remeter ao privado as funções e responsabilidade do setor público, tendo em vista que, nos marcos deste Estado, emerge como uma política pública e não privada.

Outra estratégia em relação às saídas para o desemprego estrutural, assenta-se diante do engodo do empreendedorismo que tem encontrado espaço nos cursos de qualificação oferecidos pelo setor público em parcerias com o setor produtivo privado, figurando-se como uma saída ao desemprego, com o fortalecimento de concepções de flexibilidade do trabalho, sucesso profissional, entre outras estratégias ideológicas. Resultado deste “canto da sereia” reflete-se nos números do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa) de 2015, que revela que apenas no referido ano havia no Brasil 52 milhões de brasileiros, com idade produtiva entre 18 e 64 anos em ações iniciais ou consolidadas em atividades ditas “empreendedoras”.

O empreendedorismo ganha espaço nas camadas pauperizadas e deslocadas dos postos de trabalho, a partir de empreendimentos relacionados à realidade local, tais como profissionais de beleza,

pequenas prestações de serviços, ramo de alimentação, confecção, limpeza etc. que reafirmam o lugar do trabalhador diante de postos de trabalhos desqualificados, desassistidos dos direitos sociais mais essenciais à reprodução da vida humana. “Deste modo, empregabilidade e empreendedorismo tornaram-se estratégias para encobrir novas e velhas fragilidades no mercado de trabalho” (FILGUEIRAS, 2011, p. 448).

Além das inúmeras problemáticas que circundam as políticas de qualificação profissional, a sobreposição de ações entre os entes federados demonstra a dificuldade em articulação intersetorial da referida política, visto que o pouco diálogo entre as esferas constitutivas permite a duplicidade de ações, que possibilita a ineficácia da cobertura e o alcance das demandas dos trabalhadores (se é que há alguma eficácia diante dos problemas estruturais da ordem capitalista).

Estas sobreposições de ações demonstram a fragilidade dos “atores” locais da política de qualificação profissional, pois revelam um descompasso das propostas, revelando a superficialidade das ações, tendo em vista o baixíssimo vínculo dos cursos oferecidos aos trabalhadores, pois não levam em conta as particularidades locais, tendendo a uma homogeneização das propostas dos cursos, na desarticulação com as outras políticas que possuem proximidade, no distanciamento dos vínculos das esferas de controle social exercida pela sociedade civil, o que oferece as pistas para compreender as fragilidades das ações e revela os fios invisíveis que conectam o mundo do trabalho à chamada qualificação profissional e os trabalhadores.

O artigo de autoria de (OLIVEIRA, 2012), como parte constitutiva de tese de doutoramento defendida pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, tem como objetivo central traçar as políticas de emprego no Brasil, considerando um recorte histórico de tais medidas frente ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Considerando a estruturação de um capitalismo tardio no Brasil, as medidas de proteção ao trabalho sempre seguiram mediadas pela conformação de classe e não como garantia e reconhecimento efetivo do direito frente às crescentes taxas de lucratividade do capital. Esta conformação expressa os caminhos das políticas sociais no contexto da relação capital-estado, no sentido de promover a acentuação da condição de classe, sem expressar, de modo mais efetivo, medidas de proteção social universal e/ou mesmo resolutivas.

Para (OLIVEIRA, 2012), a atualidade das políticas de emprego redonda as primeiras medidas de controle e gestão da força de trabalho, numa perspectiva de conformação de classe, mas que, na atualidade,

reveste-se de novas modalidades e roupagens, pois as mutações do capitalismo e sua relação com o mundo do trabalho ganharam novos matizes na passagem do século XXI, sem deixar de perseguir sua ética de acumulação.

Ao recortar as políticas sociais da atualidade, encontramos os fios que a conectam com a política de assistência social, ao estabelecer políticas essencialmente assistencializadas, desfocando o terreno em que operam as relações sociais de produção e desta com o mundo do trabalho. As políticas compensatórias herdadas da era FHC (1994-2002) e reprogramadas na era Lula-Dilma (2003-2016) demonstram a vitalidade da lógica do capital ao migrar para a individualidade as responsabilidades do autoemprego, por meio de medidas que valorizam o mérito, o *esforço* e de condições socioeconômicas de ativação.

Agora, a política de emprego no capital, chancelada pelo Estado-cartório, elege as prioridades e os sujeitos “a quem dela necessitar” baseados em critérios socioeconômicos, donde a miséria e a chamada *vulnerabilidade social* tornam-se medida para o acesso aos programas de qualificação e inserção no mercado de trabalho que, profundamente focalizados, reforçam as saídas “inovadoras” para o problema estrutural do emprego no capitalismo.

Tomando nesta direção,

[...] se examinarmos com atenção é possível perceber que essas qualidades são típicas dos trabalhadores que vivem na informalidade ou na “solidão do mercado”, que sempre constituíram a grande parte - hoje a maioria - dos trabalhadores brasileiros. Isto significa dizer que na história do trabalho no Brasil, empregabilidade e competência são dois velhos “modelos”, associados muito mais à precarização do trabalho e do emprego, típicos de países subdesenvolvidos do que à revolução tecnológica e de novos padrões de organização do trabalho (DRUCK, 2001, P. 88)

Tais inovações, como saídas do capitalismo à crise estrutural do desemprego, emergem nas entranhas do próprio capital, ao estimular as práticas empreendedoras, o trabalho informal como forma de garantir renda e *liberdade* ao trabalhador, a retórica do cooperativismo, do empreendedorismo social, o que conseqüentemente leva a um profundo distanciamento das causas que originam o desemprego massivo de

homens e mulheres. Para (OLIVEIRA, 2012), as novas políticas, centradas na assistencialização deste problema crônico do capital, lançam luzes para compreender outros caminhos percorridos pelo capitalismo diante de uma hegemonia da *flexinsegurança* no trabalho, não desconsiderando as outras mediações que a compõem, evidentemente. Neste sentido, as atuais políticas paliativas de emprego

São utilizadas como mecanismo de contenção dos conflitos e de manutenção da ordem, servindo como instrumento para minimizar os impactos das mudanças em curso. Não eliminam o caráter contraditório das relações sociais de produção capitalistas, mas acentuam o progresso da acumulação (OLIVEIRA, 2012, p. 506).

Nestas medidas, reforçam-se as posições de classe, acentuam-se as medidas flexíveis do voluntarismo, do autoemprego, do empreendedorismo, o que leva invariavelmente à individualização, à penalização do trabalhador pela condição de desemprego, pavimentando caminhos para a chamada *flexinsegurança*, calcada numa profunda desregulamentação do trabalho, na perda das garantias sociais, refletindo também no conjunto ideológico dos trabalhadores.

Se os meios de produção, ao crescer em volume e eficiência, se tornam meios de ocupação dos trabalhadores em menor grau, essa mesma relação é modificada de novo pelo fato de que, à medida que cresce a força produtiva do trabalho, o capital eleva mais rapidamente sua oferta de trabalho do que sua demanda de trabalhadores. O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, enquanto, inversamente, a maior pressão que a última exerce sobre a primeira obriga-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital.

Assim, registramos que

A condenação de uma parcela da classe trabalhadora à ociosidade forçada em virtude do sobretrabalho da outra parte e vice-versa torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual e acelera, simultaneamente, a produção do exército industrial de reserva numa escala adequada

ao progresso da acumulação social (MARX, 1984 – I, p. 203).

Centrada na força de trabalho sobrando, acusada pelo capital de não ingressar no mercado de trabalho pela falta de qualificação, costura um processo que segue incorporado pelas políticas de ativação por meio do trabalho, como o que tem ocorrido na Política de Assistência Social que recorre à condição de exclusão parcial ou total de trabalhadores aos bens e serviços essenciais à reprodução social, emergindo como terreno justificador da oferta de programas de qualificação dos mais variados matizes.

Funcional ao capital o exército industrial de reserva vai encontrar nas políticas de contraprestação (Bolsa Família é um exemplo) mecanismos ideológicos de reprodução dessa força sobrando, mas cuja eficácia da inserção em novos postos de trabalho segue condenada às próprias determinações do capital, ao passo que a falácia da qualificação e o posterior ingresso no mercado de trabalho não sustentam a mesma proporção de trabalhadores “qualificados”, pois a lógica assenta-se na diminuição dos postos de trabalho, a partir do incremento de capital constante em detrimento do capital variável.

Diante das reflexões finais da autora, concordamos que a atual política de qualificação, centrada na reprodução ideal das necessidades do capital, corresponde, imediatamente, à ordem vigente, no sentido do aprofundamento da insegurança, assentada sob as bases da reestruturação produtiva, ao passo que o trabalho segue submetido a uma lógica destrutiva, que, além de despossuir o homem, segue causando uma cisão entre o trabalho e seu conteúdo ontológico, mas que prescinde da compreensão do momento histórico, afirmando as bases de reconhecimento, mas, ao mesmo tempo, de negação da barbárie.

2.1.9 – Movimentos Sociais e sindicalismo

O eixo temático a seguir possui quatro artigos, sendo dois artigos originários de pesquisa teórica e uma pesquisa aplicada, bem como um ensaio teórico, ambos produzidos por assistentes sociais, com exceção de um artigo em que não foi possível localizar a formação dos autores. Os artigos deste eixo temático correspondem a 5,55 % dos artigos analisados e buscam debater a presença dos movimentos sociais frente às lutas relacionadas ao mundo do trabalho, a partir de uma perspectiva classista, o que oferece condições para analisar a importância da

organização coletiva de homens e mulheres em torno de um projeto societário.

AUTOR	ÁREA DE FORMAÇÃO	TÍTULO DO ARTIGO	CARÁTER DO ARTIGO	REVISTA
Graziella Rocha André Brandão		Trabalho escravo contemporâneo no Brasil na perspectiva da atuação dos movimentos sociais.	Pesquisa teórica	Rev. Katalysis, v.16, nº 1, 2013.
Mari Aparecida Bortoli	Serviço Social	Processos de organização de catadores de materiais recicláveis: lutas e conformações.	Ensaio	Rev. Katalysis, v.16, nº 1, 2013.
Mônica Duarte Cavaignac	Serviço Social	As estratégias de resistência dos operadores de telemarketing frente às ofensivas do capital.	Pesquisa aplicada	Rev. Katálysis, v.16, nº 1, 2013.

Tabela 9: Relação de ensaios e pesquisas publicadas nas revistas Serviço Social & Sociedade, Revista Ser Social e Revista Katálysis, no período de 2007 a 2014 sobre movimentos sociais e sindicalismo. (Elaboração própria)

No artigo de (BRANDÃO; ROCHA, 2013), os autores dedicam-se à reflexão sobre o trabalho escravo na contemporaneidade, tendo como perspectiva a atuação dos movimentos sociais nos últimos 50 anos, diante do tensionamento político frente a este grave e persistente problema presente na sociedade brasileira.

O passado escravocrata do Brasil demarca uma latente presença da chamada *questão social*, tendo em vista que os três séculos que estruturam a apropriação forçada do trabalho humano do indígena e posteriormente do negro oferecem as bases para compreender a estrutura de classe no Brasil e sua relação profunda e direta com o trabalho. A despeito da emergência da escravidão como uma expressão da *questão social*, recorremos a (IANNI, 2004, p. 88), ao afirmar que

[...] durante a vigência do regime de trabalho escravo havia uma questão social. O escravo era expropriado no produto do seu trabalho e na sua pessoa. Nem sequer podia dispor de si. [...]. Não se abria nenhuma possibilidade de negociação. A questão social estava posta de modo aberto, transparente.

Necessário compreender que a *questão social* demarca os modos dos homens se organizarem em torno da produção e reprodução da vida, tendo como fator determinante a lógica operada pela apropriação da força de trabalho, o que conduz a entender que cada conjuntura das etapas de desenvolvimento do capitalismo é impulsionada por características particulares das formações sociais, sem deixar de ser central a *questão social* (PASTORINI, 2010).

Os autores demarcam quatro fases relacionadas ao trabalho escravo no Brasil, sendo a primeira denominada por eles *fase desacreditada*, tendo em vista a presente negação da situação do trabalho escravo desde sua *abolição* nos marcos legais do Império, que constituem traço peculiar da sociedade brasileira, tendo em vista a presença de uma combinação econômica, social e política desastrosa frente a tentativas de transformar a questão do trabalho escravo como objeto de políticas públicas, o que não logrou êxito.

A entrada dos anos 1960 demarca um novo momento para a presença dos movimentos sociais que denunciavam e contestavam a insistente presença do trabalho escravo no Brasil, sendo o campo o maior aglutinador de bolsões de trabalho escravo. As aproximações de movimentos sociais ligados à Igreja Católica, com profundas relações com os movimentos agrários, possibilitaram a emergência de um movimento mais ativo, mas que segue sufocado pela imposição de um golpe de estado e a emergência de um regime ditatorial repressivo, com claras definições políticas e econômicas (BRANDÃO; ROCHA, 2013).

A segunda fase compreendida como o *início dos movimentos sociais* nos anos 1970 diante da severa repressão da ditadura civil-militar possibilita, num cenário tão adverso, a emergência de um movimento social organizado e combativo, ao afiançar as suas ações a partir dos movimentos de base da Igreja Católica e denunciar a existência do trabalho escravo, sobretudo na região amazônica, visto

[...] que o problema do trabalho escravo agravava-se e encontrava no Estado o seu principal agente financiador, uma vez que as empresas

denunciadas recebiam financiamentos e incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) (BRANDÃO; ROCHA, 2013, p. 198).

O modelo do chamado *milagre econômico* propugnava o desenvolvimento da Amazônia legal a qualquer custo, processo pelo qual vai se caracterizar um gigantesco incentivo estatal à *recolonização* da região, o que coloca em evidência o lugar da relação do agronegócio com a ditadura, escancarando as relações servis da agropecuária e trabalho escravo, eufemisticamente chamada de “situações análogas à escravidão” pelo legislador brasileiro.

Ocorre, ainda na década de 1970, a criação da CPT (Comissão Pastoral da Terra), movimento social ligado às bases da Igreja Católica, com objetivo de dar visibilidade à existência do trabalho escravo, bem como promover a denúncia das torturas físicas e psicológicas sofridas pelos trabalhadores rurais, sendo responsável pela divulgação de inúmeras violências sofridas pelos trabalhadores no campo. Para (BRANDÃO; ROCHA, 2013), a CPT teve o papel de promover também a denúncia contra as grilagens de terra na região amazônica, tendo em vista o alargamento das fronteiras agrícolas profundamente expandidas durante a ditadura militar.

A CPT foi responsável pela produção de documentos informativos [...] que contribuíram para expor os problemas enfrentados por grupos sociais completamente desconsiderados no ordenamento de políticas públicas no Brasil” (BRANDÃO; ROCHA, 2013), o que possibilita o reencontro, nos anos 1980, com o afrouxamento da ditadura militar e a assunção de uma nova Constituição Federal, a pauta do trabalho escravo toma lugar no embate das políticas sociais, herança esta alcançada, segundo os autores, pela pressão popular dos movimentos sociais ligados à questão agrária.

A terceira fase compõe-se do reconhecimento *da questão e início das ações de enfrentamento*, ao situar seu marco de intervenção a partir da Constituição de 1988, as lutas dos movimentos sociais ligados à terra e ao combate do trabalho escravo começam experimentar as primeiras reações do Estado e da Sociedade frente ao tema do trabalho escravo, ao expor as fraturas de uma relação determinada pela servilidade, pela superexploração da força de trabalho.

Ao aglutinar força a partir de instituições já consolidadas, o Estado reconhece a situação da presença deste tipo de exploração do trabalho humano, afirmando a institucionalização das primeiras medidas

estatais de combate ao trabalho escravo, determinada por uma forte pressão interna e externa dos organismos internacionais de proteção ao trabalho, sobretudo a OIT. Para os autores, ainda nos anos 1990, as ações mais incisivas no combate ao trabalho escravo ocorrem, contraditoriamente, com FHC, com a criação do Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado.

Na quarta fase a *questão torna-se prioritária na agenda de direitos humanos do Governo*, tendo como marco a criação do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo em 2003, com a adoção sistemática de uma política de fiscalização realizada por auditores do Ministério do Trabalho, bem como a adoção de medidas que imputem ao proprietário de terras a perda das mesmas que deveriam ser destinadas à reforma agrária. Neste ínterim, o plano não surte os efeitos esperados, pois não retira o problema do trabalho escravo da pauta e não cumpre as recomendações, tendo sido observado por organismos internacionais, a expressiva falta de vontade política. O lobby da bancada ruralista compõe um dos seus maiores entraves.

A criação do II Plano estabelece a existência de mecanismos de defesa dos direitos do trabalhador retirados da situação de escravidão, com a articulação das demais políticas sociais, sobretudo aquelas vinculadas à assistência social, merecendo destaque o aumento do aporte de recursos financeiros para sua execução. Os autores reconhecem profundos avanços na política de enfrentamento ao trabalho escravo, mas sustentam que a política ainda é tímida e carece de incremento financeiro.

Compondo este marco legal de intervenção, a PEC 483/2001, ratificada pela então Presidente Dilma Rousseff, propõe a destinação das terras onde é identificada a presença de trabalho escravo em vez da reforma agrária, porém a PEC do trabalho escravo circulou pelos corredores do Congresso Nacional por 14 anos, tendo sido aprovada em 2015, mas que segue sem regulamentação até esta data, devido a um acordo com bancada ruralista, que, por sua constituição e posição ideopolítica, é contra a expropriação de terras.

Interessante destacar que os autores não relacionam a questão do trabalho escravo como uma particularidade da atualidade do capitalismo, ao passo que tangenciam a polêmica da atualidade da tese do valor-trabalho, ao situá-la, por várias vezes, como resultado de uma historicidade que por vezes desloca-se da estrutura do capital para uma causalidade posta, sem mediações, o que retira a pauta de uma questão de classe.

O debate do trabalho escravo necessita ser compreendido numa dinâmica muito mais ampla do que a existência maniqueísta de políticas sociais, pois reside na necessária compreensão da extensão do poder das elites agroindustriais, que vêm sendo profundamente beneficiadas com vultuosos repasses públicos, espaço onde se assenta uma questão de classe e o papel do Estado na conformação delas. A questão do trabalho escravo torna-se emergente na mesma medida em que é necessário contestar as extensas propriedades e o modelo de exploração da força de trabalho humana dada no capitalismo.

Os autores caminham para a finalização do artigo, asseverando a importância dos movimentos sociais na conformação de uma política de combate ao trabalho escravo, no cenário da redemocratização vai assinalar a luta pela existência do trabalho digno, regulamentado, no sentido dos direitos humanos, mas compreendem as barreiras impostas por interesses antagônicos, que ocupam cargos no legislativo, ao legislarem em interesse próprio, acentuando e chancelando a escravidão como forma de apropriação completa da força de trabalho humana.

Para os autores, a organização classista, via movimentos sociais, necessita aglutinar forças e tendências, diante do cenário de desmonte das políticas sociais públicas e, nelas, a política de combate ao trabalho escravo, ao passo que o Estado tem se distanciando cada vez mais do alinhamento internacional, do qual o Brasil é signatário, num claro movimento de flexibilização das legislações em torno do trabalho escravo, perpetuando uma prática colonial, com feições modernizadas, mas que se sustenta pela completa expropriação da força de trabalho e da dignidade humana. Para os autores, o papel dos movimentos sociais é fundamental no tensionamento da arena política, mas não deve seguir descolada de uma dimensão de objetivação centrada na crítica ao capitalismo e sua contestação e superação.

No artigo de autoria de (BORTOLI, 2013), a autora busca polemizar a questão do trabalho do catador/a de material reciclável, sobretudo a partir da realidade urbana, em que pesa sua organização social e política na cena contemporânea, donde refundam as práticas empreendedoras, profundamente descoladas e destituídas das determinações das relações sociais vigentes.

Registra-se o trabalho de homens e mulheres na coleta de materiais nas ruas e calçadas do Brasil desde o século passado, donde a necessidade de sobrevivência dos segmentos mais empobrecidos da

classe trabalhadora encontra lastro para manter a subsistência³⁵, porém, com a agudização dos processos de exploração e o crescente quadro de um exército de força de trabalho descartado pelo capital, empurra homens e mulheres ao desenvolvimento de trabalho ligado à coleta e seleção de materiais, sobretudo nas áreas de grande concentração urbana e industrial.

Historicamente, as primeiras formas de organização coletiva dos catadores de recicláveis tomam assento a partir da Constituição de 1988, que reconhece os movimentos sociais como pilares da democracia, sendo que essa organização se constitui nas localidades, tendo forma a partir da realização do primeiro congresso de catadores de recicláveis, figurando como marco da organização coletiva e institucionalizada. O Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis foi criado em 1999, tendo sua fundação ocorrida apenas em 2001 (BORTOLI, 2013).

A definição de uma agenda política e social de defesa dos interesses dos trabalhadores do segmento possibilitou o reconhecimento, em 2002, da Classificação Brasileira de Ocupações, como uma ocupação constante no rol de profissões, apesar de não haver regulamentação da profissão no território nacional. A pauta política do movimento engendrou a necessidade do debate sobre este tipo de trabalho, na perspectiva de conquistas de direitos sociais e trabalhistas, tendo em vista sua inserção como trabalho e sua condição de provedor da subsistência de homens e mulheres que vivem da atividade.

Numa perspectiva de luta social, os embates promovidos pelo MNCR (Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis) encontram resistência à medida que os temas relacionados ao meio ambiente e à sustentabilidade ganham volume na agenda do capitalismo e do Estado, provocando uma rotação na dimensão organizativa do movimento e da própria natureza da atividade, ao deslocar-se da condição de trabalhador para uma posição de agente socioambiental, promotor da limpeza urbana e da sustentabilidade.

As forças produtivas no capitalismo, ao produzir em série materiais cada vez mais descartáveis, efêmeros, que consubstanciam um dos pilares do capital, produzem e vendem produtos cada vez mais

³⁵ Sugerimos a leitura do livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada” de autoria de Carolina Maria de Jesus, que retrata, por meio de um diário, as condições de vida e existência de uma mulher negra e catadora de lixo nas ruas da São Paulo, nos fins dos anos 1950.

desnecessários, que aumentam a rotação e diminuem a sua vida útil, abarrotando as lixeiras de produtos e equipamentos obsoletos, tornando-se este um espaço para a ação do agora agente socioambiental, *colaborador* da sustentabilidade. Retiram o estatuto ontológico do trabalho para o status da *responsabilidade social* e ambiental atribuída ao catador de reciclável.

Reescrevem-se o cenário de coesão anterior, em que catadores eram punidos pela atividade, tendo em vista as inúmeras ações de prefeituras e estados na higienização do espaço urbano, para uma visão “holística”, que tenta conciliar antagonismos de classe, alargando essas questões centrais para a sociedade civil,

[...] como se bastasse à sociedade ampliar sua participação e aos governos criar espaços, tornando os conflitos visíveis e confrontando as diferenças, para resolver os problemas e atender às necessidades sociais (BORTOLI, 2013, p. 252).

Ao aglutinar os marcos legais da coleta seletiva, numa perspectiva puramente de responsabilidade socioambiental, como quer o legislador e o capital, corre-se o risco de perder a compreensão da condição de classe, com profundos impactos na organização coletiva destes trabalhadores e na própria dimensão da apreensão dos processos engendrados pelo capitalismo, tendo o lixo ou recicláveis como expressão inequívoca da (in)coerência das determinações do capital na vida social.

Ao desassociar a chave heurística de compreensão do mundo do trabalho e sua relação com o capital, promove-se um distanciamento dos seus sentidos ontológicos, deslocando as determinações do capitalismo sobre o trabalho e a vida do humano-genérico, determinando a responsabilização da questão social ao trabalhador, ao conformar as chamadas políticas socioambientais que não se colocam a serviço efetivo da humanidade.

Importante, pois, destacar que as aglutinações das forças sociais dos trabalhadores de recicláveis organizados a partir de seus movimentos sociais não circunscrevem apenas as possibilidades geradoras de formas de subsistência, pois essa organização coletiva possibilita o tensionamento das determinações do capital sobre o trabalho e a reafirmação das pautas das lutas gerais da classe trabalhadora numa perspectiva de devir ético essencialmente humano.

O artigo de (CAVAIGNAC, 2013) configura-se como a apresentação parcial de pesquisa de doutoramento, momento no qual foram analisados os processos constitutivos de uma greve de trabalhadores do setor de telemarketing, na cidade de Fortaleza, capital do Ceará, ocorrida no ano de 2007. A autora entrevistou 100 trabalhadores de determinada subcontratada de uma empresa do ramo de telecomunicações e 20 ex-funcionários. A autora entrevistou os trabalhadores durante o período de greve durante os atos públicos do movimento.

A autora lança luzes sobre as condições de trabalho dos trabalhadores do ramo que, pela natureza do serviço que inserem, há a presença ostensiva da pressão pelo alcance de metas impostas pela empresa contratante, bem como a intensificação do ritmo da produção, controle do tempo do trabalhador, baixos salários, condições insalubres de trabalho, condições que impõem ao trabalhador riscos à saúde física e mental.

Um elemento que chama atenção no processo de identificação do movimento grevista, afirmado pela autora como inédito, reside no fato de que os trabalhadores submetidos a condições precárias de trabalho são, de fato, funcionários de uma empresa terceirizada, prestadora de serviços da maior empresa de telecomunicações do estado do Ceará.

A terceirização emerge no setor de serviços como uma saída do capital para recompor suas taxas de lucros, tendo em vista a necessidade do aumento progressivo de extração de mais-trabalho, consubstanciado pela crescente retirada de direitos trabalhistas. A empresa terceirizada emerge como uma realidade flexível, que busca desassociar o vínculo trabalhista e suas obrigações da empresa contratante, ao passo que o trabalhador terceirizado submete-se a condições mais precárias de trabalho, tendo em vista que os terceirizados trabalham pelo menos 3 horas a mais e recebem 24% menos que os trabalhadores próprios.

(ANTUNES E BRAGA, 2009) chamam atenção diante da explosão da esfera dos serviços digitais nos últimos anos, que vem modificando as formas dos vínculos de trabalho (infoproletários), com o agigantamento da prestação de serviços, tais como bancos, operadoras de telecomunicação, onde os processos demandam cada vez menos do trabalho humano, promovendo uma substituição progressiva do trabalho vivo pelo trabalho morto, mas que ainda se utiliza de uma força de trabalho *cybertarizada, hifenizada*, parcial, escancarado a contínua

[...] redução do proletariado taylorizado, especialmente nos núcleos mais avançados da indústria e a paralela ampliação do trabalho intelectual nas plantas produtivas onde essa modalidade de trabalho é requerida, caminham em clara inter-relação com a ampliação generalizada dos novos proletários, mais precarizados, terceirizados e informalizados, tanto na indústria quanto na agricultura e nos serviços, além de suas áreas de evidente conexão, como a agroindústria, a indústria de serviços e os serviços industriais (ANTUNES, 2011, p.414-5).

O tensionamento do movimento grevista analisado pela autora reforça a tese de (ANTUNES, BRAGA, 2009), pois tem seu foco central frente às condições de uma “prestação de serviços” que segue escamoteando a condição de trabalho, mesmo sendo este profundamente precarizado, demonstrando, cada vez mais, um trabalho disperso, fluido, que impacta as formas de organização classista dos trabalhadores, pois, para (CAVAIGNAC, 2013), a presença massiva de jovens que têm o telemarketing como primeiro emprego torna-se materializável e realizável a sua submissão, visto sua condição de aceitar ou engrossar as filas do desemprego estrutural, o que impacta a adesão ao movimento grevista.

Mesmo diante de uma identificação sobre o movimento grevista, é necessário salientar a baixa adesão dos trabalhadores ao sindicato, uma vez que a reprodução ideológica do grande capital contrapõe diametralmente oposta os interesses dos trabalhadores, porém os recursos ideopolíticos empregados promovem um processo de desacreditação do movimento sindical, ao capturar a subjetividade do trabalhador.

A autora reconhece a importância da articulação sindical como forma de garantir o direito à greve dos trabalhadores do segmento, tendo em vista as pautas reivindicatórias dos trabalhadores, numa perspectiva de solidariedade de classe, sobretudo, na direção de consolidação de um projeto coletivo. A presença do sindicato na greve em questão coloca a necessidade de compreender o movimento grevista não como um ato isolado, mas numa perspectiva coletiva de organização classista na defesa dos interesses de homens e mulheres.

Para (CAVAIGNAC, 2013), o movimento grevista não obteve conquistas de todas as pautas de reivindicação, mas registra a importância da existência de um movimento gestado em meio a uma

esfera de prestação de serviços do/ao capital que ainda não havia experimentado nenhuma contestação concreta das condições de trabalho, constituindo-se como um marco ao movimento sindical e uma conquista dos trabalhadores, no sentido de demonstrar o vigor da classe trabalhadora na correlação de forças com o capital.

2.1.10 - Saúde do trabalhador e da trabalhadora

Este eixo temático contém cinco artigos, o que representa 6,94% da produção analisada, é necessário destacar que todos os artigos foram produzidos por assistentes sociais e este eixo temático tem como escopo o debate atual sobre processos de adoecimento aos quais os trabalhadores são submetidos, tendo em vista o alargamento da exploração da força de trabalho.

Os artigos dirigem uma pesada crítica ao modelo centrado na acumulação flexível, que tem acentuado a presença de doenças mentais e físicas nos trabalhadores, bem como os acidentes de trabalho decorrentes de precárias condições de trabalho associadas à intensificação do ritmo de trabalho. Se faz presente, também, reflexões sobre a relação do Serviço Social junto à saúde do trabalhador, como um espaço sócio-ocupacional em potencial ainda não explorado pelos assistentes sociais e instituições empregadoras.

AUTOR	ÁREA DE FORMAÇÃO	TÍTULO DO ARTIGO	CARÁTER DO ARTIGO	REVISTA
Edvânia Ângela de Souza Lourenço Iris Fenner Bertani	Serviço Social	A relação trabalho e saúde no setor calçadista de Franca, São Paulo.	Pesquisa	Rev. Katalysis, v.12, nº 2, 2009.
Ricardo Lara	Serviço Social	Saúde do trabalhador: considerações a partir da crítica da economia política.	Artigo	Rev. Katalysis, v.14, nº 1, 2011.
Aurora Marcionila de Assunção Ferreira Angela Santana do Amaral	Serviço Social	A saúde do trabalhador e a (des)proteção social no capitalismo contemporâneo.	Pesquisa Aplicada	Rev. Katalysis, v.17, nº 2, 2014.
Mônica Simone Pereira Olivar	Serviço Social	O campo político da saúde do trabalhador e o Serviço Social.	Artigo	Rev. S. Social e Sociedade, nº102, 2010.
Jussara Maria Rosa Mendes Dolores Sanchez Wünsch	Serviço Social	Serviço Social e a saúde do trabalhador: uma dispersa demanda.	Artigo	Rev. S. Social e Sociedade, nº107, 2011.

Tabela 10: Relação de ensaios e pesquisas publicadas nas revistas Serviço Social & Sociedade, Revista Ser Social e Revista Katálysis, no período de 2007 a 2014 sobre saúde do trabalhador e trabalhadora. (Elaboração própria)

O primeiro artigo deste Eixo Temático, de autoria de (BERTANI; LOURENÇO, 2009), por meio de pesquisa aplicada (relato de caso), originada de estudos sobre a relação saúde e trabalho, tendo como lócus as bancas de pesponto calçadista da cidade de Franca, lista, busca revelar as relações simbióticas entre o adoecimento físico e/ou mental e as determinações operadas no mundo do trabalho pela lógica destrutiva da reestruturação produtiva. O terreno de pesquisa das autoras circunscreve a cidade paulista de Franca, considerada desde os anos 1980 o maior polo produtor de calçados masculinos do Brasil, incluindo aí a rede de serviços e empresas fornecedoras de matéria-prima para confecção de calçados e similares.

Para (LOURENÇO; BERTANI, 2009), registram-se as bases históricas de produção de calçados na cidade em meados do século XIX, mas seu apogeu se assenta a partir da consolidação de planos econômicos que potencializam o incentivo e o incremento ao microempreendedorismo, o protecionismo ao calçado produzido no mercado interno, o que motivou o consumo e consequentemente a produção, registrando no ano de 1984 a produção de 32 milhões de pares de calçados, o que representa a ocupação de 34 mil postos de trabalho, sendo que, desta produção, a metade exportada e o restante atendendo às demandas do mercado interno. O crescimento vertiginoso demonstra a pujança do setor nos anos seguintes, sendo que o recorde de produção de 36 milhões de pares de calçados é registrado em 1986.

As autoras destacam que, a partir da instabilidade dos planos econômicos, o declínio da produção registra-se ao mesmo tempo em que o plano econômico não se sustenta, derrubando a produção, como resultado efetivo da retração do consumo, processo que leva a uma queda acentuada nos postos de trabalho, registrando na entrada dos anos 1990 um déficit de 16 mil vagas de trabalho (NAVARRO, apud BERTANI, LOURENÇO, 2009).

Seguindo a ciclagem das crises capitalistas dos anos 1990, há, segundo as autoras, um declínio na produção, que tem nos anos 2000 uma recuperação acentuada, com a produção de 35,5 milhões de pares de calçados, mas não se registra a recomposição³⁶ das vagas de trabalho extintas nos períodos de crise, indicando as pistas para compreender a lógica da reestruturação produtiva no setor em estudo.

Resultado da onda liberalizante patrocinada pós-fim do chamado “milagre econômico”, já na entrada dos anos 1990, rebate os reflexos da profunda modificação no padrão de produção do capital, com a inclusão massiva de tecnologias e instrumentos de trabalho capazes de substituir a força de trabalho humana, diminuindo o custo-

³⁶ Dados do Sindifranca (Sindicato da Indústria de Calçados de Franca) revelam que a estimativa de produção do setor coureiro-calçadista de Franca atingiu a marca de 30,9 (milhões de pares), sendo que o registro médio de empregados se fixou em 21.890, o que demonstra que a elevação do nível de produção não corresponde diretamente à criação de novas vagas de trabalho. Para maiores informações <http://www.sindifranca.org.br/estatisticas.html> acesso em 18/06/2017.

trabalho, aumentando a produção, estruturando o modelo de fábrica enxuta, recompondo a produção e o vínculo do homem com o trabalho.

Assim, a

[...] introdução da maquinaria complexa, das novas máquinas informatizadas que se tornam inteligentes, ou seja, o surgimento de uma nova base técnica do sistema sociometabólico do capital, que propicia um novo salto da subsunção real do trabalho ao capital, exige, como pressuposto formal ineliminável, os princípios do toyotismo, no qual a captura da subjetividade operária é uma das precondições do próprio desenvolvimento da nova materialidade do capital (ALVES; ANTUNES, 2004, p.346).

A chamada *modernização* provoca o aumento da produção e consubstancia processos de distanciamento entre o homem e uma vida dotada de sentidos, ao passo que circunscreve processo de estranhamento entre o homem e o produto da ação humana. Concordamos com (ALVES; ANTUNES, 2004), ao afirmarem que a reestruturação produtiva se consolida como um imbricado processo que tem como escopo o aumento da produtividade/lucro, na diminuição exponencial dos custos do trabalho, o que coloca o trabalhador diante de um dilema, submetendo a venda da sua força de trabalho cada vez mais precarizada, desprovida de proteção social e submetida a condições que impossibilitam ao humano-genérico o gozo de uma vida dotada de sentido.

Há uma incompatibilidade entre as possibilidades de desenvolvimento das potências humano-genéricas e o que se convencionou chamar de desenvolvimento do capital, visto que ao subsumir a potencialidade do trabalho às ordens do capital ocorre uma anulação das capacidades dos sentidos universais da vida humana, pois se consubstanciam parâmetros éticos completamente antagônicos e, para (BERTANI; LOURENÇO, 2009), a captura dessa subjetividade pode ser registrada nos aspectos do adoecimento físico e/ou mental dos trabalhadores.

Tomando como ponto de partida a realidade concreta, por meio de entrevista semiestruturada com trabalhadora do setor coureiro-calçadista de Franca, (BERTANI; LOURENÇO, 2009) apresenta o processo de subnotificação dos registros de doenças ocupacionais, tendo

em vista que esta subnotificação está mediada em relação à negação da existência da ocorrência de doenças relacionadas ao trabalho, objetivando o desvínculo entre o trabalho e as doenças causadas. Havendo uma institucionalidade da negação da existência de doenças ocupacionais, há a evidente negação do direito social, seja ele previdenciário, de recolocação profissional ou mesmo aposentadorias ou afastamentos para tratamento.

Agrava-se o fato de que os fios não tão invisíveis da reestruturação produtiva revela a gigantesca transferência do trabalho da grande fábrica calçadista ou das “fabriquetas”³⁷, geralmente espaços domésticos (pequenas fábricas de fundo de quintal), que ocupam força de trabalho infantil, de adolescentes e adultos, sem qualquer tipo de proteção social, bem como a inexistência de um trabalho seguro, ergonomicamente controlado, onde trabalhadores/as mantêm contato com solventes, colas e demais produtos químicos danosos à saúde do trabalhador.

Ao redirecionar o trabalho da grande fábrica para o ambiente doméstico, a existência de doenças ocupacionais, agravos e a existência de outras doenças relacionadas subestabelecem à ordem privada, deixando, na concepção do grande capital, a responsabilidade do adoecimento e sua recuperação diante dos agentes causadores, ou seja, a responsabilização do trabalhador pelo processo de adoecimento. Assim, o trabalho realizado em pequenas fábricas, fazendo com que “o processo de doença e adoecimentos se torna (e) fluído, disperso (...)” (BERTANI; LOURENÇO, 2009, p. 157).

A velha estratégia moralizadora de responsabilização dos trabalhadores pela existência da “questão social” ganha outra roupagem, robustez e capilaridade, ao passo que pretende *substituir* a problemática da exploração acentuada, do achatamento salarial, da extinção de postos de trabalhos formais, da desproteção social do trabalho etc. pela *mágica* solução *empreendedora*, que desloca os processos de produção, bem como a subjetividade do trabalhador.

³⁷ Nome dado pelos trabalhadores a pequenas fábricas, geralmente informais, que invadem o espaço doméstico, donde se desenvolvem processos de produção, em que o grupo familiar é chamado a atuar, tendo em vista que a produção se dá por peças finalizadas. Soma-se a isso a existência do trabalho desprotegido, além da presença do trabalho infantil.

Neste cenário, finalizam as autoras, a notificação dos agravos de doenças relacionadas ao trabalho no setor coureiro-calçadista francano torna-se enviesada, não revelando o real, tendo em vista que esta invisibilidade identificada por (LARA, 2007, apud BERTANI; LOURENÇO, 2004) expõe as entranhas da organização dos processos produtivos circunscritos extramuros da grande fábrica, visto que o acesso ao direito à notificação do agravo é flagrantemente e intencionalmente comprometido, fazendo com que o acesso aos direitos previdenciários e dos demais direitos sociais sigam profundamente invisibilizados, dificultando ou até mesmo negando o seu acesso, bem como a baixa ou inexistente resolutividade dos tratamentos para o reestabelecimento das doenças causadas pelo trabalho desprotegido.

Em seu artigo, (LARA, 2011) aponta reflexões sobre o processo de adoecimento dos trabalhadores, tendo como ponto de partida a compreensão dos nexos causais entre adoecimento e o sofrimento desencadeado por processos de trabalho cada vez mais destituídos de sentidos, em que pesa a acentuação da concentração da extração de mais-trabalho e que submete o trabalho e o trabalhador à lógica da assunção do trabalho morto em detrimento do trabalho vivo.

Recorrendo à legalidade e vitalidade da teoria do valor-trabalho, as inovações tecnológicas operadas a partir da crise estrutural do capital dos anos 1970 e suas decorrentes modificações, sendo evidente o confronto com a rigidez de produção centrado no modelo fordista-taylorista, completamente incapaz de lidar com as contradições próprias do capitalismo, em que pesa a conformação de um novo tipo de momento do capitalismo, eufemisticamente chamado de reestruturação produtiva.

Entendida como um novo momento do capitalismo em direção à recomposição das taxas de lucro, cada vez mais decrescentes, a acumulação flexível se consolida como um processo que

[...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimentos de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 2002, p. 140).

A subsunção dos meios de produção à lógica privada desta apropriação configura-se como uma cisão entre o sentido ontológico do trabalho, em relação direta a suas possibilidades de processar o trabalho por meio destes instrumentos, ao submeter a gerência dos instrumentos a outrem, aqui entendido o capitalista, o que denota um latente descontrolo dos processos produtivos por aqueles que efetivamente produzem a riqueza.

(LARA, 2011), recorrendo a Marx, acentua que há uma inversão das prioridades ontológicas em relação ao trabalho humano e à posse dos instrumentos de trabalho, uma vez que a *racionalidade produtiva* transforma o humano-genérico em apêndice da máquina e, portanto, embora pareça como uma possibilidade de livrar o humano-genérico das cargas exaustivas de trabalho na direção da existência significativa de ser um ser social potente e livre condiciona-o aos limites da máquina, ao passo que as demandas postas ao trabalho passam a ser outras, em que pesa a intensificação pela luta por postos de trabalho ou sua manutenção cada vez mais precária, destituída de direitos e de sentidos.

A intensificação tecnológica operada pela acumulação flexível reordena o mundo do trabalho em favor do capital, ao assentar suas bases no investimento cada vez mais em *capital constante*, o que aumenta a produção material, ocasionando uma dependência cada vez menor dos investimentos no *capital variável*, o que revela a lógica de uma *pretensa* independência do trabalho humano, o que não é possível, pois somente produz riqueza ao capital a apropriação da força excedente do trabalho humano. A tecnologia vai confrontar o trabalho com novas formas de gestão, direcionadas ao aumento da produção, o que coloca em destaque a inscrição de processos de saúde-doença relacionados às atividades desenvolvidas por homens e mulheres, em ritmo cada vez mais acentuado, em que a presença das doenças físicas e mentais torna-se constante.

A incompatibilidade de uma vida no trabalho dotada de sentidos em sua relação direta com aqueles que detêm os meios de produção revela, *in nuce*, a negatividade operada por este tipo de trabalho, que, para (LARA, 2011), degenera, mutila e adoce homens e mulheres, ao submeterem o dispêndio de suas energias em ritmos cada vez mais intensificados dentro e fora do trabalho, tendo em vista a complexidade posta pelo capital na conformação de um modelo de trabalho que supera os limites das oficinas e escritórios, introjetando sua (re)produção na privacidade da vida doméstica.

Para o autor, o debate sobre a saúde do trabalhador intensifica-se a partir dos anos 1980, em que há no âmbito da saúde pública, a

preocupação de compreender a relação entre doenças *ocupacionais* e o trabalho como agente causador, coadunando com a intencionalidade da reforma sanitária, que tem suas raízes numa compreensão das determinações sociais no processo de saúde-doença, entendendo não apenas seu ramo curativo, mas as raízes das causas, compreende-se, a partir das determinações do capitalismo, o que coloca em evidência a participação da luta classista sindical, no tensionamento do tema (SELIGMANN-SILVA et al, 2010).

Para (LARA, 2011, p. 83) a presença mais significativa de doenças relacionadas ao trabalho são lesões “... por esforço repetitivo (LER), os distúrbios mentais provocados pelo estresse, as lombalgias, as perdas auditivas, os problemas oculares”, o que possui relação direta com as condições objetivas do processo de trabalho, consistindo-se em condições precárias de maquinários, ambientes insalubres, exposição a riscos físicos e biológicos, além das determinações sociais operadas pelo capital, em que pesa a insuficiência do salário para sobrevivência, a presença de contratos de trabalho cada vez mais instáveis, inseguros e desprovidos de garantias sociais, o medo do desemprego, o que leva à necessidade de produzir no ritmo impresso pelo capital, provocando sérios danos à saúde do trabalhador.

Recorremos aos dados atuais da Previdência Social que informam que entre os anos de 2009 a 2013 (último período disponível para consulta) foram registradas 10.091.525 (dez milhões, noventa e um mil quinhentos e vinte cinco) concessões de auxílio-doença previdenciário e 1.598.720 (um milhão quinhentos e noventa e oito mil setecentos e vinte) concessões de auxílio-doença por acidente de trabalho³⁸. Os dados demonstram a disparidade das notificações, uma vez que é possível inferir que há um processo de subnotificação dos Acidentes de Trabalho, o que torna o problema invisibilizado ou submetido a uma secundarização diante da magnitude do problema.

Ainda neste mesmo documento, o Ministério da Previdência Social elucida que no mesmo período foram concedidas 56.236 aposentadorias por invalidez decorrentes de acidentes de trabalho. Já o auxílio-acidente decorrente do trabalho soma 81.460 trabalhadores. Nas tipologias diagnósticas, ou seja, nos tipos de doença que originaram a

³⁸ Disponível em <http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2016/09/II-Boletim-2015.pdf>, acesso em 10/07/2017, às 11:03.

concessão de benefícios previdenciários entre os anos 2009 a 2013, dados do Ministério da Previdência Social afirmam que as dorsalgias corresponderam a 628.802 casos, constando como o maior índice registrado nas doenças ocasionadoras de afastamento.

(LARA, 2011) registra em seu ensaio um custo médio estimado de 46,40 (bilhões de reais) no período de publicação do artigo, porém os dados atualizados da Previdência estimam que, no período de 2009 a 2013, somados os afastamentos por acidentes de trabalho, adoecimento no trabalho e doenças custaram mais de 71, 5 (bilhões de reais) ao sistema, o que denota a fragilidade preventiva diante das determinações do mundo do trabalho e seus efeitos que degeneram a vida humana.

Ao considerar a necessidade de articulação e efetiva atuação da atenção primária de saúde (ESF, PSF etc.) não apenas como referência de saúde para o território, mas como estratégia aglutinadora de segmentos dos trabalhadores (sindicatos, associações de moradores, comunidades de base etc.) como estratégia que supere apenas o conceito maniqueísta de saúde e doença, mas que possibilita o tensionamento das demandas por uma saúde do trabalhador realmente condizente com as necessidades de homens e mulheres.

O autor afirma a necessidade da presença de um sindicato que compreenda as demandas novas dos trabalhadores, na perspectiva de ultrapassagem do sindicalismo tradicional, que consolide sua posição na luta de classes em direção à superação desta sociabilidade em que o trabalho degenera e mutila em vez de possibilitar o gozo e a liberdade.

O artigo a seguir é resultado de pesquisa realizada por (AMARAL; FERREIRA, 2014), realizada por meio de aplicação de questionário com perguntas abertas e fechadas a dez trabalhadores em condição de adoecimento ocupacional, buscando compreender as principais dificuldades encontradas por estes diante da proteção social.

As profundas mudanças ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas demonstram incontestemente, o processo de mutação operado pelo capitalismo frente à esfera da produção, ao reconfigurar as formas de produzir materialmente e espiritualmente, tendo em vista que a necessidade capitalista de recompor as taxas de lucratividade lança luzes para compreender a emergência de novos arranjos produtivos, aos quais (HARVEY, 2002) vai chamar de acumulação flexível, modelo que impacta o mundo do trabalho e a relação deste com o trabalhador.

Novas formas de configuração de um trabalho parcializado, com a presença cada vez mais acentuada da máquina, sobretudo, na era informacional, colocam em evidência uma parcela cada vez maior de homens e mulheres submetidos a trabalhos instáveis, terceirizados,

reduzidos o salário por peça ou por hora/produção, a presença da competitividade entre trabalhadores para garantir a manutenção dos postos de trabalho, o medo do desemprego. Tais elementos conjugam-se com o aumento da produção, ao passo que se reduz, cada vez mais, o tempo de trabalho necessário e o conseqüente aumento na extração de mais valor do trabalho humano.

Para (ANTUNES; ALVES, 2004), há uma relação direta com as condições de trabalho e vida de homens e mulheres trabalhadoras submetidos às novas regulações da vida social, que lhes impõe uma decisão cruel de aceitar as condições postas ou engrossarem as fileiras dos desempregados. Aqui, a dimensão de classe e de luta torna-se profundamente alterada.

Para os autores,

Sob a condição da precarização, o estranhamento assume a forma ainda mais intensificada e mesmo brutalizada, pautada pela perda (quase) completa da dimensão de humanidade. Nos estratos mais penalizados pela precarização/exclusão do trabalho, o estranhamento e o fetichismo capitalista *são diretamente* mais desumanizadores e bárbaros em suas formas de vigência (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 348).

Para (AMARAL; FERREIRA, 2014) a relação entre as determinações da acumulação flexível possui entrelaçamento direto com os processos de adoecimento no trabalho, ao considerar a necessidade do capital em diminuir o tempo necessário para produção e ao mesmo tempo requerer deste trabalhador uma maior intensificação do dispêndio de força física e espiritual, ocasiona um profundo desgaste físico e mental de homens e mulheres que, nesta espiral do consumo dessa força de trabalho, circunscrevem a existência do esgotamento físico e mental e dos riscos de acidentes de trabalho, denotando uma das faces degenerativas do trabalho sob a régência do capital.

Assim,

A reestruturação produtiva do capital [...], implicou o surgimento de novas exigências para a classe trabalhadora, configurando uma nova morfologia do trabalho que acentuou as suas precárias condições de saúde e reprodução (AMARAL; FERREIRA, 2014, p. 177).

Ainda no que tange ao papel destinado à acumulação flexível, é resultante deste processo o alargamento do desmonte do estado de direito no âmbito da proteção social, sobretudo na Seguridade Social, que, alçada à condição de direito na Constituição Federal de 1988, foi reduzida à esfera de serviços profundamente comercializáveis (a saúde e a previdência são os exemplos mais evidentes desse desmonte), o que elegeu uma política pobre para os segmentos mais empobrecidos da classe trabalhadora, chamada convenientemente de “usuária” ou mesmo “cliente”.

As autoras apontam destaque neste processo de privatização de parte da seguridade social pública, ao selecionar saúde e previdência como alvos pela iniciativa privada, que elegem a “clientela” por meio da contraprestação³⁹, ou seja, pelo prévio pagamento dos “serviços”, relacionando diretamente com os trabalhadores formais, ao passo que a assistência social segue destinada ao atendimento das parcelas mais empobrecidas das camadas trabalhadoras que não têm ou não terão acesso a serviços privados que lhes garantam as condições de reprodução da subsistência por meio do trabalho (AMARAL, FERREIRA, 2014).

O desmonte da Seguridade Social em curso revela a contrarreforma de um Estado capturado pela noção privatista, gerencial, e, ao que nos parece, torna-se um balcão de negociação da chamada “cidadania”, ao conformar os interesses do capital em detrimento das necessidades mais imediatas dos trabalhadores profundamente despojados de direitos. Neste cenário, a Seguridade Social (Saúde, Assistência e Previdência) se coloca fragmentada, ao atender (e quando atende) às necessidades mais básicas do trabalhador em situação de doença ocupacional, convertendo-as na prestação de serviços sociais focalizados, fragmentados, com conteúdos moralizadores da *questão social*.

O resultado deste processo operado pela acumulação flexível vai ser denotado na fala dos trabalhadores entrevistados pelas autoras ao revelarem a perversidade de um sistema que incide nas mais variadas faces da vida social, ao considerar a aptidão para o trabalho apenas daqueles trabalhadores em condições de saúde, o que demonstra a intencionalidade do capital em apenas extrair do trabalhador a sua

³⁹ Levando em conta a presença da complementariedade da iniciativa privada no Sistema Único de Saúde, já prevista na Lei 8080/90 – Lei Orgânica da Saúde.

vitalidade, correspondendo como uma relação de utilidade/inutilidade no terreno da produção capitalista.

Fica evidente nas entrevistas que as mais nítidas expressões da *questão social* tornam-se latentes, uma vez que estes trabalhadores e trabalhadoras experimentam condições de vida e existência cada vez mais pauperizadas, ao acessarem as políticas sociais cada vez mais empobrecidas e que não atendem às necessidades de homens e mulheres em situação de adoecimento pelo/no trabalho, refletindo materialmente na (re)produção da vida material e espiritual, uma vez que estes trabalhadores perdem, por meio de doenças ocupacionais, habilidades outrora presentes, reconfigurando sua relação com o mundo do trabalho e seu vínculo ontológico com as capacidades autocriadoras do trabalho (BARROCO, 2010).

Ainda que não compreendam em profundidade os *fios invisíveis da reestruturação produtiva*, estes trabalhadores adoecidos pelo trabalho entendem a presença da impossibilidade de desempenharem as atividades profissionais anteriores, visto que a chamada *racionalidade* dos novos arranjos produtivos os empurra para fora dos ciclos de produção, repercutindo nas condições de vida e, sobretudo, no significado ontológico do trabalho para homens e mulheres, que, considerados pelo capital como *despojos* da produção, recorrem às políticas sociais para tentarem satisfazer as mais básicas necessidades humano-sociais.

Para (AMARAL; FERREIRA, 2014) é diante deste cenário regressivo para os trabalhadores que a saúde do trabalhador e as políticas sociais necessitam estarem presentes, na direção do fortalecimento das políticas sociais de Seguridade Social bem como os fundamentos que dirigem a sociabilidade atual, na direção da garantia dos direitos universais ao trabalho, à saúde e à proteção social.

O texto de (OLIVAR, 2010), realiza uma reflexão sobre o processo de institucionalização da Saúde do Trabalhador, compreendida na dimensão de política, sem realizar uma dissecação entre aparato técnico e político, visto que seria um engano metodológico. Para autora, essa definição de política concentra as reflexões sobre a ST numa perspectiva de classe, compreendendo as determinações técnico-científicas que acompanham essa área especializada da saúde e da evidente mediação na correlação de forças das quais ela inerentemente faz parte.

A autora resgata a historicidade da Saúde do Trabalhador, referindo-se à arena de lutas de emergência e reposicionamento desta especialização da saúde, sobretudo, ao recorrer à crítica ao

conservadorismo presente no debate sobre a área, sendo a ruptura dos vínculos que prendiam ou insistem em prender a ST aos modelos de Medicina Ocupacional, da Engenharia de Segurança ou mesmo dos arremedos conservadores presentes na Ergonomia (OLIVAR, 2010).

Ao recorrer a esta crítica, elucida o processo de institucionalização, da qual é perceptível as determinações operadas no campo ideopolítico, ao desconsiderar o processo de adoecimento do trabalhador relacionado às condições de trabalho, sejam elas objetivas ou subjetivas, que, ontologicamente consideradas, emergem das determinações advindas do modelo de produção sob a égide do capital, profundamente reforçado na atualidade, em que pesa as chamadas *novas configurações* da reestruturação produtiva. Neste sentido, deslocam-se as responsabilidades do adoecimento provocado pelas relações sociais de produção para as individualidades, num claro movimento que culpabiliza o trabalhador pelo seu adoecimento.

Deste modo,

Importa, então, desvendar a nocividade do processo de trabalho sob o capitalismo e suas implicações: alienação; sobrecarga e/ou subcarga; pela interação dinâmica de “cargas” sobre os corpos que trabalham, conformando um nexo biopsíquico que expressa o desgaste impeditivo da fluência das potencialidades e da criatividade. (LACAZ, 2007, p. 759/760).

Para (OLIVAR, 2010), os fundamentos essencialmente conservadores e limitadores da ST no pós-Constituição de 1988, evidenciam a descontinuidade e a pouca relevância dada ao tema no campo das políticas sociais, sobretudo no campo da saúde, em que pesa um hiato considerável entre as indicações jurídico-normativas até a alocação da Saúde do Trabalhador em área técnica específica no bojo do Ministério da Saúde. Os influxos neoliberais experimentados na gestão FHC são aprofundados no autoproclamado “projeto democrático-popular” do PT, sobretudo no primeiro mandato presidencial de Lula da Silva.

A conformação de classe operada na gestão Lula da Silva aprofunda o desmonte do Estado, porém sustentada por um apelo popular considerável, que origina das *conquistas* na economia e nas políticas de transferência de renda, por exemplo, o que legitima uma

contrarreforma operada em uma evidente coalizão de classe. Embora haja a presença de uma política conformadora, (OLIVAR, 2010) registra avanços significativos nesta (re)institucionalização da ST, o que representa determinadas conquistas aos trabalhadores e a referida política pública.

Registra-se a criação da COSAT como área técnica de Saúde do Trabalhador, no âmbito do Ministério da Saúde, setor responsável na gestão Lula da Silva pela criação da RENAST (Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador), o que possibilita o reordenamento da Atenção à Saúde do Trabalhador, que até 2002 era compreendida e estruturada como Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador.

Com a criação da RENAST, ocorre a criação e estruturação dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador, o CEREST⁴⁰, em parceria com Estados e Municípios, numa perspectiva de territorialização e co-responsabilização das ações em vigilância na área. Evidente que a existência dos serviços não revela, por si só, a qualidade dos serviços prestados aos trabalhadores e trabalhadoras, considerando que, mesmo os avanços registrados no campo da ST, as determinações operantes do capital diante da contrarreforma do Estado oferecem condições de compreender a dinâmica presente diante das políticas sociais destinadas à “compensação” diante da *questão social*.

Necessário estabelecer mediações da ST não apenas no seu campo jurídico-técnico, mas também a partir da compreensão política, aqui entendemos como uma das expressões da luta de classes, no cenário de disputas de projetos divergentes que, por natureza, são antagônicos e revelam interesses. (OLIVAR, 2010) registra a instância de controle social como essa expressão, ao aglutinar no campo as ST, trabalhadores, Estado, empresariado, sindicatos e movimentos, na disputa por projetos, sendo que para a autora deve [...] ser considerado no sentido de valorizar esta trajetória e especificidade”, mas é importante o registro e a denúncia de que a realização de conferências no formato em que vêm sendo feitas e por temáticas específicas deve ser

⁴⁰ Dados da RENAST informam que atualmente existem 220 Centros de Referência instalados e em funcionamento em todo território nacional, considerando os Centros de responsabilidade dos Estados, municípios e também as Coordenadorias regionais. Para maiores detalhes <http://renastonline.ensp.fiocruz.br/temas/centro-referencia-saude-trabalhador-cerest>. Acesso em: 12/07/2017, às 10:03.

repensada, na medida em que a fragmentação de temas não contribui para a reflexão sobre os destinos do SUS num momento em que a focalização das políticas sociais ganha mais força (OLIVAR, 2010).

Por fim, a autora elabora reflexões relacionadas às possibilidades do trabalho profissional do assistente social diante da Saúde do Trabalhador, como campo prenhe de desafios, a partir das condições de reconhecimento do real, sobretudo numa área na qual comporta a sua condição de trabalhador, numa perspectiva de classe.

Evidente que os fundamentos teórico-metodológicos, a dimensão ético-política e o referencial técnico-operativo possibilitam ao assistente social uma amplitude de mediação que faculta a apreensão do real, da objetividade da qual o humano-genérico é sujeito constitutivo, ao recorrer a fundamentos que lhe possibilitem uma mediação crítica, associada a um devir ético-político, de comprometimento com os interesses da classe trabalhadora, sem deixar de compreender e colocar em movimento os recursos técnico-operativos dos processos de trabalho.

A autora afirma que são variadas as possibilidades do trabalho do assistente social, entre elas, a gestão, elaboração e implementação de projetos e serviços na área da ST, mas que compõem, também, um trabalho de mediação, ao passo que o devir ético que o sustenta possibilita um trabalho coletivo, de caráter político, que pode superar as práticas reificadas, alienadas, tecnicizadas, burocráticas e conservadoras, contribuindo para o desvelamento do aspecto político presente na Saúde do Trabalhador, na direção de construir coletivamente uma política social no âmbito da ST que efetivamente se coloque a favor de trabalhadores e trabalhadoras.

No texto de (MENDES; WÜNSCH, 2011) as autoras buscam realizar uma reflexão sobre a relação entre Saúde do Trabalhador e o Serviço Social, na medida em que aponta os elementos constitutivos desta política específica situada no âmbito da saúde pública, tendo o Sistema Único de Saúde como seu agente gestor e articulador.

As autoras retomam o contexto de institucionalização da Saúde do Trabalhador no âmbito da saúde pública, evidenciando o giro realizado por esta política social no cenário do distanciamento da engenharia capitalista centrada na medicina do trabalho, mecanismo que configurou e ainda configura os limites do capitalismo, apenas a preocupação isolada de acidentes de trabalho, demonstrando os limites estreitos e obtusos de uma política focalizada e centrada na garantia da continuidade da produção e não da saúde do trabalhador.

A saúde do trabalhador garante, mesmo que ainda prenhe de limites, a dimensão social dos processos de saúde-doença, ao

compreender as determinações operadas pelo capital diante da relação capital-trabalho, ao evidenciar o deslocamento do problema individual, para uma compreensão dos processos de trabalho, aos quais homens e mulheres submetem o emprego de suas forças psíquicas e físicas.

Compreender a ST na atualidade requer o desvelamento e as mediações necessárias para não dissociar o processo de adoecimentos de homens e mulheres das determinações operadas pela produção da vida material, sob a égide do capital, que vem buscando estratégias de recomposição das taxas decrescentes de lucros por meio de um modelo de acumulação cada vez mais flexível, em que a presença do aumento da produção contrasta diretamente com os níveis crescentes de miséria dos trabalhadores.

Ao capturar do trabalhador a essência positiva do trabalho, por meio da intensificação da extração do valor-trabalho, possibilita compreender que no capitalismo

[...] o processo de trabalho é danoso à saúde [...] o que aponta outras determinações para o sofrimento, o mal-estar e a doença, relacionados às relações sociais que se estabelecem nos processos de trabalho (LACAZ, 2007, p. 761).

O trabalho no capitalismo não possibilita a existência de uma atividade livre, prazerosa, centrada na satisfação das necessidades humano-genéricas, pois o processo de trabalho no capital é tributário do sofrimento, do adoecimento, da dor e da alienação, evidenciando o resultado de um processo do qual o trabalhador não reconhece o produto e tão pouco tem a possibilidade de possuir o que foi produzido.

Na compreensão da dinâmica capitalista e conseqüentemente de gestão da força de trabalho, (MENDES; WÜNSCH, 2011) asseveram que a ST é um campo ainda aberto para ser explorado, ao comportar-se, mesmo diante de tantos limites operados pelo Capital na esfera do que chamamos de Estado-cartório, diante da elaboração e implementação de políticas sociais no campo da Saúde do Trabalhador. Estas possibilidades superam a relação puramente técnica presente na ST, evidenciando seus componentes sociais e, sobretudo, ético-políticos de classe, espaço este que ainda é uma demanda dispersa ao Serviço Social na compreensão das autoras.

As autoras apontam o debate sobre a esfera dos direitos sociais a partir da estruturação das políticas sociais, sobretudo aquelas vinculadas ao tripé da Seguridade Social brasileira, que representam, mesmo que de

maneira dual, a coexistência de política universal, como a saúde, bem como a presença de uma política atrelada à formalidade dos vínculos de trabalho e consequentemente contributivista (Previdência) e a complexa política de assistência social, que, como resultado desta Seguridade Social híbrida, comporta os segmentos mais empobrecidos, revelando sua característica focalizada e assistencializada (BEHRING, 2008), (RAICHELIS, 2010).

Notório que não se deve considerar a existência destas políticas à existência da profissão, mas é necessário compreender a inscrição do Serviço Social e do trabalho do assistente social frente a tais políticas, evidenciando a sua tradicional presença na formulação, gestão, execução e avaliação, bem como na sua posição político-ideológica de defesa de uma política pública universal para trabalhadores e trabalhadoras.

Diante do que (MENDES; WÜNSCH, 2011) chamou de dispersa demanda, reside ainda a pouca participação do trabalho profissional do assistente social no campo da Saúde do Trabalhador, ao considerar a presença deste trabalhador nas equipes de referência há a possibilidade de

[...] identificar os nós górdios que vêm historicamente engessando as estruturas e determinando condutas profissionais e técnicas conservadoras e reprodutoras de antigas estratégias travestidas de novas. Transformam-se direitos sociais em “benefícios” estabelecendo uma tênue relação entre a garantia e/ou assistencialização desse direito (MENDES; WÜNSCH, 2011, p. 476).

Mediam-se, nesta processualidade, as capacidades teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativa dos assistentes sociais, na possibilidade de compreender o engendramento da sociabilidade capitalista e sua relação com o mundo do trabalho, destacando a compreensão do tipo de organização social da produção que incide diretamente nas contradições impressas nas relações de trabalho, o que se traduz, segundo (MENDES; WÜNSCH, 2011), num processo de adoecimento e exclusão do mundo do trabalho.

Porém compreender essa processualidade determinada no mundo do trabalho pelas relações sociais de produção mediadas com a Saúde do Trabalhador requer que os fundamentos que substanciam a práxis profissional sustentem-se em um sistemático e meticuloso estudo das relações sociais de produção, encontrando na teoria social crítica de raiz

marxiana, substrato teórico-político e ideológico que possibilite esta compreensão e, sobretudo, possibilite a vinculação de um devir ético condizente com os projetos da classe trabalhadora.

2.1.11 - Divisão Sexual do Trabalho

Este eixo temático possui seis artigos, o que corresponde a 8,33 % dos artigos analisados nesta pesquisa, sendo que, destes, quatro são publicações de assistentes sociais e um de uma cientista social, o que demonstra uma relevância da discussão nas revistas do Serviço Social a cargo da profissão, mesmo que não tributária de uma exclusividade.

Neste eixo temático é identificado o debate em torno da divisão sexual do trabalho, a partir da compreensão da feminização do mundo do trabalho, em que pesa as determinações do capital operadas na esfera do trabalho em direção a uma constante desvalorização do trabalho da mulher frente aos demais trabalhadores homens, o que põe em discussão a presença institucionalizada de um machismo funcional ao capital, ao atribuir representações de valores às mulheres, quer seja na vida doméstica, quer na esfera profissional.

AUTOR	ÁREA DE FORMAÇÃO	TÍTULO DO ARTIGO	CARÁTER DO ARTIGO	REVISTA
Florencia Luci	Ciências Sociais	La división sexual del trabajo de mando: carreras.	Pesquisa Aplicada	Revista Katálysis, V 13, 2010.
Marina de Carvalho Cordeiro	Ciências Sociais	Mulher, mãe e trabalhadora: breve balanço de recentes políticas de conciliação entre trabalho e vida familiar no Brasil.	Artigo	Rev. Ser Social, V. 10 nº 23, 2008.
Simone Simões Fassarella	Serviço Social	O trabalho feminino no contexto da pesca artesanal: percepções a partir do olhar feminino.	Artigo	Rev. Ser Social, V. 10 nº 23, 2008.
Claudia Mazzei Nogueira	Serviço Social	A divisão sexual do trabalho no sistema de integração agroindustrial.	Artigo	Rev. S. Social e Sociedade, nº111, 2012.
Rita de Lourdes de Lima Franciclécia de Sousa Barreto Silva Amanda Kelly Belo da Silva Milena Gomes de Medeiros	Serviço Social	Trabalho doméstico e desproteção previdenciária no Brasil: questões em análise.	Pesquisa teórica	Rev. Katalysis, v.13, nº 1, 2010.
Marlene Teixeira Rodrigues	Serviço Social	A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer?	Estudo	Rev. Katalysis, v.12, nº 1, 2009.

Tabela 11: Relação de ensaios e pesquisas publicadas nas revistas Serviço Social & Sociedade, Revista Ser Social e Revista Katálysis, no período de 2007 a 2014 sobre divisão sexual do trabalho. (Elaboração própria)

O artigo de (LUCI, 2010) expõe uma reflexão derivada de uma pesquisa realizada em oito empresas de diversas áreas na Argentina, evidenciando um recorte com entrevistas com mulheres e homens em atividades gerenciais ou diretivas, sendo 20 e 68 sujeitos entrevistados, respectivamente. A pesquisa objetivou compreender o processo de subordinação das mulheres diante de atividades gerenciais ou como chama a autora, *management*, representando os altos postos de empresas naquele país.

Para (LUCI, 2010), a presença da mulher em altos postos diretivos de empresas submete-se ao que ela chama de “teto de vidro”, emergindo como uma barreira imposta pela divisão sexual do trabalho,

em que impossibilita a ascensão de mulheres aos topos da carreira e, conseqüentemente, aos maiores postos de mando de empresas. Para ela, esse *teto de vidro* representa, no nível mais imediato, uma subalternização que impõe à mulher limitações e, segundo a autora, redundam na particular participação de mulheres frente a setores como Recursos Humanos, por exemplo.

Embora a ascensão a postos gerenciais represente algum avanço da mulher no mundo do trabalho, observa-se que ainda se limita o lugar da mulher no espaço de gestão da vida dos trabalhadores, como o setor de RH e o próprio Serviço Social, por exemplo, em que pesa a conotação de cuidado, atenção, assistencialização, o que demonstra que, para esta divisão sexual do trabalho determinada pelo capital, a mulher ainda é depositária de uma determinada valoração moral, ao passo que desconsidera a igualdade de capacidades profissionais e intelectuais.

Essa vinculação ao papel do *cuidado* demonstra para (LUCI, 2010), que a posição hierárquica das mulheres em empresas ou negócios ainda se restringe a determinados setores intermediários da gestão empresarial, ficando evidente na sua pesquisa a inexistência de mulheres diante de cargos diretivos em áreas estratégicas, como planejamento e financeiro, por exemplo. Para a autora, mais uma vez a metáfora do teto de vidro se impõe à mulher na divisão do trabalho.

Outra questão que marca os estudos de (LUCI, 2010) reside na vinculação do *sucesso* profissional que sustenta a sociedade do capital, em que pesa a presença cada vez mais individualizante do escandaloso e constante estímulo à competitividade entre trabalhadores, além do reforço do desempenho de papéis que coadunam vida profissional e doméstica, evidenciando uma das faces da lógica neoliberal.

Tomada nesta direção

La carrera femenina de éxito parece ser aquella que se adapta al modelo dominante logrando hacer frente a las constricciones temporales y geográficas de la carrera, al mismo tiempo que resuelve la dimensión doméstica con servicios mercantilizados y, fundamentalmente, el apoyo del cónyuge (LUCI, 2010, p. 36).

Transferindo o ritmo de trabalho intensificado para os limites da vida privada, ainda que pese a atribuição de papéis sociais à mulher, que a colocam na condição de mãe e esposa, por exemplo, reposiciona-se a organização da vida doméstica, ao imprimir o mesmo ritmo da empresa

no ambiente privado, com a presença de relações mercantilizadas. Para a autora, não se trata de fazer uma reafirmação do papel da mulher na vida doméstica, mas de compreender como a vida profissional impõe ritmos na privacidade da vida doméstica, ainda que atribua esses chamados papéis de cuidado à mulher.

A autora considera a presença do machismo e do patriarcado no ambiente da gestão como uma das causas centrais que impossibilita a mulher a assumir funções de grande relevância nas organizações, mas associa-as, também, aos ciclos de vida da mulher, em que emergem questões como gravidez, que, na visão empresarial e nas entrevistas de homens em funções diretivas, elevam os custos do trabalho e impactam a esfera da produtividade das atividades vitais de uma função de direção. Residem aí dois elementos em nossa compreensão: a) o custo-trabalho revela a lógica do capital em reduzir o investimento em capital variável; b) a necessidade de manter os ciclos de produção crescentes, mas que revela a presença de um machismo que impõe limitações à mulher devido à gravidez, por exemplo.

Neste sentido, (LUCI, 2010) esclarece que a metáfora do teto de vidro se consolida nas empresas pesquisadas na Argentina, ao compor elementos que impõem à mulher restrições de acesso a cargos elevados das hierarquias, ao evidenciar a presença ostensiva de um discurso machista, que desconsidera suas capacidades.

A autora finaliza seu artigo afirmando que a necessidade de derrubar o patriarcado emerge como tarefa indispensável à humanidade, ao passo que a igualdade de capacidade entre homens e mulheres não pode estar restrita a condições impostas por uma divisão sexual do trabalho que anula a possibilidade das mulheres de ascender postos hierárquicos tradicionalmente ocupados por homens. Vale destacar que a derruição de uma sociedade centrada na figura do homem passa pela necessária contestação da sociedade de classes, o que torna a tarefa de ultrapassar o capitalismo necessária.

No texto de (CORDEIRO, 2008) é abordada a reflexão sobre o desempenho dos papéis sociais destinados às mulheres trabalhadoras, a partir de uma compreensão do lugar que as políticas sociais públicas ocupam no cenário da reprodução de uma lógica cada vez mais centrada na necessidade de intensificação do trabalho e, conseqüentemente, na intensificação da produção.

A autora refere-se, especialmente, às políticas destinadas às crianças de zero a seis anos de idade, considerados pela legislação público usuário de serviços de cuidados educacionais e sociais, na modalidade de creches que representam, em um nível imediato, a

responsabilização do Estado frente à política social, bem como demonstra o reforço da moralização por meio do trabalho, tendo em vista que tradicionalmente o acesso de crianças nestes serviços socioeducacionais está restrito à comprovação de trabalho dos pais, sobretudo da mãe.

O destaque para as políticas sociais públicas estruturadas nos últimos anos demonstra a capacidade conciliadora entre vida profissional e vida doméstica, ao reforçar os papéis da mulher na direção da vida intramuros, o que impõe a restrição do mundo doméstico sob responsabilidade de mulheres, apenas. É, pois, necessário compreender que as novas configurações das políticas sociais, sobretudo aquelas ligadas à assistência social e a algumas esferas da educação infantil, escondem as intencionalidades ao assumirem discursos familistas, em que pesa a reponsabilidade da gestão doméstica às mulheres trabalhadoras, empregadas ou não.

A famigerada *centralidade da família* emerge como uma resposta ideológica à conformação da situação de empobrecimento, mas também responde a um conjunto de elementos ideológicos, estruturados em um modelo de sociedade que sustenta ranços do higienismo diante da pobreza e reside, aí, determinados papéis destinados à mulher negra, pobre e trabalhadora.

A autora equivoca-se ao conceber as políticas sociais no âmbito da educação infantil (creche) como políticas de um Estado de Bem-Estar Social, atribuindo à política social um fundamento que diverge da raiz que sustenta sua estratificação híbrida, entre as requisições das necessidades dos trabalhadores e suas determinações ideológicas. Para (CORDEIRO, 2008), a política social emerge como possibilidade da mulher em possuir tempo livre para conciliar trabalho e vida doméstica, numa clara rotação de compreensão da política, dissociando os elementos constitutivos desta, sobretudo com o mundo do trabalho.

O tempo livre se coloca como uma atividade que, liberta das determinações operadas pelo capital, possibilitaria o humano-genérico gozar de uma vida plena, donde as capacidades humanas poderiam ser colocadas em movimento, gerando prazer e satisfação, porém torna-se um tempo livre dirigido à (re)produção do capital, visto que o tempo livre no capital é o desemprego.

Reforça-se o papel de trabalhadora, mas sem desconsiderar os papéis desenvolvidos na condição mãe, que nos parece *sine qua non* para autora, em que secundariza as responsabilidades dos homens na educação dos filhos e na colaboração da divisão das tarefas no âmbito doméstico. Necessário chamar atenção para a atualidade da política

social, em que se refunda e refuncionaliza na ideia de papéis sociais destinados a mulheres, mesmo que trabalhadoras, em que as tarefas domésticas tornam-se uma extensão de segundo e terceiro turno do trabalho, reforçando a sociedade patriarcal.

No artigo de (FASSARELLA, 2008) a autora aborda a existência do trabalho feminino em uma comunidade pesqueira localizada no município de Rio Grande, no RS, tendo sido realizada pesquisa com três mulheres pescadoras, com a adoção da técnica de história de vida, dando origem material que revela as condições de vida e trabalho diante da pesca artesanal.

Para (FASSARELLA, 2008) a organização em torno do trabalho na comunidade pesqueira de matriz artesanal se configura por meio da intervenção do humano-genérico com a natureza, por meio de processos de trabalho, dos quais a retirada do sustento dos grupos familiares provém, basicamente, do trabalho masculino frente à captura de frutos do mar, sendo na comunidade pesquisada a extração de peixes, camarões e siris como atividade principal.

Na forma de organização do trabalho na comunidade pesqueira fica evidente um processo de segmentação social dos papéis desempenhados, revelando a presença marcante de uma lógica que impõe à mulher a execução de atividades do cuidado doméstico, da educação dos filhos, da gestão da vida familiar, enquanto, para os homens, cabem os papéis de subsidiar as necessidades do grupo familiar, em que pesa o trabalho em alto mar como atividade central da comunidade (FASSARELLA, 2008).

Demonstra a presença de uma particularização de uma divisão sexual do trabalho que, sustentada nos moldes da fábrica, impõe a definição de papéis sociais a homens e mulheres, ficando evidente nas falas das pescadoras as atividades consideradas domésticas e aquelas realizadas à margem do trabalho dos homens, como a descasca de camarões e demais procedimentos de tratamento dos pescados, entendidas e desvalorizadas social e economicamente, conforme relatos das pescadoras.

Na compreensão das pescadoras, essa processualidade se processa historicamente, tendo em vista as formas de inserção neste tipo de trabalho, constituem-se a partir de uma dupla realidade: a) de origem familiar, onde a mulher se coloca no auxílio do pai pescador ou b) na colaboração com os maridos e companheiros pescadores. Neste sentido, reforça-se a presença marcante do homem neste processo de trabalho, revelando, segundo a autora, uma relação essencialmente verticalizada e patriarcal de (re)produção social.

Observa-se, a partir das entrevistas, que as mulheres pescadoras reconhecem as atividades duplas desempenhadas (doméstica e pesca), mas não compreendem a inserção desta atividade na (re)produção do grupo familiar, bem como não reconhecem a sua validade produtiva inscrita na esfera do mundo do trabalho, reproduzindo o discurso de submissão desta atividade, reforçamos, produtiva, como uma atividade inferior, secundária ao trabalho desenvolvido pelos homens pescadores.

Isso tem mediações diretas na identificação da baixa remuneração das atividades desempenhadas pelas pescadoras, ao passo que esta remuneração insuficiente pode revelar, segundo (FASSARELLA, 2008), a desvalorização e minimização do trabalho feminino, o que consequentemente determina as formas de existência objetiva e subjetiva, influenciando, também, a organização coletiva destas mulheres em torno da produção e garantia de direitos, na direção de uma profunda desmobilização.

A autora encerra seu artigo apontando a necessidade de estabelecer uma relação com os processos produtivos na pesca artesanal das formas de organização coletiva de mulheres e homens em torno das atividades desenvolvidas, no sentido de possibilitar a visibilidade e consequentemente o reconhecimento do trabalho da mulher. Entendemos a validade, porém é necessário compreender o papel da classe trabalhadora na (re) definição de uma agenda política que compreenda todas as necessidades humanas, em direção de uma objetivação em torno destes projetos, que tenham a superação do domínio do capital sobre os meio de produção e da riqueza socialmente produzida.

A reflexão realizada por (NOGUEIRA, 2012), proveniente de resultado parcial de pesquisa⁴¹ de produtividade, bem como de parcial apresentação dos resultados de pesquisa de pós-doutoramento, revela as tramas organizacionais do capital frente ao que se convencionou chamar de agronegócio, explicitando a faceta perversa do sistema de produção integrada avícola no oeste catarinense, evidenciando a presença do trabalho da mulher, tendo como referência de análise uma forte (re)apresentação da divisão sociossexual do trabalho.

⁴¹ A autora realizou coletas de depoimentos de mulheres e homens trabalhadores do sistema integrado de produção da empresa Brasil *Foods*, holding que conforma as marcas Sadia e Perdigão. Como recorte da pesquisa, (NOGUEIRA, 2012) realizou a pesquisa apenas com trabalhadores da marca Sadia.

A autora explicita a existência do sistema integrado⁴² de produção avícola como uma expressão da reestruturação produtiva tendo seu início nos 1970 e sua agudização na passagem dos anos 1990, acentuando um modelo gerencial centrado na dispersão da produção, realocada em áreas em que o valor da força de trabalho é mal remunerada devido à presença de uma massa sobrando de força de trabalho. Evidencia também a presença de um reordenamento da esfera produtiva, ao passo que assevera os modelos gerenciais centrados no alargamento da produção, na presença massiva do uso de tecnologias, bem como na desregulamentação do trabalho, em um sistema que apregoa a *liberdade* do negócio e das relações de trabalho, ao assumir o discurso das parcerias entre capital e trabalho, levando a cabo a incorporação de uma subjetividade que repõe o trabalhador como *colaborador, parceiro*.

Neste sentido, ao incorporar o discurso de parceria, (NOGUEIRA, 2012) afirma que a trajetória do sistema integrado grande empresa pequeno produtor reafirma a presença de uma das facetas das formas de condução desta reestruturação na esfera do trabalho e da produção. O sistema integrado deforma as relações contratuais de trabalho, ao assumir o emprego da força de trabalho humana sem qualquer tipo de garantia ou proteção social, com a presença de jornadas extensas de trabalho, em que pesa a necessidade de bater metas de produtividade, a fim de consolidar a relação contratual existente entre produtores rurais e grande empresa.

Efeito desta acumulação flexibilizada, o pequeno agricultor, agora chamado de *parceiro ou associado*, encontra-se situado numa condição de extrema dependência do capital, ao passo que tem sua produção submetida às regras impostas e, diante de uma presente instabilidade inerente e funcional ao capital, vê-se diante de um risco eminente de não saber o quanto receberá por lotes produzidos (NOGUEIRA, 2012; LUSA, 2008).

Esta submissão do campo dos ditames da organização capitalista transveste-se e incorpora a retórica da *liberdade* do e no trabalho, do

⁴² Trata-se de um sistema de produção entre pequenos produtores rurais e a grande empresa, a qual cabe oferecer os insumos necessários para criação de aves, compondo, além disso, a oferta de assistência técnica, alimentação, vacinas etc., sendo que cabe ao produtor o emprego da força de trabalho, quer seja dele e/ou do grupo familiar, seguindo o ritmo de produção estabelecido pela empresa integradora.

empreendedorismo, mas que na realidade coloca em evidência o ritmo imposto pela grande empresa seguindo a lógica do trabalho intrafábrica, determinando uma intensificação da produção para atender às necessidades de produzir matérias-primas para a indústria, emergindo a composição de emprego de força de trabalho de todo grupo familiar, indistintamente, visando dar vazão a uma produção cada vez mais acentuada, atendendo às exigências do capital.

É neste cenário que (NOGUEIRA, 2012) vai elucidar as determinações do trabalho feminino diante do sistema integrado de produção avícola no oeste catarinense, como uma expressão combinada da acumulação flexível e da presença de um universo cuja dominação se coloca ao sexo masculino, em detrimento da mulher, mas que segue muito propício à reprodução do capital, ao submeter o trabalho feminino a um modelo de subalternidade, sobretudo diante da baixa ou mesmo inexistente remuneração do trabalho no campo.

A divisão sociosexual do trabalho no campo revela uma face perversa das relações sociais determinadas pela produção, ao passo que cabe às mulheres mediar o trabalho realizado no campo, com o trabalho doméstico, num claro e evidente movimento de dupla, às vezes, tripla jornada, mas que remete à mulher o desempenho de funções socialmente determinadas quer seja o cuidado da casa, dos filhos, do marido, da alimentação, enfim, daquelas tarefas impingidas *apenas* às mulheres.

Isso fica evidente nos depoimentos das trabalhadoras, que relatam, com muita clareza, as atividades desenvolvidas que combinam o trabalho no campo com as atividades domésticas e até mesmo socioafetivas de cuidado, desvelo e proteção, como resultado de uma processualidade histórica de submissão da mulher à esfera do cuidado. Assim, essa divisão sexual do trabalho, tendo no campo uma das manifestações, atribui ao homem as tarefas imediatas de subsistência da família, bem como a gerência financeira da propriedade, negociações da produção etc. Assim, “[...] a divisão sexual do trabalho nas pequenas propriedades familiares rurais se apoia, em grande medida, na dominação presente na hierarquia familiar [...]”, centrada nos modelos matrimoniais, na herança familiar e na propriedade, revelando uma distância da “igualdade substantiva” (NOGUEIRA, 2012, p. 418).

Nesta direção, a presença de uma divisão sexual do trabalho no sistema integrado avícola pesquisado demonstra a presença da submissão da mulher às determinações operadas pelo capital, que segue profundamente fetichizado e funcional, pois o uso da força de trabalho da mulher não paga (entendendo o processo de um trabalho não

remunerado destas com os companheiros ou pais, além do trabalho doméstico imposto), ou, com rendimentos abaixo da média dos homens, revela uma processualidade histórica, centrada no atual modelo de produção.

Assim,

O peso imposto pelo “sistema do capital” sobre as mulheres para que haja a manutenção das especificidades “naturais” e a situação delas no espaço do trabalho assalariado é profundamente injusto. Em vez de se verem aliviadas “como pretenderia a retórica da oportunidade” de direitos iguais “para as mulheres e da eliminação de qualquer discriminação de gênero”, o que elas presenciam de fato é, ainda, uma acentuada precarização da sua força de trabalho (MÉSZÁROS, 2002, p. 302-303) (NOGUEIRA, 2012, p. 422).

Deste modo, para a autora, é inegável que a presente feminização do mundo do trabalho possibilita o reconhecimento de uma “positividade”, que é colocada de forma parcial, tendo em vista as imposições de relações sociais que alargam o abismo de uma divisão sexual do trabalho, em que a mulher é colocada numa posição de submissão ao “mando” do homem, reforçando o modelo patriarcal.

Assim, compreender que a divisão sociossexual do trabalho no cenário do sistema integrado pressupõe o entendimento da presença do modelo patriarcal no contexto da produção, assumindo características articuladas entre as esfera da geração de valor e esfera da (re)produção.

Este hiato contraditório que compõe a feminização do mundo do trabalho e a presença de uma divisão sociossexual do trabalho calcada no domínio do homem emerge como material farto para estudos e reflexões para o Serviço Social brasileiro, que, nas últimas décadas, assumiu hegemonicamente um devir de classe, que compreende e empreende esforços de construção de eliminação de todas as formas de preconceito, etnia, gênero ou condição sexual, em direção à socialização da riqueza socialmente produzida por homens e mulheres trabalhadoras.

Mas é imprescindível reconhecer que o sistema integrado avícola representa a existência de um modelo sustentado na intensificação da força de trabalho de homens e mulheres do campo, demonstrando, para (NOGUEIRA, 2012), a presença de uma relação edificada na precarização do trabalho humano, bem como a acentuação de uma

divisão sexual do trabalho, em que pesa a submissão do trabalho da mulher. Trata-se, portanto, da lógica irracional do capital, que conforma e erige sua (re) produção em todas as esferas da sociabilidade.

No artigo de (LIMA, et al, 2010) as autoras debatem a relação entre trabalho doméstico, gênero, divisão sexual do trabalho e Previdência Social, considerando as relações desiguais estruturadas diante de uma profunda distinção entre trabalho de homens e mulheres, ao referirem-se à determinada funcionalidade do patriarcado ao capital, diante da submissão da mulher às condições de trabalho e, invariavelmente, na sua determinação para a vida doméstica.

Sustentando suas reflexões, as autoras comparam a estruturação do patriarcado como uma expressão do próprio desenvolvimento do capital, que estabelece, a partir da racionalidade da produção, determinações de representação de papéis diante da sociedade e, consequentemente, no mundo do trabalho, ao passo que evidencia a sujeição do trabalho feminino e sua condição biológica de ser às esferas da (re)produção da vida social. Embora estabeleçam os nexos causais entre o desenvolvimento de uma relação social sustentada pela privatização dos meios de produção, o modelo do patriarcado no capitalismo reforça a associação da imagem-mulher condicionada ao ciclo doméstico, ao reafirmar um papel submisso à (re)produção de um pretense modelo de família, impingindo às mulheres a oferta do cuidado, do afeto, da administração da vida doméstica, da educação da prole, seguindo um tipo de reprodução essencialmente indispensável aos processos de produção do capital.

Assim,

[...] o trabalho realizado no âmbito doméstico se desenvolve fora dos contornos do mercado, não produzindo valores de troca, configurando-se, portanto, como um trabalho não mercantil, de produção de valor de uso (LIMA, *et al*, 2010, p. 42).

É necessário que a discussão sobre a mulher perpasse pela perspectiva de gênero, bem como o debate a partir de uma visão fundada na classe que, necessariamente, remete desenhar as tramas impostas por um modelo de relações sociais sustentado na presença da invisibilidade da mulher diante da vida social, remetendo-a aos limites estreitos da vida privada, sendo esta, como afirmamos, extremamente funcional à produção de valor de uso.

No contexto do esgotamento do modelo que propugnou os anos dourados do capitalismo a crise do capital foi trazida, asseverada por uma recessão que repõe o capitalismo em escala global, numa onda crescente de liberalização da economia e de profunda flexibilização, que impõe aos trabalhadores os custos de sua crise. O mundo do trabalho se recoloca diante de processos que aumentam a produtividade do capital ao mesmo tempo em que descarta um contingente cada vez mais crescente de força de trabalho humana e, neste cenário, o trabalho da mulher recebe um influxo de precarização.

Para as autoras, acirra-se o contexto ao situar o debate sobre gênero e patriarcado diante do alargamento do uso da força de trabalho da mulher, essencialmente com menores remunerações, a considerar os salários pagos a homens, além da identificação de condições mais precarizadas de trabalho, bem como a existência de uma dupla jornada, considerando a vida doméstica como um trabalho estendido e não remunerado.

Associa-se a estes fatores a presença do trabalho da mulher negra e pobre, tendo em vista uma profunda relação ainda estabelecida e não rompida, evidenciando traços de uma sociedade ainda marcada pela escravidão recente, compreendendo, neste cenário, o lugar que o trabalho ocupa na divisão sexual do trabalho (IAMAMOTO, 2008). Assim, destinam-se às mulheres negras e pobres as relações de trabalho mais precarizadas, sobretudo diante do trabalho doméstico que corresponde a uma grande parcela de empregabilidade e que, sustentado numa relação ainda de mandonismo, não superou o largo processo de não reconhecimento da atividade, bem como a existência efetiva de uma proteção social ao trabalho.

O trabalho doméstico segue na atualidade com algumas imposições legais de proteção social, tendo em vista a existência de legislações ainda muito flexíveis ao patronato, que corroboram uma profunda desproteção social de mulheres, sobretudo. As autoras afirmam que as primeiras formas de vinculação das mulheres domésticas com a Previdência Social só se consolidam nos anos 1970, após o reconhecimento da função como profissão, mas que seguem nos anos posteriores sem ganhos expressivos. A Previdência Social centrada na contributividade acampa as trabalhadoras domésticas em situação de formalidade contratual de trabalho, excluindo, como ainda são, as mulheres não formalizadas, o que as empurram à assistência social para garantirem a sobrevivência.

A (des) proteção social das mulheres demonstra os limites impostos pela lógica neoliberal que penaliza os trabalhadores e as

mulheres em situação de emprego/desemprego, pois, para as autoras, representam, no campo do gênero, a reprodução do conservadorismo e mais do que isso, na esfera da (re)produção do capital, tendo em vista a funcionalidade das políticas sociais postas diante do trabalho ou da falta de acesso a ele, centradas na divisão sexual do trabalho.

Neste sentido, as autoras asseveram que a presença e a permanência de um trabalho doméstico submetido à invisibilidade social e jurídica, ainda que algumas conquistas fossem registradas, não afasta as relações de negociação entre “patrões e empregadas”, relação que subordina a mulher a condições de um trabalho desprotegido, o que perpetua um trabalho precário e sem proteção social (LIMA, *et al*, 2010).

À medida que se constata a presença de um trabalho desprotegido, sem garantias sociais, emerge o distanciamento da proteção social, restando o acesso a serviços descontinuados, focalizados, fragmentados de políticas de assistência social, ou até mesmo as de caráter filantrópico, o que não compreende a satisfação de uma parcela cada vez maior de homens e mulheres profundamente em situação de precariedade.

As autoras entendem que se faz necessária uma ampliação dos direitos sociais relacionados ao mundo do trabalho, a fim de cobrir as parcelas de trabalhadores e trabalhadoras mais precarizados, mas que não supera a necessidade de construção de um devir ético de classe em direção à superação de uma sociedade fundada na exploração e apropriação das riquezas socialmente produzidas por homens e mulheres rumo a uma humanidade radicalmente nova.

(TEIXEIRA, 2009) em seu artigo problematiza a questão da prostituição e seu sentido enquanto trabalho inscrito na esfera da prestação de serviços sexuais, de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO MTE), desde o ano de 2003. A autora traça uma linha de reflexão em torno do trabalho sexual feminino.

Para a autora, o processo de ressignificação da prostituição enquanto atividade profissional tem sua exegese na passagem dos anos 1970/1980, diante do processo de organização coletiva de profissionais do sexo, ou, como consta no texto, prostitutas, no sentido de um movimento profundamente colado aos movimentos feministas, das liberdades sexuais da mulher, de movimentos da área da saúde e outros movimentos sociais (TEIXEIRA, 2009).

A necessidade de contestação da perspectiva jurídico-policialesca dada à prostituição desde os anos 1940, enraizada no Código Penal, associada a um profundo ranço conservador presente na

sociedade brasileira, põe a temática em evidência, tendo como momento ímpar a inclusão da prostituição como profissão na CBO, evidenciando a necessidade do parlamento brasileiro em polemizar e garantir direitos sociais e trabalhistas aos/às profissionais do sexo.

A apresentação do Projeto de Lei 98/2003, de autoria do então deputado federal Fernando Gabeira, propunha a regulamentação do trabalho dos profissionais do sexo em todo território nacional, com a previsão de reconhecimento e estatuto legal, bem como as garantias fundamentais inerentes à função, além de suprimir do Código Penal de 1940 os artigos 228 a 231, que penalizam e punem a prática da prostituição (TEIXEIRA, 2009).

A presença e intensificação da bancada conservadora no parlamento brasileiro, identificado, sobretudo, a partir dos anos 2000 com a presença de grupos religiosos, ufanistas e os chamados partidos cristãos, defendem bandeiras diametralmente opostas às bandeiras libertárias, entre elas, o profundo ranço conservador diante da resistência no reconhecimento de direitos sociais de prostitutas, da comunidade LGBTT, legalização do consumo de drogas, descriminalização do aborto etc. O culto à moral e à honra transcende as portas dos templos religiosos e do ambiente doméstico e incorpora discursos de um Estado que pretensamente é laico.

Para a autora, ao incorporar o debate necessário sobre a regulamentação da prostituição como atividade profissional, requer, para além do debate político e ideológico, a compreensão sobre o trabalho e seu significado, buscando deslindar como se constitui esse processo de apropriação dos instrumentos de trabalho e sua mediação entre homem-natureza, além da relação de exploração, entendido a partir de uma organização e em torno deste trabalho e sua prestação na esfera dos serviços. Eis um desafio.

2.1.12 - Trabalho e questão agrária

Compondo o quadro de eixos temáticos desta tese, apresentamos a seguir dois artigos relacionados ao debate do mundo do trabalho a partir da perspectiva da questão agrária, o que corresponde a 2,77 % dos artigos selecionados e analisados.

Nos artigos, os autores se dedicam a compreender os traços determinantes do capitalismo no meio rural a partir de um largo processo de submissão à lógica produtiva do capital, situando as atividades rurais que, sustentadas na função de subsistência ou de base

produtiva familiar, migram-se para uma escala acentuada de produção, intensificada aos mesmos moldes da grande indústria.

AUTOR	ÁREA DE FORMAÇÃO	TÍTULO DO ARTIGO	CARÁTER DO ARTIGO	REVISTA
Suenya Santos da Cruz	Serviço Social	O fenômeno da pluriatividade no meio rural: atividade agrícola de base familiar.	Artigo	Rev. S. Social e Sociedade, nº110, 2012.
Raquel Santos Sant'Ana	Serviço Social	Trabalho e desenvolvimento: a realidade rural e a questão social.	Artigo	Rev. S. Social e Sociedade, nº120, 2014.

Tabela 12: Relação de ensaios e pesquisas publicadas nas revistas Serviço Social & Sociedade, Revista Ser Social e Revista Katálysis, no período de 2007 a 2014 sobre trabalho e questão agrária. (elaboração própria)

Em seu texto, (CRUZ, 2012) coloca em discussão a questão da pluriatividade no meio rural, sobretudo nas atividades rurais das pequenas propriedades, que têm sua base sustentada na agricultura familiar, compondo um modelo de produção de alimentos que é responsável por 70% de todos os alimentos consumidos no Brasil, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

O modelo centrado na agricultura familiar tem como escopo a conjugação de atividades que possibilitam desde a produção de alimentos à preservação da terra e do meio ambiente, por meio de uma cultura não danosa, com a implementação de técnicas que substituam o uso de agrotóxicos ou fertilizantes fosfatados, bem como o estímulo da produção em menor escala, mas que corresponda às necessidades de alimentos da sociedade e que possibilite a fixação de homens e mulheres no campo.

Ao ser objeto de política social pública, o PRONAF (Programa Nacional da Agricultura Familiar) do Governo Federal segue como modelo gerencial e de fomento deste setor em expansão, mas que requer uma análise cuidadosa, ao passo que o processo de captura do Estado pelas determinações da lógica do capital se apresenta e modifica o tônus da referida política e, conseqüentemente, promove uma mutação na agricultura de base familiar.

Para (CRUZ, 2012), o modelo centrado na produtividade crescente, na direção de buscar o atendimento do mercado, promove uma descaracterização do modelo de agricultura familiar, ao considerar alguns elementos destas alterações sentidas no campo: a) processo de mecanização das atividades familiares; b) pressão da especulação imobiliária sobre pequenas propriedades; c) redefinição da agenda das políticas de fomento à atividade rural de base familiar e d) a presença de uma pluriatividade como possibilidade de garantia de subsistência.

A pluriatividade na agricultura familiar é a combinação de variadas determinações do mundo do capital frente ao trabalho, ao impor ao trabalhador o desenvolvimento de outras atividades consideradas não agrícolas, como forma de garantia de subsistência. Cada vez mais o homem e mulher do campo se veem obrigados a buscarem outras atividades que lhes garantam a renda para subsistência, visto que o processo de pauperização dos trabalhadores do campo é uma realidade latente, visto o baixo alcance das políticas sociais que, no sentido de compensação, não chegam ao campo.

Concordamos com (CRUZ, 2012) ao afirmar que a pauperização dos pequenos agricultores, cuja economia se sustenta na produção de alimentos em pequena escala, encontra-se submetida e profundamente alterada pelas relações de produção vigentes, em que a posse legítima da terra figura-se com a única segurança a garantir-lhe determinada renda. A velha distorção entre a presença de relativo atraso presente na economia agrária cede lugar a uma combinação com o modelo industrial, cuja determinação flexível engendra um tipo de desenvolvimento combinado e desigual nas estruturas agrárias e urbanas.

Assim, (MARX, 1989, p. 577) afirma que

A indústria moderna atua na agricultura mais revolucionariamente que em qualquer outro setor, ao destruir o baluarte da velha sociedade, o camponês, substituindo-o pelo trabalhador assalariado. A necessidade de transformação social e a oposição de classes no campo são assim equiparadas às da cidade. Os métodos rotineiros e irracionais da agricultura são substituídos pela aplicação consciente, tecnológica da ciência.

A constatação da submissão da atividade agrária de base familiar ao modelo de produção tipo fabril revela a presença cada vez maior de

uma massa de desempregados ou subempregados no campo, demonstrando que o modelo capitalista de controle da força de trabalho, via massa de trabalhadores desempregados, reforça a lógica de submissão a contratos de trabalho cada vez mais precários, desprovidos de qualquer segurança salarial ou social, evidenciando a presença de uma proletarização que, combinada com o modelo urbano-industrial, assenta-se numa perspectiva de “(...) *pluriatividade*, [que] em sua essência revela a generalização das relações mercantis de trabalho, portanto, da proletarização”, em um cenário agudo de luta pela subsistência.

Observa-se que, diante deste fenômeno, a precarização do trabalho e o empobrecimento de trabalhadores rurais assentam as bases de uma desproteção social latente, tendo em vista que a existência de um trabalho precário, de subemprego, muitas vezes informais, não registram padrões mínimos de garantias sociais, tendo em vista os limites da política social brasileira, resultado de um Estado mínimo, operado pela lógica capitalista.

Para a autora, há um largo processo de desarticulação entre políticas de trabalho, ambientais, de seguridade social, educação, habitacional, pois esta desarticulação é funcional ao modelo capitalista de produção, tendo em vista que possibilita o reforço do culto ao individualismo, uma das obsessões do neoliberalismo, levando em consideração a existência de um trabalho que recorre essencialmente à mão de obra familiar no contexto da agricultura familiar. A combinação de uma proteção social que não protege os influxos operados no âmbito do mundo do trabalho, aqui entendendo o trabalho familiar de base rural, demonstra a fragilidade de políticas compensatórias diante de determinações estruturais, que afetam diretamente as formas de (re)produção dos trabalhadores rurais.

A evidência das determinações do capital no meio rural familiar expressa a necessidade de uma reforma agrária que possibilite superar o debate apenas centrado na posse da terra, mas da emergência das manifestações políticas organizadas de trabalhadores diante do cenário. A reforma agrária se inscreve no campo do tensionamento de classe, possibilita a organização coletiva de homens e mulheres em defesa de políticas sociais que atendam às necessidades dos trabalhadores.

Tarefa árdua, em tempos de luta pela sobrevivência, pela presença de duplas e até triplas jornadas, considerando a atividade rural, em busca de responder às necessidades mais básicas, possibilita uma cisão e dilui o conceito de classe, ao passo que todo tempo livre

converte-se em tempo para mais trabalho, representando um esvaziamento da luta classista e sindical, por exemplo.

Mas, para (CRUZ, 2012), não é possível e nem passível de negar o lugar que os trabalhadores rurais ocupam na cena contemporânea, mesmo diante de um processo de desumanização constante, mas é latente a organização dos trabalhadores em torno de projetos radicais de sociedade, pois ainda emergem as possibilidades de resistir e “contratacar” nos termos de (HOBSBAWM, 1999).

No artigo de (SANT’ANNA, 2014), a partir de pesquisa realizada em dois municípios de pequeno porte no interior paulista, evidencia-se a relação direta entre trabalho e política social, sobretudo a política de assistência social na contemporaneidade, que, travejada pela presença de um Estado cada vez menor, tem na política de assistência social lastro de confluência das demandas postas pelo desemprego estrutural e pelas necessidades dos trabalhadores desempregados ou subempregados.

Neste interim, considerando a posição de grande produtora sucroalcooleira, a autora estabelece, por meio da pesquisa, as mediações que buscam compreender a relação do impacto da indústria canavieira na política de assistência social, bem como a compreensão dos assistentes sociais atuantes na referida política social sobre tais demandas, que requer reconhecer as determinações da reestruturação produtiva frente às atividades sucroalcooleiras. Para (SANT’ANNA, 2014, p. 724) os espaços sócio-ocupacionais são, em grande medida, permeados pelas demandas trazidas pelas precárias relações de trabalho ou pelo desemprego permanente dos trabalhadores rurais”.

Concordamos com a autora no sentido de que não é possível e tampouco metodologicamente correto admitir a existência de uma pretensa separação entre as formas de desenvolvimento urbana e rural, tendo em vista que as determinações operadas pelo capital, sobretudo a partir da reestruturação produtiva, têm atingido todas as esferas da vida social.

A lógica estruturante do capital transformou as relações no campo, ao passo que a produção de base familiar vai cedendo espaço para a produção em escala industrial, ao produzir cada vez, submetendo homens e mulheres do campo aos problemas estruturais já largamente vivenciados pelos trabalhadores dos aglomerados urbanos. Ao evocar o chamado *agronegócio*, ocorre um giro na produção e conseqüentemente nas relações de trabalho, em que pesa a subordinação direta ou indireta da força de trabalho a grandes corporações de capitais nacionais ou internacionais, transmutando a relação do homem com o campo e,

evidentemente, com a força de trabalho que agora responde às determinações exógenas.

Assim, para (SANT'ANNA, 2014, p. 724),

Os rebatimentos desse processo sobre o mundo do trabalho são evidentes: a desertificação do campo em áreas de monocultura, a diminuição dos agricultores familiares e camponeses, a precarização do trabalho assalariado, a concentração dos maiores índices de pobreza em área rural e o acirramento da luta pela terra.

Os rebatimentos presentes no trabalho canavieiro reportam a existência de um processo de trabalho altamente precarizado, com condições de trabalho péssimas, baixa remuneração ou contabilizada pela relação perversa de produção por peça, aqui apresenta-se o trabalho por tonelada de cana cortada, a presença massiva de desgaste e adoecimento pelo esgotamento físico e mental de homens e mulheres submetidos a um trabalho altamente intensificado, o que os coloca em condições de *descarte* pelo capital, pois adoecimento ou avanço de idade representam diminuição do ritmo de produção e, conseqüentemente, apresentam *disfuncionalidades* à extração de mais lucro.

A crescente modernização conservadora dos parques produtivos do ramo sucroalcooleiro é uma representação no campo das relações capitalistas de produção, visto que no campo fica evidente o incremento de capital constante em detrimento do capital variável, concorrendo para a existência de uma pressão cada vez mais acentuada sobre o trabalho e o trabalhador, impondo a estas condições aviltadas de trabalho, em regimes de trabalho cada vez mais intensos, precarizados.

Nesta dinâmica, a sombra do medo do desemprego se inscreve de forma naturalizada, forçando homens e mulheres às condições desumanas de trabalho. A sombra do desemprego é combinada pela presente pressão de um exército industrial de reserva crescente, que reclama para si, empregos ou subempregos, que lhes garantam a reprodução da vida.

Neste complexo cenário, do qual não é novidade na ética capitalista, mas que acentua assustadoramente nos últimos anos, a presença ou mesmo o reposicionamento da assistência social como política social para atendimento dos trabalhadores sobranes do capital, mas que conforma, em si, nos termos de (MOTA, 2008, apud

SANT'ANNA, 2014), a presença de uma política de assistência social fetichizada, tendo em vista sua conformação no cenário de uma política travejada pela retórica neoliberal patrocinada e defendida nos últimos 25 anos.

Diante dos dados estatísticos apurados por (SANT'ANNA, 2014), demonstra-se a recorrência de uma lacuna na identificação de trabalhadores ou ex-trabalhadores canavieiros diante do CadÚnico do Governo Federal nos municípios pesquisados, mas que revela a presença massiva de homens e mulheres que recorrem à assistência social para o atendimento de suas necessidades, indicando que

Recorrer à política de assistência social é, pois, condição necessária frente à precarização do trabalho ou à condição permanente de desemprego. Nos municípios de até vinte mil habitantes, essa realidade é ainda mais preocupante, pois a área rural é praticamente tomada pela cultura canavieira e as atividades ligadas ao setor passam a ser a única fonte de emprego (SANT'ANNA, 2014, p. 742).

Fica evidente na pesquisa que a compreensão dos processos de mecanização do campo por parte dos assistentes sociais demonstra a presença da retórica via qualificação profissional, dissociando de uma compreensão da totalidade social presente no capitalismo e suas determinações no mundo do trabalho, dando fluidez ao discurso da necessidade de “qualificação profissional” para inserção no mercado de trabalho. A qualificação torna-se, em muitos casos, principal serviço ofertado em unidades públicas de assistência social (CRAS), demonstrando uma falta de clareza da política social, ao reproduzir, no nível mais imediato, um conjunto de valoração moral, que a assistência social (mesmo diante de alguns reconhecíveis avanços) (re)produz, dissociando-a da esfera do mundo do trabalho.

A assistência social segue na conformação de uma classe, na medida em que se repõem as forças políticas e ideológicas que a engendram, demonstrando seus limites, ao assumir uma política fragmentada, focalizada, profundamente assistencializada, donde refunda e reclama a retórica neoliberal de (re)filantropização das políticas e da sociedade, reatualiza-se o senso de bem comum e de cidadão de bem, as atividades empreendedoras ganham destaque e

espaço na agenda política e operacional da Política de Assistência Social.

E é nesta política de assistência social que os trabalhadores empregados ou desempregados pauperizados da indústria canavieira vão tentar corresponder às necessidades mais imediatas de reprodução material da vida, sejam aquelas decorrentes das relações de trabalho fragilizadas, sejam aquelas de caráter geracional ou de incapacidade para a subsistência da vida. Aprofunda-se o mito da chamada “vulnerabilidade social”, sendo esta profundamente deslocada da relação antagonica entre capital e trabalho.

Neste sentido, a autora esclarece a necessidade e importância de compreender a política de assistência social como arena de lutas da classe trabalhadora, no sentido de situá-la como espaço de tensionamento de forças políticas, sendo, que neste sentido, o trabalho profissional emerge como uma possibilidade construtora, a partir das mediações e de sua articulação orgânica com as pautas da classe trabalhadora, colocando em movimento um devir ético humano.

2.1.13 - Trabalho infantil

No último eixo temático, destinado ao debate sobre o trabalho infantil, registramos dois artigos publicados por assistente sociais, que representam 2,77 % do quadro total de artigos analisados.

Trata-se de artigos que enfocam a problemática do trabalho infantil nos limites do capitalismo considerando as determinações operadas pela acumulação flexível frente à apropriação crescente da força de trabalho humana e aqui identificado o trabalho infantil como altamente funcional à orbita de acumulação do capital em sua relação direta com a força de trabalho não paga.

Evidenciamos, também, a presença do debate em torno da perspectiva organizativa de luta coletiva em torno do combate à exploração do trabalho infantil, figurando-se numa esfera jurídico-social que não se limita apenas aos marcos jurídicos aos quais se apoiam as reflexões, dirigindo-se, também, à esfera social das lutas travadas contra o trabalho infantil.

AUTOR	ÁREA DE FORMAÇÃO	TÍTULO DO ARTIGO	CARÁTER DO ARTIGO	REVISTA
Soraia Franzoni Conde	Pedagogia	As medidas de enfrentamento à exploração do trabalho infantil no Brasil: forças em luta.	Pesquisa Teórica	Rev. Kalaysis, V. 16, nº 2, 2013
Edvânia Ângela de Souza Lourenço	Serviço Social	Reestruturação produtiva, trabalho informal e a invisibilidade social do trabalho de crianças e adolescentes.	Resultado parcial de pesquisa	Rev. Serviço Social e Sociedade, nº 118, 2014.

Tabela 13: Relação de ensaios e pesquisas publicadas nas revistas Serviço Social & Sociedade, Revista Ser Social e Revista Katálysis, no período de 2007 a 2014 sobre trabalho infantil. (Elaboração própria)

O primeiro artigo deste Eixo temático, de autoria de (CONDE, 2013), de origem das reflexões de tese de doutoramento da autora, infere sobre o trabalho infantil na sociedade brasileira, ao passo que estabelece uma reflexão sobre as formas de combate deste tipo de atividade ilegal, centrada nas contraditórias políticas sociais, sobretudo naquelas de transferência direta de renda.

A preocupação central da autora em seu artigo reside na compreensão da dimensão do trabalho infantil como uma expressão determinada historicamente, entendida a partir da emergência e consolidação do capitalismo, ao passo que a apropriação da força de trabalho infantil é essencial para (re) produção do capitalismo em fase de expansão, sobretudo na história do tardo-capitalismo brasileiro (NETTO, 2010).

O trabalho infantil compõe uma das faces cruéis do capital, ao abortar qualquer possibilidade de desenvolvimento biológico e social de crianças submetidas às atividades laborais, sendo que submete o uso dessa força de trabalho muito mais barata do que o trabalhador adulto, tornando-se funcional à (re)produção do capital, tendo em vista a validade e legalidade da teoria valor-trabalho.

A inscrição do trabalho infantil revela o *modus operandi* de produção do capitalismo, a partir da estruturação de relações sociais baseadas na produção e reprodução da vida, na qual o trabalho infantil

corresponde a uma funcionalidade determinada, pois retira da força de trabalho a energia humana necessária para colocar em movimento a produção da engenharia capitalista.

Para (CONDE, 2013), o modelo de produção acentuado nas últimas quatro décadas não exclui a participação de crianças no mercado de trabalho, chamado de ilegal, tendo em vista o marco jurídico-legal alcançado pós-1988. O trabalho infantil que era localizado às margens das indústrias no século passado reposiciona-se e na atualidade se aloca no trabalho doméstico, no campo e na esfera dos serviços. E, neste sentido, compreendendo a sua inegável existência e diante de uma reatualização das formas de exploração desse trabalho, via intervenção de determinadas políticas de trabalho, que o trabalho infantil se coloca como uma insistente problemática, pois ainda não se superou as causas que o determinam, ou seja, as relações sociais de produção.

No âmbito das políticas sociais, registra a presença de programas e serviços, aqui identificamos como uma particularidade da política de Assistência Social, o que revela uma determinada intencionalidade, visto que a assistência social se coloca diante de um modelo híbrido de Seguridade Social, compondo, como política, aquela destinada às parcelas desprovidas de proteção social que se centram diante do trabalho.

Estes programas, conforme (CONDE, 2013) demonstra, têm no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil a partir de ações socioassistenciais, foco na transferência de renda a famílias com crianças em situação de trabalho, considerando este trabalho qualquer tipo de atividade remunerada ou aquelas relacionadas a atividades dos pais, que invariavelmente utiliza uma força de trabalho familiar sem remuneração, sobretudo dos filhos.

O PETI possui uma estruturação de rede alocada dentro da Proteção Social especial do Sistema Único de Assistência Social, política que deveria ser de comando único, descentralizado, levando em consideração as particularidades regionais, culturais e socioeconômicas. Mas, na atualidade, o PETI se coloca a partir de uma diretriz, que por vezes nos parece homogeneizadora, desconsiderando as particularidades, realizando, por meio dos serviços públicos de assistência, o que o MDS chama de busca ativa de crianças em situação de trabalho, na direção de incluir famílias nas chamadas “situações de vulnerabilidade”, ao passo que a constatação desta quase invisível condição de trabalho se traduz na concessão de benefício de transferência de renda que possui teto de R\$120,00.

Como medida “protetora”, a boa e velha política de assistência social, repaginada, não perde seu ranço conservador, ao requerer das famílias atendidas medidas concebidas como “condicionalidades”, que na realidade deslocam o conceito de direito, sustentando um binômio perverso de direito-dever. Ao pobre resta o cumprimento da obrigação, da contraprestação, para acessar os parcos e insuficientes benefícios, programas e projetos na área.

No PETI, essa relação se impõe pela obrigatoriedade da criança identificada em situação de trabalho em manter-se na escola, com a evidente comprovação, o que, para (CONDE, 2013), esconde a realização de dupla atividade, agora concebida na divisão das atividades da escola, com as atividades do trabalho. O problema não se soluciona pelas medidas focalizadas, fragmentadas e assistencializadas presentes na assistência social.

Na atualidade, segundo dados do Censo do IBGE de 2010, mais de 3,4 milhões de crianças e adolescentes, com idades entre 10 a 17 anos, encontra-se em algum tipo de atividade de trabalho, tendo sido constatado um pequeno decréscimo, tendo em vista que em 2000 esse número era de 3,9 milhões, considerando a mesma faixa etária.

Para autora, a existência dos programas de assistência social não pode seguir deslocada das medidas educacionais, bem como das outras políticas sociais a ela vinculadas. Afirma que a ideologia do capital e dos extratos mais conservadores situaram a educação em tempo integral, por exemplo, como ações tradutoras de um modelo que preconiza a formação técnica, com criação de aptidão para o chamado trabalho “qualificado”, concepção que ganha espaço na sociedade e nas políticas sociais, ao canalizá-la aos pobres, notadamente aqueles usuários das políticas sociais, sobretudo a de assistência social.

Trata-se de uma resposta ideológica que tem foco uma educação tecnicizada, descompromissada com as demandas da humanidade, profundamente dirigida à (re) produção do capital que, reestruturado, submete o resultado dessa formação tecnicizada às margens do mundo do trabalho, compondo um perverso cenário em que o desemprego torna-se central para sua (re)produção.

Coadunar a questão da escolarização e a destinação de transferência de renda impinge ao pobre e conseqüentemente à criança/adolescente que trabalha a pecha moralizante das oportunidades, traduzida como mérito e oportunidade de acessar um pretense mundo de oportunidades que, a priori, não lhes cabe, tampouco os aceita e esconde a perversidade da extração de valor do trabalho humano, o que leva a considerar que a superação do trabalho infantil não está nas políticas

sociais conformistas atuais, e sim na eliminação destas relações sociais de produção.

O texto de (LOURENÇO, 2014) trata-se de atividade de pesquisa e extensão vinculada ao programa PETI/COMPETI “*uma análise intersetorial do trabalho infantil em Franca, SP*”, da UNESP – Franca, tendo sido realizadas entrevistas com 110 pessoas residentes de um bairro periférico da cidade de Franca, interior paulista, bem como uma entrevista com assistente social do CREAS de referência, além de um levantamento com adolescentes de 13 a 15 anos em uma escola do mesmo território, a fim de tentar detectar o trabalho precoce nas bancas de pesponto, atividade vinculada ao setor calçadista da capital nacional do calçado de couro.

A autora, de início, demarca a necessidade de um método crítico dialético que possibilite desvendar as determinações operadas nas relações sociais, essencialmente entendidas como relações de produção, a partir da compreensão da emergência e consolidação da sociedade burguesa. Neste sentido, suas reflexões partem da compreensão das determinações operadas pelas relações sociais de produção frente ao trabalho precoce, o que cabe registrar a presença de uma terminologia que demarca uma posição frente ao tema, pois, para a autora, o uso do termo precoce engloba crianças e adolescentes, sendo que, para tal, manteremos a fidelidade do tempo empregado pela pesquisadora.

A cidade de Franca, localizada na região nordeste do Estado de São Paulo, tem longa tradição na produção calçadista, o que a coloca em posição de destaque no cenário nacional e internacional, tendo em vista a qualidade e competitividade dos produtos locais. A pujança do setor, registrada na passagem dos anos 1970/1980, conforme estudo anterior de (BERTANI; LOURENÇO, 2009), aponta a localização estratégica do setor calçadista de Franca, mas esconde, nos expurgos da produção, relações de trabalho extremamente complexas e altamente agudizadas.

Com o esgotamento do padrão de acumulação registrado nos anos gloriosos do capitalismo, o advento de uma *nova-velha* estratégia na esfera da produção vai rebater no mundo do trabalho, a partir do reordenamento do uso da força de trabalho diante de uma crise que necessariamente tem no trabalho a saída que vai contingenciar a chamada “crise”.

Para (LOURENÇO, 2014), o setor calçadista de Franca não ficou imune à onda reestruturadora, pois os rebatimentos da crise dos anos 1970 vão atingir o setor calçadista na passagem dos anos 1980/1990, período em que se registra uma estagnação na produção, ao compreender a reposição globalizante do capital, ao considerar o

ingresso massivo de produtos de origem chinesa, altamente competitivos, que escondem relações de trabalho perversas. Mas a problemática do setor calçadista em Franca combina os processos de flexibilização cambial, a abertura excessiva dos mercados, além da queda do padrão de consumo interno nos anos 1990, confluindo para uma “crise” inescapável, que encontrou no receituário neoliberal a saída como “solução” da sua incapacidade de lidar com a crise.

Extensamente debatido nesta tese o receituário neoliberal possui uma obsessão pelo culto ao individualismo, o que carrega conteúdos que impulsionam e incentivam a chamada flexibilização da economia, na direção da minimização do Estado, na liberdade dos mercados, sendo que se observa uma vultosa transferência de um capitalismo de base industrial para o mundo das finanças, conforme registra (CHESNAIS, 1998, p. 11) a partir do

[...] crescimento espetacular das transações financeiras foi um dos fatos mais significativos da década de 80, deixando também as suas impressões na primeira metade dos anos 90. Na verdade, a esfera financeira assume-se como ponta de lança do movimento de mundialização da economia, a ela reportando os montantes mais elevados nas operações de capital, a maior mobilidade, e onde os interesses privados parecem ter retomado integralmente a iniciativa face aos Estados.

Face ao seu receituário, associada à presença de um contexto político favorável, com a eleição de FHC (1995/2003), a abertura da economia nacional aos oligopólios internacionais demarca um influxo na economia de base nacional, o que impele um largo processo de flexibilização econômica que rebate nas relações de trabalho e nas políticas sociais. No cenário do mundo do trabalho, o setor calçadista de Franca transfere seu modelo de produção, que até então era centrado nos limites físicos das fábricas, para um processo de terceirização, que leva a produção mais simples dos calçados ao ambiente doméstico (BERTANI; LOURENÇO, 2009), (LOURENÇO, 2014).

As chamadas fabriquetas ou bancas (pequenos núcleos de trabalho, geralmente de costura e colagem de calçados) compõem, na passagem dos anos 1990/2000, uma presença indispensável para a reprodução do capital no setor calçadista, visto que a migração da produção desonera os gastos sociais com o trabalho formal e

manutenção de maquinário, evidenciando a presença massiva de uma parcela de trabalhadores excluídos dos postos de trabalhos formais, tendo, na produção exógena à fábrica únicas condições de reprodução.

Assim, a autora esclarece que

As Bancas são, essencialmente, mecanismos para baratear os custos da produção de calçados. Aos custos com máquinas, energia elétrica, linhas, colas, entre outros artigos necessários ao trabalho somam-se os custos com a força de trabalho (LOURENÇO, 2014, p. 309).

Neste cenário, o uso da força de trabalho familiar se torna indispensável, visto que a produção por peça representa a manutenção dos ganhos familiares, garantido assim um determinado rendimento mensal. A migração desta produção para o ambiente doméstico revela, conforme (LOURENÇO, 2014), a precarização das condições de trabalho, de (in)segurança social, registrando a presença de ocorrência de adoecimento e sua consequente desproteção social, bem como impacta as formas de organização político-sindical dos trabalhadores. Para a autora, é nestas pequenas células de produção que se registra o trabalho precoce de meninos e meninas neste setor vital da economia francana.

Centrado numa perspectiva profundamente moralizadora, o trabalho precoce é entendido como um processo que possibilita o crescimento moral do indivíduo, atividade que, destituída dos seus significados ontológicos, opera uma relação antagônica, ao possibilitar, segundo o senso comum, a combinação de uma moral do trabalho, do *crescimento* pelo uso da força de trabalho, bem como uma atividade que possibilita à criança e ao adolescente se ver livre dos riscos que a rua oferece, sendo comum a alegação das drogas, da violência, da criminalidade.

Assim, o trabalho é destituído do seu significado, associado a questões morais e de necessidades de reprodução dos grupos familiares, torna-se pedra de toque para o ingresso cada vez mais precoce no mundo do trabalho, seja ele informal ou aqueles formais, de vínculo de aprendizagem. (LOURENÇO, 2014) afirma ainda a presença de um processo de judicialização de autorizações frequentes de crianças e adolescentes para o trabalho, numa perspectiva moralizadora, como recurso às políticas sociais públicas, encontrando no trabalho a “ajuda”

ao grupo familiar ou como estratégia de afastamento da marginalidade a que está *exposto*.

Esta influência é observada nos relatos dos sujeitos entrevistados, ao compreenderem que o trabalho emerge como possibilidade de controle moral de crianças e adolescentes, numa cultura que impõe aos pobres um alargamento da sua condição de classe, por meio de um processo de domesticação, conforme já anunciamos em (FRANÇA JUNIOR, 2012). Notadamente, este discurso moralizante não é encontrado apenas nas falas dos sujeitos, mas também nas falas dos profissionais da proteção social, o que revela uma compreensão rasa desta expressiva, violenta e cotidiana questão no capitalismo.

A restrição deste trabalho precoce no ambiente doméstico (bancas de pesponto) impõe uma restrição às fiscalizações dos órgãos e políticas sociais responsáveis, o que invisibiliza a sua localização e intervenção. A estratégia de migrar a produção para o mundo doméstico cumpre os ideais neoliberais, ao cultivar a individualização das responsabilidades, do culto ao empreendedorismo livre da interferência negativa do Estado, sucumbindo crianças e adolescentes às condições insalubres e profundamente precárias de um trabalho que não deveria ser destinado a elas.

(LOURENÇO, 2014) registra ainda um presente distanciamento da proteção social ao tema do trabalho precoce, o que é reforçado por posições ainda moralizadoras deste tipo muito particular da *questão social*, bem como a dificuldade do alcance das ações no combate do trabalho precoce que, invisibilizado, obscurece o real. Na pesquisa, a autora refere que, das 110 casas visitadas, oito detinham bancas de pesponto e nelas foi encontrada uma com trabalho precoce e crianças de 10 e 11 anos de idade.

Fica evidenciado na pesquisa que a presença do trabalho precoce nas bancas de pesponto ou mesmo nos espaços domésticos torna-se uma realidade muito próxima de crianças e adolescentes, tendo em vista um obscurecimento do real devido ao processo de informalização presente no setor calçadista francano, o que impossibilita o reconhecimento de um problema persistente na periferia do capitalismo que, conformado com políticas sociais paliativas, imprime uma falsa sensação de inexistência da questão, mas que segue colada e muito funcional ao metabolismo do capital.

2.2 – O mundo do trabalho nas produções do Serviço Social: *uma síntese necessária*

A ciência burguesa, enrijecida e sustentada pelo *modus operandi* de produzir conhecimento a partir de um modelo que prioriza uma determinada ciência justificadora das esferas de produção do capital, desconsidera o diálogo das várias esferas do saber, tornando-se, segundo (LARA 2007), parafraseando (MÉSZÁROS, 2006), um espaço da Universidade Burguesa, caracterizando, segundo o autor

[...] a parcialidade e a fragmentação da produção intelectual; – as diferenças de talento e motivação, assim como uma tendência à competição a elas associadas; – um antagonismo social historicamente específico, articulando em uma rede de complexos; sociais hierárquicos que integram, em seu quadro, as tendências – em si e por si ainda indefinidos – dos dois primeiros, dando-lhes um sentido de acordo com suas determinações e imperativos estruturais. (MÉSZÁROS, 2006 apud LARA, 2007, p.75).

Para Lara, a ciência moderna, emoldurada pela Universidade burguesa e essa última sustentada por modelo descompromissado com mundo concreto e profundamente comprometido com o desenvolvimento das forças produtivas, forjou, a partir de um metodologismo engessado, uma profunda fragmentação no saber e conseqüentemente na pesquisa, colidindo diametralmente de forma oposta com as ciências sociais, concebidas pelos seus detratores como uma ciência sem “respostas práticas”, o que obviamente não atenderia às respostas pragmáticas da órbita do capital.

Mesmo diante de um processo que insiste em relegar a pesquisa e as ciências sociais a meros esquemas manipulatórios da vida social, emerge como uma necessidade em sustentar uma reflexão crítica de sociedade, que tenha como elemento principal a contestação das determinações sociometabólicas do capital, sem, sobretudo, desconsiderar as contradições que engendram o mundo concreto. Neste sentido, decifrar a realidade social implica atentar-se ao movimento histórico, considerando as determinações políticas, sociais, econômicas, culturais etc., como resultado dessa historicidade.

Nesta imbricada trama, é necessário situar o Serviço Social, na condição de uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, que historicamente tem na *questão social* objeto de sua intervenção e que reconhece, mesmo que ainda com dificuldade, a prioridade ontológica da pesquisa como um instrumento do trabalho profissional que possibilite superar a práxis reificadora, vinculando-se ao mundo dos homens e das mulheres, na tentativa de buscar respostas aos [...] problemas econômicos, políticos, sociais e culturais’ que a assolam, pois são inúmeros, alguns de séculos, como a pobreza e outros contemporâneos, como a sexualidade, a ética e tantas outras expressões da ‘questão social’ (LARA, 2007, p.75).

Enquanto uma particularidade do trabalho profissional do assistente social, a pesquisa torna-se elemento essencial no processo de reconhecimento do real, processo que já se mostra consolidado desde os anos 1970, com mais ênfase na passagem dos anos 1980 para 1990, quando ocorrem as primeiras aproximações entre cursos de pós-graduação em Serviço Social e a esfera da pesquisa. Essa apropriação da pesquisa se constitui a partir do reconhecimento das agências de fomento e reguladoras do campo da pesquisa, o que contribuiu para a definição da pesquisa como um elemento necessário para o desvelamento do real.

Mesmo diante de um processo de institucionalização, o cenário atual nos dirige dúvidas em relação ao real propósito da pesquisa, a saber: Há clareza dos assistentes sociais pesquisadores em relação ao primado ontológico das suas pesquisas? Quais os limites subjacentes nas formas de financiamento das pesquisas na atualidade? Em relação ao método marxiano, superamos o pragmatismo do metodologismo nas pesquisas?

Para Sposati (2007), o problema da identificação das profissões do campo social e sua relação com o campo da construção do conhecimento científico, notadamente a partir de um determinismo de uma suposta supremacia das ciências exatas, estabelece, pois, as mediações necessárias para a compreensão da pesquisa social e sua vinculação pelo Serviço Social enquanto elemento constitutivo do trabalho profissional do assistente social.

Na direção de colocar os desafios da pesquisa no campo da profissão, consideramos, com base nas reflexões da autora, três planos importantes, a saber: o primeiro figura-se na superação da concepção de pesquisa a partir dos metodologismos presentes nas ciências sociais e humanas, o que tem colocado os assistentes sociais em “situações-armadilhas” que revelam a banalização do método, criando uma

pretensa prioridade ontológica da regra metodológica, “atribuindo caráter secundário ao objeto e aos resultados e à direção social do conhecimento” SPOSATI (2007, p. 16), bem como uma profunda banalização dos “atributos” ou técnicas, o que leva à criação de uma falsa noção de relação direta entre pesquisa e trabalho profissional, sem o estabelecimento de mediações necessárias à compreensão do real.

O segundo momento que merece ser destacado se coloca como um constante desafio no campo da pesquisa/produção de conhecimento do/no Serviço Social, trata-se da polêmica das ciências exatas ou da natureza atribuírem um estatuto de *pseudocientificidade* à ciência social, estabelecendo um recorte para a profissão, tendo em vista sua genética constituição com o mundo social. Sposati reflete sobre o processo de institucionalização da profissão nos marcos do mundo social, sob o já conhecido terreno de gênese, desenvolvimento e institucionalização do Serviço Social europeu e norte-americano e sua profunda influência na emergência das escolas de Serviço Social no mundo. Sposati esmiúça essa relação com a propositura do Serviço Social europeu-americano na direção de tentar compreender as determinações do mundo social, aqui entendido de maneira muito nítida como questão social, sobre a pobreza, por meio do

[...] diagnóstico social, enquanto um novo campo de aplicação do conhecimento psicossocial de corte relacional entre sujeito-sociedade ou, mais ao sabor da linguagem a que este conhecimento se filiava, sobre a relação de mútua influência entre indivíduo e meio”. (SPOSATI, 2007, p. 16).

Ainda nesta direção, há a necessidade de se preocupar com um terceiro plano de grande relevância no debate da produção de conhecimento da/na profissão, indicando o “confronto” entre a produção científica do campo social em contraposição ao determinismo das ciências puras, ou duras, como são conhecidas na composição dos quadros das agências de fomento.

O dilema que emerge dessa relação conflituosa parte da premissa de uma pretensa *hierarquia* das ciências *puras*, tradicionais, sob as sociais, tendo em vista ser esta última um fenômeno recente, tipicamente colada ao processo de desenvolvimento das forças produtivas no limiar do século XIX. A autora denomina esse dilema como uma “guerra das ciências” tendo em vista parte da afirmação de Alan Sokal que [...] categorizou as ciências sociais como embustes

metodológicos, jogos de palavras que através de raciocínios dedutivos forjariam pseudoconhecimentos ou pseudociência” (SPOSATI, 2007, p. 16-7).

A suposta prevalência de uma ciência sobre a outra nada mais revela a incapacidade metodológica e política de considerar a órbita do mundo social, espaço donde os seres sociais (re) produzem, e que regida sob uma determinada relação social de produção, considera-se terreno histórico-social da humanidade, logo necessita de compreensão da sua concretude, entendida as mediações com os homens.

Estabelecendo mediações com o Serviço Social, Sposati apresenta o processo de institucionalização das protoformas da pesquisa no âmbito da profissão, sobretudo com a convalidação das diretrizes curriculares de 1982⁴³, que incluem a pesquisa como área essencial para formação acadêmica dos assistentes sociais. Depreende deste processo evidente reconhecimento do estatuto de área de pesquisa concedido pelas agências de fomento à pesquisa, ainda que tenhamos as críticas necessárias sobre o lugar que o Serviço Social ocupa no cenário da ciência/produção de conhecimento no Brasil.

A autora segue suas linhas de reflexão na direção de compreender a importância da pesquisa no campo da profissão, sobretudo a partir da sua direção social, consubstanciada pelo projeto profissional que aponta um devir histórico (Barroco, 2008), além da centralidade da pesquisa como um mecanismo capaz de desvelar a realidade, não apenas nos marcos de um cientificismo exacerbado, mas sim na direção social de uma produção de conhecimento *ad hominem*.

Tais reflexões dizem respeito à compreensão do social no século XXI que segue perigosamente os caminhos da pós-modernidade, que resvalam na solidariedade, no voluntarismo e no pragmatismo, o que envereda a pesquisa e consequentemente a pesquisa no Serviço Social, considerando [...] extremamente importante esta reflexão de Donzelot ainda que ela já tenha quase dez anos, pois entendemos que ela que contém férteis questões para serem abordadas como eixos temáticos da pesquisa em Serviço Social” (SPOSATI, 2007, p. 22), tendo em vista a

⁴³ Já adensado o processo do Movimento de Reconceitualização entre os anos 1960 e 1980, as Diretrizes de 1982 emergem no marco da formação profissional do assistente social, considerando a necessidade de compreender as determinações das relações sociais de produção e as mediações do Serviço Social como uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho. Para maiores detalhes, ver NETTO 1991, IAMAMOTO e CARVALHO 1982, ABRAMIDES, 2006.

pesquisa anteriormente realizada por (IAMAMOTO, 2004) e (SILVA; CARVALHO 2005), na qual as áreas de maior incidência de produção de conhecimento da/na profissão são apontadas, revelando, de maneira *sui generis*, um arriscado jogo esquemático mimético e de fragmentação da compreensão da vida social.

Esses questionamentos levam-nos a refletir sobre o lugar que a pesquisa ocupa e as preocupações no sentido de elucidar sobre a centralidade ontológica da pesquisa, sobretudo para o assistente social que pesquisa o mundo social como forma de reconhecimento do real, objetivando qualificar suas formas de intervenção na realidade concreta.

Necessário destacar que essa processualidade requer a compreensão de um devir ético que assinala o comprometimento de uma ciência social autêntica e de uma pesquisa que leve em consideração a mundaneidade social, donde reproduz o ser social e suas necessidades. Esse devir ético expressa-se no compromisso de classe do assistente social pesquisador, na direção do necessário reconhecimento de classe, a partir de uma produção de conhecimento ontologicamente considerada e mediada com as mais variadas categorias a ela inerentes, rumo a uma nova moralidade, essencialmente humana.

Bourguignon (2007) reflete a centralidade da pesquisa como uma particularidade histórica da profissão de Serviço Social e como uma processualidade que oferece condições para o desvelamento da realidade social na qual o assistente social se inscreve. De imediato, a autora revela suas preocupações com a pesquisa e suas mediações com a categoria profissional, destacando três importantes pilares para suas reflexões no referido artigo, a saber: a particularidade da pesquisa no Serviço Social; a centralidade dos sujeitos' nas pesquisas, e, por fim, a reflexão do processo de retorno destas pesquisas aos sujeitos, na direção da transformação da realidade pesquisada.

A autora segue suas reflexões explicitando a trajetória político-metodológica do movimento de Reconceituação, sobretudo nos anos 1980/1990, a partir da compressão do legado do processo no tocante à formação profissional e na definição expressiva da pesquisa como parte constitutiva do processo formativo dos assistentes sociais, sendo que, para a autora, a

[...] reforma Curricular preocupa-se em aprofundar a reflexão sobre a dimensão técnico-operativa do Serviço Social, de forma coerente com a dinâmica societária e capaz de apreender esta dinâmica em sua totalidade e processualidade histórica. Neste contexto, a pesquisa surge como

uma preocupação formativa (BOURGUIGNON, 2007, p. 3).

Neste sentido, a inclusão da pesquisa buscou refletir a dinâmica do mundo social sob a égide do capitalismo, mas, sobretudo, na importância de desvelar esse real por meio da investigação. O recorte histórico empreendido pela autora demonstra a proximidade latente entre o Serviço Social e as políticas públicas, tendo em vista que essas políticas se configuram como espaço essencial, porém não exclusivo, para o processo de atendimento das necessidades mais variadas da classe trabalhadora, tendo como pano de fundo as determinações operadas pela lógica excludente do capital. Nesta esfera contraditória da política pública, a emergência do assistente social se constitui fundada num projeto ético-político profissional solidificado sob as bases que assentam os interesses da classe trabalhadora.

O movimento empreendido pela autora no tocante a apresentar esse complexo e contraditório cenário da política social revela, *in nuce*, a preocupação da profissão diante das expressões da *questão social*, amplamente entendida como a conflituosa relação entre capital-trabalho. Este é o cerne das políticas públicas, mas, sobretudo, para a autora, como espaço privilegiado de reconhecimento do real e que, mediado por um devir ético, possibilita o reconhecimento da investigação/pesquisa como um instrumento capaz de colar-se ao movimento das necessidades da classe trabalhadora.

O desvelamento dessa realidade concreta se inscreve no comprometimento ético-político do “assistente social pesquisador” em buscar o real, não apenas na esfera quantitativa, mas sim na esfera qualitativa, como possibilidade de captar o verdadeiro significado do real, e que esse movimento não se restrinja, exclusivamente, aos limites dos centros produtores de conhecimento, que tradicionalmente ocupam espaços dentro das universidades e, sobretudo, nos cursos de pós-graduação. Neste sentido, a pesquisa [...] tem como possibilidade latente a valorização do povo, da riqueza de suas histórias, de suas experiências coletivas, mobilizadoras de novas formas de sociabilidade” (BOURGUIGNON, 2007, p. 6), o que revela a necessidade de que o movimento empreendido pela pesquisa emergja do mundo dos homens, na direção de desvelar esse real, mas que faça o caminho de volta, como possibilidade de práxis transformadora.

É nesta direção, então, que a autora reafirma a pesquisa como um instrumento capaz de romper com a visão puramente metodologista, para uma dimensão mais universal, e que o assistente social pesquisador

possa compreender a centralidade da pesquisa como uma particularidade de sua “prática profissional” que segue mediada por um devir ético-político.

Tomado neste sentido, os 72 artigos analisados, distribuídos em treze Eixos Temáticos a partir de uma aproximação dada pelo próprio movimento da pesquisa, possibilitaram alcançar uma reflexão necessária em torno do debate sobre o trabalho a partir das produções publicadas nas revistas do Serviço Social, sejam elas realizadas por assistentes sociais ou por outros intelectuais das áreas que se afinam com o Serviço Social brasileiro.

Fica muito evidente que a atualidade impõe aos assistentes sociais, e não somente, uma necessidade de polemizar o debate em torno do trabalho e suas mais variadas nuanças, fato este que fica registrado nas análises desta tese de doutorado, evidenciado pela amplitude das reflexões que seguem pautadas por variados matizes teórico-metodológicos, que não removem a importância do tema, mas que precisam ser compreendidas e analisadas com peculiar preocupação.

Não sendo objeto desta pesquisa a aferição de posições de homem e de mundo frente às reflexões dos artigos, mas é inegável que a percepção de tais matizes teórico-metodológicos segue aprofundando e possibilitando a reflexão para o debate em torno da categoria trabalho e, mais particularmente, para o Serviço Social, mas que necessita ser compreendida nos marcos do respeito a pluralidade de ideais, o que não remove a necessidade de refutar bases ecléticas que contaminam os fundamentos e traem as dimensões que movimentam a crítica à sociedade do capital e, evidentemente, a direção social da profissão (NETTO, 1999).

A presença da pluralidade de ideias fica perceptível nas análises, uma vez que os artigos dedicados ao debate sobre o trabalho se assentam a partir de perspectivas teóricas, que acolhidas pelas Revistas, enriquecem o substrato teórico presente na profissão e possibilita uma confrontação demarcada na batalha das ideias, em torno de projetos de classe em constante disputa, aprofundando a necessidade da crítica à sociabilidade burguesa, ao sustentar uma reflexão objetivável, centrada no entendimento das formas originárias do trabalho em direção à socialização do ser social.

Os treze Eixos Temáticos versaram sobre elementos dos fundamentos acerca do trabalho, bem como as particularidades mais estritas às questões profissionais, num claro movimento que seguiu articulando dimensões do debate, mas é perceptível que há, em um sentido mais imediato e muito evidente diante das análises, uma

condensação inequívoca de Eixos Temáticos que, heterogêneos, demarcam uma insistente retórica minimizadora do debate em torno do trabalho, sobretudo das produções relacionadas à compreensão da dinâmica da profissão enquanto trabalho especializado, que invariavelmente segue restrita à compreensão de um cotidiano que descolado da totalidade forja esferas supostamente entendidas como autônomas, como se fosse possível desassociá-las.

Contrapondo a presença de artigos que sustentam essa pretensa supervalorização do cotidiano do trabalho profissional, dissociando-os dos elementos que os determinam, registramos a presença de artigos, sobretudo no campo dos fundamentos, que se opõem a essa superficialização, sustentados por uma leitura crítica da sociedade capitalista madura e suas inflexões na cotidianidade, bem como sua teoria social que, segundo Netto (2003, p. 157), vai afirmar que “toda sua investigação está centrada na análise radicalmente crítica da gênese, do desenvolvimento, da consolidação e dos vetores de crises da sociedade burguesa e da ordem capitalista”. Os artigos, cuja fidelidade se alinha à teoria social de raiz marxiana, sustentam-se a partir de pressupostos teórico-metodológicos, na direção do entendimento da historicidade como componente indissociável da sociabilidade e sua determinação frente aos processos econômicos, políticos, sociais e culturais, mediando a categoria “historicidade” à perspectiva ontológica, conferindo, deste modo, uma concepção histórico-ontológica da vida social, cuja crítica se dirige à superação do modelo de produção capitalista, em direção às plenas capacidades éticas do ser social (NETTO, 2003).

Nesta direção, no Eixo Temático I “Economia solidária, cooperativismo e autogestão” fica evidente nas reflexões a presença marcante do debate sobre a chamada economia solidária no marco das crises cíclicas do capital, correspondendo, imediatamente, às necessidades de recomposição das taxas decrescentes do lucro capitalista, ao impingir os resíduos da crise ao trabalho, ao afiançar um trabalho cada vez mais desprotegido, destituído de direitos, buscando nas pretensas saídas de trabalho cooperativado e *solidário* formas de reposicionamento das forças produtivas no cenário do contínuo e mais agudizado processo de extração de força de trabalho não paga, desregulamentada, que paira as margens da legislação trabalhista, mas que reside no centro do processo de apropriação do excedente de trabalho.

Perceptível nos debates presentes neste Eixo Temático que além dos processos determinados na órbita da reprodução ampliada do

capital, no que tange seus ciclos de produção, a economia solidária recorre também às determinações operantes no reforço ideológico

[...] do trabalho em equipe, das "células de produção", dos "times de trabalho", dos grupos "semi-autônomos", além de requerer, ao menos no plano discursivo, o "envolvimento participativo" dos trabalhadores, em verdade uma participação manipulatória e que preserva, na essência, as condições do trabalho alienado e estranhado (ANTUNES, s/a, p. 6).

O exemplo da informalidade e do culto ao empreendedorismo com pretensa saída das crises cíclicas do capital, aqui situado pela via do *solidarismo* que, no seu limite, não leva em conta a solidariedade de classe, na constituição e reposição de uma força sobranete de trabalho cada vez mais acentuada e a presença precarizada dos empregos formais vai desenhando caminhos rumo a tal saída que, fantasiosa, mantém ou até mesmo acentua a exploração da força de trabalho, agora transmutada de liberdade na produção, na autogestão solidária que, destituída da compreensão das determinações ali reproduzidas, repõe as forças ideopolíticas de um pretensão capitalismo humanizado, consolidando os vetores da acumulação flexível em detrimento das necessidades humano-sociais dos trabalhadores.

No Eixo Temático II “Trabalho e acumulação flexível” observamos a necessidade em debater as determinações operantes nos processos originários da acumulação flexível, a partir do entendimento que tais determinações incidem diretamente na vida cotidiana, alterando as formas de regulação social, ao passo que, centrado no enfraquecimento do modelo de produção rígido do fordismo, associado a um amplo processo de estagflação experimentado nos anos gloriosos do capital (HARVEY, 2002), combinando com as necessidades do capital em recompor, por meio do trabalho, as taxas de lucros em franco processo de declínio, constaram alguns elementos da reordenação do capital em torno da produção.

Dirigindo os despojos da produção capitalista ao trabalho e aos trabalhadores, a acumulação flexível vai reconfigurar, já na passagem dos anos 1980/1990, a relação de trabalho quer sejam elas nas determinações concretas, aferidas pelo quase que completo solapamento do Estado de Bem Estar Social nos países centrais, ao reduzir a proteção social destinada aos trabalhadores (empregados e/ou desempregados),

por meio da desregulação dos direitos sociais e desregulamentação dos direitos trabalhistas, além de colocar em xeque a eficiência estatal, entendida, pelo neoliberalismo, como um obstáculo à liberdade comercial, comprometendo a economia ao *interferir* nas relações entre patrões e empregados etc.

Os influxos da acumulação flexível são encontrados também na esfera ideológica, tendo em vista que, enquanto expressão de uma relação social calcada na exploração da força de trabalho e no mesmo diapasão, entendido como um processo pelo qual o capital não consegue se autorreproduzir, as determinações ideológicas operam um profundo jogo esquemático, donde a captura da subjetividade se torna indispensável para manutenção de um sistema que vai afiançar, também na ideologia, sua reprodução enquanto tal.

Para os autores, é possível identificar a preocupação em debater a acumulação flexível não apenas no campo da batalha das ideias, figurando-se como uma indispensável fonte de reflexão sobre as relações sociais, mas, no sentido de mediar os processos contestatórios junto à objetivação, aqui entendida como uma manifestação de posição ética, no sentido de supressão de um sistema que predatório, segue condenando a humanidade à barbárie.

Observa-se o debate em torno do trabalho profissional como uma expressão particular do trabalho social, ao tematizar as condições de trabalho destes profissionais, que, ao comporem a divisão social e técnica do trabalho, na condição e profissão especializada e assalariada, é atingida pelos rebatimentos da reestruturação produtiva ao ver seu trabalho profissional ser submetido a contratos flexíveis, desregulamentação de direitos trabalhistas, bem como o incentivo ao empreendedorismo via consultoria, fragilização da formação e do trabalho profissional.

Já nos Eixos Temáticos III e V “Seguridade Social, proteção social e trabalho profissional” e “Área sociojurídica, poder judiciário e trabalho profissional”, constando no primeiro eixo destinado ao debate sobre as particularidades da Seguridade Social no seio do capitalismo e do trabalho profissional, que comportaram artigos dos maiores espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais, contando a saúde e assistência social em especial. O segundo eixo em destaque debate o trabalho em um espaço tradicional que é a área sociojurídica, o que remontaram, na maioria dos artigos, aos conteúdos do chamado *fazer* profissional, tendo, como escopo, o deslindar do cotidiano profissional, mostrando uma flagrante dificuldade em determinados artigos de

articulem os nexos categoriais, enlevando, por vezes, uma dimensão mais operativa no tocante à *prática*.

Tradicionalmente chamado a operar as políticas de Seguridade Social e as demais na esfera da proteção social, políticas estas profundamente conformadoras da ordem vigente, que profundamente *refuncionalizadas*, atuam na satisfação de mínimas necessidades sociais dos trabalhadores, funcionam como importante recurso ideológico no reforço da moralização da questão social, da criminalização da miséria, da conformação de posições de classe em políticas assumidamente operacionalizadas, destituídas de qualquer dimensão política e de satisfação das necessidades mais ampliadas de homens e mulheres expostos à contínua exploração da força de trabalho. São estas políticas que os assistentes sociais são requeridos pelo capital para operacionalizar, revelando uma política social centrada na

[...] insegurança e vulnerabilidade do trabalho e a penalização dos trabalhadores, o desemprego, o achatamento salarial, o aumento da exploração do trabalho feminino, a desregulamentação geral dos mercados e outras tantas questões com as quais os assistentes sociais convivem cotidianamente: são questões de saúde pública, de violência, da droga, do trabalho da criança e do adolescente, da moradia na rua ou da casa precária e insalubre, da alimentação insuficiente, da ignorância, da fadiga, do envelhecimento sem recursos, etc. Situações que representam para as pessoas que as vivem experiências de desqualificação e de exclusão social e que expressam também o quanto a sociedade pode "tolerar" e banalizar a pobreza sem fazer nada para minimizá-la ou erradicá-la (YASBEK, 2003, p. 138).

É inegável que as dimensões operadas pelo pragmatismo no cotidiano e, evidentemente, nas políticas sociais podem e influenciam as respostas destinadas a tais carecimentos, tanto dos trabalhadores enquanto destinatários do trabalho profissional, quanto dos próprios assistentes sociais que, por vezes imobilizados pela rigidez e constante necessidade de respostas imediatas, visto que o cotidiano é terreno fértil para reificação, (NETTO, 2005), tendem a reproduzi-lo sistematicamente e acriticamente, resultando em ações esvaziadas e reiterativas, destituídas de uma compressão da universalidade da quala

vida social é legatária, rebatendo em produções/sistematizações científicas, como alguns artigos nestes Eixos que representam essa reificação em todas as esferas sociais.

Não se trata de uma simplista generalização homogeneizada do trabalho profissional, mas de como se opera tais elementos no terreno do cotidiano, visto que ele segue muito funcionalizado à reprodução do capital, ao passo que busca anular qualquer capacidade analítica que se ponha como reflexão que passe pelo crivo da crítica de uma racionalidade que conteste tais determinações diante do mundo do trabalho. Essa racionalidade formal-abstrata localizada em diversos artigos por vezes se coloca a advogar e reproduzir no trabalho profissional a partir de um fim em si mesmo, que corresponde diretamente a um determinado finalismo profissional que, assumindo a práxis fetichizada das relações sociais de produção, reproduz um

[...] complexo simultaneamente de causalidades e resultantes histórico-sociais, desenvolve-se quando os agentes sociais particulares não conseguem discernir e reconhecer nas formas sociais o conteúdo e o efeito de sua ação e intervenção; assim, aquelas formas e, no limite, a sua própria motivação à ação aparecem-lhes como alheias e estranhas. [...] o processo pelo qual os sujeitos (os indivíduos, os agentes sociais particulares) se desapossam de si e de sua atividade criadora na medida em que não conseguem captar as mediações sociais que os vinculam à vida social em seu conjunto e dinamismo [...] (NETTO, 1981, p. 74-75).

Negar a captura desse dinamismo complexo anunciado pelo autor é negar a própria realidade, inclusive as mediações que se operam frente à reificação da vida, incluindo, aí, as determinações dessa processualidade no mundo do trabalho e mais particularmente no trabalho profissional, o que enseja a reprodução sistemática do capital diante das esferas particulares da vida. Os autores dos artigos ao particularizarem o trabalho profissional seguem, muitas vezes, descolando e atomizando a categoria das demais dimensões da vida social, ao passo que enseja, em nosso entendimento, uma prioridade deste trabalho profissional, cujas bases assentam na supervalorização de uma instrumentalização das ações profissionais cotidianas, ainda que

sistematizadas, mas distanciadas de uma reflexão dada na totalidade da vida e mediadas às demais categorias.

Fica muito evidenciado que tais artigos seguem uma direção que assume determinada direção teórico-metodológica, mas segue, na maioria das vezes, *anulando* a totalidade da vida social, ao passo que tal anulação se põe a partir de um desenho da *prática* profissional, como querem diversos autores, promovendo uma cisão entre os fundamentos e o cotidiano do trabalho profissional. Não se trata aqui de afirmar que ocorre uma dicotomização entre teoria-prática, mas de compreender que os fundamentos teóricos assumem um determinado servilismo diante dos *desafios da prática*, mas que segue relegado ao gigantismo atribuído ao trabalho profissional, principalmente nas produções de assistentes sociais.

Mesmo que os artigos relacionados ao trabalho profissional diante dos dois Eixos Temáticos acima identificados em sua maioria sigam uma determinada razão instrumental, factível reconhecer a existência de artigos que, na tentativa de explicitar as determinações do trabalho profissional e das políticas sociais no capitalismo, recorrem a um arcabouço que se sustenta por meio de reflexões teórico-políticas, cuja fidelidade alcança a crítica à sociabilidade burguesa e aos modos de ser, ao passo que compreende o trabalho como forma originária do ser social e centrado como produtor de valor nos limites da sociabilidade capitalista.

No Eixo Temático IV “Fiscalização do trabalho profissional” destinado a reflexões relacionadas ao trabalho profissional, na perspectiva da consolidação do trabalho do assistente social, tendo como escopo a atuação das autarquias federais do conjunto CFESS/CRESS, demonstra-se e coloca-se em discussão a necessidade do coletivo profissional compreender as funções de tais organismos da profissão, aqui destacando seu papel disciplinador do trabalho profissional, mas que requer a dimensão política que, por adesão política e metodológica, não se encerra no patrulhamento dos comportamentos, da prática sistematicamente burocrática.

Os artigos nos levam a refletir sobre a práxis política do Conjunto, no cenário do trabalho profissional, em que pesa a busca pela garantia das previsões ético-legais deste trabalho, ao passo que reafirma sua condição de classe, não restrita apenas ao Serviço Social, demonstrando o legítimo compromisso com os trabalhadores. Isso ocorre, no âmbito do CFESS/CRESS na paulatina defesa intransigente dos princípios que sustentam a profissão, a partir do seu alinhamento classista que tem nos assistentes sociais sua mais concreta expressão.

Os artigos do Eixo Temático VI “Questão social, pobreza e trabalho profissional” apontam as reflexões em torno da compreensão sobre a contraditória e complexa relação entre capital e trabalho que nos marcos do capitalismo vai assumir novas feições, processo este que é coadunado frente às políticas sociais de combate à questão social. Buscando, de modo *sui generis*, descolar os conteúdos presentes numa relação que expressa a síntese da luta de classes, num mimetismo econômico, ideológico e político que descola as determinações das suas expressões de suas raízes, demonstrando uma pretensa autonomia destas categorias, que, por constituição ideológica e econômica, forceja uma *questão social* provinda das incapacidades dos trabalhadores em autossustentarem suas necessidades. Há nesse sentido uma inversão que camufla as mais reais e latentes determinações do capitalismo frente às necessidades humanas e, por excelência, não questiona as raízes dos problemas em torno da socialização da riqueza socialmente produzida.

Tal mistificação das reais incidências da questão social fica visível nas reflexões dos autores dos artigos do Eixo Temático, ao polemizarem as raízes de um processo muito mais amplo e preñado de determinações políticas, econômicas e sociais, demonstrando o vínculo da questão social com o trabalho, na medida em que somente se realiza como chave heurística para o capitalismo ao apropriar-se do excedente do trabalho produzido por homens e mulheres trabalhadores. Para além da necessária compreensão da questão social como produto da luta de classes, os autores seguem mediando tais determinações no âmbito do trabalho profissional como uma expressão particular do desenvolvimento e institucionalização da profissão no seio do tardo-capitalismo brasileiro (NETTO, 2010).

Neste sentido, os artigos, com base na compreensão da economia marxista, vão desenhando com evidência, mesmo que nos limites de um artigo, o lugar que o trabalho assume na compreensão da questão social, entendida como expressão da luta de classes, e sua mediação com o trabalho profissional do assistente social, que, numa dupla condição, transita em duas esferas particulares do capitalismo: como trabalhador assalariado e como profissional especializado que vai atuar nas chamadas expressões da questão social.

Nos artigos do Eixo Temático VII “Educação e formação profissional” evidenciou-se a preocupação dos assistentes sociais em tematizarem as múltiplas faces da educação, entendida como política social pública, como meio de realização de uma formação profissional crítica e como espaço sócio-ocupacional do trabalho profissional do assistente social. Muito embora as preocupações dos autores versem

sobre as faces aqui demonstradas, não deslocam os conteúdos da reflexão crítica em torno da defesa de uma educação autônoma, centrada na promoção e difusão do conhecimento, destinada a homens e mulheres.

A necessária medida entre as esferas constitutivas da vida e as determinações operadas pelo capital denota a importância da reflexão da educação como possibilidade construtora de uma nova moralidade, mas que não resida apenas em si mesma, pois assim encerrada, torna-se prática inócua, mas, se concebida como uma processualidade dotada de mediações e, entre elas, uma compreensão crítica da incidência do capital na vida social e sua relação ética de compromisso de classe, pode ensejar uma práxis social que tenha a humanidade como medida das coisas e não o inverso, como adverte (IAMAMOTO, 2008).

Já o Eixo Temático VIII “Políticas de emprego /renda e qualificação profissional” trouxe importantes reflexões diante da discussão sobre a atualidade da política de qualificação, agora co-gerida pelo Estado e capital, ficando perceptível a compreensão sobre a mutação do capital em torno do mundo do trabalho e dos profundos nexos causais da engenharia *refuncionalizada* do capital em torno da contínua recomposição da taxa decrescente de lucros, mas necessita ser compreendida também na esfera da reprodução ideológica, ao passo que esta segue funcional à estrutura do sistema, em clara conformação com o Estado e as políticas sociais públicas.

Muito embora os artigos não centrem suas reflexões a partir da teoria do valor trabalho, é necessário destacar que contribuem para a crítica ao capital e suas estratégias de apropriação da força de trabalho humana e de sua subjetividade, mas compreendemos que para seu entendimento, saindo da aparência dos fenômenos (aqui entendendo a política de qualificação) em direção às suas raízes, donde deitam as determinações operadas diante das relações sociais de produção, com a necessária compreensão dos fundamentos que o sustentam, entendendo que esse jogo esquemático lança uma *cortina de fumaça* frente à necessidade de uma política de emprego que tenha vínculo imediato com a oferta de postos de trabalho dotados de garantias sociais e trabalhistas e não tais saídas mágicas propugnadas pelo capital.

O Eixo Temático IX “Movimentos sociais e sindicalismo” assumiu o debate em torno da organização coletiva de trabalhadores, situando suas reflexões a partir da perspectiva dos movimentos sociais organizados ou a adesão ao movimento sindical, demonstrando o vínculo histórico da profissão com a classe trabalhadora, no sentindo de

compreender e captar daí demandas emanadas, a partir de uma perspectiva de classista.

Ainda que determinados pelas esferas de reprodução ampliada do capital, os movimentos sociais devem ser apreendidos como manifestações legítimas da sociedade civil organizada, o que não prescinde de realizar uma análise acurada sobre quais fundamentos tais movimentos repousam sua práxis política, ao passo que a heterogeneidade presente numa dinâmica tão complexa como no capitalismo, incorreríamos em um erro homogeneizá-los, pois tais movimentos representam posições de classe, quer elas dominantes, quer elas advindas dos trabalhadores.

Necessário compreender que o recorte em torno do Eixo Temático vai se inscrever na cena dos movimentos sociais a partir da aglutinação de forças sociais ainda nos anos 1960, principalmente aqueles ligados aos setores da luta pela moradia, pela terra, pelos direitos sociais, mas que, solapados pela ditadura civil-militar, vão experimentar um processo de arrefecimento, refloreando nos marcos do ocaso da ditadura e na nascente Constituição Federal de 1988, afigurando-se a partir da luta pelos direitos sociais diante de um vastíssimo conjunto de necessidades, dadas a heterogeneidade da sociedade brasileira (GOHN, 2011).

Os movimentos sociais são compreendidos como um dos pilares de sustentação da democracia, mas para além da sua institucionalização nos marcos de uma Constituição flagrantemente burguesa, precisam ser entendidos como um agente catalisador e aglutinador de forças sociais que, direcionadas por uma dimensão ética, podem afirmar valores de classe diante do tensionamento das disputas no âmbito do capital e do Estado, como seu conformador.

No Eixo Temático X “Saúde do trabalhador e da trabalhadora”, observa-se a incontestável relação entre as determinações do desenvolvimento do capitalismo frente às demandas da Saúde do Trabalhador que, rompendo com sua visão e condição de mera política de medicina do trabalho ou ergonomia no passado, vai revelando as entranhas da conflituosa relação capital-trabalho, que na ST vai rebater nas condições biológicas, psicológicas e sociais de reprodução de homens e mulheres em torno da produção e reprodução da vida.

Todos os artigos seguem uma reflexão em torno da inequívoca relação entre capital e saúde do trabalhador, entendendo-a como um processo preñado de determinações que, extrapoladas as esferas de produção material, vai incidir na vida do trabalhador, registrando-se por meio de uma crescente intensificação do ritmo da produção, na

produção estipulada por metas, na presença de sobre trabalho, ultrapassando os limites do negócio capitalista que invade a privacidade da vida doméstica. O capitalismo vai operar uma cisão entre o sentido do trabalho, mas que no campo da saúde do trabalhador vai impingir aos homens e mulheres manifestações físicas e psicológicas, que, agudizadas pela produção exacerbada, seguem impondo o ritmo da máquina aos trabalhadores, associando recursos ideológicos que capturam a essência humana, conduzindo a subjetividade à esfera ampliada da produção material do capital.

Outra crítica recorrente na esfera da ST trata das ações estatais em torno da notificação dos agravos de problemas relacionados à saúde de homens e mulheres diante do trabalho, ao passo que se apresentam múltiplas determinações que ainda esvaziam as reflexões e as políticas sociais nela vinculadas, ainda que, no limite do Estado, o capital segue capturando as políticas, mas, ao mesmo tempo, revela um giro na compreensão da ST, sendo impossível não tributar a este tipo de trabalho no capital o produtor de agravos à saúde dos trabalhadores. Media-se a esse processo a reflexão dos artigos a partir da compreensão do trabalho do assistente social frente às equipes multidisciplinares dos serviços de notificação e acompanhamento de agravos à saúde do trabalhador, numa perspectiva que possibilita, ao recorrerem aos fundamentos da profissão, a adoção de valores que contestem as determinações do capital no trabalho e na humanidade, mas que necessariamente precisa ser dotado de valores objetiváveis, que coadunem ações concretas de intervenção na realidade, bem como de uma práxis política classista.

No Eixo Temático XI “Trabalho e questão agrária” observamos a necessária tematização em torno da divisão sexual ou sociossexual do trabalho, ao passo que se faz necessário compreender os influxos da esfera da produção do capital diante da humanidade, ao passo que, centrado numa relação historicamente, seguiu dominada pelos homens⁴⁴, o trabalho feminino longe de possuir as mesmas condições no que tange a salários e condições de igualdade na relação cargos x salários segue matizando o trabalho da mulher exponencialmente mais desvalorizado.

Nos artigos ficou claro, ainda que nos limites a serem considerados por serem artigos, o processo de reprodução de uma

⁴⁴ Aqui nos referimos a homem no sentido masculino.

sociedade machista, que historicamente transita da esfera da produção do capital e seus mecanismos de exploração para o ambiente doméstico, espaço este tradicionalmente destinado às mulheres como uma espécie de especialidade exclusiva, que segue reproduzindo, em outra medida, a exploração com os mesmos mecanismos de desvalorização do capital, revelando, ainda, a presença de um sobre trabalho profundamente funcional à manutenção da produção do capital.

As autoras destacam a imbricada relação entre o trabalho da mulher com as esferas de alargamento da taxa de lucro do capital, ao mesmo tempo em que se aprofunda uma relação espúria de trabalho, com contornos ideológicos centrados no *familismo* (a política social é um exemplo), representando a reatualização conservadora de modelos responsabilizadores da mulher na condução do cuidado, do bem-estar, da família, reproduzindo uma moral burguesa, que não rebate apenas na privacidade da vida, mas na totalidade, com evidentes determinações para a produção capitalista, que agudiza a condição de exploração da mulher trabalhadora, que somente pode ser superada com a ultrapassagem de um sistema social desigual, que reforça o patriarcado e submete às mulheres a condições inferiores frente ao mundo do trabalho. A superação do patriarcado é a superação do capitalismo.

O Eixo Temático XII intitulado “Questão Agrária” possui dois artigos apresentados e as autoras polemizam a atualidade da questão relacionada ao trabalho no campo, a partir de uma perspectiva de compreendê-lo a partir das determinações operadas pelo capitalismo, do qual é inescapável sua reprodução no campo. Para as autoras, tanto a discussão do trabalho na indústria canavieira e sua relação com as políticas sociais até a agricultura familiar seguem determinadas pelos modos de ser do capital, sobretudo quando se apresentam as formas de reprodução pelo trabalho.

Para as autoras, há uma flagrante combinação do campo com a indústria urbana, no sentido da reprodução ideológica, da intensificação da produção de mercadorias para atendimento de um mercado que cada vez consome mais e, evidentemente, da captura do trabalho, o que demonstra a reprodução ampliada do capital frente a todas as esferas da vida social.

O campo torna-se essencial para compreender o sociometabolismo do capital e seu tardo-desenvolvimento do Brasil, tendo em vista suas profundas raízes firmadas em uma economia agroexportadora que combinou um desenvolvimento assentado na urbanização das cidades, mas sem perder a relação direta com a produção do campo, que hoje segue reconfigurada, situando o Brasil

como um dos maiores produtores de *commodities* do mundo, substituindo os velhos modelos agrários pela tecnificação do campo, pela via do incremento do capital constante em detrimento do capital variável cada vez mais dispensável ao sistema.

Palco da luta de classe, a posse da terra segue agudizada, ao passo que o agronegócio segue aumentando seu domínio frente à produção no campo, centrados nas monoculturas extensas, produzindo *commodities* e não alimentos, e seu quase que completo domínio representa a posse privatizada da terra, com uma destinação direta dos expurgos da produção aos trabalhadores, ou seja, o custo social desta. A luta pela terra demarca a necessária inversão destas prioridades usurpadas pelo capital, no sentido de produzir alimentos e não *commodities* e na posse da terra, cujas funções sociais presentes na Reforma Agrária representam, em um nível imediato, os interesses da coletividade.

Encerrando a síntese das análises, o Eixo Temático XIII dedicado ao debate sobre “Trabalho infantil” abordou, em seus dois artigos, as particularidades do trabalho infantil no cenário brasileiro, oportunizando o debate sobre a atualidade das políticas públicas de enfrentamento deste tipo de manifestação de exploração, evidenciado por meio de análises centradas no debate sobre as medidas de proteção social destinadas a crianças e adolescentes em situação de trabalho. Ainda que muito limitada, essa política social se afirma no cenário da Assistência Social, por meio de ações, projetos, programas e serviços socioassistenciais que intentam em articular diversas esferas da proteção social, em torno da busca de mitigação deste tipo de exploração, mas tal política se encontra muito limitada a uma operacionalização no sentido de atenuar as suas formas mais fenomênicas, mas não menos importantes, deixando de compreender e articular politicamente a crítica da raiz da problemática que encontra terreno fértil na apropriação da força de trabalho infantil.

Embora tais medidas lancem-se como paliativas, seu impacto pode ser considerado de baixo alcance, tendo em vista a complexidade das formas de apropriação deste trabalho pelo capital, muito embora os marcos legais impeçam o trabalho infantil, a lógica estruturante do capital lança mão de mecanismos que superam as relações de trabalho endógenas à fábrica, pois a dinâmica perversa do trabalho infantil vai se apresentar na intimidade da vida doméstica, espaço não público, donde a fiscalização, o combate e a punição aos que exploram ficam flagrantemente limitados, conforme destacam as autoras.

Além da composição da extração de valor trabalho, muitas vezes não pago ou muito mal remunerado, expõe as fraturas econômicas, políticas, sociais e ideológicas de uma reprodução assentada na moralização do trabalho como forma de domesticação de crianças e adolescentes, no sentido de reproduzir uma moralidade que desconsidera tais condições de crianças e adolescentes em desenvolver atividades que cerceiam a liberdade, o acesso à educação, aos direitos mais essenciais para a reprodução de uma vida dotada de sentidos nesta fase de desenvolvimento. Os artigos manifestam flagrante preocupação em torno das políticas de proteção e acompanhamento de crianças e adolescentes que desempenham qualquer tipo de trabalho, tecendo uma crítica não apenas às políticas, mas ao sistema de produção, que autofágico e predatório, tem empurrado a humanidade em direção à barbárie e que necessita ser contestado e superado, se quisermos possuir uma vida realmente dotada de sentidos.

III - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se o homem não tivesse criado a si mesmo, no trabalho, como ente genérico-social, se a liberdade não fosse fruto da sua atividade, do seu autocontrole sobre a sua própria constituição orgânica, não poderia haver nenhuma liberdade real (LUKÁCS, 2013).

Os elementos que buscamos trazer para reflexão nesta tese são, de fato, essencialmente inconclusos, pois eles não se esgotam em suas próprias referências, pelo contrário, - ao tentar desvelar a mediação entre o processo de constituição do debate em torno dos fundamentos ontológicos do trabalho, tendo como referência a produção de conhecimento da profissão, tem se constituindo como um campo fértil para desvelar o real, a partir das suas múltiplas determinações, influenciando, assim, na direção social da profissão impressa nas últimas duas décadas pelo projeto ético-político.

Ao tentar perquirir este objeto, intentamos contribuir para o debate sobre o *mundo do trabalho* em um cenário em que a sua morte já fora anunciada pelos *sicofantas* e que agora demonstra, incontestemente, sua vitalidade em tempos de agudização da extração do mais-valor para a (re) produção cada vez mais ampliada do capital. Para a profissão, a intenção desta pesquisa segue na direção de fortalecer o debate sobre estes elementos tão centrais, na perspectiva da direção social do Serviço Social, além da qualificação do debate sobre a categoria, a partir de Lukács, bem como o entendimento de que este debate se apresenta frente às produções científicas do Serviço Social brasileiro.

Deste modo, debater a questão do trabalho é essencial para a profissão, tendo em vista que, ao elegermos um projeto ético-político sob bases críticas, faz-se necessário compreender a dinâmica desta profissão, que, para a reprodução do capital em todas suas esferas, é um elemento base, visto que é por meio do trabalho que o processo de produção se erige e sustenta. Mas, antes de tornar-se essencial à profissão, o debate em torno do trabalho torna-se indispensável à genericidade humana, visto que por meio do trabalho o homem alçou patamares refinados, possibilitando o recuo das barreiras naturais que, impeditivas, impelem o homem a responder às necessidades e assim, superá-las.

O trabalho como atividade indispensável à reprodução do capital fornece uma das bases de compreensão do processo da estruturação de

um modelo gerencial a fim de possibilitar a conjunção da exploração da força de trabalho, frente à regulação de tarefas, gerência da força de trabalho em torno da produção cada vez mais ampliada e seus frutos cada vez menos socializados, demarcando a dependência do capital do trabalho, tendo em vista que neste último residem as formas de extração da mais-valia, seja ela absoluta ou relativa.

Entendida como um fenômeno característico do pleno desenvolvimento da sociedade capitalista madura, a divisão social do trabalho funda-se nos pressupostos da fragmentação das ações do trabalho, visto que é na divisão social e técnica do trabalho que a parcialização do trabalho e a distinção entre os tipos de trabalho demonstram a cisão completa entre sua essência ontológica que, convertida em ações fragmentadas, figura-se funcional à reprodução da lógica da engenharia dos lucros do capital.

Nesta angulação, a emergência de profissões concebidas pelo capital como centrais à gerência dos processos produtivos, quer sejam profissões que atuam diretamente diante da produção material, quer sejam aquelas cujo recurso ideológico instam a genericidade humana frente ao aumento da produção, situa-se o Serviço Social que, essencial na reprodução da força de trabalho, manifesta-se como uma profissão que *coopera* com o estatuto da conformação e da mitigação dos conflitos advindos da relação antagonica entre capital e trabalho.

Aqui, esse entendimento segue circunscrito às determinações do capital sobre o trabalho e, deste modo, o trabalho do assistente social, mas nos cabe advertir que não se trata de profissão que submete todo seu aparato teórico-metodológico às determinações antitéticas do capital, pois seu trabalho profissional, mesmo que limitada à regulação das relações sociais pelo capital, não se *ensimesma* nas protoformas históricas que engendraram a emergência da profissão, tendo em vista a eleição de valores éticos, coadunados por um longo caminho de sínteses teóricas, políticas e éticas hauridas no pensamento marxiano. Neste sentido, somente é lícito falar da emergência do Serviço Social à medida que se coloca o esforço em compreender que este acontecimento apenas é possível e realizável nos marcos do pleno desenvolvimento das forças produtivas, em que pesa a regência do modo de produção capitalista e, evidentemente, por uma questão de método de análise, uma recusa veemente sobre as teses richmondianas⁴⁵ e seus predecessores

⁴⁵ Mary Richmond foi a sistematizadora do *Diagnóstico social*, centrado nos fundamentos clínicos, que transitava entre a saúde e a psicanálise. Seu livro com

conservadores, que situam a emergência do Serviço Social na direção de uma determinabilidade, constituída de modo linear, em que se coloca como uma processualidade “natural” de modernização, tecnificação e profissionalização das protoformas da filantropia e da caridade, estas enquanto expressão de uma retórica moral e teórico-filosófica da tradição judaico-cristã, centrando-se na perspectiva de *assistencialização* da vida social e conseqüentemente da profissão como uma expressão particular.

As concepções teóricas explicativas das protoformas do Serviço Social remetem ao largo processo de institucionalização da profissão no seio do capitalismo, profundamente marcado pelas correntes psicologizantes da vida social, espelhando de maneira incontestada a crescente manipulação da organização capitalista, que, ao situar o empobrecimento dos trabalhadores como uma causa individual, consolidou a concepção moralizadora e criminalizadora da questão social, diante de um cenário de profunda crise no campo da luta de classes, o que determinou um reflexo igualmente moralizador e conservador na explicação da emergência do Serviço Social no Brasil, por exemplo.

Outro traço que marca profundamente a emergência do Serviço Social refere-se à concepção de ciência, notadamente as ciências sociais em processo de desenvolvimento nos primeiros lustros do século passado, nas quais há a imputação de um *modelo* científico centrado nas leis das ciências da natureza que contaminaram e matizaram as ciências sociais, traduzindo-se a partir de compreensões equivocadas, travejadas de um cientificismo superficial e asséptico, bem como de uma existência inequívoca de um determinismo ideológico conservador que forjou uma ciência social despreocupada com o mundo dos homens, num claro reforço apologético à ordem dominante. Neste contexto,

[...] o tratamento moral da “questão social” é uma resposta política das várias forças sociais ao potencial emancipador das lutas proletárias; uma reação de caráter conservador que perpassa pelas

nome homônimo foi lançando em 1917, consistindo como uma referência na base da formação das visitadoras sociais, mais tarde, assistentes sociais, influenciando o Serviço Social em todo mundo. Para maiores esclarecimentos, ver (MONTANO, 2005).

estratégias do Estado capitalista, pelo projeto social da Igreja Católica e pelo Serviço Social no contexto de sua origem (BARROCO, 2008, p. 83).

Neste cenário profundamente marcado pelo agigantamento da exploração da força de trabalho humana, associada ao crescente descontentamento das forças proletárias em decorrência das péssimas condições de vida e existência, emerge na cena uma força social advinda dos trabalhadores, mediada pelas primeiras organizações sindicais, em direção da contestação da agudização da *questão social*, o que promove, imediatamente, uma força política profundamente organizada a fim de subverter a luta contestatória dos trabalhadores, recorrendo às estratégias moralizadoras, balizadoras da moral cristã e de uma ética intencionalmente desarticulada com o *ethos* proletário.

É neste caldo ideológico, político-econômico e cultural que as bases do Serviço Social são gestadas, como uma resposta do laicato às pressões dos trabalhadores em torno da garantia de direitos sociais e trabalhistas numa sociedade profundamente desigual, mas que responde, imediatamente, às determinações operantes pela lógica tardo-capitalista brasileira em fase franca de expansão.

Assim, somente é possível compreender a emergência⁴⁶ da profissão, apenas no marco do desenvolvimento e consolidação das forças do modo de produção capitalista, adotando-o como ponto de partida diante do processo de acirramento do capitalismo, centrado na acentuação da exploração da força de trabalho, na apropriação cada vez mais privada daquilo que é produzido socialmente pelos trabalhadores por meio de um trabalho cada vez mais social (IAMAMOTO, 2000a).

Neste sentido, “[...] sua história é tributária da história da sociedade capitalista em um dado grau de seu desenvolvimento: a idade dos monopólios” (GRANEMANN, 1999, p. 161), o que nos faz compreender a sua determinação no campo da reprodução do capitalismo por meio da *gestão* da força de trabalho, claramente direcionada ao cumprimento de “metas” produtivas cada vez mais ampliadas, a fim de não quebrar o ciclo constante de (re) produção do

⁴⁶ Não trataremos da emergência da profissão, tendo em vista a larga produção teórica já produzida e levada à luz por autores como (BARROCO, 2008), (NETTO, 1992), (IAMAMOTO, 1982), cabendo-nos apenas situar este cenário.

capital, o que leva o capital e a ideologia dominante a tributar a “questão social” como um conjunto de *problemáticas sociais desassociadas* do acirramento das formas de apropriação do valor produzido pela força de trabalho, da mercantilização das relações sociais.

Tradicionalmente chamado pelo capital a *operacionalizar* e oferecer *respostas* frente ao que se convencionou denominar de *questão social*, o assistente social situa-se na condição de trabalhador assalariado, inscrito na divisão social e técnica do trabalho, a partir do entendimento de que se trata de uma especialização do trabalho coletivo e que, polarizado por interesses, reproduz em um polo as necessidades do capital e, no outro, as necessidades dos trabalhadores. Sua inscrição neste cenário “[...] não se autodetermina. Isto quer dizer que esta profissão, como qualquer outra, não pode prescindir de uma análise da sociedade em sua autocompreensão” (IDEM).

Ao determinar a *questão social* como um conjunto de problemáticas e desassociá-la das determinações da relação capital-trabalho, os apologetas do capital acabaram por *institucionalizar* e operar uma lógica da qual essa *questão social* emerge “atomizada” como uma entidade dotada de vida e vontade própria, que se reproduz como uma “desigualdade social” ou mesmo como uma “cidadania incompleta”, da qual não se consegue dar explicações ontológicas; ensimesmada e limitada, explica-se no cenário das subjetividades, da retórica perversa da “falta de vontade” ou o reforço ideológico da famigerada meritocracia, revelando que, no capitalismo, todo o conjunto de determinações sociais que impelem o ser social à margem da riqueza socialmente produzida, acaba por situar-se, também, no campo dos valores subjetivos, essencialmente moralizantes, e colocam em operação uma das obsessões do neoliberalismo: a individualização da totalidade social.

Com a cristalização da pobreza nas esferas ideológicas e concretas da lógica do capital, faz-se necessário a recusa da sua naturalização e a compreensão, a partir de uma perspectiva classista, centrada em um devir ético objetivável, mas tal recusa na atualidade revela e demonstra o vigor da ideologia dominante, uma vez que esta última promove um constante esvaziamento das ideologias oponentes num profundo jogo que mimetiza seus conteúdos. Mesmo que diante de uma dominação, não remove o papel da luta de classes e da atribuição à classe trabalhadora, porém observa-se que tal contestação segue *terceirizada* diante da adoção de políticas sociais profundamente compensatórias, conformadoras e estrategicamente alinhavadas à ordem do capital, o que acaba reproduzindo

[...] as desigualdades no plano social, político, econômico e cultural, ao criar uma população sobrando. Elas redefinem o lugar dos pobres nessa sociedade: a ausência do poder de mando e de decisão, privação dos bens materiais, a desqualificação das suas crenças e modos de expressar-se, que ocorrem simultaneamente às suas práticas de resistência e de lutas (IAMAMOTO, 2008, p. 188).

Nesta conflituosa relação, além da reprodução sistemática no campo da objetividade, emergem as formas de manipulações ideológicas, que seguem como um instrumento de cooptação das subjetividades, em direção à conformação dos conflitos de classe e da solidificação de um determinado *status quo*, entendido como um processo largamente *naturalizado*. Para além das reproduções materiais, ou seja, no campo das reproduções ideológicas, que o assistente social tem seu trabalho profissional profundamente influenciado por uma lógica determinada pelas relações sociais de produção, na direção da conformação dos conflitos de classe, direcionados à *pacificação* e controle dos trabalhadores, tradicionalmente *operacionalizando* políticas sociais estrategicamente minimalistas e carregadas de conteúdos ideológicos sutis, ou não, dos quais, muitas vezes, esses assistentes sociais não conseguem dimensionar e acabam reproduzindo sistematicamente.

Neste sentido, a ideologia, dimensionada a partir dos conflitos de classe, “(...) filtra os problemas que afloram da consciência e orienta a intervenção dos homens”, o que indica sua prioridade em direcionar, a partir dos pores teleológicos secundários, a tomada de decisões influenciadas por outros homens, porém, com a prevalência das categorias econômicas da sociedade capitalista, esse processo inverte-se, segue por ele apropriado, tendo em vista que esta crescente dominação direta “[...] cede lugar ao dinamismo da lógica econômica e às técnicas de convencimento que atrelam os indivíduos ao sistema social” (FREDERICO, 2005, p.137).

Sob pleno domínio das relações sociais capitalistas, fica evidente a sujeição dos elementos subjetivos à lógica manipulatória das relações de produção, com vistas à plena determinação de um terreno de reprodução das formas de vida social, que necessitam ser postas em relação direta com os homens, exigindo, assim, de algumas áreas, por

exemplo, (o direito, a política, as artes, a filosofia etc), o emprego de uma determinada práxis profundamente carregada de conteúdos ideopolíticos, muitas vezes pautadas no sentido da ocultação da realidade, em direção à conformação dos conflitos de classe e *manutenção da ordem do capital social, política e economicamente estabelecida*.

Ao submeter a sua força de trabalho especializado, centrado numa sistemática e funcional combinação de atividades, frente às determinações das reproduções do capital, o assistente social não se coloca imune à tal reprodução, pelo contrário, pois ele situa-se diante de uma conjunção de regramentos de dominação do capital sobre seu trabalho, sendo que, a partir do capitalismo, funda-se uma

[...] subsunção real do trabalho ao capital ou do modo de produção especificamente capitalista, não é o operário individual, mas uma crescente capacidade de trabalho socialmente combinada que se converte no agente (Funktionär) real do processo de trabalho total, e como as diversas capacidades de trabalho que cooperam e formam a máquina produtiva total participam de maneira muito diferente no processo imediato da formação de mercadorias, ou melhor, de produtos – este trabalha mais com as mãos, aquele mais com a cabeça, um como diretor (manager), engenheiro (*engineer*), ou técnico etc., outro como capataz (*overlooker*), um outro como operário manual direto, ou inclusive como simples ajudante – temos que mais e mais funções da capacidade de trabalho se incluem no conceito imediato de trabalho produtivo, e seus agentes no conceito de trabalhadores produtivos, diretamente explorados pelo capital e subordinados em geral a seu processo de valorização e de produção. Se se considera o trabalhador coletivo, de que a oficina consiste, sua atividade combinada se realiza materialmente (*materialiter*) e de maneira direta num produto total que, ao mesmo tempo, é um volume total de mercadorias; é absolutamente indiferente que a função de tal ou qual trabalhador – simples elo desse trabalhador coletivo – esteja mais próxima ou mais distante do trabalho manual direto. Mas, então a atividade dessa capacidade de trabalho coletiva é seu consumo produtivo direto

pelo capital, vale dizer, o processo de autovalorização do capital, a produção direta de mais-valia, e daí, como analisar-se-á adiante, a transformação direta da mesma em capital (MARX, 2004, p. 157/8).

Frente a sua condição de assalariamento, o assistente social, como todo trabalhador da divisão do trabalho, não dispõe dos meios necessários à consecução do seu processo de trabalho, o que o liga imediatamente à condição de empregado de empresas privadas, filantrópicas e, nos limites do capitalismo, no aparelho estatal, sendo este último o maior empregador de assistentes sociais na atualidade. Fundado na relação trabalhador-empregador, o assistente social vende sua força de trabalho em troca de um determinado salário, o que corresponde a uma mercadoria dotada de determinado valor de troca e, frente a este movimento de relação, o capital despoja do assistente social seu valor de uso ou nos termos de (IAMAMOTO, 2000) o direito de consumi-la durante a jornada estabelecida pelos donos dos meios e instrumentos de produção.

Determinado nesta relação de assalariamento (compra e venda da força de trabalho), o assistente social tem seu processo de trabalho submetido à ordenança do capital, tendo em vista que toda a gerência deste processo fica a cargo dos detentores dos meios de produção, como uma exigência posta pelo contratante, frente ao uso total da força de trabalho especializada deste profissional, o que não remove a sua autonomia técnica, mas é necessário entender a simbiose estabelecida.

Incontestemente que o assistente social intervém diante do concreto, frente às inúmeras esferas de reprodução material e espiritual a quais é submetido, sem tangenciar as determinações da questão social como um polo negativo frente às potências do desenvolvimento humano, sendo que a questão social emerge como uma negatividade posta, originária de uma disputa de projetos políticos e que, sob a égide do capital, deita suas bases frente à intensificação da expropriação da força de trabalho humana, o que redundará na apresentação de inúmeras manifestações materiais e imateriais em todas as esferas da sociedade.

No contexto da compreensão da divisão social e técnica do trabalho (e aqui compreende-se o Serviço Social como uma expressão particular) e sua relação com o homem, é necessário destacar, pois, a importância de buscar respostas diante do largo processo de subsunção da ciência e das produções científicas hauridas nas fontes conservadoras, que, paulatinamente manipuladas pelo modo burguês de

fazer ciência, reproduzem uma lógica crescente de descompromisso com a humanidade. É necessário entender que esse tipo de ciência burguesa segue institucionalizada no seio do capitalismo como forma de justificação e conformação da realidade, conformando posições de classe, aqui entendida a dominante, sendo que neste cenário o Serviço Social pode reproduzir ou recusar seus fundamentos ideológicos e teórico-metodológicos.

Assim sendo,

A ciência burguesa decadente não se preocupa em construir um conhecimento que leva em consideração a condição humana e a probidade teórica. Os cientistas apologéticos não conseguem superar, na sua maneira de fazer ciência, os próprios limites da sua vida social. Ao reivindicar a neutralidade ideológica, situação impossível nas ciências sociais, faz dela um mecanismo irracional que nega o desenvolvimento sócio-histórico e evita produzir conhecimentos que têm como pressuposto o *mundo da atividade concreta do homem* (LARA, 2008, p.192).

Neste sentido, a produção de conhecimento, em direção aos elementos concretos da socialidade, segue claramente um receituário de forte apelo ideológico conservador e de uma direção determinada por um pacto das elites, que repercutem no processo de materialização das conquistas e bandeiras de lutas da classe trabalhadora, caracterizada por um processo de desmobilização e desideologização, que pode ser observado pela ausência de vinculação direta com a realidade concreta, com destaque a uma crescente superficialização das questões postas aos homens, do empobrecimento cultural, político etc.

Observamos que estes limites ficam expressos com mais evidência na carência de situar a universidade burguesa no cenário da produção de conhecimento *ad hominem* e não somente na direção de um ensino tecnicista, desvinculado das lutas sociais, com vistas ao atendimento exclusivo para o mercado de trabalho, reforçando a lógica da *qualificação* massiva, para obtenção de títulos acadêmicos. Claro que a produção de conhecimento não pode ficar adstrita apenas aos centros de formação, mas que ela se situe como um reflexo de pores teleológicos secundários que instem os outros homens a tomar decisões a partir de escolhas possíveis, na direção de uma sociabilidade de fato concreta.

Deste modo,

[...] é de fundamental importância tomar o processo de produção de conhecimento como elemento de transformação da realidade social, reconhecendo o conhecimento como uma das expressões da práxis, como uma das objetivações possíveis do trabalho humano frente aos desafios colocados pela relação entre o homem, a natureza e a sociedade (LARA, 2008, p. 41).

Nessa contraposição de projetos de classe, onde se situa em um polo um determinado projeto de origem decadente, que representa no campo do conhecimento as determinações do mundo burguês e, no outro, as aspirações de classe, comprometida com a realidade da qual o homem é legatário, que ruma, em todas as medidas, a um novo tipo de sociedade, desafio esse posto aos homens e que necessita dar respostas, nas quais os projetos profissionais e de classe se fundam.

Mesmo que diante de desafios postos na ordem do dia, o projeto ético-político profissional, expressa, assim, valores e conquistas que somente podem ser entendidos a partir de uma compreensão sobre a totalidade social donde emerge a vida, aqui compreendida em suas particularidades econômicas, políticas, culturais e sociais que perpassam e é inerente à constituição da sociabilidade burguesa capitalista, sob o crivo da crítica ao modelo de (re)produção atual e a inserção e reconhecimento do assistente social enquanto trabalhador assalariado, a partir da sua inscrição no mundo do trabalho enquanto tal.

Nesta direção, o assistente social, como trabalhador, defronta-se com um cotidiano marcado e tensionado pelas formas intensificadas de exploração da força de trabalho, o que situa as duas classes na disputa de projetos distintos. Deste antagonismo, a emergência do que se convencionou chamar de “questão social”, entendida como uma expressão que rebate insistentemente nas condições de vida dos trabalhadores, é determinada pela antagonista relação capital-trabalho.

Portanto a apreensão profissional acerca da “questão social” não pode ser entendida apenas como uma expressão puramente epifenomênica. Ela necessita de uma compreensão que leve em consideração o antagonismo de classes, determinado na relação entre capital-trabalho, expressando e recusando a lógica do capital, que dilacera a vida objetiva e subjetiva dos trabalhadores. É na direção da superação desta sociedade de classes que os projetos societários se

sustentam, demonstrando sua vitalidade, como projeto político de classe alinhado aos interesses da classe trabalhadora, na direção de uma sociedade em que o homem possa ser a medida de todas as coisas e não o inverso.

Associada às determinações do capital frente ao mundo do trabalho, emerge a importância da compreensão de que maneira a aderência da concepção ontológica influi na direção social da profissão, tendo em vista as formas contraditórias inerentes à sociabilidade capitalista a partir da sua inscrição na divisão social e técnica do trabalho, bem como as influências tomadas para o coletivo profissional a partir do Código de Ética de 1993 e do que se convencionou a chamar de Projeto Ético-político, este como uma expressão particular de um projeto societário de classe. Outra preocupação presente nas análises que se seguiram nesta tese de doutorado trata-se da tímida vinculação destas discussões no campo da práxis social destes trabalhadores, sendo que este debate segue relativizado pelos assistentes sociais, que, reproduzindo a lógica da decadente universidade burguesa, muitas vezes se autointitulam como profissionais da “prática”, que concebem a teoria como um elemento essencialmente utilitarista que lhe serve de parâmetro de maneira insipiente e deslocada da realidade, o que restringe as reflexões teórico-metodológicas no plano das ideias secundárias, essencialmente figuradas como *academicistas*.

Na mesma direção em que estes profissionais distanciam as elaborações “teóricas” do conteúdo “prático”, referem-se ao Projeto ético-político profissional como um “instrumento” balizador do trabalho profissional compromissado. Não se trata de perseguir um objeto cuja essência se delimite no debate sobre a malfadada e, para nós, inexistente, em termos de método, dicotomia entre “teoria-prática”; Nossa reflexão, com base nos artigos analisados, segue na tentativa de compreender, a partir de um referencial ontológico-categorial, as influências de tais produções sobre o mundo do trabalho e como elas se tornam necessárias à compreensão da profissão no cenário da divisão social e técnica do trabalho e que, compreendida na totalidade da (re) produção social da vida, justifica sua existência como tal.

Não tendo a pretensão meramente academicista, oriunda do modelo da universidade burguesa, de caráter produtivista e essencialmente “teorizador” das relações sociais, bem como não tendo a mediocridade do pragmatismo da vida cotidiana, em que o conhecimento científico torna-se pano de fundo justificador das teorias pós-modernas, fundamos nossas reflexões em torno do pensamento de Lukács, mediado pela sustentação teórica haurida pelo pensador

húngaro nas formulações de Marx e, com base nestas teorias (advindas da concreticidade da vida), tentamos estabelecer mediações com a profissão e seu projeto eminentemente classista.

Seguindo as trilhas do pensamento de Lukács, refletimos sobre sua célebre crítica à Escola de Frankfurt, em um determinado contexto das ciências, o filósofo a considerava um “hotel de luxo à beira do abismo” pelo fato de constituir-se como um importante polo de construção e reflexão crítica sobre a sociabilidade burguesa, mas que não tinha vinculação com a luta de classes. Logo, para o filósofo, é necessário que as reflexões e as críticas sobre a sociedade do capital não sejam apenas dadas no campo das ideias; elas necessitam ser radicalmente mediatizadas e objetivadas na base material, para que assim tenham as condições reais de materialização dos projetos da classe trabalhadora. Deste modo, para Lukács, a vida social capitalista, que, por essência é fetichizada, pode ser superada a partir de “uma prática revolucionária do real” (NETTO, 1983, p. 41) e é nesta esfera da vida que se encontra o sujeito coletivo ativo transformador da realidade.

Necessário retomar que a estrutura do pensamento de Lukács sobre as origens do ser social, tendo o trabalho como forma originária da práxis social, tem uma relativa ressonância na profissão e entre os profissionais, pelo fato de que o debate sobre a concepção ontológica ainda não conseguiu romper totalmente os *muros* do debate acadêmico e colar-se à determinada direção social impressa pela classe trabalhadora no cenário contemporâneo. Compreensão esta que segue, também, contaminada por correntes teórico-filosóficas que revelam aos assistentes sociais a retórica – acrítica e a-histórica do trabalho, circunscrevendo sua condição ontológica a meros esquemas “tarefistas”, burocráticos e profundamente “tecnificados”, sistematizados por meio de um debate ainda frágil, relativizando e particularizando às experiências profissionais do “fazer” e “agir” profissional, circunscrevendo a categoria trabalho a esquemas atomizados e profundamente descolados de seu sentido ontológico. Mesmo com a dificuldade em romper com o academicismo que os detratores impuseram ao pensamento de Lukács (HOLZ, et alii, 1969), há que se fazer referência sobre avanços deste debate no conteúdo ético e político da profissão, porém fica evidenciada a lacuna sobre a apreensão deste significado à leitura do real e na direção das objetivações das reflexões ontológicas, sobretudo ao indicar as reflexões em torno das particularidades do trabalho profissional.

Mesmo que ainda, em certa medida, *encastelada* nos limites dos centros produtores do conhecimento, é factível elencar que o debate de

Lukács sobre o trabalho e este como forma originária, que vai mediar a emergência de um novo tipo de ser, revela e traz para a realidade concreta um inestimável contributo para o debate sobre o trabalho enquanto categoria ontológica, porém não alcançou um nível de apropriação que permita ao assistente social ultrapassar a execução tarefaira, simplista e burocratizada da práxis social. Essa reificação dos conteúdos presentes no simplismo esquemático sobre o mundo do trabalho encontra sua explicação no processo de (re) produção da vida social, que, sob a égide das relações sociais de produção vigente, obscurece o real.

Ao refletir sobre os elementos do projeto societário da profissão e sua inscrição na divisão social e técnica do trabalho como uma especialização do trabalho coletivo, faz-se necessária uma reflexão sobre os elementos que Lukács elucida, especialmente, a partir de Marx, os conceitos ontológicos do trabalho e mediá-los com a profissão, na medida em que este tipo de profissão especializada somente pode ser compreendida na dinâmica da ascensão e consolidação da divisão social do trabalho, sob o patrocínio do capital.

Necessário refletir que apenas a abstração teórica do conteúdo crítico, de orientação marxista por si só, não possibilita a pavimentação dos caminhos rumo a uma nova sociabilidade, da qual o homem possa ser a medida de todas as coisas (IAMAMOTO, 2008). É necessário que esta pavimentação seja amalgamada a valores éticos e políticos, de caráter emancipatório, na direção da emancipação humana, fortalecida pelos sujeitos coletivos e galvanizada por uma compreensão ética que se inscreva como uma orientação para o devir dos homens (BARROCO, 2010), ou seja, de uma ética universal. Porém, conceber o fortalecimento dos sujeitos coletivos, requer, necessariamente, a adesão a valores ideopolíticos que podem emergir da própria materialidade da vida, como uma necessidade igualmente coletiva dos trabalhadores na busca de alternativas societárias às da sociabilidade do projeto burguês em curso.

Considerando a contradição engendrada pelo capitalismo, o Serviço Social, clivado por conteúdos ideológicos que o determinam a partir da sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, no sentido de situá-lo como uma profissão eminentemente “interventiva”, tendo no trabalho do assistente social uma representação profundamente tecnicizada do “executor terminal das políticas sociais”, que operacionalizam o campo dos benefícios e serviços sociais destinados pelo Estado, sob a tutela do capital, aos trabalhadores (BEHRING;

BOSCHETTI, 2006), destaca-se o seu reconhecimento como classe trabalhadora, fruto da aproximação da teoria social de Marx, o que acabou por delinear um projeto de classe, que se denominou Projeto Ético-Político Profissional⁴⁷.

Assim, neste cenário marcado por profundas determinações e tensões, a compreensão sobre o mundo trabalho torna-se fundamental para situar o lugar que o Serviço Social ocupa na divisão do trabalho, pois, com a divisão social e técnica do trabalho, bem como o entendimento sobre a sua condição de trabalhador assalariado, depreende da existência de um trabalho cujo caráter social

[...] assume uma dupla dimensão: a) enquanto trabalho útil atende a necessidades sociais (que justificam a reprodução da própria profissão) e efetiva-se através de relações com outros homens, incorporando o legado material e intelectual de gerações passadas, ao tempo em que se beneficia das conquistas atuais das ciências sociais e humanas; b) mas só pode atender às necessidades sociais se seu trabalho puder ser igualado a qualquer outro enquanto trabalho abstrato - mero coágulo de tempo do trabalho social médio -, possibilitando que esse trabalho privado adquira um caráter social (IAMAMOTO, 2008, p. 421).

⁴⁷O processo de emergência do Movimento de Reconceituação em direção à contestação das bases conservadoras da profissão se constituiu numa processualidade conjuntural, levando em consideração as determinações econômicas, históricas, teórico-metodológicas e ideopolíticas, que desaguarão na definição de um Projeto Profissional pautado no compromisso de classe. Para maiores esclarecimentos sobre o Movimento de Reconceituação, indicamos as reflexões de BARROCO, 2008; PAULO NETTO, 1990,1991; IAMAMOTO, 2000a; MONTAÑO, 2000; 2003 e em nossa Dissertação de Mestrado intitulada “Os Elementos do Projeto Ético Político Profissional e Seu Debate” defendida na Pontifícia Universidade Católica de S. Paulo, no ano de 2012.

Situado como uma expressão profissional de um trabalho coletivo, de caráter especializado, o Serviço Social reproduz imediatamente as determinações operadas pela lógica capitalista, ao submeter à venda da sua força de trabalho, ao passo que a profissão e o profissional não detêm os meios necessários para o desenvolvimento do trabalho profissional, o que impõe aos profissionais os limites estreitos das instituições empregadoras. Mas este limite não pode ser entendido como um finalismo em si próprio; trata-se de uma dimensão ética e disso nos ocuparemos mais adiante.

Frente ao largo processo de apropriação da força de trabalho pelo capital e o reconhecimento da sua condição de trabalhador assalariado, ao vender a sua força de trabalho, aqui entendida como uma especialização deste trabalho coletivo, o Serviço Social já maduro intelectual e politicamente vai compreender sua “*raison d’être*” a partir da luta de classes, ao afiançar sua práxis social diante da *questão social* como resultado da sociedade capitalista madura, pois

[...] sem ela, não há sentido para esta profissão. Mas até a sua resolução com a supressão da ordem do capital, ainda está aberto um longo caminho para esta profissão. O objetivo histórico da sua superação passa, ainda e necessariamente, pelo desenvolvimento das suas potencialidades. Ainda está longe o futuro em que o Serviço Social vai se esgotar, pelo próprio exaurimento do seu objeto (NETTO 2005, p. 163),

Entendida como objeto da práxis profissional, a *questão social* não pode ser reduzida a um epifenômeno, pois, destituído de uma dimensão política, reduzir-se-á a um acontecimento puramente factual dado na esfera limitada da economia e, como sabemos, a *questão social* circunscreve-se diante de um cenário muito mais amplo e irrigado de determinações que operam, a partir de uma dimensão socioeconômica e político-ideológica que a engendra, situando como resultado mais imediato do antagonismo de classes, ao impelir ao trabalho determinada sucumbência à lógica de apropriação do capital, inscrevendo uma dimensão classista que a nega e engendra uma luta fundada no antagonismo da própria relação de apropriação desta força de trabalho.

Diante deste conflito que o objeto de trabalho do assistente social se assenta, a partir de um chamamento do capital à atenuação de conflitos sociais irrevogáveis pela própria natureza de projetos ético-classistas em permanente disputa, demandando deste profissional uma

práxis que coaduna uma realização concreta das ações, bem como a reprodução de ideologias, em que pese, segundo (IAMAMOTO, 2000, p. 98) que o “... seu trabalho situa-se predominantemente no campo político-ideológico” sendo que, para a autora, este profissional é

[...] requerido para exercer funções e controle social e de reprodução da ideologia dominante junto aos segmentos subalternos, sendo seu campo de trabalho atravessado por tensões e interesses de classes (IDEM).

Esta aparente contradição se expressa no Serviço Social dada sua natureza profissional, mas figura-se a partir de uma determinada posição de classe, mesmo que contraditoriamente às requisições do capital, colocando-se a frente da defesa dos trabalhadores, mesmo que ambientado no seio do capitalismo como regulador das relações sociais. Essa contradição engendrada demonstra, inequivocamente, o tipo de posição de classe assumida, refratária de uma disputa no campo político, frente à necessidade de construção de hegemonias, determinando o lócus ético e ideopolítico do Serviço Social.

Neste cenário, a maturidade ético-política do Serviço Social que alimentada de uma visão de homem e de mundo haurida na teoria social de Marx vai delinear uma dimensão ética radicalmente comprometida com os valores da classe a que se vincula organicamente, o que pressupõe a eleição de valores assumidos hegemonicamente pela profissão, mas que não se encerra como um fim em si mesmo, pois pressupõe objetivações éticas concretas, realizáveis, mesmo que adstritas aos limites materiais e ideológicos do capital, donde se reproduz.

Assim, a ética emerge como guia de valoração dirigida a uma consciência para si, mas que necessita da compreensão do seu papel enquanto classe, conquanto é necessária sua compreensão enquanto reprodução de uma determinada classe frente ao processo de valorização, na produção de determinadas mercadorias diante de uma crescente superexploração da força de trabalho humana. Requer, deste modo, um fundamento ético radicalmente comprometido com a humanidade, ou seja, de uma ética ontologicamente considerada.

Associa-se a estes elementos, a necessidade de compreender de que maneira a aderência da concepção ontológica influi na direção social da profissão, tendo em vista as formas contraditórias inerentes à sociabilidade capitalista a partir da sua inscrição na divisão social e

técnica do trabalho, bem como as influências tomadas para o coletivo profissional a partir do Código de Ética de 1993 e do que se convencionou chamar de Projeto Ético-político, este como uma expressão particular de um projeto societário de classe.

Ao situar o campo da práxis ética, é lícito indicar que suas bases estão profundamente mediadas pelas condições da emergência de um tipo de ser social mais refinado que, pelo trabalho, assenta suas bases frente a saltos ontológicos, entendida sua condição histórica de desenvolvimento, prescrito a partir de incongruências, antagonismos, mas que tem no trabalho as formas originárias de generalização deste ser que, cada vez mais social, ascende a picos bastante particulares de desenvolvimento.

Somente é possível reconhecer os fundamentos ontológicos da ética a partir do entendimento das inferências do mundo do trabalho frente aos processos de produção e reprodução da vida social, em que o humano-genérico é motivado a dar respostas aos carecimentos que se lhe apresentam face às determinações da base material.

Tomando suas bases ontológicas, entendido

Como práxis, o trabalho é a base ontológica primária da vida social; mediação que efetiva objetiva e subjetivamente o intercâmbio entre os homens e a natureza, pondo em movimento um processo incessante de (re) criação de novas necessidades; ampliando os sentidos humanos, instaurando atributos e potencialidades especificamente humanas (BARROCO, 2009, p. 168).

O ser social ao responder às carências postas pela materialidade da vida subestabelece essa relação a partir de escolhas de valor, donde corresponde, imediatamente, àquelas que buscam satisfazer as necessidades mais imediatas, sem deixar de se constituir numa escolha de valor, pensada sua projeção futura, dada as particularidades das posições teleológicas, no sentido de que este produto carrega uma autoconsciência, traduzida diante da materialização de uma práxis social sustentada por este ser social.

É lícito destacar que o acesso à possibilidade de alternativas de escolhas não emerge como uma *entidade* posta ao ser social, pois, ao escolher as respostas mais convenientes aos seus carecimentos, faz-se necessário uma base material que inste estes carecimentos e possibilite, por meio da consciência, a eleição de valores que satisfaçam tais

necessidades sociais cada vez mais crescentes. Se a consciência é agente que possibilita a escolha de valores, é necessário destacar que ela se move diante de um processo altamente desenvolvido do ser social, ao alcançar meios racionais de optar por decisões igualmente racionais, convertendo rumo a uma práxis que se coloca como uma

[...] decisão entre alternativas, já que todo indivíduo singular, sempre que faz algo, deve decidir se o faz ou não. Todo ato social, portanto, surge de uma decisão entre alternativas acerca de posições teleológicas futuras (LUKÁCS, 1978, p. 6).

Muito embora a práxis não se encerre única e exclusivamente no trabalho, é necessário destacar o peso que o trabalho impõe à práxis ao colocar alternativas de valores, mediadas pelo refinamento social proporcionado pelo trabalho, frente à consciência, à liberdade, aos juízos de valores, pois segue mediando as capacidades práticas objetiváveis, mas que encontra no trabalho parte de sua realização, tendo em vista as projeções mediadas pelo trabalho, possibilita ao ser social optar por alternativas que lhe satisfaçam as necessidades. Assim, a ética é fio que liga a singularidade à genericidade humano-social.

Neste sentido, ao buscar o vínculo entre singular e o genérico, no ser social, o trabalho coloca em movimento capacidades intelectivas e políticas, diante da eleição de valores⁴⁸, que não se situa de modo maniqueísta, pois prescreve uma dimensão muito mais universal do que os limites postos pelo e no cotidiano.

Tomando para o coletivo profissional do Serviço Social, a eleição de valores ético-políticos demonstra uma compreensão maturada, centrada numa reflexão/objetivação ética que corresponda às aspirações de classe, entendida todas as dimensões dos projetos que tal

⁴⁸ “Nas decisões alternativas do trabalho se esconde o fenômeno ‘originário’ ‘da liberdade’, mas esse ‘fenômeno’ não consiste na simples escolha entre duas possibilidades – algo parecido também ocorre na vida dos animais superiores – mas na escolha entre o que possui e o que não possui valor, eventualmente (em estágios superiores) entre duas espécies diferentes de valores, entre complexos de valores, precisamente porque não se escolhe entre objetos de maneira biologicamente determinada, numa definição estática, mas ao contrário, resolve-se em termos práticos, ativos, se e como determinadas objetivações podem vir a ser realizadas” (LUKÁCS, 1981, p. XVIII).

classe defenda, quer sejam políticas, éticas e/ou econômicas que, dirigidas a uma genericidade, possibilite que potências humanas possam adquirir liberação plena.

Trata-se de um reconhecimento de classe que não se coloca apenas como um “valor” eleito, mas sim com uma síntese de posições teleológicas, donde a ética se inscreve como possibilidade de um devir classista. É nesta ambiência que se coloca o projeto ético-político como uma expressão particular de um coletivo profissional diante do projeto de sociedade da classe trabalhadora.

Reconhecendo sua condição de trabalhador, fundado, sobretudo pela larga e consistente produção de conhecimento em torno das dimensões do trabalho profissional, bem como a partir de uma determinada direção social da qual a profissão e seus trabalhadores são legatários, confere-se ao Serviço Social uma determinabilidade que, situada no bojo das relações sociais de produção, evidencia um projeto profissional, tendo como expressão mais latente e universal um projeto eminentemente classista que, tensionado pelas contradições e antagonismos presentes no capitalismo, forjou, a partir do coletivo dos trabalhadores, a defesa de um devir que rumo em direção a uma nova moralidade ética, donde a liberdade possa atingir sua plenitude em todas as esferas da vida.

Contudo a realização efetiva de um projeto societário necessita ter como ponto de partida o movimento incessante da realidade concreta e não se subestabelece apenas no campo das ideias. Tal projeto necessita estar radical e efetivamente comprometido com uma práxis social emancipatória, vinculado organicamente à luta geral da classe trabalhadora, com as formas de efetivo enfrentamento político, ideológico e intelectual às determinações das relações sociais de produção capitalista, espaço donde a adesão de valores radicais encontre lastro concreto e se estabeleça como formas de resistência. É nesse sentido que se afirma o Código de 1993 e seu Projeto, que condensa e representa toda a luta travada na ambiência da luta de classes e, como expressão particular, a luta do Serviço Social em termos teóricos e práticos, buscando imprimir uma direção política compromissada com os interesses da classe trabalhadora.

E, também, que

[...] aponta para as determinações da competência ético-política profissional; [pois] ela não depende somente de uma vontade política e da adesão de valores, mas da capacidade de torná-los concretos,

onde sua identificação como unidade entre as dimensões ética, política, intelectual e prática, na direção da prestação de serviços sociais (BARROCO, 2001, p. 205).

Em decorrência dessa adesão de valores, o Código de Ética de 1993 e a direção social impressa se preocupam com a oferta de serviços de qualidade à população; com a contínua defesa intransigente e do aprofundamento do Estado democrático de direito; na luta coletiva na direção da eliminação de toda e qualquer forma de preconceito (étnico-racial, de gênero, orientação sexual, religião etc.); na direção da defesa intransigente e incontestável dos direitos humanos e sociais, pautando-se no entendimento da liberdade alçada em sua potência (pensada na direção da supressão da sociedade de classes) enquanto valor central ao pleno desenvolvimento das capacidades do ser social.

Pensado nesta direção, os princípios do Projeto não são autóctones, pois eles não se materializam apenas por sua própria e unívoca indicação ideopolítica, mas também se objetivam a partir das ações profissionais na concretude da vida, compreendidas e apropriadas criticamente, o que supõe a importância dos fundamentos teórico-metodológicos mediados pelo comprometimento ético-político, que possibilite uma ação objetivável, entendida como uma práxis social efetiva.

Essa tarefa não é apenas do coletivo profissional dos assistentes sociais, pois sugere, também, a adesão e organização coletiva dos trabalhadores em torno de um projeto societário, mais universal, na direção da superação da lógica determinada pelo capital, no sentido de superação das relações sociais de produção atuais, centradas na exploração e domínio que dilacera a humanidade, frente a processos crescentes de barbárie da vida social. Porém não pode ficar restrita apenas em seu fundamento ideológico aos pores teleológicos secundários, pois sua materialização necessariamente precisa caminhar na direção de respostas objetivas (concretas) à sua intencionalidade (práxis), desveladas a partir das mediações estabelecidas pelos homens.

A partir destas mediações indispensáveis à realização de uma práxis social é necessário tributar aos projetos societários determinada direção social que lhes conceda legitimidade na esfera da luta de classes, dirigidos ao seu enfrentamento e na construção de alternativas superadoras da sociedade capitalista, “[...] apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para

concretizá-la como propostas para o conjunto da sociedade (NETTO, 1999, p. 3).

Ainda em relação aos projetos profissionais, podemos situá-los na condição de projetos coletivos, dados pela constituição de determinado corpo coletivo (e, neste ponto, damos destaque ao Serviço Social), tendo como sujeitos os assistentes sociais e os organismos representativos da profissão (CFESS, CRESS, ABEPSS, ENESSO, associações profissionais e sindicatos), supondo que esta organização, mediada por uma determinada visão de homem e de mundo, contribua para que assim o “[...] projeto profissional se afirme na sociedade, ganhe solidez e respeito frente às outras profissões, às instituições privadas e públicas e frente aos usuários dos serviços oferecidos pela profissão é necessário que ele tenha em sua base um corpo profissional fortemente organizado” (NETTO, 1999, p. 4).

Neste sentido, é necessário reconhecer que os projetos ético-políticos estão profundamente mediados aos processos que consolidam a emergência da constituição da sociabilidade burguesa, cenário que segue determinado pela luta social em torno de projetos distintos, a partir de um tipo de valoração ética que o dirige rumo às mais variadas objetivações éticas. Tendo como terreno fértil para eleição de valores éticos em disputa, considerando a emergência, consolidação e amadurecimento das relações sociais vigentes, importante destacar a emergência e o agravamento da relação capital-trabalho, visto que a generalização da miséria material e espiritual tributada à classe trabalhadora, em um modelo social cujas bases desta generalização da miséria assentam a dominação do capital sobre a vida humana e suas mais variadas necessidades, demonstrando a medida da ética da acumulação do capital, sem nenhum compromisso com as necessidades sociais da vida humana.

Contrapondo a valoração da acumulação presente na ética capitalista, os projetos ético-políticos defendidos pela classe trabalhadora rumam em direção à consolidação de um processo de contra-hegemonia, cujas bases se assentam na luta contra o empobrecimento e o processo de exclusão social em todos os contextos (político, econômico, social etc.) dos trabalhadores, fundando-se em princípios e valores em que pese a definição de uma agenda política realizável, centrada na realização da

[...] liberdade, a democracia substantiva e a cidadania, os direitos humanos, civis, políticos e sociais, a justiça social, as políticas sociais

universais, não contributivas, de qualidade e constitutivas de direitos de cidadania, a ampliação da esfera pública, a eliminação de toda forma de exploração, dominação e submissão, como sistema de convivência social e de desenvolvimento de uma cidadania substantiva (MONTAÑO 2003, P. 29).

Frente ao domínio da força de trabalho humana pelo capital, ao passo que tal processo consolida e naturaliza a barbárie da vida social, a inscrição de projetos ético-políticos se coloca como projeções que, fundadas numa práxis objetivável, ou seja, realizável, compreendam a determinação de classe diante de uma posição ética que se afigure a partir da vida humana, reconhecendo que a existência de projetos em disputa prescinde de uma organização que não se coloque apenas no limite da reflexão teórica, pois ela necessita seguir irrigada de uma articulação política, apontando, na atualidade, como

[...] imprescindível a existência de organizações profissionais articuladas, legitimadas pelo coletivo e representante dos mesmos, ativas e atuantes: na organização de eventos, intervindo publicamente pela defesa dos direitos civis e políticas sociais universais de qualidade, [...] representando os seus membros na defesa de seus interesses [...] (MONTAÑO 2003, p. 1).

A determinação do capitalismo em sua relação genética com o mundo do trabalho tem operado, conforme já destacado nesta tese, um profundo processo de agudização da vida social em que pesa a presença de um desmonte dos direitos sociais e humanos da classe operária, acentuando e alargando os processos de exclusão da riqueza produzida, mobilizando trabalhadores, ainda que muito limitados nesta quadra histórica, a partir de mecanismos de contra-hegemonia pela busca de manter todo o conjunto de direitos sociais duramente conquistados. Assim, a classe trabalhadora, bem como o próprio posicionamento do Serviço Social, como expressão deste coletivo de trabalhadores, direciona este contexto tão adverso na perspectiva de construção de projetos societários que representam, segundo (NETTO, 1999),

[...] a auto-imagem da profissão, elegem valores que a legitimam socialmente e priorizam os seus

objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas, públicas, entre estas, também destacadamente o Estado, ao qual coube historicamente o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais.

Para Netto, esta autoimagem diz respeito a todo o conjunto histórico-social presente na profissão, tendo em vista a profunda vinculação da profissão ao aparelho estatal e institucional, espaço onde ocorre a legitimação do seu exercício profissional comprometido com os valores emancipatórios e democráticos, o que reforça a necessidade de compreender as determinações operadas pelo capital no Serviço Social, contradição esta que não remove o estatuto social da profissão em torno de um projeto societário cujas bases se assentam na defesa irrestrita da vida humana, a partir de uma valoração ética que, despida de utilitarismos, se coloca diante da classe trabalhadora não apenas como uma abstração ética, mas sim como possibilidade construtora de uma nova moralidade.

Entendendo a dimensão do projeto profissional do Serviço Social, faz-se indispensável compreender que tal adesão aos valores profissionais se inscreve diante de uma contradição peculiar da profissão, resultado direto das contradições que engendram a sociedade, visto que não há uma homogeneidade de adesão de valores profissionais, mesmo que hegemonicamente tal posição é assumida pelo coletivo profissional. Isso quer dizer que a presença de formas ideológicas ou correntes de sustentação teóricas divergentes emerge no contexto da profissão, o que é profundamente saudável, e o respeito a esta diversidade é princípio profissional.

Porém é necessário destacar que o respeito à pluralidade de ideias não prescinde da racionalidade crítica frente a um profundo ecletismo/sincretismo, que por vezes desemboca em vulgarismos teórico-metodológicos, coadunando uma *modelagem eclética* que trai e coloca em risco o patrimônio intelectual e ético-político do Serviço Social. Assim, para (NETTO, 1992, p. 94), “[...] o sincretismo, na sua reposição intelectual, traz como inevitável acólito o ecletismo teórico [...]”, o que impõe a análise do lugar *operacional* que a profissão ocupa

na divisão social e técnica do trabalho que, atribuído pelo capital, demonstra o largo processo de um modo de fazer ciência fragmentada, departamentalizada, objetivos da universidade operacional.

Neste sentido, esta universidade situa-se frente a uma formação profissional que burocratiza a práxis profissional em detrimento do uso das capacidades de reconhecimento do real, reconhecimento desta totalidade social numa perspectiva “[...] concreto-pensada” que mescla-separa (portanto não identifica) o ser social e o mundo em que ele vive, o pensar e o existir (concreto), o conhecer e o ser (real-sensível)” (SILVA, 2010, p. 169).

É necessário retomar que o próprio conceito histórico-metodológico da profissão foi tributário das determinações que engendraram os seus fundamentos teórico-metodológicos e, conseqüentemente, sua concepção e valoração ética. Evidencia-se a presença de uma pluralidade de ideias que situa a profissão a partir de “[...] uma unidade não homogênea, uma unidade de diversos; nele estão presentes projetos individuais e societários diversos e, portanto, configura um espaço plural do qual podem surgir projetos profissionais diferentes” (NETTO, 1999, p. 5).

Estas tensões postas pela pluralidade de ideias na profissão necessitam ser concebidas como essenciais à condução de projetos conquistados hegemonicamente; porém o respeito à pluralidade de ideias não pode prescindir dos fundamentos teórico-práticos e éticos que o sustentam, tomando os devidos cuidados para não ser confundida com ecletismo ou sincretismos, posição esta que vulgariza os fundamentos teóricos e as concepções de projetos emancipatórios e reforça posições de classe, (NETTO, 1999).

O alargamento das taxas crescentes de exploração da força de trabalho humana, sustentada por um jogo ideológico que repõe as forças sociais no seu âmbito de domínio, segue determinando o distanciamento do homem do produto do seu trabalho, evidenciado uma barbárie acentuada, da qual exclui homens e mulheres da riqueza socialmente produzida, socializando apenas os custos da produção, que representam, em um nível imediato e não menos danoso, uma profunda apartação da riqueza que, convertida em miséria, vai se traduzindo numa esfera excludente não mais apenas material, mas também espiritual. Na contraposição de um modelo social, o projeto da classe trabalhadora se funda em princípios e valores particulares.

Assim sendo, demonstra-se que as bases políticas da classe trabalhadora não possuem nenhuma vinculação com os interesses que as antagonizam, pois se inscrevem a partir de determinações éticas

convenientes aos projetos em disputa, demonstrando que a plataforma política dos trabalhadores vai contrapor o projeto ético burguês, mesmo que este último siga clivado por *novas-velhas* artimanhas reformistas⁴⁹, (agudizado a partir da opção de um projeto político-econômico marcado pelo neodesenvolvimentismo) pelo fato de que se constitui de um campo profundamente antagônico, donde emergem, se movem e recompõem as lutas de classes, evidenciando a luta dos trabalhadores na busca pela manutenção e ampliação dos seus projetos de classe. Neste sentido, é

Imprescindível a existência de organizações profissionais articuladas, legitimadas pelo coletivo e representante dos mesmos, ativas e atuantes: na organização de eventos, intervindo publicamente pela defesa dos direitos civis e políticas sociais universais de qualidade, [...] representando os seus membros na defesa de seus interesses (MONTAÑO, 2003, p. 51).

A partir desta compreensão, o processo de organização classista necessita, além da adesão de valores, a instrumentalização jurídico-institucional, como forma de organização política que refere seu projeto de classe e, neste conjunto, o aparato jurídico oferecido aos assistentes sociais frente ao projeto de classe defendido pela profissão possibilitando a eleição de valores, mas, mais do que isso, possibilitando aos profissionais um processo de objetivação destes valores, mesmo considerando os limites postos na ordem do dia pelo capital. Deste modo, o Serviço Social tem no projeto profissional, síntese profissional de um projeto societário universal, um “guia efetivo para o exercício profissional e o fato de consolidá-lo por meio de sua implementação efetiva, ainda que na contramão da maré neoliberal” (IAMAMOTO, 2008, p. 233), no sentido de uma organização classista.

⁴⁹ Para maiores esclarecimentos, ver artigo “Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa” de autoria de Plínio de Arruda Sampaio Jr, publicado na Revista Serviço Social e Sociedade nº 112; Out/dez 2012.

As determinações operadas no bojo das relações sociais de produção, nas quais a profissão se insere e reproduz, oferecem pistas para reconhecer o estatuto social da profissão, frente à constituição de elementos socioprofissionais que situam a existência de um devir ético e ideopolítico, a partir da constatação de um coletivo profissional que, tradicionalmente comprometido com as bandeiras de lutas frente às necessidades da classe trabalhadora, forja um perfil profissional, associado ao seu pleno reconhecimento de classe, sustentado por um fundamento teórico-político que amalgama valores e visões de homem e de mundo diante dos desafios postos pelo capital ao trabalho e à classe trabalhadora.

Pari passu ao desenvolvimento e agudização de relações sociais calcadas na exploração da força de trabalho, numa perspectiva que barbariza a vida humana e demonstra os limites de um sistema social que, predatório e autofágico, traga a sociedade para uma abissal contradição e despojamento da própria condição de humanidade, reforça, além das determinações econômicas, projetos ideológicos sustentados por uma classe dominante descompromissada com a humanidade, defendendo projetos neorreacionários e ultraconservadores, corroborando, a partir de um recurso ideológico e de cunho econômico, uma direção do contínuo desmonte das principais bandeiras ético-políticas da classe trabalhadora, evidenciando um forte rebatimento diante do projeto ético-político profissional, a partir de sua direção social.

Tomando uma medida ético-política, mediada por uma compreensão do real, haurida na reflexão crítica fornecida por uma leitura compromissada com os fundamentos teóricos que engendram a formação e o trabalho profissional frente às determinações sociais atuais, seu projeto político-profissional “[...] se dá pela própria exigência que a dimensão política da intervenção profissional impõe. Ao atuarmos no movimento contraditório das classes, acabamos por imprimir uma direção social às nossas ações profissionais, que favorecem a um ou outro projeto societário” (BRAZ, 2004, p. 7-8).

Entendido o projeto profissional como um projeto de classe, é factível a compreensão de que somente é possível estabelecer, em um nível imediato e consciente, determinadas mediações com as possibilidades de resistência no cenário atual, que não estejam reduzidas apenas aos limites profissionais, necessita-se constituir-se como um processo pelo qual a organização classista se ponha em favor de seu projeto revolucionário, mas que não redunde em um finalismo em si próprio, o que tornaria uma reação finalística messiânica, salvacionista.

A associação dos trabalhadores em torno de um projeto societário demanda a ruptura com a prática institucionalizada da individualização das lutas, da fragmentação das ações, coadunada por um fundamento ético asséptico, que majoritariamente não se identifica com as demandas da classe trabalhadora. Neste sentido, o projeto ético-político não pode e nem deve ser tomando única e exclusivamente como direção autônoma de um coletivo profissional; ele se vincula ao projeto de classe numa perspectiva ética humano-genérica.

Entendida a ética como uma dimensão universal, faz-se importante apontá-la como elemento aglutinador, que estabelece as mediações com os campos de resistência no âmbito das relações sociais de produção, frente à definição de uma agenda de lutas em direção a uma nova sociabilidade, donde é possível reconhecê-la, efetivamente, como uma práxis humana, fundada na direção da autoconsciência, claramente influenciada por pores teleológicos secundários, rumo à inscrição do homem enquanto humano-genérico.

Deste modo, para (BARROCO, 2001, p. 57), “[...] a ética é, também, uma referência para a práxis político-revolucionária, seja como instrumento teórico-crítico, seja como orientação de valor que aponta para o devir”, o que nos faz compreendê-la como um momento em que o ser social segue na direção da afirmação da liberdade, dirigida a uma genericidade humana, ascendida a níveis qualitativamente mais refinados, que, mediados por outras categorias indispensáveis à compreensão do ser social forjam o terreno onde esse sujeito se faz homem, dada a imanência que lhe é ontologicamente considerada como uma categoria social determinante.

A ética se coloca ao ser humano a partir de

[...] uma decisão eletiva ditada pelo preceito interior de reconhecer como seu dever o que esta em conformidade com a sua própria personalidade amarra o fio que liga o gênero humano ao indivíduo que está superando a sua particularidade (LUKÁCS, 2013, p. 351).

Assim, este vínculo enquanto reconhecimento de classe insta-nos a compreender a presença efetiva das determinações do mundo do trabalho e sua significação social enquanto modelo genérico e forma originária da práxis do ser social, evidenciando um processo preñado de possibilidades autoconstrutoras na direção de satisfação das necessidades coletivas, sobretudo pelo seu vínculo genético com a

natureza, uma das bases incontestes da emergência do homem enquanto ser social, que segue mediada com as outras esferas constitutivas do ser (LUKÁCS, 2013).

Com a validade ética, entendida como a projeção de valoração, aqui circunscrita numa dimensão político-classista, o lastro presente entre uma discrepante existência situada entre o desenvolvimento social (impulsionado pelos valores éticos) e o desenvolvimento econômico (engendrado pelo capitalismo) ganha visibilidade, evidenciando incongruências incessantes que se apresentam, levando em consideração que cada um destes conduz determinados conjuntos de valores socialmente já determinados, contrapondo-se, aí, determinações éticas carregadas de conteúdos que modelam a práxis humana, no sentido de afirmar ou recusar projetos, e estes conteúdos demonstram um profundo descompasso em direção à afirmação dos valores essencialmente humanos.

Trata-se, portanto, de compreender e reconhecer o projeto ético-político profissional não como uma prescrição ética, apenas, mas sim como uma dimensão mais ampla, que pressupõe a mediação de uma particularidade (ética profissional) a uma universalidade que pressupõe a eleição de valores realmente universais, que necessariamente precisam ser postos frente à práxis, esta entendida como uma objetivação de seu conteúdo social diante das necessidades humanas, no sentido de posições autoconstrutoras, conscientes e livres, em que pese a superação deste tipo de relação social barbarizada e profundamente desumanizada.

REFERÊNCIAS

- ABRAMIDES, Maria Beatriz da Costa. **O projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro**. 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.
- ALVES-MAZZOTTI, J.A; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2ª. Ed. São Paulo: Ed. Pioneira, 1999.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 8. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: EdUnicamp, 2003a.
- _____. **O TOYOTISMO, AS NOVAS FORMAS DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E AS FORMAS CONTEMPORÂNEAS DO ESTRANHAMENTO (ALIENAÇÃO)**, mimeo, sem ano.
- _____. **Excurso sobre a centralidade do trabalho: a polêmica entre Lukács e Habermas**. In ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003b. p. 135-165.
- _____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.
- BARAN, P.; SWEEZY, P. **Capitalismo monopolista: ensaio sobre a ordem econômica e social americana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- BARROCO, M. L. S. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. São Paulo: Cortez, 2008 (Biblioteca Básica do Serviço Social, 4).
- _____. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____; TERRA, S.H. **Código de Ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político.** In Revista Serviço Social e Sociedade., São Paulo, n. 106, jun. 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282011000200002>>. Acesso em: 4 nov. 2014.

_____. Fundamentos éticos do Serviço Social. In CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Brasil) (Org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.** Brasília: Unb, 2009. 760 p.

BEHRING, E. Fundamentos da Política social. Rio de Janeiro: UERJ, 2000.

BORGIANNI, E.; MONTAÑO, C. **Metodología y Servicio Social: hoy en debate.** São Paulo: Cortez/Biblioteca Latinoamericana de Servicio Social, 2000.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

BRANT, M. C.; PAULO NETTO, J. **Cotidiano: conhecimento e crítica.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BRAZ, Marcelo. **Notas sobre o projeto ético-político profissional.** São Paulo, 2004 (mimeo).

BOURGUIGNON, J. A. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social.** Revista Katálysis. Florianópolis, n. esp. p. 46-54, 2007.

CHASIN, J. **Ad Hominem: rota e prospectiva de um projeto marxista.** In: **Ensaio Ad Hominem 1**, t. IV. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2001.

CHESNAIS. F. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996

_____. (Org.) **A finança mundializada raízes sociais e políticas, configuração, consequências.** São Paulo: Boitempo editorial, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Brasil) (Org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: Unb, 2009. 760 p.

COSTA, M.H.M. **Das categorias de O Capital à vida cotidiana**. Tese de doutorado apresentada à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mimeo. 2010.

DRUCK, Maria da Graça. Qualificação, empregabilidade e competência: mitos Versus realidade. In: GOMES, Álvaro (Org.). *O trabalho no século XXI: considerações para o futuro do trabalho*. São Paulo: A.Garibaldi; Bahia: Sindicato dos Bancários da Bahia, 2001. p. 81-90.

DUAYER, Mário. **Marx, verdade e discurso**. Mimeo.

EÖRSI, I. **Diálogos sobre o ‘Pensamento vivido’: última entrevista de Lukács** (extratos) in: *Revista Ensaio n°15/16*, São Paulo: Editora Ensaio, 1986

FUKUYAMA, F. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992

FREDERICO, C. Marx. **Lukács: a arte na perspectiva ontológica**. Natal: EDUFRN, 2005.

_____. **C. O jovem Marx: 1843-1844: As origens da ontologia do ser social**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Lukács: um clássico do século XX**. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

FRANÇA JÚNIOR, Reginaldo. *Os elementos do projeto ético político profissional e o seu debate*. Dissertação (Mestrado) — Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2012. 174 fls.

_____; LARA, Ricardo. **Trabalho e Ser Social: reflexões sobre a ontologia lukacsiana e sua incidência no Projeto Ético-Político Profissional**. 2015. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/17406/13306>>. Acesso em: 10 out. 2017.

FRANÇA, CLAUDIA. M.N. **A feminização do mundo do trabalho**. São Paulo: Editores Associados, 2004

FREDERICO, C.; TEIXEIRA, F. **Marx no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, L. M. B. **O Serviço Social na reestruturação produtiva**. São Paulo: Cortez, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GRANEMMAN, Sara. **Processos de trabalho e Serviço Social I**. In: CEAD; UNB (Org.). **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília: Universidade de Brasília, 1999. p. 155-166 (Módulo II: Contemporânea, Questão Social e Serviço Social.)

GOHN, Maria da Glória (org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GORZ, A. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2007.

_____. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Para entender o capital: Livros I e II**. São Paulo: Boitempo, 2014

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

HOLZ, H.H; KOLFER, L; ABENDROTH, W. **Conversando com Lukács**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

IANNI, Octavio (Org.). **Karl Marx: sociologia**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1982.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo**. 2004a. Disponível em: <http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-2.pdf>. Acesso em: abr. 2012.

_____. **O Serviço Social na cena contemporânea**. In Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: Cfess/Abepss/UnB, 2009. Disponível em: http://cressmt.org.br/upload/arquivo/pos_graduacao_cfess_2010.pdf. Acesso em: mar. 2012.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2000a.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 2004b.

_____. **Serviço Social em tempos de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LARA, R. **A incidência da teoria social crítica no Serviço Social**. Serviço Social & Realidade. Franca, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), v. 18, n. 1, p. 43-59, 2009.

_____. **A produção do conhecimento em Serviço Social: o mundo do trabalho em debate**. 2008. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Franca, 2008.

LAKATOS. E. M; MARCONI. M. A de. **Técnicas de Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Editora Atlas; 1999.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LESSA. S. **A emancipação política e a defesa de direitos**. Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo, Cortez Editora, n. 90, p. 35-57, jun. 2007.

_____. S; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo; Expressão Popular; 2008.

_____. Sérgio. **Mundo dos Homens: Trabalho e ser social**. São Paulo; Instituto Lukács; 2012.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado, in *Revue Actuel Marx*, 18; disponível em <http://www.afoiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Lowy,%20Michael/a%20teoria%20do%20desenvolvimento%20desigual%20e%20combina%20do.pdf>

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. **Na trilha da saúde do trabalhador: a experiência de Franca/SP**. 2009. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Franca, 2009.

LUKÁCS, György. O trabalho. Tradução, por Ivo Tonet, de LUKÁCS, György. **Per una ontologia dell'essere sociale**. Vol. II, Roma: Ed. Riuniti, 1981. p. 11-131. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/6973967/Gyorgy-Lukacs-Trabalho-Para-uma-Ontologia-do-Ser-social>. Acesso em: abr. 2012.

- _____. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- _____. **O Jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- _____. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo editorial, 2010.
- _____. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo editorial, 2012.
- _____. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo editorial, 2013.
- MANDEL, Ernest. **Tratado de Economia Marxista. Tomo I e II**; Habana: Polémica Ediciones, 1968.
- _____. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- MARX, K. **A miséria da filosofia**. São Paulo, 1985.
- _____. **A miséria da filosofia: resposta à “Filosofia da Miséria” do sr. Proudhon**. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.
- _____. **El Capital**. Libro I. Capítulo VI, Inédito. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.
- _____. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- _____. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1, v. 1-2. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.
- _____. **A Questão Judaica**. São Paulo: Centauro, 2002b.
- _____. **Prefácio à “Contribuição à crítica da economia política”**. In MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. Vol. 1. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d. p. 300-303.
- _____. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2012

_____. **Valor, trabalho e mais-valia: o confronto entre trabalho e capital.** In: O leitor de Marx. NETTO, José Paulo (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. **Para a crítica da filosofia do direito de Hegel. Introdução.** In O leitor de Marx. NETTO, José Paulo (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. **Trabalho estranhado e propriedade privada.** In MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 79-90.

_____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858; Esboços da crítica da economia política.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. Trabalho produtivo e trabalho improdutivo. In: Antunes, R. (org). A dialética do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2004b (pp: 155-172).

MASI, Domenico. **O ócio criativo.** Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

MÉSZÁROS, I. Aspectos de la historia y la conciencia de clase. México: Unam, 1973. p. 113-166.

_____. **O poder da ideologia.** São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição.** São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2009.

MONTAÑO, Carlos (Org.). **Servicio Social crítico: hacia la construcción del nuevo proyecto ético-político profesional.** São Paulo: Cortez/Biblioteca Latinoamericana de Servicio Social, 2003.

OFFE, C. **Trabalho com categoria sociológica fundamental?** In: _____ . **Trabalho e Sociedade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989a. v. 1.

_____. **Trabalho: A Categoria Chave da Sociologia?** In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, Vol. 4, 1989b.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social (org.) MOTA, Ana Elizabete. et al **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Lukács: o guerreiro sem repouso**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social pós-64**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Introdução ao método da teoria social**. In CFESS/ABEPSS (Orgs.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. BRASÍLIA, CFESS/ABEPSS/UNB, 2009. Disponível em: <<http://pcb.org.br/portal/docs/int-metodo-teoria-social.pdf>>. Acesso em: abr. 2012.

_____. **Marxismo impenitente: contribuição à história das ideias marxistas**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois**. *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, Cortez Editora, n. 84, p. 21-36, nov. 2005.

_____. **Fetichismo : teoria marxiana da positividade capitalista**. In: NETTO, José Paulo. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

_____; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, A. E. et al. (Orgs.). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: . Acesso em: 24/08/2017.

PASUKANIS, Evgeny Bronislavovich. **A teoria geral do direito e o marxismo**. São Paulo: Ed. Renovar, 1989.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: Métodos e técnicas**. São Paulo: Editora Atlas, 1989.

ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ/Contraponto, 2001.

RUBIN, I. I. **A teoria Marxista do valor**. São Paulo: Braziliense, 1980.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Serviço Social: Resistência e emancipação?** Tese (Livre-Docência) — Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Franca, 2010.

SPOSATI, A. **Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social**. Revista Katálysis. Florianópolis, n. esp. p. 15-25, 2007.

_____. A. **Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social**. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n 116, 2013.

SIMIONATTO, I. **Os desafios na pesquisa e na produção do conhecimento em Serviço Social**. **Temporalis**: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, DF, ano 5, n. 9, p. 20-28, jan./jun. 2005.

TEIXEIRA, F. **Trabalho e valor: contribuição para a crítica da razão econômica**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. F. **Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**, São Paulo : Cortez, 1996.

TERTULIAN, Nicolas. **Uma apresentação à Ontologia do Ser Social de Lukács**. Introdução aos *Prolegômenos à ontologia do ser social*, de Lukács (*Prolegomeni all'ontologia dell'essere sociale. Questioni di principio di un' ontologia oggi divenuta possibile*. Milão, Guerini e Associati, 1990). A tradução foi feita por Ivo Tonet (UFAL, Depto. de Filosofia), revisão de Maria Orlanda Pinassi (UNESP-Marília).